



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 166, TERÇA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2023

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)

2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)

4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 137ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE SETEMBRO DE 2023

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Manifestação de pesar pelo falecimento do servidor do Senado Federal Roberto Geraldo Santos Lopes. Reflexão sobre a conexão entre a proteção ambiental e os direitos humanos. Registro de audiências públicas que serão realizadas na CDH, uma sobre o tema acima citado e outra sobre a tragédia de Brumadinho. Defesa da PEC nº 33/2023, da qual S. Exa. é o primeiro signatário, que inclui a Caatinga, o Cerrado e o Pampa entre os biomas considerados patrimônio nacional. Atualização sobre a situação de calamidade pública que assola o Rio Grande do Sul e as medidas adotadas por todas as esferas de governo.	8
Senador Izalci Lucas – Insatisfação com a relação estabelecida pelo Governo Federal com a iniciativa privada. Posicionamento contrário ao voto de qualidade em favor do Estado em caso de empate nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), restabelecido pela Lei nº 14689/2023. Críticas ao texto da PEC nº 45/2019, que trata da reforma tributária. Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 2903/2023, que estabelece o marco temporal para a demarcação de terras indígenas.	11
Senador Eduardo Girão – Registro da participação de S. Exa. no 2º Encontro do Grupo Liberdade e Democracia, em Buenos Aires. Indignação com a Resolução nº 2/2023, publicada pelo Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, que estabelece parâmetros de garantia das condições de acesso e permanência da referida população nos estabelecimentos de ensino, por supostamente permitir a instalação de banheiros unissex nas escolas. Críticas à atuação do Ministro dos Direitos Humanos e da AGU no Governo Lula.	16
Senador Sergio Moro – Relato da participação de S.Exa. em reunião do Grupo Liberdade e Democracia, em Buenos Aires, no último final de semana. Crítica à decisão do CNJ que determinou abertura de investigação sobre a conduta de S.Exa. durante o período em que foi juiz responsável pela Operação Lava Jato.	21
Senador Confúcio Moura – Exposição sobre as visitas feitas por S. Exa. a diversos municípios do Estado de Rondônia, as ações já desenvolvidas nesses locais com o apoio de seu mandato e os problemas a serem enfrentados.	25



1.2.2 – Convocação de Sessão

Convocação de sessão deliberativa ordinária para 26 de setembro, às 14 horas. 30

1.3 – ENCERRAMENTO 30

PARTE II**2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS****2.1 – EXPEDIENTE****2.1.1 – Abertura de prazo**

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 31/2016; 112/2018; 1, 148, 150, 436 e 753/2019; 43/2020; 249, 259, 297, 316, 326, 389, 572, 580 e 784/2021 sejam apreciados pelo Plenário (**Ofício nº 14/2023-CCDD**). 32

2.1.2 – Comunicação

Do Senador Marcos do Val, de desfiliação partidária de S. Exa. do PSDB e filiação ao PODEMOS (**Ofício nº 168/2023**). 38

2.1.3 – Encaminhamento de expedientes

Encaminhamento da Mensagem nº 489/2023, do Presidente da República, à Comissão de Assuntos Econômicos. 40

Encaminhamento do Aviso nº 683/2023, do Tribunal de Contas da União, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. 41

2.1.4 – Encaminhamento de matéria

Encaminhamento do Projeto de Lei nº 4503/2023, à Comissão de Segurança Pública. 43

2.1.5 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 4224/2021, que *institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares; prevê a Política Nacional de Prevenção e Proteção ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)*. 45

Projeto de Lei nº 309/2023, que *dispõe sobre a capacitação das equipes de todos os níveis de atenção à saúde em procedimentos especializados e qualificados de atenção a mulheres vítimas de violência*. ... 56

2.1.6 – Projeto de Lei

Nº 4633/2023, do Senador Weverton, que *denomina “Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade” o trecho da BR-135, compreendido entre os quilômetros 374,5 e 379,7 na travessia urbana no município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão, e dá outras providências*. 61



2.1.7 – Projeto de Lei Complementar

Nº 199/2023, do Senador Marcos do Val, que *estabelece normas gerais nacionais relativas à natureza, funções e processos do sistema de controle interno previsto nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal*. 65

2.1.8 – Proposta de Emenda à Constituição

Nº 49/2023, primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *altera o caput do art. 5º da Constituição Federal para ampliar o alcance do direito à vida ao nascituro*. 103

2.1.9 – Requerimentos

Nº 833/2023, do Senador Luis Carlos Heinze, requer que, além do constante do despacho inicial de redistribuição do PL 412/2022, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA. 108

Nº 834/2023, da Senadora Zenaide Maia e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial, no dia 17/10/2023, em homenagem aos 10 anos de criação da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal. 112

Nº 835/2023, do Senador Luis Carlos Heinze, requer a oitiva da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre o PL 412/2022. 115

2.1.10 – Término de Prazo

Término do prazo, em 22 de setembro, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei nº 3008/2020. 120

PARTE III**3 – ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E ENERGIA**

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião, realizada em 29 de agosto de 2023 122

4 – ATA DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS MOTOTAXISTAS E MOTOFRENTISTAS

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 12 de setembro de 2023 149

5 – ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL- BOLÍVIA

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 11 de setembro de 2023 167

6 – ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 30 de agosto de 2023 182

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 207

8 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 210

9 – LIDERANÇAS 211



10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	213
11 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	220
12 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	222
13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	258



Ata da 137ª Sessão, Não Deliberativa,
em 25 de setembro de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Dr. Hiran.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 16 minutos e encerra-se às 16 horas e 5 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

Os Senadores e as Senadoras poderão se inscrever para uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Passamos à lista de oradores.

O primeiro inscrito é o Senador Paulo Paim.

Boa tarde, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Boa tarde, Dr. Hiran. Boa tarde a todos os funcionários e funcionárias. Boa tarde a quem está nos assistindo.

Dr. Hiran, é com tristeza que eu faço aqui um comunicado da Casa. É com pesar que registro o falecimento do colaborador da Secom do Senado Roberto Geraldo Santos Lopes. Ele faleceu sábado à noite. Ele foi contínuo, operador de áudio de Comissões e trabalhou respondendo a pedidos de cópias, inclusive, de todos que solicitavam, de audiovisual, no setor de Copiagem. Ele encerrou as suas atividades, na Secretaria de Comunicação, fazendo *ingest* de vídeos dos eventos legislativos que se destinam ao Portal Multimídia e servem de base para o trabalho, inclusive, da TV Senado.

Segundo os seus colegas – eu o conheci também –, ele era muito alegre, dava-se bem com todos os colegas da Casa, gostava de samba, do Clube do Choro e de aviação. Faleceu aos 60 anos. Deixará saudades, com certeza, não só para nós, mas, principalmente, para a sua esposa Vera, filha Rebeca e todos os colegas de trabalho que tiveram a felicidade de conhecê-lo. Meus sinceros sentimentos.

Vou pedir que o voto de pesar, Senador Hiran, seja feito, votado e encaminhado para os familiares.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, eu quero também transmitir à família do nosso Geraldo Santos Lopes, em nome do nosso Presidente, nossas condolências, nossos sentimentos e pêsames.

Parabéns pela sua manifestação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O voto de pesar estando pronto, eu o encaminho a V. Exa., para assinar também, ainda hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Acatado, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente Dr. Hiran, este é um pronunciamento que eu queria fazer há dias, mas a correria não permitia e faço hoje.

A minha fala é sobre a conexão entre meio ambiente e direitos humanos, só lembrando que, no Rio Grande do Sul, continua chovendo – chuvas torrenciais.

Quando o ser humano não tem consciência da sua existência no planeta Terra, agride o meio ambiente, não adota práticas sustentáveis e de preservação da natureza, e, assim, a natureza pode reagir de maneira extrema, causando desastres, como inundações, que é o caso do nosso estado e outras partes do mundo, incêndios florestais, esse calor insuportável que já chegou ao Brasil e também aos Estados Unidos, ciclones, furacões, avanço dos mares, desertificação e outras formas de destruição. É a natureza reagindo.

É fundamental educar a população sobre os impactos das ações humanas no meio ambiente e incentivar a mudança de comportamento das pessoas. Da mesma forma, é essencial que os governos, em todos os níveis, elaborem e coloquem em prática políticas públicas ambientais eficazes e de prevenção



de acidentes, como estamos vendo, paralelas e em consonância com a melhoria de vida das pessoas e o respeito aos direitos humanos.

A grande maioria dos incidentes ambientais no planeta Terra ocorre como resultado da atividade humana, e muitos deles estão relacionados ao nosso estilo de vida e aos métodos de produção atuais. A poluição, a degradação do meio ambiente, o desmatamento e a geração excessiva de resíduos, entre outros fatores, desempenham um papel significativo na promoção dessas tragédias ambientais.

Os alertas dados antecipadamente por institutos especializados são vitais, podem salvar vidas. Eles fazem monitoramento, análises, previsões, portanto desempenham um papel crucial na redução do impacto dos desastres sobre as comunidades. Vidas podem ser salvas com evacuação antecipada, preparação das pessoas para enfrentar o ciclone ou o tipo de problema que for, mobilização de recursos, há menos probabilidade de pânico generalizado, há tempo para tomar decisões, entre outras. Temos que estar preparados para responder com rapidez. Isso é planejamento. Sublinho: a negligência pode matar.

Vejam as calamidades ocorridas. No Rio Grande do Sul: 49 mortos, 9 ainda desaparecidos. Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 2022: 235 mortos. Brumadinho, em 2019: 272 mortos. Mariana, em 2015: 19 mortos. Todas elas fatais, destruidoras, com enormes impactos, quer seja, por exemplo, o caso do Rio Grande do Sul, com cidades totalmente alagadas, quer seja o calor, que também mata pessoas.

Mas vamos em frente.

Números do sistema de Defesa Civil nacional mostram que o total de pessoas atingidas por desastres ligados a chuvas no Brasil e o número dessas ocorrências alcançaram em 2022 seu ápice em dez anos.

Foram 891 mil pessoas, considerando mortos, feridos e enfermos, desabrigados, desalojados e desaparecidos, 150% a mais também em comparação com 2012; a mais, comparando com 2012. Foram 2.576 registros de chuvas intensas, enxurradas, alagamentos, inundações e movimentos de massa, como deslizamentos de terra – um aumento de 402% em relação a 2012. Mundialmente, lembro o furacão Katrina, nos Estados Unidos, em 2005; o terremoto do Haiti, em 2010; a catástrofe nuclear do Fukushima, em 2011; as enchentes agora no Marrocos; os terremotos na Líbia. Um elevado número de mortos, feridos, pessoas deslocadas, desestabilização do ecossistema, extinção de espécies animais e destruição da vegetação, propagação de doenças, contaminação de rios e solos, grandes prejuízos financeiros e econômicos, além, claro, do mais grave, que é a perda de vidas, desemprego em massa.

Em todo esse contexto, eu quero ressaltar a importância dos direitos humanos. Essas calamidades não afetam apenas o meio ambiente, mas também têm um impacto direto nas vidas e no direito das pessoas. O respeito aos direitos humanos é essencial para proteger as comunidades e para promover a justiça e a responsabilidade. A obra *Direitos Humanos e Meio Ambiente*, Coleção Ambiental, trata de condições de vulnerabilidade e a sua interação com os direitos humanos e o meio ambiente. Ela aborda os perigos, riscos e vulnerabilidades enfrentados pela população, especialmente em relação às mudanças globais e climáticas. Destaca que muito se tem discutido sobre essas mudanças em termos globais, mas nem sempre se aprofunda nas relações entre mudanças e as populações afetadas, que muitas vezes se encontram em condição de fragilidade.

O debate tem que ser conjunto, uma situação tem ligação com a outra. É imprescindível considerar os direitos humanos e a proteção ambiental em contextos de vulnerabilidade ecológica e social.

A Comissão de Direitos Humanos do Senado vai realizar duas audiências públicas: uma sobre o tema desta minha fala de hoje, ou seja, a conexão entre o meio ambiente e os direitos humanos; e a segunda audiência, sobre a questão da tragédia de Brumadinho, que ainda continua sem solução.

Os biomas brasileiros Floresta Amazônica, Mata Atlântica e Pantanal já são patrimônios nacionais. Chamo a atenção de que está tramitando no Senado uma proposta de emenda à Constituição – PEC 33 –, que inclui os biomas Caatinga, Cerrado e Pampa entre os considerados patrimônios nacionais. Incluí-os



na Constituição é fundamental para garantir a proteção desses ecossistemas, promover o desenvolvimento sustentável e reconhecer a importância da biodiversidade. Esses biomas abrigam uma enorme população humana, daí mais uma vez a importância dos direitos humanos. Os biomas fornecem uma série de serviços que sustentam a vida humana e estão ligados aos direitos humanos.

Eles são importantes para os direitos humanos por vários motivos.

Direito à vida: fornecem recursos básicos para a sobrevivência humana: água potável; alimentos; medicamentos; ar limpo, não poluído. A degradação dos biomas pode ameaçar esses recursos e o direito à vida.

Direito à alimentação: a comunidade depende dos biomas para a agricultura e a pesca. A degradação pode resultar na falta de alimentos, afetando assim o direito à alimentação adequada.

Direito à saúde: fonte de medicamentos e produtos naturais, usados na medicina tradicional. Além disso, biomas saudáveis contribuem para a qualidade do ar e da água, que são essenciais para a vida, a saúde humana.

Direito à moradia adequada: a destruição resulta em deslocamento de comunidades locais, violando seu direito a moradias que são inclusive de sua propriedade.

Direito à água: desempenha um papel na regulação dos ciclos de manutenção da disponibilidade da água doce para a população. A degradação dos biomas pode ameaçar o acesso à água potável, um direito humano fundamental.

Direito à igualdade, à não discriminação: as comunidades mais vulneráveis – quilombolas, ribeirinhos, povos indígenas, agricultores sem teto, sem terra – muitas vezes são as mais afetadas pela degradação dos biomas, o que pode agravar a desigualdade e a discriminação. Portanto, a proteção dos biomas está ligada ao princípio da igualdade. Os biomas têm papel fundamental na promoção e proteção aos direitos humanos.

Por fim, faço uma atualização da situação de calamidade, como eu disse na abertura, lá no meu Estado do Rio Grande do Sul. Repito: óbitos, 49 pessoas; 9 desaparecidos; pessoas resgatadas, 3.130; municípios afetados, 104; desabrigados registrados, 4.904; afetados, 359.641 pessoas.

A Prefeitura e a Defesa Civil de Porto Alegre decidem nesta segunda-feira se vão determinar o fechamento das comportas localizadas junto à Avenida Mauá, no centro histórico, para evitar o risco de alagamento inclusive no centro da cidade.

A última vez em que os portões do muro da Mauá foram fechados foi em 2015. Porto Alegre teve, em 2023, o mês de setembro mais chuvoso desde 1916, quando se iniciaram as medições oficiais, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). A medição aponta que choveu 380,6 milímetros até domingo, dia 24. A máxima anterior foi registrada em 1926, com 362,7 milímetros. A expectativa é de que esses números, infelizmente, aumentem, já que tudo indica que a chuva vai prosseguir ainda na próxima semana.

A chuva não está dando trégua. Mais de 400 pessoas estão fora de casa em Eldorado do Sul e na região das ilhas da capital, ali bem na beira do Guaíba.

Granizo atingiu os Municípios de Bagé, Arroio do Padre, São Lourenço do Sul, Canguçu, Cristal, Morro Redondo, Pelotas e Pinheiro Machado.

Muitas pessoas registraram prejuízos em suas residências.

Há muita solidariedade, é verdade, em todo o país há uma rede de voluntários para ajudar a reconstruir grande parte das cidades do Rio Grande atingidas.

O Governo Federal já destinou R\$2,3 bilhões para ajuda. E – não nego – o Governo do estado também tem feito o esforço possível para ajudar todos os que foram atingidos.

Quero também lembrar a importância da decisão do Senado. O PL que decreta calamidade pública



no Rio Grande do Sul, de autoria do Presidente Rodrigo Pacheco e de que eu fui Relator por indicação dele, a Câmara também já aprovou. Isso é importante para que mais recursos cheguem ao Rio Grande do Sul.

Registro que, no dia 20 de setembro, a bancada gaúcha no Congresso se reuniu com o Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, para tratar de ações de apoio aos municípios afetados pelas enchentes. A bancada gaúcha está, toda ela, unida – Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais –; todos se somando aos Prefeitos e Vereadores, enfim, e à sociedade civil para ajudar nesse momento tão difícil para o povo gaúcho.

Por fim, Presidente, foi solicitada a elaboração de uma medida provisória de linha de crédito para o programa de moradia porque são milhares que perderam as suas residências.

Era isso, Presidente. Agradeço a V. Exa. E fica aqui o meu compromisso de encaminhar o voto de pesar pelo funcionário da Casa que faleceu.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – De acordo, Senador, meu querido amigo. Parabéns pelas suas palavras.

Aliás, essa sua fala sobre meio ambiente é algo de extrema importância. Eu estive dando uma aula num congresso médico lá em Santa Catarina, e – é impressionante – em Santa Catarina não está chovendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Pois é. E no Rio Grande do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E no Rio Grande do Sul...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Na divisa com Santa Catarina...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Na divisa. É impressionante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso mostra como está abalado o meio ambiente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O meio ambiente está complicado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em estados aí faz um sol de temperatura de 43° já.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Se o senhor quiser um pouco de calor, a gente manda lá de Roraima para o senhor, viu, Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou receber com carinho. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Paulo, Deus lhe abençoe. Parabéns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O próximo inscrito, por uma permuta com nosso ilustre e querido aniversariante do dia, o Senador Girão, é o nosso querido Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discursar.) – Bem, Presidente, primeiro, quero parabenizar o aniversariante. Já estive lá e tive o privilégio de abraçá-lo pessoalmente pelo aniversário.

Parabéns, Girão! Continue nessa luta firme que você enfrenta todos os dias aqui nesta Casa. Nós



precisamos de mais Girões aqui no Plenário para evitar que aconteça o que está acontecendo aí.

Presidente, esse é um dos temas até que eu ia falar aqui, com relação ao que foi levantado – o Senador Sergio Moro também, complementando –, Senador Hiran, que é a questão do tratamento do Governo, principalmente à área empresarial. Eu fico imaginando assim: o Governo dá a entender que ele é que gera riqueza, ele é que gera emprego. Na realidade, o Governo, a máquina só consome os recursos, e muitos recursos. Lógico, nós temos os servidores, e eu tenho o maior respeito, defendo realmente as carreiras de Estado, a política de Estado, mas eu nunca vi tanto preconceito e tanta intimidação, tanta perseguição como a que esse Governo faz ao setor produtivo empresarial.

Agora mesmo, nós votamos recentemente aqui – e eu votei, inclusive, contra – essa modificação do Carf. O Carf, como tem também nos estados, é um recurso administrativo em que você tem os representantes do Governo, que são os auditores fiscais, que arrecadam, que fiscalizam, e você tem do outro lado os representantes da sociedade, a maioria deles da representação empresarial. Então, você tem a Fibra, você tem a Fecomercio, você tem o Sesc, o Senac... Não; o Sesc é área social, mas você tem federação do comércio, federação da indústria, a federação de serviços, dos trabalhadores, de todos os segmentos.

Aí vem o Ministro Haddad agora explicando o que é o Carf e deu um exemplo. Disse que o Carf é mais ou menos assim: quatro auditores fiscais de um lado e quatro detentos do outro. Esse é o Carf que ele imagina. Ele se esqueceu de dar um exemplo – e é por isso que a gente tem que acompanhar também a história. Eu participei da CPI do Carf – ele não citou isso no exemplo – e, além da CPI do Carf, participei também da CPI do Cachoeira aqui, em que o Cachoeira disse: “Eu não vou mais financiar Deputado, não. Agora fica mais fácil ir lá ao ministério e resolver isso”. Ele esquece que quem era o Ministro na época era o Mantega. Quando se deu toda a CPI do Carf, foi comandada pelo Ministro Mantega. E era isso, eu vi isso, acompanhei, tem relatórios nossos do PSDB em todas as CPIs, tanto da Lei Rouanet, quanto do Carf, quanto do BNDES, quanto da Petrobras. Então, eu vi isso e falei: “Não é possível, eu não acredito que o ministro tem esse preconceito com relação ao Carf”. E, na prática, o que a gente defende aqui é que no Carf se teria que, mais ou menos, seguir o que acontece na Justiça, Senador Moro: na dúvida, pró-réu; ora, na dúvida, pró-contribuinte.

Então, eu vejo esse preconceito imenso. E V. Exa. pode, Senador Sergio Moro...

O Sr. Sergio Moro (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para apartear.) – Eu peço um aparte, Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Pois não.

O Sr. Sergio Moro (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... porque o fato é muito grave. Foi um ato falho do Ministro, não sei, mas reflete um pouco o pensamento que este Governo Lula tem em relação ao setor privado: no máximo, tolera o setor privado; entende que o motor de desenvolvimento é o Estado, quando, no fundo, a gente sabe que, em todos os países que deram certo, em todos os países que prosperaram, o desenvolvimento sempre foi em cima do setor privado. É preciso criar as condições ideais para o investimento, por uma competição econômica saudável. E o que a gente tem visto neste Governo é o quê? A volta do capitalismo de compadrio. Eu nunca tinha visto, Senador Izalci, algo que me chamou a atenção, que foi o loteamento de empresa privada. Colocaram lá dois ministros no Conselho de Administração da Tupy. Uma empresa que é orgulho nacional, multinacional, uma das lideranças brasileiras no setor industrial, de repente tem que ter dois ministros – cabide de emprego – ali no seu Conselho de Administração.

Agora, vem hoje o Ministro Haddad e faz uma equiparação. Por que tem que ter o voto de qualidade? Porque de um lado tem o auditor e do outro lado tem bandido – foi isso que ele falou quando utilizou a palavra “detento”. Eu votei contra o voto de qualidade do Carf. Acho que é uma questão complexa, mas



mudou faz três anos. Por que vai mudar depois de três anos e voltar à regra anterior? Agora, o ministro deve, no mínimo, um pedido desculpas ao Carf e ao setor brasileiro, porque aquelas pessoas que estão lá são representantes dos contribuintes, do setor empresarial notadamente; não podem ser equiparadas a detentos.

Então, aqui endosso as palavras de V. Exa., lamentando esse ato falho, mas que refletem, no fundo, Senador Izalci, o que o Governo Lula pensa do setor privado. No mínimo, é um incômodo – pensa pior ainda, mas, no mínimo, é algo que está incomodando os planos deste Governo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Senador Girão.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Rapidamente, Senador Izalci, cumprimento-o por trazer esse assunto, nesta tarde de segunda-feira, após uma desastrosa fala do Ministro Haddad que revela muito – para quem está acompanhando os últimos acontecimentos do Brasil – o espírito de vingança, o espírito de revanchismo, de um Governo Lula que só olha no retrovisor, absolutamente não está preocupado em olhar para frente, e que quer punir quem produz e quem cumpre a lei – aí está o detalhe.

Nós tivemos a oportunidade, na Argentina, neste último fim de semana, com o Senador Sergio Moro liderando um grupo de Senadores e Deputados... E as pessoas ficaram assim, de boca aberta – o ex-Presidente do Chile, Sebastián Piñera; o Iván Duque, ex-Presidente da Colômbia; o Felipe Calderón, ex-Presidente do México; o Tuto Quiroga, ex-Presidente da Bolívia; e outros –, quando a gente mostrava o que estava acontecendo com o Brasil.

Aqui a democracia é relativa, porque o próprio Presidente diz que é, visto que estende tapete vermelho para ditador, enquanto passa uma imagem de que defende a democracia.

Basta a gente ver o que está sendo feito com o agronegócio, as declarações, o flerte que existe neste Governo com o MST. Em viagem do Lula, na comitiva foi junto lá o Stédile.

Esse é um Governo que, infelizmente, promove o caos – o caos –, porque não tem absolutamente nenhuma cultura de pacificação; é o que este país promove.

E ver o empresário desse jeito é algo surreal, o empreendedor. O que gera só o PIB do agronegócio no Brasil é do tamanho do PIB da Argentina, e vejam a forma como o Governo Lula trata essas pessoas que produzem.

Então, são atitudes como essa que nos deixam tristes, mas, efetivamente, firmes na oposição para a libertação de um Governo que já começou muito mal e dando exemplos péssimos em termos de fala e de gastança excessiva, não é? – porque é o Governo da extravagância com dinheiro do contribuinte e com zero de responsabilidade fiscal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Então, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para apartear.) – Senador Izalci, eu queria, antes de retornar a palavra a V. Exa., também endossar a sua fala em relação ao Carf.

Eu sou filho de... Meu pai foi coletor federal, exator federal e auditor federal – a carreira foi mudando de nome –, mas desde criança eu aprendi que quem trabalhava no setor privado era chamado de contribuinte, não delinquente. Eu acho que ele confundiu a palavra; é contribuinte.

Em relação à Venezuela, Senador Girão, eu estive, no fim de semana, no meu estado. E nós continuamos recebendo lá cerca de 600 a 700 imigrantes, imigrantes da Venezuela, daquele Governo tirano



– aliás, eu me manifestei publicamente aqui contrário à recepção daquele Presidente ditador, que causa tanto sofrimento a mais de 6 milhões de pessoas que já saíram do país.

Eu queria, inclusive... Eu vou sugerir que a gente possa fazer uma Comissão externa para vocês visitarem Roraima e verem o caos humano que se instalou. Nós temos uma praça cujo nome – olhem só – emblematicamente é Simón Bolívar, o libertador, e nessa praça ficam dormindo famílias e famílias de venezuelanos ao relento. Quando chove, vão para baixo das marquises das autopeças que tem ao redor dessa praça e, quando faz sol, vão para debaixo das árvores esperar ajuda das pessoas, alimentos, vestuário, enfim. E a nossa rodoviária, que fica próxima, a rodoviária interestadual, tornou-se um abrigo de venezuelanos. Tem venezuelano em todo lugar, dormindo nas ruas.

Pacaraima, que é a nossa primeira cidade, que faz fronteira com Santa Elena de Uairén, degradou-se completamente. Você não consegue andar na rua, com tantos venezuelanos em situação de extrema vulnerabilidade. O Prefeito Juliano, que é um Prefeito muito trabalhador, coitado, vive numa situação de caos. Quase 100% do que agora é o PAP – mudou de nome, era PAB –, que é o recurso que a gente usa na assistência à atenção básica, é gasto com venezuelanos.

Lá na nossa clínica, a gente, em média, faz 40, 50 cirurgias de catarata por dia, e 20 ou 20 e poucas cirurgias são feitas em venezuelanos. Isso gera certa insatisfação da comunidade. Por quê? Porque os brasileiros não conseguem entender que eles, às vezes, são passados para trás, quando nós temos um mutirão de cirurgias, porque a lei é assim. A Lei do SUS estabelece equidade, universalidade, e a gente termina passando os brasileiros para trás. E o brasileiro, que paga seus impostos a partir da hora em que acorda e vai comprar o pãozinho e tomar seu café com leite, não entende que uma pessoa que chegou lá ao nosso estado e ao país aos 40, 50 anos tem precedência na cirurgia e no exame em relação a ele. Mas isso é a Lei do SUS.

E outra coisa mais grave, Senador Moro – o senhor foi Ministro, V. Exa. foi Ministro da Justiça –, a nossa Lei de Migração é autodeclaratória. O que significa isso? Como os presídios foram desmobilizados, porque o país não tem dinheiro para alimentar nem os não detentos, quanto mais os condenados, então uma pessoa entra na Operação Acolhida... E eu estou dizendo isso porque já estive lá, viu? Estive vendo. A pessoa chega lá à operação e é recepcionada pela Polícia Federal, pelas pessoas que trabalham no Ministério da Saúde e no Ministério do Trabalho. E, quando vão se identificar, muitos dizem assim: “olha, eu perdi meus documentos”. “E como é seu nome?” “Meu nome é” – hipoteticamente – “Izalci Lucas.” “Quantos anos você tem?” “Cinquenta anos.” “Você faz o quê? Qual é nome da sua mãe.” Ele dá o nome de uma pessoa qualquer. E ali, Sras. e Srs. Senadores, nasce uma outra pessoa, que eventualmente pode ser um delinquente, um assassino, um membro de facção – porque o senhor sabe que facção tem em todo lugar e se incorpora, automaticamente, às facções nacionais. Isso é o que me preocupa muito. Nós temos lá um índice de delinquência extremamente grande, nós temos já mais de 500 venezuelanos presos na nossa penitenciária, e a situação social se degrada a cada dia. Eu vejo, aqui, alguns segmentos políticos, inclusive, defendendo ainda aquele Governo, que é um Governo que, absolutamente, faliu o país. Falei, inclusive, agora, com o nosso Ministro de Minas e Energia, Ministro Alexandre. Eles anunciaram que iam comprar energia da Venezuela, através de uma linha de distribuição, que temos de Guri para o Brasil. Essa linha de transmissão está desativada há muito tempo. Como é que nós vamos comprar energia de quem não tem energia para dar para os seus nacionais? As pessoas ficam um dia todo, Senador Moro, nos postos de combustível para conseguir colocar meio litro de gasolina na motocicleta porque não tem energia em Caracas na maior parte do tempo. Quer dizer, isso é um absurdo, será que as pessoas não veem?

Então, eu quero aqui endossar as suas palavras e pedir desculpas se me alonguei um pouco. Eu sei que você tem um compromisso familiar, mas eu não poderia deixar de fazer essa manifestação importante.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Não, Presidente,



eu acho que essas manifestações são importantes.

Será que esse é o país que nós queremos? Queremos chegar ao que a Venezuela chegou? E é o caminho que a gente está vendo, porque, primeiro, há esse preconceito contra a iniciativa privada, que gera emprego, que paga impostos. Aqui no Brasil, chama-se muito de contribuição também, porque, quando não se pode aumentar o imposto, criam-se essas contribuições. Olha, o próprio nome está dizendo: contribuição. O que é obrigatório é imposto. E nós temos várias contribuições que, na realidade, são impostos.

O pior: a gente vê o Governo com uma participação muito ativa no Judiciário. O Ministro fala, vai lá, conversa, já prevê aqui as arrecadações, como é o caso do próprio Carf, da modificação, do voto de Minerva. Na prática é uma instância administrativa, depois continua judicial, porque, na prática, isso é fruto da interpretação de leis. Ora, nós temos, simplesmente, de 88 para cá, 476 mil normas editadas, municipais, estaduais e federais, depois da Constituinte.

Então, é um país onde a gente precisa fazer o contrário: investir, incentivar. Tem países que falam assim: “Olha, basta o governo não atrapalhar. Não precisa nem ajudar; basta não atrapalhar”. É ao que nós já estamos chegando aqui no Brasil. O Governo não pode atrapalhar a nossa economia, as nossas empresas, os empresários. Só quem foi empresário sabe o que é isso. Eu acho que esses ministros, ou todos que têm essa autonomia, esse poder de mudança, de meter a caneta, deviam ser empresários por pelo menos um ano, para saber o que é pagar o imposto no quinto dia útil.

Eu fico assim, Girão, falando dessa forma, porque eu sou contador e sempre exigi que os meus clientes – sempre, desde quando criei, há 40 anos, o meu primeiro escritório – pagassem os impostos corretamente, não aceitava manipular nada. Agora, depois que a gente chega ao governo, de um modo geral... E eu fui Secretário, fui Deputado Distrital, Deputado Federal e, agora, no Senado e sempre fiscalizei, naquilo que pude, por mais que... Sofri perseguições por ter, realmente, fiscalizado. Basta ver, lá no tribunal, as auditorias que eu fiz dos ministros anteriores a este Governo, do Governo Dilma, do Governo Lula. Fiz fiscalização, fiz auditoria no Ministério do Esporte... E devolveram. Eles devolviam 100%. Não eram 10%, 20% não! Eram 100% de desvio de recursos. Fiz mais de 30 auditorias, que estão lá até hoje no Tribunal de Contas. Daqui a pouco, vou começar a cobrar coisa que já não existe mais.

Então, eu sempre tive esse cuidado. Aí, quando você vai participar do Orçamento aqui, da forma como o dinheiro nosso, o dinheiro vai para o ralo, sem planejamento, sem um plano de metas, sem uma política de Estado, vários ministérios fazendo as mesmas ações, 39 ministérios agora, 38, 39... Já, já chegam aos 40. Acho que 40... Talvez, eles pulem do 39 para o 41, para não chegar aos 40, para não dar nenhuma conotação que tem nas histórias aí de quadrinhos.

Mas eu vejo assim: eu fico triste porque agora vem a reforma tributária. Todo mundo – maravilha! – faz discurso. Há uma narrativa de que está tudo 100% maravilhoso, e, a cada audiência a que eu assisto da reforma tributária, eu fico mais assustado, porque, Girão, se você pegar a área de serviço...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – ... principalmente os profissionais liberais, advogados, médicos, contadores, engenheiros, arquitetos, que tenham uma empresa nessa área, o ISS é pago sobre o profissional. Aqui em Brasília são R\$400. Depende de cada município aí. Aí você tem 0,65% do PIS e 3% de Cofins, ou seja, hoje se pagam – vamos botar – 4%. Vai passar para 25%, 30%. Eles estão falando em 28%, 25%, 30%. De 4% vamos passar para... Aí o cara diz assim: “Não, mas o cara vai poder aproveitar o crédito se for tomador de serviço jurídico”. Só que ele vai repassar para o consumidor. Alguém vai pagar essa conta, e é sempre o consumidor. Agora, se ele fizer direto para o



consumidor, aí não tem nem crédito. Vai ser um aumento de 4% para 25% de uma vez.

E, quando você fala em reforma tributária, as pessoas entendem assim: “Poxa, deve estar incluído imposto de renda, patrimônio, previdência. Deve...”. Não tem nada disso.

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Tudo isso virá depois. Nós estamos discutindo apenas o IVA, substituindo o ISS, o ICMS, o IPI e o Cofins e o PIS. O resto virá... Já deve estar tudo preparado para ser encaminhado aqui para esta Casa, a questão do imposto de renda, sobre o que já queriam aumentar a alíquota. Vão tributar a distribuição. Vão instituir as questões do patrimônio. A previdência tem um rombo já, que, toda vez em que se faz reforma, faz é aumentar. Então, quer dizer, querem acabar com o setor empresarial, aquele que alimenta, realmente, que gera emprego e gera renda.

Então, é muito importante, porque as coisas estão acontecendo de uma forma que, quando você perceber mesmo, a gente já perdeu a liberdade, já virou a Venezuela isso aqui. Você já não vai encontrar coisas no mercado para comprar, não vai ter mais emprego. É assim que vai acontecer, e a gente precisa tomar... Temos que reagir. Nós não podemos deixar o Supremo ficar legislando.

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – E eu espero que a gente possa aprovar, rapidamente, na quarta-feira, o marco temporal, que a gente possa votar aqui, imediatamente, a descriminalização das drogas e, também, conforme o Senador Rogerio Marinho também apresentou, plebiscito com relação ao aborto, que o Girão defende todos os dias, e nós também, mas ele é um ícone para nós aqui no Senado.

Então, a gente tem que ter esse cuidado para que a gente possa preservar as nossas prerrogativas aqui no Senado.

Presidente, era isso. Obrigado.

Obrigado, Senador Girão, por ceder o horário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Izalci.

O próximo inscrito é o nosso querido aniversariante do dia, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, meu querido amigo, Presidente Dr. Hiran, Senador do brilhante e querido povo roraimense, a quem nós só temos que agradecer por tê-lo trazido aqui para essa missão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sras. Senadoras, Srs. Senadores, funcionários desta Casa, assessores, brasileiras, brasileiros que nos acompanham pelo exímio trabalho da equipe de comunicação da TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, eu particularmente sou suspeito para falar, eu gosto muito desta data: o dia 25 de setembro, data em que eu nasci há 51 anos. É um dia em que as energias – eu gosto sempre de dizer para os meus amigos que fazem aniversário – do universo estão voltadas para a gente. Não é por acaso, quando a gente nasce num dia específico, que tem uma razão de ser.

Esse final de semana, tive uma experiência – cujo convite eu tenho aqui que agradecer ao Senador Sergio Moro – inesquecível lá em Buenos Aires. Nosso anfitrião foi o ex-Presidente Mauricio Macri, e outros, como eu já falei aqui, Presidentes estavam lá falando sobre liberdade e democracia. Um contraponto ao Foro de São Paulo, ao nefasto Foro de São Paulo, que nos enche de esperança e de fé. Eu quero dizer



aos brasileiros: esse grupo formado por idealistas que não têm o poder pelo poder como meta e sim para servir as pessoas.

Fiquei encantado com as palestras. Falou-se de meio ambiente, da questão de educação, das ameaças à liberdade, censura, e da nossa democracia, porque quem compõe o Foro de São Paulo se arvora de ser o defensor da democracia, mas faz justamente o contrário, são tiranos, autocratas. Eu não vou falar sobre esse assunto hoje, porque o Senador Sergio Moro deve abordar, vou falar amanhã sobre detalhes dessa incursão nossa na Argentina e eu pude denunciar arbitrariedades que estão acontecendo, no meu modo de entender, tanto do Governo Lula quanto da nossa Suprema Corte. Não vou perder nenhuma oportunidade internacional para fazer isso – já estou indo agora em outubro para a Europa fazer o mesmo – e eu acho que o Brasil, a gente tem que denunciar o que está acontecendo, porque o brasileiro está triste, e não é uma característica do povo brasileiro isso.

Outro assunto – porque aqui no Brasil as coisas estão vindo... É cada aberração uma atrás da outra – é uma denúncia da revista *Veja* de propina de um Deputado de R\$35 milhões sobre a questão de jogo, de apostas esportivas, que está tramitando coincidentemente aqui. A revista *Veja* traz uma matéria escancarando isso – estou aqui com os dados. Mas não vou fazer hoje, vou fazer esta semana, porque esse é um assunto de interesse, que empurra o brasileiro para o abismo e escancara a porta da corrupção e da lavagem de dinheiro no Brasil, já que o crime está reagindo.

Outro assunto que surgiu também – e é este que eu quero abordar hoje –, sobre o qual eu tive oportunidade de dar uma pincelada na Argentina, porque eu estava lá quando soube da notícia, foi a questão dos banheiros unissex.

Se tem uma coisa que, durante a campanha quem estava sabendo quem é o PT, o que defende o PT, como antes de sonhar em entrar na política eu conhecia, eu acompanhava como ativista pró-vida e pró-família... Quando a gente na eleição do ano passado citava, lembrava aos brasileiros que o Governo Lula era pró-aborto, que o Lula sempre foi amigo de ditadores – Daniel Ortega, Maduro, Cuba –, que essa cultura, esse ataque à família, nossos filhos e nossos netos com banheiros unissex, quando a gente tentava dizer isso, do outro lado, o TSE proibia, rechaçava, multava, principalmente o candidato que fazia o contraponto, que era Jair Bolsonaro.

Mas olhem como a verdade pode até demorar, mas é ela que prevalece, que triunfa sempre.

Aborto: Governo Lula, assim que assumiu, tira o Brasil do Consenso de Genebra, que reunia 50 países pró-vida, claramente a favor da vida desde a concepção.

Estuprador: o Governo Lula revoga uma portaria do Ministério da Saúde que identifica estuprador. No caso de mulheres que procuram fazer o aborto, tem que ter – óbvio, para identificar quem fez esse ato hediondo, que é o estupro –, tem que identificar o estuprador, era necessário comunicar às autoridades. O Governo Lula vai lá e revoga a portaria.

A questão da maconha: agora, no Conselho Nacional de Saúde, a própria Ministra assina um documento junto, uma resolução, está lá que o Governo Lula é pró-legalização do aborto e pró-legalização da maconha. Tudo aquilo que ele escreveu, durante a campanha, aos cristãos, comprometendo-se que não era... Que era a favor da vida, que era a favor de criança sem drogas, que respeitaria a vida plena em todas as suas fases.

Lula mentiu! Foi um estelionato eleitoral, está claro! Por que não deixaram mostrar isso para o povo brasileiro as nossas instituições eleitorais? Isso é uma injustiça! O brasileiro foi enganado!

E agora vem essa última dos banheiros unissex. Olhem só: a Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023, do Ministério dos Direitos Humanos, publicada no *Diário Oficial*, diz *ipsis litteris* – abro aspas –:

[...] estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas



travestis, mulheres e homens transexuais, e pessoas transmasculinas e não binárias – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

Na prática, o que estamos vendo é o Governo Lula se valendo do aparato estatal por razões ideológicas para fazer avançar a agenda de gênero nas escolas, inclusive envolvendo estudantes menores de idade em formação, seus filhos e seus netos, brasileiros que estão nos acompanhando.

O respeito a todo ser humano, seja qual for a opção, é fundamental e deve ser cultivado. Porém, os possíveis danos advindos desse tipo de prática são conhecidos em níveis pessoal e social, tendo o Ministério dos Direitos Humanos agido como um grande ativista nesse sentido.

A resolução do Ministério dos Direitos Humanos gerou forte repercussão, sendo que os Deputados Nikolas Ferreira e Filipe Barros afirmaram que o Governo Federal estava, com isso, instituindo os banheiros unissex. O Ministro Silvio Almeida enviou ofício à Advocacia-Geral da União dizendo que, abrem aspas:

Lastreado em *fake news* e assacando ofensas ao Senhor Presidente da República e a este signatário [ele, Ministro Silvio Almeida], o Deputado Federal Nikolas Ferreira divulgou vídeo em que distorce [...] a mencionada Resolução do Conselho: [...] [afirmando que o Ministro dos Direitos Humanos iria instituir o banheiro unissex nas escolas do Brasil].

Mas, olha só, Senador Sergio Moro, já lhe passo a palavra, o Ministro disse, também, no ofício à AGU, que, abrem aspas: “os banheiros unissex não foram instituídos por dois motivos. Em primeiro lugar, porque a Resolução nº 2 não é vinculante. Em segundo lugar, porque não se trata de ‘banheiro unissex’ [...]”.

É certo que o documento elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos das Pessoas LGBTQIA+ não possui caráter de obrigatoriedade e tampouco ordem vindo de alguma autoridade superior que determine o cumprimento de resolução sobre o tema. Mesmo assim, o art. 5º – e eu peço atenção de todos vocês que estão nos ouvindo – da mencionada resolução, diz, abrem aspas:

Art. 5º Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade e/ou expressão de gênero de cada estudante.

E, seguindo a mesma linha, diz o art. 6º da mesma resolução, abrem aspas:

Art. 6º Devem, ainda, ser implementadas as seguintes ações no sentido de minimizar os riscos de violência e/ou discriminações:

I - sempre que possível, instalação de banheiros de uso individual, independente de gênero, para além dos já existentes masculinos e femininos nos espaços públicos; [...]

Senador Moro, na verdade, o termo banheiro unissex não é encontrado literalmente em nenhum artigo na resolução, mas, da mesma forma como acontece historicamente na questão da defesa da vida desde a concepção, eles nunca utilizam a palavra aborto. Eles preferem, num eufemismo mau-caráter, utilizar o termo interrupção de gravidez, que é a mesma coisa, para ludibriar, para enganar o brasileiro de bem, assim como criaram a designação maconha medicinal para defender a legalização da droga.

Tudo puro eufemismo de um Governo que quer, sim, a instalação desses banheiros, que quer confusão, a destruição da nossa família, do aborto, a depravação nas drogas, a libertinagem completa.

Eu passo a palavra ao Senador Sergio Moro.

O Sr. Sergio Moro (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para apartear.) – Senador



Girão, o assunto é bastante sério, mas primeiro eu me sinto compelido a parabenizar-lhe pelo aniversário e fazer minhas as palavras e elogios. V. Exa. tem sido um grande defensor, aqui no Congresso Nacional, da integridade na coisa pública, da família, do respeito à propriedade, um grande opositor a este Governo que tem sido desastroso. Então, primeiro, antes de entrar na seriedade do assunto, quero lhe parabenizar e congratular pelo seu aniversário.

Eu fui um dos Parlamentares que criticou o Governo em uma postagem nas redes sociais, dizendo simplesmente: olha, não teve discussão no Congresso, não teve discussão na sociedade, não teve consulta aos pais. Os pais dos alunos das escolas brasileiras não foram consultados. E de repente é editada uma resolução com essas previsões específicas que, no mínimo, tinham que ter sido discutidas amplamente perante a sociedade. Fiz essa crítica, utilizei a palavra “banheiro unissex” e, de fato, se o uso do banheiro vai depender da autodeclaração, na prática, ele se torna um banheiro unissex. Essa questão tem que ser discutida com a sociedade, para evitar até mesmo um acirramento dos ânimos em relação a essa temática.

Agora, o que mais me surpreende aqui, Senador Hiran, Senador Confúcio e Senador Girão, é que o Ministro dos Direitos Humanos, que ignora um milhão de *fake news* do Presidente da República, que agradece a escravidão da África, que elogia Maduro e a democracia relativa da Venezuela, que adula Vladimir Putin, que tem contra ele um mandado de prisão internacional do TPI, um Presidente que sugere que o Brasil deve deixar o TPI, que é um instrumento de proteção dos direitos humanos, vem em seguida e ameaça os Parlamentares. Ameaçou os Deputados, ameaçou a mim e a qualquer um que criticasse essa resolução, sob o argumento de que eram *fake news*.

Ora, ou vale algo esse art. 53 da Constituição, que prevê imunidade material, de opinião, voto e palavra dos Parlamentares, em todas as dimensões, ou não vale nada, ou vamos rasgar tudo isso aqui, a Constituição, vamos fechar o Parlamento. Se a gente não tem imunidade material por aquilo que a gente declara e que não é *fake news*, então o Parlamento não serve mais para nada.

Agora, me surpreende que o Ministro de Direitos Humanos, que se cala diante de tantas arbitrariedades – e nós estamos vendo essas mortes violentas no Estado da Bahia, pela falta de uma política de segurança pública do Governo daquele estado e do próprio Ministério da Justiça, que nós não conhecemos – nós não sabemos qual é a política de segurança pública do Governo Federal até o momento.

Nós sabemos que o Ministro da Justiça e Segurança Pública quer regular as redes sociais e quer ir atrás daquilo que ele chama de “atos antidemocráticos”. Quer, aparentemente, também investigar a Lava Jato, mas a gente não sabe exatamente qual é a política de segurança pública deste Governo.

O fato é que essas mortes estão acontecendo. E nós também não ouvimos nada de declaração do Ministro dos Direitos Humanos.

Agora, para ameaçar Parlamentar pela utilização da opinião – e o Parlamentar, quando fala, não está vocalizando sua opinião única e exclusivamente, mas também dos representados –, aí ele não se sente rogado.

Essa resolução é uma resolução obscura, malfeita. E esse tema tem que ser amplamente discutido pela sociedade, junto com os pais, junto com os alunos, junto com os estados e municípios que têm a responsabilidade das escolas públicas estaduais e municipais, e tem que ser debatido neste Congresso.

Chega de passar por cima do Congresso em temas assim tão relevantes!

O que deveria, sim, o Governo Lula fazer: ou ele defende a resolução ou se, de fato, ele diz que não tem responsabilidade ou que não prevê aquilo que prevê, então que revogue ou que esclareça, mas, até o momento, a resolução permanece. E ela prevê aquilo que está escrito nela, que é a possibilidade de nós termos banheiros que podem ser frequentados por quaisquer dos gêneros, segundo a sua própria declaração, o que nós temos que discutir com os pais, antes de qualquer outra coisa.

Então, aqui, endosso a sua fala, Senador. Desculpe-me a extensão das minhas declarações, mas



fiquei revoltado não só com a resolução, mas com a reação de um Governo arbitrário diante das críticas feitas por Parlamentares.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu peço, Presidente, que a íntegra do aparte do Ministro, do Senador Sergio Moro seja incluída no meu pronunciamento, porque eu tenho o mesmo sentimento de indignação.

Foi uma resolução publicada no *Diário Oficial da União*, assim como a do Conselho Nacional de Saúde, em que o Governo defende o aborto e a maconha, a liberação dos dois.

Então, é uma farsa este Governo!

Esse Ministério dos Direitos Humanos não honra o termo “direitos humanos”, preocupação zero com as arbitrariedades que aconteceram durante o dia 8 de janeiro. Nós não passamos a mão na cabeça de ninguém. Quem errou tem que pagar, seja de direita, seja de esquerda, seja infiltrado. Mas o Ministro dos Direitos Humanos não falou uma palavra sobre, por exemplo, os advogados que não tiveram os direitos respeitados, assim como também sobre o direito das pessoas que foram presas.

Outra coisa: o que o Ministro dos Direitos Humanos falou sobre Daniel Ortega, sobre os abusos que estão acontecendo...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... perseguindo adversários? Nada. Cala-se.

Sobre Maduro, nós pudemos ouvir a María Corina Machado, aqui no Senado, pouco tempo atrás, falando das arbitrariedades daquele regime ditatorial, sobre o que o Governo Lula se cala, porque ele está junto!

Nós não estamos mais numa democracia no nosso Brasil. E eu não vou cansar de falar, dentro do Brasil e fora do Brasil, sobre o que está acontecendo!

A verdade vai prevalecer!

Sr. Presidente, para encerrar, na verdade, há tempos que o Deputado Nikolas Ferreira vem denunciando essa situação desses banheiros unissex, da imposição da agenda de gênero em nosso país. É dever dos pais de família protegerem seus filhos do ataque crescente da ideologia de gênero que, de muitas formas, vem avançando, por caminhos tortuosos, em nossa sociedade. O problema todo é esse.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A Resolução nº 2, do Ministério dos Direitos Humanos, mesmo que pareça ter o objetivo de ser um instrumento de proteção aos LGBTQIA+ – e ressalta-se, mais uma vez, a importância de protegê-los, como seres humanos e de direitos, que são –, na verdade, é mais um meio de aplicação da prática da ideologia de gênero, criando espaços adequados para isso, com um modelo dissociado da realidade objetiva.

Tramita na Câmara dos Deputados vários projetos nesse sentido, e aqui também, no Senado Federal, tentando regulamentar, tentando deixar claro, e é o Congresso que tem que fazer isso, num debate franco.

E, Sr. Presidente, para encerrar, eu quero manifestar minha solidariedade ao Senador Sergio Moro, ao Deputado Nikolas Ferreira e ao Deputado Filipe Barros, contra mais essa intimidação de um Governo autoritário, que é movido pelo ódio e pela vingança.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso está muito



claro. Está muito claro.

Um Governo que não tem apreço à ordem, à disciplina. Está aí, que acabou com as escolas cívico-militares. O que custava deixar mais essa opção para os pais que quisessem, se os índices são ótimos, se a violência foi lá para baixo nessas escolas?

E esse é o grande problema do brasileiro hoje: a violência, a insegurança... E este Governo massacra o direito de escolha das famílias sobre onde colocar seus filhos para estudar.

Então, o Ministério da Verdade, que o Governo Lula criou, lá na AGU, fica intimidando Parlamentares, e nós não vamos concordar com isso, absolutamente. Parlamento é para isso, para *parlar*, este Governo goste ou não goste.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senador Girão.

Agora, passo a palavra para o próximo inscrito, Senador Sergio Moro, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - PR. Para discursar.) – Senador Dr. Hiran, é um privilégio tê-lo na mesa, presidindo, durante a minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quero cumprimentar os Senadores e Senadoras presentes e fazer um relato breve.

Estive em Buenos Aires, neste final de semana, e tive também o privilégio de estar na companhia do Senador Girão, da Senadora Maria Cristina – Tereza Cristina, perdão –, e do Governador Ronaldo Caiado. Existe esse grupo, chamado Grupo Liberdade e Democracia, que é formado por ex-Presidentes latino-americanos de direita e de centro-direita.

Essa foi a segunda reunião do grupo. Era um grupo inicialmente formado apenas por ex-Presidentes. Então tinha lá Felipe Calderón, do México; Iván Duque, da Colômbia; Mauricio Macri, da Argentina; Sebastián Piñera, do Chile; Tuto Quiroga, da Bolívia; Miguel Ángel, da Costa Rica e vários outros.

E o que eles pretendem exatamente, esse grupo? Eles querem fazer um contraponto ao Grupo de Puebla ou ao Foro de São Paulo, que representa aqui, no continente latino-americano, não só o populismo de esquerda, mas um populismo de esquerda com viés autoritário, retratado principalmente no fato do apoio que é dado por esse grupo a regimes ditatoriais, tirânicos na América Latina, como Venezuela, como Nicarágua, como Cuba.

Vejam que eu sempre tenho dito: o Brasil é um grande país, mas que tem os seus próprios problemas. O Brasil não precisa ficar se envolvendo em todas as questões de todos os países. Existe a questão da soberania – é claro que temperada aqui pelo respeito sempre aos direitos humanos, que orientou a nossa diplomacia –, mas, quando a gente fala da América Latina, nós estamos falando de países que são nossos irmãos, que têm uma história muito similar, e muitas vezes o que acontece neles reflete na nossa realidade. É o caso, como foi muito bem colocado aqui pelo Senador Hiran, da Venezuela. É o Brasil um dos países que sofre esse fluxo migratório e, como nós temos essa natureza de solidariedade, de acolhimento, o Brasil tem recebido os venezuelanos foragidos; mas isso tem um custo e, no fundo, é um paliativo a um sofrimento que os levou a deixar os respectivos países.

Então, a ideia da nossa participação nesse Grupo Liberdade e Democracia é para que o Brasil tenha uma presença ali. Nós não podemos virar nossas costas à América Latina. Nós somos um país continental e nós falamos uma língua diferente das dos demais países do continente, mas o que acontece nesses outros



países é igualmente relevante para nós.

Foi importante, Senador Hiran, fazer esse evento na Argentina, porque em outubro nós não sabemos qual vai ser o exato resultado dessa eleição; mas nós temos certeza de uma coisa, pelo que nós pudemos observar na Argentina: de que o kirchnerismo, que é a vertente populista, de esquerda, autoritária e corrupta, que apoia esses regimes da ditadura, o kirchnerismo se vai. Não existe a menor, remota chance de uma vitória do atual Governo, que foi desastroso em todos os aspectos, do Alberto Fernández. Esse Governo se vai e será substituído por candidatos que estão dentro do espectro político ou da direita ou da centro-direita, que são o Javier Milei e a Patricia Bullrich. Então, essa é uma boa notícia, e fazer o evento na Argentina tem esse caráter simbólico, porque ali começa o vento da mudança.

No Equador, da mesma forma, é provável um resultado favorável, que repudie também a esquerda populista e autoritária.

Assim, cada Estado, cada país... Bolívia, mais adiante; Chile, mais adiante; Brasil, em 2026, quem sabe nós possamos virar essa página tenebrosa de uma esquerda populista, que tem sido um sinal de atraso, na América Latina, em relação ao bem-estar e à garantia das liberdades fundamentais.

Agora, algo que me chamou muita atenção, Senador Girão – claro que, com a presença dos Presidentes, ex-Presidentes, pessoas de vasta experiência política, nós sempre aprendemos com a presença deles –, algo que me chamou muita atenção foi a presença de pessoas perseguidas politicamente ou dos seus representantes.

Tive a honra de conhecer a filha da ex-Presidente da Bolívia, que hoje está como prisioneira política naquele país, que é Jeanine Áñez. Quando Evo Morales fugiu da Bolívia, deixou o seu cargo, houve um vácuo de poder e Jeanine Áñez assumiu como Presidente. Era Senadora, como se fosse um de nós aqui, não havia quem quisesse, praticamente, o cargo de Presidente e ela assumiu. Realizou eleições livres e acabou sendo vitorioso um aliado do Evo Morales, que, assim, pôde retornar ao país. Em uma reviravolta tremenda, foi chamada de golpista e hoje está presa lá na Bolívia. É uma verdadeira presa política, porque ela, simplesmente, cumpriu os regramentos constitucionais e garantiu a realização de novas eleições.

Conheci Fernando Camacho, que é filho do Governador da Província de Santa Cruz, na Bolívia, uma província, aliás, que tem uma presença significativa de imigrantes brasileiros e investimentos brasileiros relevantes. Ele também é preso político. Ele foi vítima de um verdadeiro sequestro, foi sequestrado, retirado da Província de Santa Cruz e levado preso a La Paz, onde permanece até hoje.

Conheci um jovem extremamente valente, Félix Maradiaga. Ele é nicaraguense. Era candidato à Presidência contra Daniel Ortega e ganharia, porque Ortega é outro que só tem o poder em suas mãos, na Nicarágua, por meio da coação e da força. Pude ouvir a sua história: era candidato, foi preso por 21 meses, seguidos de 19 meses de prisão domiciliar, até que foi expulso, agora, neste ano de 2023, da Nicarágua, com o ato arbitrário, Senador Hiran, de ter a sua nacionalidade revogada. É claro que nós sabemos que esse ato arbitrário não significa nada, porque ele é um nicaraguense e não vai abandonar as suas raízes e o seu orgulho, mas, quando se vê, Senador Confúcio, que um tirano chega ao ponto de privar o cidadão do seu país meramente por ser opositor, de privá-lo da sua nacionalidade, é que nós vemos o nível de arbitrariedade a que se pode chegar.

Também conheci Rosa Maria Payá, cubana, filha de um dos mais famosos dissidentes da ditadura de Cuba, Oswaldo Payá, que foi assassinado em 2012 pelo regime cubano. Durante muito tempo ficou acobertada a participação do Estado cubano nesse assassinato político, e, neste ano, finalmente, a Corte Interamericana de Direitos Humanos reconheceu a responsabilidade do Estado cubano pelo assassinato de Oswaldo Payá e pelo acobertamento das circunstâncias do seu assassinato.

Estava lá sua filha, Rosa María Payá, defendendo o legado do pai, e defendendo, talvez, naquele país da América Latina que mais sofreu com a ditadura, porque é a mais longeva, porque já está aí desde a



década de 50, do século passado, mas, ainda assim, carregam cubanos corajosos essa chama da liberdade.

O exemplo dessas pessoas é inspirador, e eu quero trazê-las, Senador Hiran, assim como trouxemos Maria Corina Machado, para falar perante o Senado brasileiro, para que nós joguemos uma luz e para que nós possamos deixar claro que nós repudiamos tiranos, que nós não damos as mãos para ditadores, que o Brasil, nessa política internacional que nos aproxima de autocracias, que nos aproxima de assassinos, não está com eles, que existe um Senado independente e que a maioria da população não tolera esse tipo de comportamento. Mas o exemplo também desses combatentes da liberdade serve de exemplo aqui para nós, Senador Hiran, porque esse viés autoritário da política internacional reflete um viés autoritário da política interna. Senadores e Deputados ameaçados porque criticaram uma resolução do Governo, uma resolução infeliz, que tem que ser mais bem debatida perante a sociedade, ameaçados com a procuradoria da verdade. Um clima de intimidação e um clima de censura. Processos que a gente não consegue entender direito.

Na semana passada, tivemos a notícia de que a Corregedoria do CNJ iria abrir uma investigação contra um Senador da República. Quando que o CNJ tem competência ou atribuição para investigar um Senador da República? Tem, sim, sobre o Judiciário. Pois bem, não sou mais juiz – tenho que dizer isso –, deixei a toga, que carreguei com muito orgulho, Senador Girão, e tenho orgulho do que eu fiz na Operação Lava Jato. Deixei em 2018 porque vi a possibilidade de trabalhar para o país, de continuar trabalhando para o país em outras posições. Mas larguei, e doeu aquilo, porque foram 22 anos de dedicação, e deixei todos os benefícios corporativos para trás. Não tenho direito à aposentadoria de magistrado, como alguns, às vezes, se equivocam. Deixei isso para trás para olhar para a frente. E, de repente, agora, um corregedor, que não tem competência, que não tem jurisdição, que não tem atribuição para tratar desse tema, resolve abrir uma investigação. Se não fosse surreal o suficiente, quando a gente vai ver o objeto da investigação, é porque, Senador Girão, graças ao meu trabalho na Operação Lava Jato, nós devolvemos mais de R\$2 bilhões à Petrobras, só de dinheiro que entrou em contas judiciais da 13ª Vara e foi repassado para a Petrobras; mas os valores que a Petrobras recebeu foram muito maiores, ultrapassam R\$6 bilhões, só que ela recebeu diretamente, por ações lá na 13ª, por outras ações de outros locais, inclusive por acordos de colaboração e leniência. Agora, deve ser um fato inédito no mundo um juiz ser investigado porque cumpriu a sua missão e devolveu o dinheiro que tirou dos bandidos, devolveu à vítima.

Claro que não comparo aqui – não tem comparação – a situação específica com o caso dos presos políticos da Bolívia; não tem comparação com a situação do Félix, que perdeu a nacionalidade e que busca, de alguma forma, continuar lutando pela democracia no seu país; não tem comparação em relação à Rosa María, que perdeu o seu pai, assassinado por um regime cubano. Mas, quando a gente começa a ver esses absurdos aqui no Brasil e as pessoas muitas vezes quietas, silentes, com medo, e um Presidente, com todo o respeito, que não dignifica a tradição da diplomacia internacional brasileira, ao adular ditadores, ao fechar os olhos para os assassinatos políticos, ao aplaudir perseguição política, porque se omitir nesse caso é a mesma coisa que aplaudir, que dar o aval... E é essa a visão que o grupo tem, inclusive, Senador Hiran, sobre o Governo Lula, que é uma má influência para a América Latina. Quando a gente vê esses sinais autoritários e um Presidente que tem essa postura internacional, não podemos deixar de ficar receosos – não por nós, mas por nossa liberdade.

Agora, eu tenho certeza de que este Senado, paulatinamente, progressivamente, talvez não hoje, talvez não amanhã, mas ele vai reafirmar a liberdade e a democracia do Brasil quando o momento for necessário.

Concedo o aparte.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Muito obrigado, Senador Sergio Moro. Cumprimento-o pelo seu pronunciamento aqui nesta tarde.

E uma coisa que me chamou muita atenção nessa visita lá a Buenos Aires, do evento da Fundación



Libertad, muito bem organizado, que, no próximo ano, se não me engano, será no Chile, e já tem uma articulação para vir ao Brasil – serão muito bem-vindos os Presidentes e Parlamentares de outros países –, foi o respeito ao senhor, como esses ex-Presidentes, Parlamentares e o público que lá estava, lotando praticamente todos os painéis, respeitam o trabalho que o senhor fez, como juiz, como integrante, naquele momento da força-tarefa, que elevou o Brasil perante o mundo como um símbolo positivo de enfrentamento à corrupção e à impunidade e em que a justiça era verdadeiramente para todos. E lá eu fiquei impressionado, no que eles chamam de caso Odebrecht, e nós aqui, de Operação Lava Jato, em como o mundo aplaude e acompanha o seu trabalho nesta Casa.

Eu quero dizer que, na oportunidade que eu tive de falar, no painel em que eu falei... A nossa colega Senadora Tereza Cristina, Senador Hiran, fez um pronunciamento muito bonito. O Governador Ronaldo Caiado – que, aliás, faz aniversário hoje também; mando meus parabéns para ele... A palestra que nós ouvimos lá dos ex-Presidentes foram muito reveladoras de dados sobre o avanço, principalmente, do narcoterrorismo, dos narcoestados, nesses países alinhados à esquerda, alinhados ao populismo, desses ditadores que são amigos do Lula. Muito preocupante o que a gente ouviu lá nas palestras. E eu tive a oportunidade, na minha fala, de abordar a questão dos presos políticos do Brasil, porque poucos sabem que nós temos presos políticos também na nossa nação, começando por aquela aberração: não concordo com nenhuma palavra que disse o Deputado que perdeu o mandato, o Deputado Federal do Rio de Janeiro, mas ele foi preso; invadiram a Câmara dos Deputados. E agora um Senador da República, Marcos do Val, também teve o celular apreendido, com equipe da Polícia Federal entrando no Senado, violando o local de trabalho dele, algo completamente sem noção, sem obediência à lei, sem obediência ao falar, ao nosso trabalho aqui.

Nós temos presos políticos no Brasil, e o 8 de janeiro está aí mostrando isso: policiais militares aqui do Distrito Federal, Senador Hiran – nós estamos acompanhando na CPI da pandemia –, com salários cortados, meses presos, passando todo tipo de dificuldade sem direito à defesa, ao devido processo legal, sumariamente condenados publicamente. Isso nos deixa muito tristes, e o mundo está tomando conhecimento do que está acontecendo no Brasil. E nós não vamos parar até que a lei deste país seja obedecida, principalmente por aqueles que deveriam ter a responsabilidade, o dever de resguardar nossa Constituição, e que infelizmente são os primeiros a desobedecer, por interesses politiqueiros. Porque hoje o Brasil tem tribunal político! STF e TSE, para mim – respeito quem pensa diferente –, é politicagem pura. O marco temporal está aí para dizer: usurparam o que é prerrogativa desta Casa e, está aí, correram para dar uma justificativa de militância ideológica, em desrespeito aos Senadores e Deputados. Aborto está aí, legalização de droga está aí. E o engraçado, Senador Hiran: tudo alinhado ideologicamente com o Governo Lula. Já parou para perceber? As mesmas pautas do STF, as mesmas pautas do Governo Lula. É muita coincidência! Ninguém é bobo, ninguém é tolo. Existe esse alinhamento, e isso é ruim para a democracia. É muito ruim para a democracia esse consórcio entre Governo Lula e Corte Suprema do Brasil. Muito obrigado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço as palavras.

Teve uma expressão que me chamou muito a atenção, e era até o tema de um dos painéis, Senador Confúcio: narcopopulismo. Eu diria que, se nós não tomarmos cuidado, nós caminhamos para uma espécie narcopopulismo misturado com cleptopopulismo. São essas as características. Se nós não tomarmos cuidado, caminharemos para ter uma situação dessa no país.

Mas, como eu disse, nós temos que confiar nas instituições brasileiras, e este Senado, ao meu ver, tem um papel enorme para colocar freios nessa política, que está sendo desastrosa. Agora há pouco mesmo, o Senador Izalci colocou com muita propriedade a ofensa que foi feita pelo Ministro da Fazenda ao



empresariado, ao contribuinte brasileiro. É claro que se pode dizer: “não; foi um ato falho”. E acredito que o Ministro vai pedir desculpas, mas, dentro ali, Senador Hiran, me parece que tem uma certa percepção da hostilidade profunda que este Governo tem, este Governo Lula, em relação ao setor privado, reforçando aquilo que a gente tem visto, de que esse é um governo de revanche. E uma revanche a gente até vê como começa, mas a gente nunca sabe como termina. É nosso papel colocar um freio nesse tipo de atitude e nesse Governo movido a rancor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Quero passar imediatamente a palavra ao nosso Senador Confúcio Moura, que é o próximo orador.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente Hiran, todos os Senadores presentes e ausentes, servidores do Senado, é uma satisfação estar aqui nesta segunda-feira, dedicada aos pronunciamentos.

Estive lendo ontem ou anteontem num desses jornais de grande circulação nacional e esqueci o nome do autor dessa lei – uma lei criada acho que no início do Império –, que falava o seguinte: “Art. 1º. Que todo brasileiro crie vergonha na cara. Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário”. Interessante, não é? “Que todo brasileiro crie vergonha na cara” e “revogam-se as disposições em contrário”. Isso é uma grande realidade.

O nosso país é fruto das nossas ações, de cada um, em cada município, em cada estado, e essa somação é que dá o conjunto do PIB da riqueza e do PIB circunstancial, do retrato da realidade brasileira em toda a sua diversidade.

Mas hoje eu não quero falar de temas amplos, não; de debater temas gerais. Cada estado da Federação... Aqui o Senado é muito especial, porque cada estado tem três Senadores. O Estado de São Paulo tem três Senadores, estado grande, populoso, três Senadores; o Estado do Amapá, que é um dos menores, tem três Senadores. O voto de um Senador de São Paulo é igual ao voto de um Senador do Amapá, do Acre, lá de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina; aqui há uma igualdade muito importante. Nós representamos um estado, o estado por que nós fomos eleitos.

É lógico que a gente não vai ficar restrito ao doméstico, às nossas dificuldades locais, tem que pensar também no todo brasileiro, no conjunto harmônico nacional, mas o meu pronunciamento desta tarde é para dizer – cheguei há poucas horas lá do Estado de Rondônia, num voo que parou em Cuiabá e demorou muito, e vim aqui também para despachos e para fazer este pronunciamento – dizer o que eu fiz, o que eu vi no Estado de Rondônia neste fim de semana passado.

Primeiro, nós lançamos aqui... Cada Senador tem os seus recursos destinados aos seus estados, tem as suas emendas ao Orçamento da União, que são destinados aos municípios, ao estado, à universidade, aos institutos federais de educação, às estradas, à parte elétrica dos nossos estados. E eu tenho trabalhado aqui, nestes quatro anos e meio, com a educação.

Educação é um tema, aparentemente, muito difícil de se resolver, porque a educação básica é competência dos municípios; o município, grande ou pequeno, é que cuida da creche, da alfabetização, até o ensino fundamental. Já o ensino médio é de competência do estado; o estado é que recebe o menino que veio do município, é do estado o ensino médio. Mas, quando se chega ao ensino médio, na faixa de idade de 13 a 17 anos, há uma desistência da escola gigantesca. Quando o menino vai para a escola, com 13 a 17 anos, ele está arrumando uma namoradinha, ele precisa de um dinheirinho para comprar um tênis, ele precisa ficar bonito, e ele não tem esse dinheiro, normalmente, nas camadas mais pobres. Sendo assim, ele prefere largar a escola. Larga a escola para nadar nas ruas, para ser subempregado, para ir para o mundo das drogas, para ficar dormindo no sofá, ficar no celular dia e noite. Certo é que ele nem trabalha e nem



estuda. Isso é o que acontece na realidade, no ensino médio brasileiro, sendo que o que mais precisamos no Brasil é de formação de mão de obra qualificada, no ensino médio – isso eu chamo de salvação nacional –, é de cuidar desses jovens de 13 a 17 anos, oferecendo a eles todos os meios para que eles não desistam da escola e sejam técnicos das mais diversas áreas. Quem tem um curso técnico bem-feito tem emprego. O menino, às vezes, termina com 18 ou 19 anos o ensino médio profissional e já vai trabalhar. E, se ele é pobre e ganhar R\$3 mil, R\$4 mil por mês, esse já é um salário excelente para começar. Depois, ele faz o ensino superior dele.

Quando vai amadurecendo, a gente fala assim... Com 12 anos, se pergunta: “o que você quer ser, menino?”, “quero ser médico”, “o que você quer ser, menino?”, “quero ser engenheiro ou advogado” – são as três profissões mais procuradas hoje, ou a tecnologia da informação.

A grande massa hoje quer o curso de Medicina. O Hiran é médico e sabe muito bem como é que é a quantidade de faculdades de Medicina abertas, privadas e caras. Tudo que é lugar tem faculdade de Medicina. Não vai demorar muito para a gente ter uma saturação do mercado de médicos. Não é que a gente queira ser elitista ou concentrador, não, mas vai aumentando tanto que, depois, onde é que vai caber tanto médico, principalmente nas grandes cidades brasileiras?

Mas eu fui a Rondônia na semana passada...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador, permita-me.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – No seu estado temos 11 cursos de Medicina.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Lá no estado?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Em Rondônia.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Um estado pequeno – o nosso estado deve ter 1,6 milhão ou 1,5 milhão habitantes – e tem 11 escolas? Você veja bem.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Isso.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – E o preço dessas faculdades é de R\$10 mil, R\$12 mil por mês. Realmente, como é que esses pais vão pagar isso?

Na faculdade pública de Rondônia, na universidade pública, tem 50 vagas, há 20 anos, só em Porto Velho. Cinquenta vagas há 20 anos, e não tem hospital universitário.

Esse é o objetivo que eu vou... Até hoje eu vou a uma reunião do MEC, porque é injustificável ter uma faculdade há 20 anos, onde, nessa escola pública, na universidade federal, se recebem os alunos gratuitamente e tem a lei de cotas... A lei de cotas é o seguinte: 50% são para egressos das escolas públicas, meninos que vêm da escola pública – negros, índios e quilombolas; 50% –; o restante é no pau, vai disputar pelo conhecimento. Isso é muito importante. Se a gente não tem a escola pública que oferece condição aos mais pobres para serem médicos ou outras profissões por eles escolhidas, fica muito difícil.

Vamos aqui ao meu varejo, à coisa que eu fui lá visitar.

Você não sabe a importância dessas visitas mensais, semanais que a gente faz no estado. Cada vez a gente chega com a cabeça cheia de pedidos, muitos papéis, muitos ofícios – não é assim, Hiran? Muitos ofícios que a gente não sabe nem...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem dúvida.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... como fazer, não é?

Mas eu fui lançar lá um programa de informatização escolar, que eu chamei de Proinfe – é de minha



autoria –, em parceria com o Instituto Federal de Educação. São R\$22 milhões que estamos adquirindo em equipamentos, e isso foi fruto da crise da pandemia, em que a gente viu o colapso das escolas sem meios de transmitir aulas a distância, aulas por computador. Muito bem. Então, nós estamos equipando 23 municípios do estado, colocando equipamentos de TI (tecnologia da informação) diversos para os alunos de 23 municípios.

Foi uma festa bonita. Tinha 14 Prefeitos presentes. Levaram os caminhões lá a Ji-Paraná; carregaram os caminhões-baú, cheios de equipamento, e levaram para os seus municípios. O Ifro não vai mandar equipamento para chegar lá e ficar parado nos cantos, jogado, não! O Instituto Federal de Educação, na minha proposta, vai treinar professores, por três anos seguidos, para que eles façam bom uso dos equipamentos – essa é a nossa contribuição para levar tecnologia para as escolas públicas de ensino básico do estado.

Tem outro programa nosso... E tem uma menina que trabalha comigo, uma senhora chamada Alessandra Conceição, que trabalha à beira dos rios – e é assessora do meu gabinete. Ela subiu o rio agora, o Rio Madeira, Mamoré-Guaporé, e subindo, o rio está raso. Mesmo essas voadeiras ela tinha que ir desviando. O rio é largo, mas está muito baixo e há muito banco de areia. Nós trabalhamos também com as comunidades ribeirinhas extrativistas e indígenas, levando para eles, além de... Moram à beira do rio e não têm água. Olha, moram à beira do rio, mas a água do Rio Madeira é barrenta, não dá para beber. E às vezes, a comunidade indígena está ali, não tem água em condição de uso. Então nós estamos colocando estações de água para essas comunidades.

Além disso, levamos uma rede, que eu chamei Sou Conectado, nuns 300km, tudo com recurso nosso aqui, levando internet para toda essa turma. E quando não podia levar rede de fibra ótica, nós aderimos ao programa da Telebras chamado Gesac, pelo qual a gente coloca a antena em cima de uma unidade de saúde ou em cima de uma escola, e ela recebe do satélite uma internet excelente, excelente. Com um pequeno equipamento, ela amplia para as casinhas no entorno também. É muito bonito isso.

Cheguei lá, ao Distrito de Calama, lá na divisa com o Amazonas, perto de Humaitá, nós colocamos uma agenciinha dessas, e um aposentado falou: “Olha, Senador, eu recebo minha aposentadoria, mas tenho que receber em Porto Velho. E eu gasto tanto de frete para ir, tantos dias para voltar, porque o rio é muito distante, é por água, e o dinheiro vai embora, porque eu tenho que gastar com alimentação, com isso, com aquilo outro, chego aqui e nada. Eu fico seis meses sem ir lá, vou uma vez, duas vezes por ano, para poder não gastar, poder valer a pena. Por que é que o senhor não traz para nós aqui a Caixa Econômica, para a nossa comunidade?”. Eu falei: “Mas como trazer a Caixa Econômica para um distritozinho que tem ali umas 200 casas?”. Aí eu fui à Caixa, nós colocamos uma antena, a Caixa colocou um terminal dentro de um mercadinho, do mercado da cidade. Para o dono do mercadinho foi bom, porque o pessoal passou a tirar o dinheiro da aposentadoria e gastar no mercado dele, e ele cuidava ali do equipamento, para não danificar.

Mas você veja bem, uma pequena coisa dessas, uma coisinha de nada resolveu o problema dos aposentados. E eu fui lá depois, eu descobri que o raio de ação dessa internet dava assim uns 200m no entorno do boteco lá que tinha o terminal da Caixa. E o pessoal começou a comprar celular, e, debaixo dos pés de manga, eles botaram os bancos e começaram a acessar o *wi-fi*, a internet daquele terminal, e aí ficava aquele monte de gente lá digitando, zapeando ali por perto. Veja bem, coisa simples, baratíssima e que resolveu o problema de uma comunidade ribeirinha lá na divisa de Rondônia com o Estado do Amazonas.

Pois a Alessandra sobe o rio, vai para cima e vem para baixo, ela ama esse serviço, cuidando desse pessoal que vive assim ao léu da vida, não é?

Muito bem, aí vamos mudar de assunto. Cheguei a Ji-Paraná, na época em que eu fui Governador,



nós construímos vários conjuntos habitacionais. E ficou um conjunto chamado Morar Melhor, de 1.440 apartamentos, que até hoje estão sem entregar. Recebi a associação deles, já cadastrados, e eles: “Olha [eles me chamam ainda de Governador], nós precisamos terminar. Tem quatro, cinco, seis anos que essa obra está parada aqui”. Uma obra parada de 1.440 apartamentos. Eu vou até lá, ao Ministério das Cidades, para ver se aceleram aquela entrega. É uma obra maravilhosa, pronta. São apartamento, condomínios. É um conjunto grande. Nós fizemos vários conjuntos desses no estado.

Muito bem. E a gente vai achando problema, vai andando e vai achando problema. Eu recebi, essa semana, a ocupação, a invasão de uma fazenda altamente produtiva, de um amigo nosso lá da cidade de Ariquemes, a Fazenda Corbélia. É o maior produtor de peixe em cativeiro, de tambaqui, pirarucu, pintado. Tudo ele produz e vende. Ocuparam a fazenda dele, um grupo lá desses movimentos de ocupação de terra. Certo é que estavam já danificando tudo na fazenda do rapaz, mas, graças a ele e aos amigos da cidade, porque ele é pioneiro, a polícia, de pronto e por justiça, foi lá. E, realmente, houve troca de tiro, houve essas coisas todas, houve um que levou bala, mas certo é que eles foram presos, que se fez certa justiça.

Agora, ontem eu recebi também outra notificação, da Reserva Extrativista Jaci-Paraná. Eu não sei quem foi, não chegou ainda bem claro para mim. Colocaram fogo na casa do Presidente da associação da reserva, ontem: queimaram a casinha, o barracão do cidadão, que fica dentro da reserva extrativista cuidando da reserva. Atearam fogo. Vocês vejam bem, são os extremos. É um conflito fundiário gravíssimo que existe na Amazônia, mas não é só lá não, em todo lugar tem isso.

Vamos andando. Lá em Ji-Paraná, ainda, eu fui visitar uma cooperativa de catadores e recicladores de lixo. Olha, Senador Hiran, eu achei impressionante, impressionante a organização deles. Um pessoal pobre, que ganha ali em torno de salário mínimo, de R\$2 mil, R\$1,5 mil por mês, que faz um trabalho de reciclagem impressionante na cidade de Ji-Paraná. Eles cresceram tanto que já estão fazendo reciclagem em outros municípios. Eu não conhecia, fui levado por um Vereador, o Vereador Bruno, lá da cidade de Ji-Paraná. Fiquei realmente muito entusiasmado em continuar ajudando aquela cooperativa de recicladores, lá da cidade de Ji-Paraná.

E fui além, fui à cidade de Cacoal, que é a quarta cidade: Ji-Paraná é a segunda; Porto Velho é a primeira; a terceira é Ariquemes; e a quarta é Cacoal. É uma cidade bonita, rica, muito próspera. Fui muito bem recebido pelo Prefeito, chamado de Fúria, um menino novo, de trinta e poucos anos, é o Prefeito da cidade, muito dinâmico, muito bem avaliado. Foi lá para atender também os recursinhos que a gente manda. Ele fez uma festa bonita para, realmente, a gente assinar a ordem de serviço. Fiquei satisfeito, ele também ficou, o pessoal visitante também. Foi muito importante.

Ontem, à tarde, domingo, em Porto Velho, já vindo para cá, eu recebi professores da Universidade de Rondônia. Eles labutando por cursos de doutorado e mestrado que estão indeferidos pela Capes, aqui em Brasília. Eles estão chateados, desmotivados, por apresentarem suas propostas. Olha, se somarmos o seu estado, Roraima, Rondônia, Amapá, Acre, a quantidade de doutores e mestres de nossos estados é menor do que a dos doutores de Curitiba. Eles têm mais doutores e mestres lá do que os nossos quatro, cinco estados menores da Amazônia, menores em população, mas imensos em território. Então, como é que nós vamos transformar a Amazônia, melhorá-la, se nós não tivermos o conhecimento, as oportunidades para que os nossos professores, doutores, nossos jovens possam fazer seus mestrados, doutorados, pós-doutorados que eles devem fazer? Então, eu vou trabalhar junto à Capes para que, realmente, libere cursos e ofereça cursos diferenciados. É o princípio da equidade: dar mais para quem tem menos. Nós somos menos, mas nós precisamos de mais. E não dá para a gente comparar, não querendo tirar nada de São Paulo, do Sudeste brasileiro... Fiquem lá com os seus doutores, com as suas universidades e com as suas estruturas, com os seus hospitais universitários, com tudo, mas não deixem a gente lá do Norte tão desguarnecidos,



desamparados no quesito das nossas universidades e institutos federais de educação.

Então, assim, outro fator que eu recebi de vários Prefeitos é a demora na liberação dos recursos. Vem o empenho, dão a ordem de serviço, a empresa começa a trabalhar e não chega o dinheiro. A empresa desanima, desanima, desanima e termina parando. Essa é a força que movimenta as obras inacabadas no Brasil. Jogam um dinheirinho, dão um sinal, um sinalzinho lá para o Prefeito, como se fosse enganar bobo. O Prefeito fica alegrinho, faz logo a licitação, dá a ordem de serviço para o empresário, que não é grande. Daí a pouco, não chega o dinheiro. São dois meses, três meses, quatro meses, cinco meses, seis meses sem receber os recursos.

(Soa a campanha.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com isso, vai indo, ele cansa e abandona a obra. E isso é muito ruim para o desenvolvimento, as entregas naturais que os Prefeitos querem fazer. Isso que é necessário.

Assim, eu fiz um pequeno resumo. Tinha muita coisa, muito mais, porque eu fiquei lá mais ouvindo pessoas, andando aqui, batendo à porta de um, de outro, ouvindo essa dramática situação que as pessoas têm, ouvindo-as, auscultando-as, para que a gente possa vir aqui, porque, além desse discurso, porque não vai ficar só nessas palavras, eu tenho que agir, não é? Eu tenho que agir, eu tenho que ir atrás, eu tenho que movimentar, bater à porta dos ministérios, levar essas reivindicações extremamente justas.

Sr. Presidente, era só isso mesmo.

Muito obrigado a todos. E vamos em frente!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Meu querido Senador Confúcio, parabéns pelo trabalho! Parabéns pelo comprometimento que o senhor tem com questões tão importantes! O senhor fez um apanhado daquilo que é importante: educação, investimentos, formação de mão de obra, reconhecimento daquelas pessoas que estão lá na ponta preparando essa mão de obra.

O meu estado é muito parecido, inclusive tem muito mais dificuldade, porque Rondônia tem muito mais estrutura, é um estado maior, mais importante e mais rico. Mas isso que o senhor falou em relação, por exemplo, a recursos, no dia 3 de janeiro, nós nos surpreendemos com a extinção da Funasa, e eu tinha mais de R\$100 milhões de emendas na Funasa. A gente faz um trabalho importante de perfuração de poços na agricultura familiar, e tem muitas obras que começaram, terminaram e, lá, quem fez a obra está há oito meses sem receber, enchendo o saco do Prefeito. E o Prefeito vem...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... e me cobra. E aqui eu estou tentando reestruturar a Funasa, juntamente com a Senadora Daniella e com o Danilo Forte. Nós nos empenhamos muito nisso.

Então, eu quero me solidarizar com V. Exa. pelo trabalho que faz e pelas dificuldades que nós temos e que são tão comuns. O senhor, que é um médico que se dedica mais, agora, à educação, tem um conhecimento muito amplo do seu estado, e não é por outra coisa que o senhor já foi gestor público lá há muito tempo e é uma pessoa tão querida e tão respeitada.

Parabéns pelo seu trabalho e essa sua andança mostra a importância da sua atividade parlamentar para o nosso querido Estado de Rondônia. Parabéns pelo trabalho e que Deus o conserve, assim, atleta, com saúde e com tanta disposição para ajudar o seu querido Estado de Rondônia.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nós estamos... Eu já



quero aqui pedir o seu apoio, porque com essa questão da decisão em relação ao marco temporal pelo Supremo, nós criamos mais insegurança, infelizmente. E eu, prudente e cuidadoso que sou, acho que a gente precisava trazer para esta Casa aquilo que é a nossa prerrogativa principal: legislar. Por isso, eu apresentei a PEC 48 para nós discutirmos aqui na Casa o marco temporal. Além daquele Projeto de Lei 490, que vai ser certamente aprovado na CCJ, virá para cá e vai suscitar muita controvérsia...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vai.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... mas nós estamos aqui, e já apresentei uma PEC para tentarmos discutir e aperfeiçoar esse marco para dar paz ao país.

Parabéns.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, meu Presidente. Agradecido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – A Presidência informa às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que está convocada sessão deliberativa para amanhã, terça-feira, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Uma boa tarde a todos. Muito obrigado!

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 05 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de prazo



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 31, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO ECOLÓGICA CULTURAL CORIMBATAÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 112, DE 2018

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria / RN (ACCCSM-RN) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2019

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Cidadania de Barra de Santana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra de Santana, Estado da Paraíba.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 148, DE 2019

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão do Povoado Bela Vista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado do Piauí.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 150, DE 2019

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural do Povoado Três Caminhos - ADCT para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barras, Estado do Piauí.



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 436, DE 2019

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Gama para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade do Gama, Distrito Federal.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 753, DE 2019

Aprova o ato que outorga autorização ao Movimento Gentileza Gera Gentileza (movimento Ggg) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirandópolis, Estado de São Paulo.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 2020

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Comunitária Aliança Educadora FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Aliança, Estado de São Paulo.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 249, DE 2021

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pro-Cultura e Comunicação de Pontal do Paraná (Nova FM - Rádio Comunitária) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 259, DE 2021

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Logos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo.



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 297, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Gaivota para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ubatuba, Estado de São Paulo.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 316, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária, Cultural e Beneficente - Centenário para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tabatinga, Estado de São Paulo.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 326, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Frei Odorico Virga para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Fronteira, Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 389, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Pedrinhas Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 572, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Pradopolense de Apoio Educação e Cultura - APAEC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pradópolis, Estado de São Paulo.



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 580, DE 2021

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária TOP FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araguatins, Estado do Tocantins.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 784, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária A Voz de São Francisco de Itabapoana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro.

Recebido o Ofício nº 14, de 2023, da CCDD, comunicando a apreciação das matérias, em caráter terminativo.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 27/9/2023 a 3/10/2023.





Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Comissão de Comunicação e Direito Digital – CCDD

Ofício nº 014/2023- CCDD

Brasília, 20 de setembro de 2023.

À Sua Excelência o Senhor
Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Comunica a aprovação terminativa de Projetos de Decretos Legislativos.**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, os Projetos de Decreto Legislativo nº 31, de 2016; 112, de 2018; 1, 148, 150, 436 e 753, de 2019; 43 de 2020; 249, 259, 297, 316, 326, 389, 572, 580 e 784, de 2021.

Respeitosamente,

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital - CCDD



Comunicação





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Marcos do Val**

À PUBLICAÇÃO.

Em: 25 / 09 / 2023

Jose Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

SF/23567.69227-50

Ofício nº DLI_168/2023/GSMVAL

Brasília, 22 de setembro de 2023.

Excelência Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
Senado Federal

Assunto: **Comunicação de desfiliação e filiação partidária**

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar a minha desfiliação do **Partido da Social Democracia Brasileira- PSDB**, em 22/09/2023, e minha filiação ao **PODEMOS**.

Assim, a partir de hoje, **VOLTO** a integrar a Bancada do **PODEMOS** nesta Casa Legislativa.

Atenciosamente,

Senador **MARCOS DO VAL**



Encaminhamento de expedientes



Documento recebido para conhecimento da Comissão

O documento seguinte foi recebido pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhado à Comissão competente, que o disponibilizará na respectiva página no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
MSG 489/2023	Encaminha, nos termos do disposto no art. 69 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, referente ao 4º bimestre de 2023.	Presidência da República	CAE



O documento seguinte foi recebido pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhado à Comissão competente, que o disponibilizará na respectiva página no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Aviso nº 683 - GP/TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 1550/2023 proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, ao apreciar os autos do TC-030.636/2022-1, de relatoria do Ministro Jorge Oliveira, o qual trata de Acompanhamento “dos Relatórios de Gestão Fiscal da Administração Pública Federal referentes ao 3º quadrimestre de 2022, com o objetivo de averiguar se as normas estabelecidas pela Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) foram observadas”.	Tribunal de Contas da União	CTFC



Encaminhamento de matéria



- Projeto de Lei nº 4.503, de 2023, da Câmara dos Deputados, que *institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis; dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento; e dá outras providências.*

A matéria vai à CSP, seguindo posteriormente à CCJ.



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4224, DE 2021

Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares; prevê a Política Nacional de Prevenção e Proteção ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2115456&filename=PL-4224-2021



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4224/2021 [1 de 11]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares; prevê a Política Nacional de Prevenção e Proteção ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Proteção ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 2º As medidas de prevenção e combate à violência contra a criança e o adolescente em estabelecimentos educacionais ou similares, públicos ou privados, devem ser implementadas pelo Poder Executivo municipal e do Distrito Federal, em cooperação federativa com os Estados e a União.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, consideram-se violência contra a criança e o adolescente as formas de violência previstas nas Leis nºs 13.185, de 6 de novembro de 2015, 13.431, de 4 de abril de 2017, e 14.344, de 24 de maio de 2022.

Avulso do PL 4224/2021 [2 de 11]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

Art. 3º É de responsabilidade do poder público local desenvolver, em conjunto com os órgãos de segurança pública e de saúde e com a participação da comunidade escolar, protocolos para estabelecer medidas de proteção à criança e ao adolescente contra qualquer forma de violência no âmbito escolar prevista no parágrafo único do art. 2º desta Lei, com ações específicas para cada uma delas.

Parágrafo único. Os protocolos de medidas de proteção à violência contra a criança e o adolescente nos estabelecimentos educacionais ou similares, públicos ou privados, deverão prever a capacitação continuada do corpo docente, integrada à informação da comunidade escolar e da vizinhança em torno do estabelecimento escolar.

Art. 4º A Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente será elaborada no âmbito de conferência nacional a ser organizada e executada pelo órgão federal competente e deverá observar os seguintes objetivos:

I - aprimorar a gestão das ações de prevenção e de combate ao abuso e à exploração sexual da criança e do adolescente;

II - contribuir para fortalecer as redes de proteção e de combate ao abuso e à exploração sexual da criança e do adolescente;

III - promover a produção de conhecimento, a pesquisa e a avaliação dos resultados das políticas de prevenção e de combate ao abuso e à exploração sexual da criança e do adolescente;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

3

IV - garantir o atendimento especializado, e em rede, da criança e do adolescente em situação de exploração sexual, bem como de suas famílias;

V - estabelecer espaços democráticos para participação e controle social, priorizando os conselhos de direitos da criança e do adolescente.

§ 1º As políticas públicas de prevenção e de combate ao abuso e à exploração sexual da criança e do adolescente não se restringem às vítimas e devem considerar o contexto social amplo das famílias e das comunidades.

§ 2º A Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, considerada a sua transversalidade, deverá prever capacitação continuada de todos os agentes públicos que atuam com crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

§ 3º A Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente será detalhada em um plano nacional, reavaliada a cada 10 (dez) anos, a contar de sua elaboração, com indicação das ações estratégicas, das metas, das prioridades, dos indicadores e com definição das formas de financiamento e gestão das políticas de prevenção e de combate ao abuso e à exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 4º Os conselhos de direitos da criança e do adolescente, organizações da sociedade civil e representantes do Ministério Público realizarão, em conjunto com o poder público, em intervalos de 3 (três) anos, avaliações periódicas da implementação dos Planos de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, a serem





CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

definidas em regulamento, com o objetivo de verificar o cumprimento das metas estabelecidas e de elaborar recomendações aos gestores e aos operadores das políticas públicas.

§ 5º Haverá ampla divulgação do conteúdo do Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente.

Art. 5º Os arts. 121 e 122 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 121.

.....

§ 2º-B
.....

III - 2/3 (dois terços) se o crime for praticado em instituição de educação básica pública ou privada.

.....” (NR)

“Art. 122.

.....

§ 3º
.....

III - se o autor é líder, coordenador ou administrador de grupo, de comunidade ou de rede virtual, ou por estes é responsável.

.....” (NR)

Art. 6º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 146-A:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

5

"Intimidação sistemática (*bullying*)"

Art. 146-A. Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação, ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais:

Pena - multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

**Intimidação sistemática virtual
(*cyberbullying*)**

Parágrafo único. Se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos *on-line*, por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real:

Pena - reclusão, de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave."

Art. 7º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

.....

X - induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação realizados por meio da





CÂMARA DOS DEPUTADOS

6

rede de computadores, de rede social ou transmitidos em tempo real (art. 122, *caput* e § 4º);

XI - sequestro e cárcere privado cometido contra menor de 18 (dezoito) anos (art. 148, § 1º, inciso IV);

XII - tráfico de pessoas cometido contra criança ou adolescente (art. 149-A, *caput* e § 1º, inciso II).

Parágrafo único.
.....

VI - os crimes previstos no § 1º do art. 240 e no art. 241-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).” (NR)
Art. 8º Os arts. 240 e 247 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 240.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem:

I - agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no *caput* deste artigo, ou ainda quem com esses contracenar;

II - exhibe, transmite, auxilia ou facilita a exibição ou transmissão, em tempo real, pela rede mundial de computadores, por aplicativos, por meio de dispositivo informático ou qualquer meio ou ambiente digital, de cena de sexo explícito ou pornográfica com a participação de criança ou adolescente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

7

....." (NR)

"Art. 247.

§ 1º Incorre na mesma pena quem exhibe ou transmite imagem, vídeo ou corrente de vídeo de criança ou adolescente envolvido em ato infracional ou em outro ato ilícito que lhe seja atribuído, de forma a permitir sua identificação.

....." (NR)

Art. 9º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 59-A e 244-C:

"Art. 59-A. As instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada 6 (seis) meses.

Parágrafo único. Os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com criança e adolescente, independentemente de recebimento de recursos públicos, deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores."

"Art. 244-C. Deixar o pai, a mãe ou o responsável legal, de forma dolosa, de comunicar à autoridade pública o desaparecimento de criança ou adolescente:



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****8**

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.”

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente



Data do Documento: 21/09/2023

Of. nº 215/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 4.224, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares; prevê a Política Nacional de Prevenção e Proteção ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA
Presidente

2331701



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2331701>

Avulso do PL 4224/2021 [10 de 11]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1940;2848>

- art121

- art122

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); ECA - 8069/90

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>

- art240

- art240_par1

- art241-2

- art247

- Lei nº 8.072, de 25 de Julho de 1990 - Lei dos Crimes Hediondos - 8072/90

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8072>

- art1

- Lei nº 13.185, de 6 de Novembro de 2015 - LEI-13185-2015-11-06 - 13185/15

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13185>

- Lei nº 13.431, de 4 de Abril de 2017 - LEI-13431-2017-04-04 - 13431/17

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2017;13431>

- Lei nº 14.344, de 24 de Maio de 2022 - Lei Henry Borel - 14344/22

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022;14344>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 309, DE 2023

Dispõe sobre a capacitação das equipes de todos os níveis de atenção à saúde em procedimentos especializados e qualificados de atenção a mulheres vítimas de violência.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2233048&filename=PL-309-2023



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 309/2023 [1 de 4]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Dispõe sobre a capacitação das equipes de todos os níveis de atenção à saúde em procedimentos especializados e qualificados de atenção a mulheres vítimas de violência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a capacitação das equipes de todos os níveis de atenção à saúde em procedimentos especializados e qualificados de atenção a mulheres vítimas de violência.

Art. 2º Os membros das equipes de todos os níveis de atenção à saúde terão acesso a ações de educação continuada com foco na atenção especializada a mulheres vítimas de violência, nos termos de regulamento.

§ 1º As ações de que trata o *caput* deste artigo têm como objetivo principal promover a capacitação e o desenvolvimento dos profissionais integrantes das equipes de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), a fim de que possam dar orientação adequada e prestar atendimento especializado, qualificado, acolhedor e isento de pré-julgamentos às mulheres vítimas de violência.

§ 2º Para fins desta Lei, são consideradas ações de educação continuada cursos de aperfeiçoamento ou atualização, palestras, seminários, oficinas e outras atividades semelhantes, os quais deverão ser realizados durante toda a trajetória dos profissionais integrantes das equipes de saúde do SUS.

Avulso do PL 309/2023 [2 de 4]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

§ 3º A participação nas ações de educação previstas nesta Lei será computada para fins de cumprimento da carga horária mensal do profissional de saúde, bem como poderá ser considerada na avaliação profissional, nos termos do regime de trabalho a que estiver submetido.

Art. 3º São objetivos desta Lei prevenir o feminicídio, evitar novas agressões e identificar eventuais marcas de violência, por meio das seguintes ações:

I - aprimoramento da capacidade dos membros das equipes de todos os níveis de atenção à saúde na abordagem sensível e empática das mulheres vítimas de violência;

II - capacitação dos membros das equipes de todos os níveis de atenção à saúde no reconhecimento de sinais de violência, bem como na avaliação da gravidade da situação, considerados os aspectos físicos, emocionais e psicossociais;

III - familiarização das equipes de saúde com o atendimento às vítimas de violência, permitindo que os procedimentos adequados sejam seguidos para o acolhimento, encaminhamento e acompanhamento das mulheres.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 309/2023 [3 de 4]



Data do Documento: 21/09/2023

Of. nº 214/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 309, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Dispõe sobre a capacitação das equipes de todos os níveis de atenção à saúde em procedimentos especializados e qualificados de atenção a mulheres vítimas de violência”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA
Presidente



Assi
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2331694>

Avulso do PL 309/2023 [4 de 4]

2331694



Projeto de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4633, DE 2023

Denomina “Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade” o trecho da BR-135, compreendido entre os quilômetros 374,5 e 379,7 na travessia urbana no município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão, e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4633/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Weverton

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2023

Denomina “Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade” o trecho da BR-135, compreendido entre os quilômetros 374,5 e 379,7 na travessia urbana no município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão, e dá outras providências.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica denominada “Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade” o trecho da BR-135, compreendido entre os quilômetros 374,5 e 379,7 na travessia urbana no município de São Domingos do Maranhão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Essa proposição já foi apresentada na Câmara dos Deputados pelo ilustre Deputado Pedro Fernandes, sendo aprovada e enviada ao Senado Federal, nesta Casa Legislativa, foi arquivada em 2022. Com o intuito de homenagiar o Município de São Domingos do Maranhão e o próprio Estado do Maranhão, reapresento esse projeto de lei.

Francisco Alves Andrade, conhecido como “Chico do Horácio”, faleceu no ano de 2009, e exerceu dois mandatos de Prefeito do Município de São



Assinado eletronicamente por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6515633645>

Avulso do PL 4633/2023 [2 de 3]



Domingos do Maranhão, com desenvoltura, dedicação e realização de muitas melhorias, prestando relevantes serviços tanto ao Município de São Domingos quanto ao próprio Estado do Maranhão, distinguindo-se como uma personalidade atuante e notável especialmente pelo trato das questões administrativas, sociais e humanas.

É fato que o costume de batizar com nomes de cidadãos notáveis os logradouros e vias, concede maior identificação, e até personalidade própria a estes locais. Bem mais que a frieza dos números, esta deferência serve para notabilizar não apenas os homenageados, como também o próprio município e seus cidadãos.

Desse modo, esse projeto de lei é uma justa e merecida homenagem à memória desse maranhense, que muito contribuiu para o progresso e desenvolvimento do Município de São Domingos do Maranhão e do próprio Estado do Maranhão.

Sala das sessões,

Senador Weverton

PDT-MA



Assinado eletronicamente por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6515633645>

Avulso do PL 4633/2023 [3 de 3]



Projeto de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 199, DE 2023

Estabelece normas gerais nacionais relativas à natureza, funções e processos do sistema de controle interno previsto nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal.

AUTORIA: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do PLP 199/2023 [1 de 37]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

Projeto de Lei nº , de 2023 - Complementar

Estabelece normas gerais nacionais relativas à natureza, funções e processos do sistema de controle interno previsto nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DOS FUNDAMENTOS

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais nacionais relativas à natureza, funções e processos do sistema de controle interno previsto nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal.

§ 1º O sistema de controle interno de que trata o caput integra os processos de fiscalização financeira e de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta a que aludem os arts. 163, inc. V, e 165, § 9º, inc. II, da Constituição Federal, respectivamente.



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [2 de 37]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

§ 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

I - ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município;

II – Poder: cada um dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Tribunal de Contas e qualquer outro órgão ao qual a Constituição ou Lei Orgânica do ente atribua faculdades de autonomia financeira e orçamentária similares aos anteriores;

III – organização: o conjunto de todos os órgãos administrativos e operacionais que materializam a ação de cada um dos Poderes a que se refere o inc. II;

IV – agente: membro de Poder, dirigente político, servidor, militar, empregado ou preposto que tenha sob sua responsabilidade a execução de tarefas de gestão no âmbito de cada organização envolvida;

V – critérios de gestão: critérios a serem aplicados na avaliação dos atos de gestão, em particular:

a) economicidade: a minimização dos custos dos insumos utilizados na consecução de políticas públicas, programas ou ações da administração, sem comprometimento dos padrões de qualidade;

b) eficiência: a relação entre os produtos, bens e serviços e os custos dos respectivos insumos, em um determinado período de tempo;

c) eficácia: o grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo;

d) efetividade: a relação entre os impactos sobre a realidade econômica e social decorrentes de políticas públicas, programas ou ações da administração e aqueles esperados; e



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [3 de 37]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

e) equidade: a possibilidade de acesso aos benefícios de políticas públicas, programas ou ações da administração por parte dos grupos sociais menos favorecidos, quando comparados às mesmas possibilidades da média dos potenciais beneficiários;

VI – conflito de interesse: conjunto de circunstâncias que cria risco de que a capacidade de um indivíduo de formular julgamentos ou agir no desempenho de sua função organizacional seja, ou possa vir a ser, limitada ou influenciada por interesse secundário, independentemente de o indivíduo vir a ceder a tais circunstâncias ou não em qualquer caso concreto.

§ 3º Esta Lei Complementar estabelece conceitos, princípios e critérios gerais de atuação, que serão desenvolvidos em função das melhores práticas técnicas e gerenciais disponíveis por meio da legislação de cada ente e do estabelecimento de padrões, normativos, guias e documentos orientativos pelos órgãos competentes, na forma aqui definida.

Art. 2º O sistema de controle interno de que trata o art. 74 da Constituição Federal funcionará nos termos desta Lei Complementar, no âmbito de cada ente, organizado no âmbito de cada Poder e atuando de forma integrada entre estes, tendo por finalidades primordiais:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do ente;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto aos aspectos de legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, equidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do ente, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do ente;



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [4 de 37]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

IV - apoiar o controle externo que tem jurisdição sobre o ente, no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Para o atingimento das finalidades mencionadas no caput, o sistema de controle interno deve representar um processo estruturado, de responsabilidade de toda a instituição, desenhado para enfrentar riscos e fornecer segurança razoável sobre o alcance dos objetivos institucionais, em particular no que se refere a:

I - cumprimento da Constituição Federal, leis e regulamentos aplicáveis, bem como políticas, programas, planos, procedimentos e rotinas estabelecidos pela Administração no cumprimento de seus objetivos;

II - eficácia e eficiência operacional, bem como os demais critérios elencados no art. 2º, inc. III;

III - mensuração de desempenho, transparência e divulgação pública das informações financeiras, contábeis, administrativas e gerenciais;

IV - proteção, custódia e salvaguarda de bens, ativos e recursos públicos;

V - garantia da integridade, confiabilidade e disponibilidade da informação produzida para a tomada de decisões e para o cumprimento das obrigações de transparência e prestação de contas, bem como dos respectivos documentos e demonstrativos; e

VI – fomento à transparência e ao controle social.

§ 2º São critérios que presidem todas as atividades dos sistemas de controle interno de que trata esta Lei Complementar os princípios constitucionais e legais da administração pública, em especial os de legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade.



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [5 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

§ 3º Todas as modalidades e atividades de controle previstas nesta Lei Complementar poderão ser exercidas, do ponto de vista temporal, de forma prévia, concomitante e posterior.

Art. 3º Os sistemas de controle interno de que trata esta Lei Complementar são compostos de conjunto de ações e estruturas dentro de cada Poder, que envolvem:

I - ambiente de controle, formado pelos valores que conduzem a atuação das pessoas no exercício das respectivas prerrogativas e responsabilidades na organização;

II - avaliação de riscos feita pela organização quanto ao atingimento de cada objetivo fixado;

III - leque de atividades de controle, tarefas e procedimentos deliberadamente escolhidos pela organização para enfrentar os riscos previamente identificados;

IV - instrumentos de informação e comunicação destinados à captura e troca das informações necessárias para planejar, dirigir e controlar as operações;

V - dispositivos de monitoramento do controle interno para avaliar a qualidade, os resultados e as necessidades de correção do conjunto desses componentes; e

VI – estruturas administrativas com atribuições específicas voltadas ao cumprimento do previsto nesta Lei Complementar, que, sem substituir as responsabilidades das demais unidades organizacionais, seus dirigentes e gestores, contribuem em graus variados para a materialização dos componentes previstos nos incisos anteriores, especialmente o monitoramento objeto do inc. V.

Art. 4º Prestará contas, em cumprimento ao art. 70 da Constituição Federal, qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens ou valores públicos ou



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [6 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

pelos quais respondam os entes da Federação ou órgãos e entidades que lhe componham a administração, ou que, em nome destes, assumam obrigações de natureza pecuniária.

§ 1º A responsabilidade pela institucionalização e observância do disposto nesta Lei Complementar compete a todos aqueles que assumem funções políticas, administrativas e gerenciais em cada Poder e ente, no limite de suas atribuições, sem prejuízo das competências das estruturas administrativas específicas aqui mencionadas.

§ 2º É responsabilidade do titular de cada Poder assegurar a observância dos princípios institucionais e cuidados organizacionais previstos nesta Lei Complementar, inclusive mediante o estabelecimento das normas administrativas internas pertinentes.

§ 3º As prestações de contas dos administradores e responsáveis por bens e valores públicos serão apresentadas na forma da legislação aplicável, observado sempre um período não superior a dezoito meses entre o recebimento de bens ou recursos públicos ou renúncia de receitas por parte do beneficiário e a obrigatoriedade da respectiva apresentação da prestação de contas.

§ 4º A responsabilidade de que trata o § 3º deste artigo alcança:

I – a gestão dos bens e valores públicos até o término do exercício do cargo ou mandato;

II – o cumprimento das obrigações de gestão fiscal estabelecidas pela legislação, em particular todas aquelas exigidas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

III – a elaboração e a apresentação das prestações de contas que, na forma da legislação aplicável, tenham que ser apresentadas até o término do exercício do cargo ou mandato.



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [7 de 37]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

IV - a manutenção de todos os registros e documentos relativos à execução procedida no respectivo cargo ou mandato, bem como a elaboração de todos os demonstrativos e prestações parciais exigíveis até o seu término e a execução das alterações e atualizações de dados e documentos do ente nos cadastros estabelecidos pelos órgãos concedentes para fins de controle e autorização da realização de transferências obrigatórias ou voluntárias.

§ 5º Os titulares do exercício de cargo ou mandato deverão:

I – elaborar e apresentar a prestação de contas da aplicação de recursos públicos de responsabilidade dos que lhes antecederam, cuja exigibilidade ocorra após o início do exercício do cargo ou mandato, sem prejuízo da integral responsabilidade dos antecessores pela aplicação dos recursos por eles geridos;

II – manter, no exercício do respectivo cargo ou mandato, todos os registros e documentos relativos à execução de bens e valores públicos por seus antecessores, bem como conceder a estes amplo acesso a tais registros e documentos para fins de prestação das respectivas contas.

III – apresentar as contas referentes aos recursos recebidos por seu antecessor, quando este não o tiver feito, ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público, sob pena de corresponsabilidade.

CAPÍTULO II

DAS AÇÕES E PROCEDIMENTOS DE CONTROLE INTERNO

SEÇÃO I

Dos componentes gerais das ações de controle interno



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [8 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

Art. 5º O ambiente de controle a que se refere o art. 3º, inc. I é requisito para a criação e manutenção dos controles internos nas organizações abrangidas por esta Lei Complementar, e envolve:

I – cultura de valores éticos apropriada à organização, praticados e demonstrados desde a alta administração; e

II – instrumentos normativos claros e formalizados que contemplem:

a) código de ética estabelecendo padrões adequados de comportamento e práticas operacionais aceitáveis;

b) regras claras definindo os potenciais conflitos de interesse e sua prevenção;

c) estrutura organizacional que defina claramente as áreas de responsabilidade e as linhas de autoridade e de relatório; e

III – a formulação, pela autoridade competente, bem como o registro e documentação sistemáticos:

a) dos objetivos e metas da ação da organização;

b) dos indicadores e métodos de avaliação da gestão.

Art. 6º A avaliação de risco a que se refere o art. 3º, inc. I, envolve atividades destinadas a:

I – avaliar riscos ou oportunidades de ocorrência de eventos ou situações que possam dificultar ou contribuir para o alcance de cada um dos objetivos fixados pela organização, nos termos do art. 5º, inc. III, alínea ‘a’, sob a perspectiva de probabilidade e impacto de sua ocorrência;



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [9 de 37]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

II – identificar estratégias de resposta a riscos, com o objetivo de evitar, transferir, aceitar ou tratar os riscos identificados nos termos do inc. I deste parágrafo, em função do nível de exposição a riscos previamente estabelecido pela organização à luz de sua missão institucional e da legislação aplicável; e

III – monitorar o resultado da organização em termos do sucesso da gestão de riscos.

Art. 7º As atividades de controle representam as políticas e procedimentos estabelecidos e executados para mitigar os riscos que a administração decida tratar e para assegurar a implantação dos critérios e cuidados mencionados nesta Lei Complementar.

§ 1º Dentre as atividades a que se refere este artigo incluem-se:

I - os procedimentos para autorização e aprovação de transações e para delegação e avocação de responsabilidades;

II – os procedimentos para registro completo e tempestivo das transações e eventos da organização, de forma tal que esse registro mantenha relevância e valor para a administração no controle das operações e na tomada de decisão; e

III – a execução planejada de verificações, conciliações, revisões de desempenho e avaliação de operações, de processos e de atividades, incluindo:

a) comparação periódica do desempenho verificado com os resultados esperados, com a análise das diferenças e suas causas, incluindo práticas de avaliação e monitoramento contínuos das políticas públicas a cargo da organização e de sua articulação com o ciclo orçamentário, baseando-se em critérios e boas práticas reconhecidas e comparáveis com padrões internacionais;



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [10 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

b) implantação de controles físicos e de tecnologia adequados destinados a salvaguardar os ativos materiais e de informação, a assegurar que o acesso aos recursos e registros da organização esteja limitado aos indivíduos autorizados segundo suas competências e atribuições na organização, sem prejuízo do princípio geral de publicidade e transparência dos atos de gestão, e a registrar a responsabilidade pelo uso desses recursos;

IV – segregação de funções nas tarefas de autorização, execução, registro e controle de transações, assegurando que, em qualquer procedimento na organização, sejam necessariamente exercidos por agentes diferentes os atos de:

- a) ordenação de despesa ou ato;
- b) emissão de parecer prévio, quando aplicável;
- c) publicação do ato administrativo;
- d) acompanhamento e atestação da entrega de bens ou prestação de serviços de terceiros;
- e) custódia de bens ou valores;
- f) execução orçamentária;
- g) execução financeira;
- h) registro contábil do ato ou fato, quando este não seja executado automaticamente por sistema automatizado de administração financeira; e
- i) auditoria ou fiscalização posterior.

V – mecanismos de garantia da unidade de tesouraria, destinados a assegurar que:



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [11 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

a) as disponibilidades de caixa dos Poderes e das organizações a eles subordinadas, incluindo os recursos provenientes de todas as fontes, fiquem depositadas e sejam movimentadas exclusivamente na conta única do respectivo ente ou instrumento que nele for adotado para garantir a observância ao princípio de unidade de tesouraria expresso no art. 164, § 3º, da Constituição Federal, vedada a criação de qualquer outra forma de movimentação financeira;

b) o disposto na alínea 'a' seja evidenciado pela respectiva escrituração contábil, que deve abranger a universalidade dos bens da respectiva organização;

c) sejam abertas exceções ao disposto as alíneas anteriores exclusivamente para:

1. os recursos das empresas controladas pelos respectivos entes para as quais a legislação respectiva não disponha sobre a obrigatoriedade de utilização do mecanismo de unidade de tesouraria de que trata o § 2º; e

2. os fundos de natureza financeira cuja manutenção em contas bancárias próprias seja autorizada tanto pela legislação nacional relativa a finanças públicas quanto pela legislação específica do respectivo ente.

§ 2º Os recursos e procedimentos de transparência, nos termos do Capítulo IV desta Lei Complementar, são considerados parte integral das atividades de controle.

§ 3º No desenho das atividades de controle, observar-se-á avaliação prévia de custo-benefício, evitando-se a criação de ações cujo custo seja comprovadamente superior ao benefício que dele se projeta obter.

Art. 8º Os instrumentos de informação e comunicação a que se refere o art. 3º, inc. IV, devem ser usados em toda a extensão possível, alcançando todos os integrantes da organização, com os fins de:



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [12 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

I – explicitar os objetivos estratégicos, táticos e operacionais definidos para todos os níveis da organização, nos termos do art. 5º, inc. III, alínea ‘a’;

II – reforçar a importância dos padrões éticos estabelecidos pela organização e da observância dos preceitos contemplados nesta Lei Complementar.

Art. 9º O monitoramento a que alude o art. 3º, inc. V, é responsabilidade do nível mais alto da organização e destina-se:

I - à avaliação periódica dos componentes do controle interno da organização e da sua gestão de riscos, para assegurar continuamente sua qualidade e funcionalidade;

II – ao acompanhamento da implementação das determinações ou recomendações resultantes de auditorias e avaliações de controle procedidas pela própria organização, ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

§ 1º Sem prejuízo das competências dos órgãos mencionados no Capítulo III desta Lei Complementar, os Poderes e organizações subordinadas poderão instituir órgãos de auditoria interna para exercer as tarefas de monitoramento de todas as atividades de controle interno, segundo as técnicas mais adequadas de projeto de controles internos, auditoria e acompanhamento.

§ 2º As unidades de auditoria interna a que se refere o § 1º:

I - terão vinculação hierárquica ao nível mais elevado na hierarquia da organização respectiva;

II – apresentarão ao escalão hierárquico a que se refere o inc. I o respectivo plano de ação, em periodicidade no mínimo anual;



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [13 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

III - selecionarão as atividades a serem fiscalizadas segundo os critérios de relevância, risco e materialidade, evidenciando no respectivo planejamento a aplicação concreta desses critérios para o período a que se refere.

SEÇÃO II

Dos procedimentos e parâmetros específicos para controles internos

Art. 10. São procedimentos específicos de controles internos voltados à preservação do patrimônio público e dos ativos físicos dos Poderes e organizações a eles vinculadas:

I – a manutenção, pelo ente, de cadastro informatizado unificado de todas as obras de engenharia e serviços a elas associados custeados com recursos previstos na respectiva lei orçamentária anual, observado que o mencionado cadastro:

a) abranja as obras e serviços de responsabilidade de todos os Poderes, incluindo ainda aquelas executadas:

1. de forma descentralizada mediante transferência de recursos a outro ente da Federação ou entidade privada; ou

2. por entidades integrantes de seu orçamento de investimento; ou

3. na forma de inversões financeiras ou subvenções econômicas concedidas, inclusive no âmbito de concessões ou parcerias público-privadas.

b) contemple no mínimo os dados relativos a:

1. número de identificação único e coordenadas geográficas de cada obra ou serviço;

2. descrição e características da obra ou serviço, na forma do regulamento;



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [14 de 37]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

3. dimensões quantitativas, com as respectivas unidades de medida;
 4. valor estimado da obra ou do serviço, indicando a metodologia de apuração, bem como programa de trabalho correspondente à alocação orçamentária de recursos do ente para a obra a cada exercício;
 5. cronogramas e grau de execução da obra, com indicação da data de referência, metodologia de apuração e fiscalização e datas de cada medição;
 6. identificação das anotações de responsabilidade técnica de cada projeto, orçamento, execução e fiscalização da obra ou serviço, na forma da legislação específica, contemplando todo o histórico de responsabilidade técnica ao longo do empreendimento;
 7. cronograma previsto e executado de verificação e atualização das informações da obra.
- c) tenha seu acesso integralmente franqueado à consulta pública irrestrita na internet para fins de controle social.
- II – a obrigatoriedade de prévio registro de todas as informações relativas a qualquer obra ou serviço no cadastro de que trata o inc. I para que sejam celebrados contratos ou reconhecidos compromissos de despesa em relação à obra ou serviço;
- III – a vedação de alocação de recursos a novos projetos de obras ou serviços nos respectivos orçamentos antes de que tenham sido adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público em proporções definidas na lei de diretrizes orçamentárias, em nenhum caso podendo ser inferiores aos seguintes percentuais sobre o total de dotações de cada órgão ou entidade destinadas a obras, equipamentos físicos e sistemas de tecnologia de informação:
- a) quatro por cento para manutenção e conservação de obras, equipamentos físicos e sistemas de tecnologia de informação;



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [15 de 37]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

b) setenta por cento para continuidade da execução dos projetos de obras, equipamentos físicos e sistemas de tecnologia de informação em andamento;

IV – a vedação ao financiamento com recursos do ente a obras ou serviços em ativos públicos que são objeto de concessão, arrendamento ou outro tipo de cessão da exploração a terceiros alheios à Administração Pública, exceto quando esse desembolso tenha ensejado prévio reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão ou arrendamento respectivo em função dos seus efeitos, o que deve ser comprovado mediante inscrição, na própria descrição da ação orçamentária, da individualização do número e da data de publicação no Diário Oficial do ente respectivo do instrumento contratual que tenha por objeto o mencionado reequilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º Para efeitos da aplicação do critério contido no inciso III do caput:

I – considera-se em andamento o projeto que tiver sua execução física superior a vinte por cento no cadastro de que trata o inciso I do caput, para o qual nele não conste motivo legítimo de paralisação por impedimento técnico, ambiental ou legal;

II – a demonstração do cumprimento do critério far-se-á quando da apresentação do projeto da lei orçamentária anual e quando da respectiva aprovação, com base em dados do cadastro de que trata o inciso I do caput.

§ 2º Ficam ressalvadas da divulgação pública de que trata o inc. I, alínea 'c' do caput, § 1º, mantidas de forma irrestrita as exigências de inclusão das informações completas no cadastro e a transferência do sigilo em consultas dos órgãos de controle interno e externo do ente, as informações constantes dos itens 2 a 7 da alínea 'b' do mesmo inciso, relativas aos projetos, obras e serviços:

I - das empresas integrantes do orçamento de que trata o inciso II do § 5º do art. 165 da Constituição, desde que sejam reconhecidas por decreto do



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [16 de 37]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

respectivo ente como segredo industrial decorrente da exploração direta de atividade econômica pela respectiva empresa; e

II – ativos destinados a programas de proteção a vítimas ou testemunhas ameaçadas, ou de natureza policial ou militar cuja divulgação ponha em perigo a segurança da sociedade ou do Estado.

§ 3º São facultadas a utilização compartilhada do mesmo cadastro por mais de um ente, bem como a cessão entre eles dos recursos e soluções de tecnologia da informação para a implantação do cadastro.

Art. 11. São parâmetros específicos de controles internos voltados à fiscalização de contratos celebrados pelos entes e organizações:

I – a observância dos procedimentos legais para licitação, formalização e execução dos contratos, inclusive quanto à existência dos fundamentos fáticos para a caracterização das hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação; e

II – a economicidade, em particular mediante a observação de:

a) compatibilidade entre o custo unitário e global dos produtos e serviços adquiridos e os preços de mercado;

b) especificação adequada, nos termos da licitação e do contrato, das obrigações impostas ao contratante e dos procedimentos de medição e pagamento.

Art. 12. São parâmetros específicos de controles internos voltados à escrituração contábil e patrimonial:

I – a manutenção, na respectiva unidade e em boa ordem, da documentação comprobatória da execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades integrantes das organizações, devendo ficar à disposição dos órgãos de controle interno e externo, nas condições e nos prazos estabelecidos pelo órgão responsável pela normatização dos procedimentos de contabilidade do ente;



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [17 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

II – a atribuição de responsabilidades individuais para os bens móveis, materiais, equipamentos e estoques aos gestores respectivos, registradas em escrituração analítica e acompanhadas mediante verificações e levantamentos físicos periódicos.

Art. 13. São parâmetros específicos de controles internos voltados às empresas públicas e sociedades de economia mista de que trata o art. 173, § 1º, da Constituição Federal:

I – é facultado ao controlador da empresa pública e da sociedade de economia mista orientar as atividades da companhia de modo a atender ao interesse público que justificou sua criação, mediante o exercício das prerrogativas societárias do poder de controle, respondendo pelos atos praticados que configurem abuso de poder de controle;

II - para fins de caracterização dos atos indicados no caput deste artigo, aplicam-se as normas da legislação societária que regem o abuso de poder de controle na sociedade anônima;

III - as empresas públicas e as sociedades de economia mista submeter-se-ão ao pleno controle dos sistemas de controle interno e externo ao qual competirem a fiscalização da pessoa jurídica de direito público controladora, a ser exercido com todas as prerrogativas asseguradas pela Constituição, por esta Lei Complementar e pelas respectivas leis orgânicas;

IV - a fiscalização de que trata este artigo considerará as condições concretas de mercado sob as quais atua a entidade fiscalizada, assegurada a prevalência dos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, das disposições desta Lei Complementar e das demais leis e regulamentos que lhes resultem aplicáveis;

V – a natureza estratégica, mercadológica ou de segredo industrial de contratos ou atividades das entidades de que trata este artigo não será oponível à fiscalização pelo sistema de controle interno e externo, sem prejuízo da observância por estes das normas relativas à transferência e conservação de sigilo



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [18 de 37]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

constantes desta Lei Complementar e da legislação societária e da responsabilização administrativa, civil e penal do agente que der causa à sua eventual divulgação.

VI - O disposto neste artigo:

a) não substitui nem afasta as obrigações decorrentes da legislação societária; e

b) estende-se a qualquer subsidiária, coligada ou controlada de empresa pública e sociedade de economia mista.

Art. 14. São procedimentos específicos de controles internos voltados à captação de informações críticas:

I - a existência de canais alternativos de comunicação, diferentes dos canais usuais, para transmitir informação crítica, como denúncias de atos ilegais ou incorretos ou de riscos iminentes, com o fim de propiciar segurança àqueles que necessitem utilizar-se de tais meios de comunicação em benefício da organização;

II – a existência de mecanismos de proteção ao denunciante.

§ 1º São mecanismos de proteção ao agente denunciante que representar acerca de fundados indícios de irregularidades ou ilegalidades em qualquer organização, Poder ou ente, nos termos da legislação que regule procedimentos administrativos, civis ou penais nos quais seja permitido o oferecimento de representações:

I - a alteração de sua subordinação em relação à autoridade representada, caso exista, mediante requerimento do agente;

II - a vedação a ser removido da localidade em que estiver lotado, exceto com sua anuência;



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [19 de 37]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

III - o acolhimento, quando cabível, em programa de assistência a vítimas e a testemunhas ameaçadas, na forma da legislação que o regula.

§ 2º Para efeitos de estruturação e aplicação dos mecanismos de que trata o § 1º, observar-se-ão as seguintes disposições:

I - a condição de servidor representante será reconhecida, a pedido ou de ofício, pelos dirigentes máximos dos Poderes, pelos Ministros de Estado ou equivalentes no âmbito de cada ente, por qualquer membro do Ministério Público, do Poder Judiciário ou do Tribunal de Contas, ou por presidente de comissão de sindicância ou inquérito administrativo formada para apuração de irregularidades ou ilegalidades nos termos da legislação do ente respectivo, e o reconhecimento será mantido enquanto não ocorrer o trânsito em julgado de todos os processos administrativos ou judiciais em sede dos quais o reconhecimento se tenha dado.

II - o reconhecimento de que trata o inc. I deste parágrafo poderá ser feito a qualquer tempo e terá por critérios a plausibilidade da representação oferecida, à luz dos esclarecimentos e indícios prestados pelo representante, e a preservação de sua pessoa ante quaisquer ameaças ou receios de retaliação ou coerção por parte do agente representado ou de terceiros;

III - A autoridade que reconhecer a condição de servidor representante:

a) deverá ser formalmente notificada da abertura de qualquer processo administrativo que tenha por objeto o representante, bem como da formalização de qualquer ato administrativo que altere a sua condição funcional, no prazo máximo de cinco dias, sob pena de nulidade dos mencionados processos ou atos;

b) terá pleno acesso aos processos ou atos mencionados na alínea 'a' anterior, e adotará as medidas legais cabíveis quando caracterizada retaliação ou coerção, ou comprovada ameaça, por parte do agente representado ou de terceiros.



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [20 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

IV - O representante não se sujeitará a qualquer sanção administrativa, cível ou penal, em decorrência da representação, salvo em caso de comprovada má-fé ou do oferecimento de representação infundada com o objetivo de obter as garantias previstas neste artigo.

CAPÍTULO III

DAS ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS ESPECÍFICAS DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO

SEÇÃO I

Das estruturas administrativas

Art. 15. Cada Poder terá em seu sistema de controle interno um conjunto de natureza permanente, formado por órgãos, funções e atividades articulados por órgão central de coordenação e dedicado especificamente ao desempenho das funções definidas no art. 2º, caput, desta Lei Complementar.

§ 1º Compete aos Poderes definir a estrutura e os arranjos organizacionais necessários para permitir o funcionamento integrado do sistema previsto neste artigo.

§ 2º A regulamentação de que trata o § 1º definirá o órgão ou unidade que exercerá o papel de órgão central do sistema de controle interno, o qual:

I – terá vinculação hierárquica e funcional direta ao titular do respectivo Poder;

II – exercerá a orientação normativa e a supervisão técnica dos demais órgãos, unidades e entidades integrantes do sistema.



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [21 de 37]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

§ 3º Na omissão da regulamentação de que trata o § 1º, a autoridade máxima do Poder arcará com as responsabilidades atribuídas ao titular do órgão central do sistema de controle interno.

§ 4º É facultada a escolha, pelos demais Poderes, do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo do ente respectivo como seu próprio órgão central, bem como a adoção automática de suas orientações e padrões técnicos.

§ 5º A lei poderá estabelecer órgãos específicos para o Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde, integrados ao órgão máximo de gestão do SUS em cada ente e distintos do órgão de controle interno do mesmo ente, regulados e coordenados em nível nacional pelo gestor do componente nacional tal como definido pela legislação que regulamente as ações e serviços de saúde nos termos do art. 197 da Constituição Federal.

Art. 16. No cumprimento da sua missão, os órgãos do sistema de controle interno desempenharão, além de outras que vierem a ser estabelecidas na regulamentação a que alude o art. 13, as seguintes atribuições:

I - avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no plano plurianual, as disposições da lei de diretrizes orçamentárias e a execução dos orçamentos do ente;

II - fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo, inclusive ações descentralizadas realizadas à conta de recursos oriundos dos orçamentos do ente, quanto ao nível de execução das metas e objetivos estabelecidos e à qualidade do gerenciamento;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres do ente;

IV - fornecer informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos do ente;



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [22 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

V - realizar auditoria sobre a gestão dos recursos públicos do ente sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados;

VI - apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos do ente e, quando for o caso, comunicar à unidade responsável pela contabilidade para as providências cabíveis;

VII - realizar auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais;

VIII - avaliar o desempenho da auditoria interna dos órgãos e entidades do ente;

IX - elaborar a prestação de contas anual do titular do Poder Executivo do ente, a ser encaminhada ao Legislativo nos termos da respectiva Constituição ou Lei Orgânica; e

X - criar condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos dos orçamentos do ente.

§ 1º No caso de transferências intergovernamentais que não constituam receita própria do ente beneficiário, a verificação da legalidade, da legitimidade e da economicidade da gestão, bem como da eficiência, da eficácia e da efetividade da aplicação do recurso, ficará a cargo do órgão repassador do recurso e do sistema de controle interno que sobre ele tenha jurisdição, sem prejuízo:

I - das prerrogativas dos respectivos sistemas de controle externo; e

II – da possibilidade de entendimentos de cooperação técnica para auxílio recíproco e intercâmbio de informações com os órgãos de controle interno e externo dos entes beneficiários.



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [23 de 37]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

§ 2º Quanto às renúncias de receita, a fiscalização de todos os aspectos de que trata esta Lei Complementar:

I - abrangerá tanto os beneficiários quanto os órgãos ou entidades supervisores, operadores ou que tenham atribuição relacionada à gestão do recursos envolvidos;

II – terá por parâmetros, pelo menos, a verificação de:

a) pleno exercício, por parte dos entes envolvidos, da competência para arrecadar tributos, em particular no que se refere às exigências do art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

b) relação custo-benefício estimada e atingida da renúncia, considerando-se os impactos no equilíbrio fiscal, na receita corrente líquida, no cumprimento dos limites de que trata a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, e nos níveis de investimento e emprego;

c) observância do princípio constitucional da impessoalidade na concessão dos benefícios fiscalizados;

d) razões que levaram à opção pela renúncia de receita, frente à concessão de subsídios diretos registrados no orçamento do ente; e

e) fiel cumprimento dos termos da lei que estabeleceu o benefício, inclusive quanto à publicidade e transparência na evidenciação da concessão do benefício.

§ 3º A fiscalização de que trata o caput deste artigo alcança a fiscalização de todos os aspectos apontados nesta Lei Complementar, observados os termos da legislação respectiva:

I – dos serviços públicos prestados por entidades privadas, inclusive sob regime de concessão, permissão ou arrendamento de bens públicos; e



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [24 de 37]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

II – dos órgãos e entidades que arrecadem ou sejam beneficiários de contribuições parafiscais, ainda que assumam natureza jurídica de direito privado e não integrem a estrutura da administração pública.

SEÇÃO II

Dos elementos básicos dos procedimentos e processos dos órgãos do sistema de controle interno

Art. 17. No cumprimento de suas finalidades institucionais, os órgãos do sistema de controle interno de que trata o art. 13 utilizar-se-ão de todos os instrumentos e funções disponíveis ao controle, em especial:

I - a auditoria, como instrumento visando a prestação de contas, que avaliará ações implementadas pela administração pública segundo critérios previamente definidos e adequados, com o fim de expressar uma conclusão quanto ao funcionamento de políticas públicas para a gestão responsável e para a sociedade;

II - a controladoria, que subsidiará a tomada de decisão governamental a partir da modelagem, sistematização, geração, comparação e análise de informações relativas a custos, eficiência, desempenho e cumprimento de objetivos;

III - a ouvidoria, que fomentará o controle social e a participação popular, por meio do recebimento, registro e tratamento de denúncias e manifestações do cidadão sobre os serviços prestados à sociedade e sobre a adequada aplicação de recursos públicos; e

IV - a correição, que terá a finalidade de apurar os indícios de ilícitos praticados no âmbito da administração pública e de promover a responsabilização dos envolvidos, por meio dos processos e instrumentos administrativos tendentes a identificação dos fatos apurados, responsabilização dos agentes e obtenção do ressarcimento de eventuais danos causados ao erário.



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [25 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

§ 1º As atividades previstas neste artigo não abrangem a orientação jurídico-normativa da administração pública nem a resposta a consultas interpretativas, sem prejuízo da possibilidade de publicação, em caráter orientativo e sem caráter de prejulgamento de casos concretos, de manuais técnicos e compilações de entendimentos precedentes.

§ 2º. É permitido o compartilhamento, entre os órgãos de controle interno e externo de todos os entes, de informações, documentos, instruções e relatórios técnicos relativos às ações por eles realizadas, bem como o compartilhamento entre esses órgãos, o Ministério Público e os órgãos encarregados por lei do exercício de fiscalização tributária ou administrativa, com a finalidade de subsidiar reciprocamente o exercício das respectivas missões institucionais, inclusive mediante:

I – a concessão recíproca de acesso às respectivas bases de dados; e

II – a representação, de ofício, acerca de qualquer fato que considerem relevante para o exercício das funções atribuídas por lei ao destinatário da mesma.

§ 3º. O compartilhamento de documentos ou informações de que trata o § 2º somente será vedado por disposição específica de lei em contrário, e poderá ser realizado inclusive quando os processos correspondentes não tenham sido formalmente deliberados, observada neste último caso a necessidade de solicitação escrita da parte receptora.

Art. 18. Aos dirigentes dos órgãos e das unidades do sistema de controle interno de que trata o art. 13, no exercício de suas atribuições, é facultado impugnar, mediante representação ao responsável, quaisquer atos de gestão realizados sem a devida fundamentação legal.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência, em até trinta dias, ao Ministro de Estado, Secretário Estadual ou Secretário Municipal supervisor, ou autoridade equivalente, inclusive nos outros Poderes, ao respectivo



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [26 de 37]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

órgão central de controle interno e ao Tribunal ou Conselho de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Quando da irregularidade decorrer prejuízo ao ente, os órgãos do sistema de controle interno adotarão as providências de sua competência, previstas na legislação pertinente, com vistas ao ressarcimento ao erário.

§ 3º Os dirigentes e titulares do sistema de controle interno, bem como os servidores e empregados que nele prestem serviços, são responsáveis por dar ciência a superior hierárquico, dentro do sistema de controle interno, de qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tomem conhecimento no exercício das suas atividades, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 19. No desenvolvimento dos trabalhos de fiscalização em qualquer das modalidades de que trata esta Lei Complementar, os órgãos do sistema de controle interno facultarão, antes da emissão de suas conclusões finais, a possibilidade dos gestores e pessoas fiscalizadas manifestarem suas alegações e esclarecimentos, os quais deverão ser objeto de consideração quando da manifestação conclusiva do órgão.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que o prévio conhecimento dos resultados dos trabalhos de fiscalização em curso possa trazer riscos ao erário público ou embaraços à própria fiscalização, ou em que existam trabalhos conjuntos com investigações de natureza criminal ou judicial que exijam tais precauções, a regulamentação no âmbito de cada ente estabelecerá as hipóteses em que relatórios ou conclusões preliminares possam produzir efeitos jurídicos ou administrativos, mantida sempre a exigência de que, encerrados os trabalhos no âmbito do sistema de controle interno, seja facultada a manifestação do gestor ou pessoa fiscalizada.

Art. 20. Os órgãos do sistema de controle interno publicarão:

I - com periodicidade no mínimo anual, relatório global dos trabalhos de fiscalização, contendo:



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [27 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

a) a identificação de cada trabalho realizado no período, do objeto fiscalizado e dos resultados nele apurados;

b) o cumprimento de cada uma das recomendações e observações formuladas pelos trabalhos anteriores de fiscalização, inclusive as que, realizadas em anos anteriores, ainda não tenham sido consideradas integralmente cumpridas, agrupadas por órgão ou entidade destinatário;

c) a identificação de cada denúncia ou representação formulada no ano em questão pelo sistema de controle interno ao Poder Judiciário, Ministério Público, órgão de controle externo ou outro órgão estatal para o exercício da respectiva autoridade fiscalizadora ou regulatória, com indicação do número do processo ou procedimento em que se converteu no âmbito da autoridade destinatária.

II – o conteúdo integral dos relatórios dos trabalhos de fiscalização considerados definitivamente concluídos, em prazo não superior a um mês de sua conclusão definitiva.

Parágrafo único A publicação de que trata o caput:

I - far-se-á sem prejuízo:

a) das comunicações de natureza processual que sejam decorrentes de cada trabalho individual;

b) das informações e relatórios aos superiores hierárquicos dos órgãos do sistema de controle interno, inclusive o titular do Poder, cuja apresentação a regulamentação do ente entenda adequadas;

c) do fluxo de informações ao sistema de controle externo determinado na forma da legislação específica;

II - será materializada:



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [28 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

a) pela publicação, na página internet do órgão central do sistema de controle interno, dos documentos de que trata o caput, bem como do conteúdo do relatório de que trata o inciso I do caput no formato de dados abertos; e

b) no caso do relatório de que trata o inciso I do caput, também pelo encaminhamento do documento ao titular do Poder ao qual está vinculado o sistema de controle interno e ao Poder Legislativo e ao Tribunal ou Conselho de Contas que exercem o controle externo sobre o ente.

Art. 21. As atribuições que representem o exercício da competência legal dos órgãos de que trata o art. 13 serão desempenhadas por servidores efetivos organizados em carreiras específicas.

§ 1º É vedada a nomeação para o exercício de qualquer cargo, inclusive em comissão, no âmbito dos órgãos de que trata o art. 2, de pessoas que tenham sido, nos últimos cinco anos:

I - responsáveis por atos julgados irregulares por decisão definitiva de tribunal de contas de qualquer ente;

II - punidas, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar por ato lesivo ao patrimônio público no âmbito da administração direta ou indireta de qualquer ente;

III - condenadas em processo criminal por prática de crimes contra a Administração Pública, capitulados nos Títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, e na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, ou nos diplomas legais que vierem a substituí-los.

§ 2º Os cargos de titular do órgão central e dos respectivos órgãos subordinados poderão ser definidos em lei como de livre provimento e exoneração, nos termos do art. 37, inc. II, da Constituição Federal, observadas ainda, em acréscimo às previstas no § 1º as seguintes condicionantes para seu provimento:



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [29 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

I – preferencialmente, serão providos por ocupantes dos cargos efetivos das carreiras a que se refere o caput; e

II - na hipótese de provimento por não integrantes das carreiras nos termos do inc. I, será exigida a comprovação de experiência de, no mínimo, cinco anos em atividades de auditoria, de finanças públicas ou de contabilidade pública.

§ 3º É permitida a contratação de serviços no âmbito dos órgãos a que se refere o art. 13:

I – para a execução das atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, vedada em qualquer caso a contratação de quaisquer serviços que não possam ser objeto de execução indireta nos termos da legislação do respectivo ente;

II – para a execução de serviços de apoio às atividades-fim do ente, desde que, cumulativamente, tais contratações sejam:

a) de natureza eventual, por prazo determinado e produto certo, destinadas ao tratamento de volumes excepcionais de demandas ou à absorção, por parte dos órgãos, de tecnologias ou especializações neles ainda não disponíveis;

b) de natureza complementar, integrados em projetos cuja direção e controle técnico permaneçam sob a responsabilidade do órgão; e

c) executados por prestadores que, além de atender a todos os demais requisitos da legislação sobre licitações e contratos:

1. reúnam as condições legais e regulatórias de habilitação profissional para o encargo para o qual forem contratados, devendo obrigatoriamente ser objeto de cadastramento prévio do próprio órgão contratante; e



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [30 de 37]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

2. não incidam em qualquer das hipóteses de impedimento, suspeição ou conflito de interesses similares ou análogas àquelas aplicáveis aos próprios servidores e dirigentes do órgão contratante;

d) compatíveis com a legislação aplicável ao acesso e tratamento de informações sigilosas;

e) sujeitando o contratado, na sua execução, às mesmas responsabilidades, obrigações e restrições impostas aos dirigentes, servidores e demais agentes do órgão de controle interno.

SEÇÃO III

Das prerrogativas e obrigações

Art. 22. Aos titulares dos órgãos a que se refere o art. 13, bem como aos agentes por eles designados para a realização das ações de controle interno nos termos deste capítulo, são asseguradas as seguintes prerrogativas no âmbito dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do ente, bem como dos demais órgãos ou entidades sujeitos à sua competência de controle nos termos desta Lei Complementar:

I - livre ingresso;

II - acesso a todos os documentos e informações existentes ou sob a guarda dos órgãos e entidades objeto de ação de controle interno que sejam necessários à realização de seu trabalho, inclusive mediante senha de acesso irrestrito para consulta em qualquer sistema eletrônico de processamento de dados; e

III - competência para requerer, aos responsáveis pelos órgãos e entidades objeto de ação de controle interno, as informações e documentos necessários para instrução dos atos, processos e relatórios de cujo exame esteja expressamente encarregado pelo órgão.



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [31 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

Art. 23. São obrigações dos titulares dos órgãos de que trata o art. 13, bem como aos agentes por eles designados para a realização das ações de controle interno nos termos deste capítulo:

I - manter, no desempenho de suas tarefas, atitude de independência, serenidade e imparcialidade;

II – dar ciência ao titular do órgão, mediante representação à chefia imediata, contra os responsáveis pelos órgãos e entidades sob sua fiscalização, em relação a irregularidades, de que tomem conhecimento no exercício de suas atividades, sob pena de responsabilidade solidária e para efeitos do cumprimento do art. 16º, § 1º;

III - guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes aos assuntos sob sua fiscalização, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à chefia imediata;

IV - observar e cumprir, relativamente às informações, documentos, registros e sistemas a que tiveram acesso em função do exercício de suas funções, as mesmas responsabilidades e deveres atribuídos pelas leis e regulamentos àqueles agentes públicos por eles originalmente responsáveis.

§ 1º Observadas as disposições contidas na legislação geral de pessoal do ente, é vedado aos dirigentes dos órgãos e das unidades dos órgãos a que se refere o art. 13 o exercício de:

I - atividade de direção político-partidária;

II - profissão liberal;

III - demais atividades incompatíveis com os interesses da Administração Pública do respectivo ente, na forma que dispuser o regulamento.



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [32 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

Art. 24. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos servidores dos órgãos a que se refere o art. 13 no exercício das ações de controle interno.

§ 1º O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos órgãos de que trata este artigo, no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2º Quando a documentação ou informação prevista neste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso:

I – o sigilo será transferido ao órgão de controle interno, sob as mesmas condições e responsabilidades do regramento de sigilo original estabelecido em leis e regulamentos;

II – o uso da informação transferida ou obtida nos termos deste parágrafo deverá ser cuidadosamente controlado pelo órgão de controle interno, evitando-se sua revelação nos resultados, recomendações, observações e relatórios salvo na estrita medida da previsão nas leis ou regulamentos aplicáveis, e promovendo-se a sua conservação segura nos papéis de trabalho de forma a somente ser revelada a autoridade competente nos termos da lei ou regulamento;

III – qualquer agente do órgão de controle interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de documentos, pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 3º Os órgãos e entidades sujeitos à fiscalização dos órgãos a que se refere o art. 13 deverão proporcionar-lhes os meios e facilidades necessários para o cumprimento de suas atribuições, tais como espaços físicos adequados e qualquer apoio que seja necessário ao desenvolvimento de ações de controle interno.



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [33 de 37]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

CAPÍTULO IV

DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE SOCIAL

Art. 25. Consideram-se componentes imprescindíveis do sistema de controle interno de que trata esta Lei Complementar as disposições relativas ao acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, em especial aquelas constantes da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 1º As ações, procedimentos e órgãos previstos nesta Lei Complementar deverão observar integralmente as disposições de que trata o caput, utilizando os instrumentos de transparência como ferramentas na sua atuação de controle e, simultaneamente, orientando seus esforços na busca de promover e fomentar essa transparência.

§ 2º Aplica-se o disposto no caput e § 1º às disposições relativas ao controle social estabelecidas em nível nacional e no âmbito da legislação de cada ente.

CAPÍTULO V

VIGÊNCIA E DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 26. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

§ 1º A elaboração dos normativos e adoção dos procedimentos previstos nos arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 12, inc. I, 17, 18, e 19, caput, desta Lei Complementar, será exigível na sua totalidade a partir do segundo exercício financeiro posterior àquele em que a presente Lei Complementar entre em vigor.



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [34 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

§ 2º O cadastro informatizado unificado de que trata o art. 9º será implantado por cada ente até o final do segundo exercício financeiro posterior àquele em que a presente Lei Complementar entre em vigor, sendo a partir de então exigível o disposto nos incs. I e III do caput do mesmo artigo.

§ 3º A criação ou adaptação aos termos desta Lei Complementar da estrutura administrativa dos órgãos a que se refere o art. 13 e da condição de que trata o art. 19, caput (carreiras), será exigível na sua totalidade a partir do segundo exercício financeiro posterior àquele em que a presente Lei Complementar entre em vigor.

JUSTIFICAÇÃO

Há muito o país se ressentia da ausência de normatividade sólida para um elemento essencial da boa Administração Pública: o controle interno. Entende-se como tal não apenas um conjunto de órgãos fiscalizadores, mas todo um leque de valores, práticas e atividades integrados que orientem o fazer administrativo. A própria associação, hoje quase universal, entre “controle interno” e um departamento governamental específico é sintoma da imensa lacuna normativa que este projeto vem preencher.

Trazemos aqui um estatuto extenso e robusto dos padrões, atividades e estruturas do controle interno de todos os entes federativos. A matéria é plenamente cabível nos termos de uma Lei Complementar nacional, pois que inserida como um dos elementos da regulação da fiscalização financeira e da gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, encomendada expressamente a essa espécie normativa pelos arts. 163, inc. V, e 165, § 9º, inc.



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [35 de 37]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/23025.60760-00

II, da Constituição Federal. Propomos um texto baseado em inúmeros precedentes parciais já constantes em legislação e proposições legislativas esparsas, atualizado pela orientação da melhor doutrina técnica e em precedentes internacionais. Desnecessário dizer que tais matérias são de iniciativa ampla, aberta a qualquer parlamentar, e inexistem nos dispositivos propostos a mais remota referência a matérias ou objetos que atraem iniciativa privativa de qualquer outro Poder.

Com a presente proposição, temos a convicção de aperfeiçoar grandemente um aspecto da legislação administrativa que ainda hoje, passados mais de trinta anos da promulgação da Carta Magna, ainda não está disponível aos agentes públicos, e cuja ausência é fator de atraso, desperdício e irregularidades na condução dos negócios da Fazenda Pública. Por tais motivos, contamos com o apoio das Senhoras e dos Senhores Parlamentares para a sua rápida aprovação.

Sala das Sessões,

Senador MARCOS DO VAL

PODEMOS/ES



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2419247624>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br

Avulso do PLP 199/2023 [36 de 37]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art5_cpt_inc33

- art31

- art37_cpt_inc2

- art37_par3_inc2

- art70

- art74

- art163_cpt_inc5

- art164_par3

- art165_par5_inc2

- art165_par9_inc2

- art173_par1

- art197

- art216_par2

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>

- art11

- Lei nº 7.492, de 16 de Junho de 1986 - Lei do Colarinho Branco (1986); Lei dos Crimes Financeiros; Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional - 7492/86

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1986;7492>

- Lei nº 8.429, de 2 de Junho de 1992 - Lei da Improbidade Administrativa; Lei do Enriquecimento Ilícito (1992); Lei do Colarinho Branco (1992) - 8429/92

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1992;8429>

- Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação, LAI - 12527/11

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2011;12527>



Proposta de Emenda à Constituição





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 49, DE 2023

Altera o caput do art. 5º da Constituição Federal para ampliar o alcance do direito à vida ao nascituro.

AUTORIA: Senador Magno Malta (PL/ES) (1º signatário), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Wilder Moraes (PL/GO), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Tereza Cristina (PP/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso da PEC 49/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2023

Altera o *caput* do art. 5º da Constituição Federal para ampliar o alcance do direito à vida ao nascituro.



SF/23812.75799-89

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional.

Art. 1º O *caput* do artigo 5º da Constituição Federal passa a vigor com a seguinte redação:

“Art.5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda constitucional não altera absolutamente nada dos direitos e deveres individuais coletivos estatuídos no artigo 5º, ela apenas acrescenta o seu alcance pela adição da expressão “desde a concepção” logo após a expressão “direito à vida”.

A omissão sobre a origem da vida no texto constitucional vem permitindo grave atentado à dignidade da pessoa humana, que se vê privada de proteção jurídica na fase de gestação, justamente a fase em que o ser humano está mais dependente de amparo em todos os aspectos.

Nossa Carta Magna foi promulgada no ano de 1988. Os enormes avanços na ciência registrados nos últimos 30 anos na FETOLOGIA e na EMBRIOLOGIA, com o conhecimento do nosso DNA, vieram ressaltar a

Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 6, Brasília, DF, CEP 70165-900



Assinado eletronicamente por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2890830218>

Avulso da PEC 49/2023 [2 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

concepção como o único momento em que é possível identificar o início da vida humana.

Em poucos dias de gestação o coração do embrião já está funcionando. Entre 11 e 12 semanas todos os órgãos já estão presentes no corpo da criança. Atualmente é cientificamente possível garantir a perfeita sobrevivência de uma criança nascida de um parto com apenas 18 semanas de gestação, algo completamente impossível na década de 80.

Portanto, este pequeno acréscimo adequa nossa Constituição Federal aos atuais avanços científicos e terá o poder de garantir o direito à vida de milhares de crianças brasileiras que são assassinadas por falta de proteção jurídica.

Sala das Sessões,

Senador MAGNO MALTA
PL/ES



SF/23812.75799-89

Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 6, Brasília, DF, CEP 70165-900



Assinado eletronicamente por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2890830218>

Avulso da PEC 49/2023 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art5_cpt

- art60_par3

Avulso da PEC 49/2023 [4 de 4]



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 833, DE 2023

Requer que, além do constante do despacho inicial de redistribuição do PL 412/2022, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA.

AUTORIA: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 833/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 412/2022, que “regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto em citação, apresentado pelo Senador Chiquinho Feitosa, dispõe sobre a regulamentação do Mercado Brasileiro e de Redução de Emissões - MBRE. Um dos setores mais atingidos com a criação desse mercado de carbono será o da agropecuária brasileira, uma vez que, somente as atividades de produção agrícola e as reservas florestais **anulam** completamente o suposto dano ambiental, por meio do ciclo do carbono e o sequestro da atmosfera.

É amplamente conhecido todos os mecanismos adotados pelos produtores rurais para uma produção sustentável e conservação florestal, com Áreas de Preservação Permanente - APP - e Reserva Legal - RL. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE - um terço do território nacional - 33,2% - representa a área de vegetação preservada que se encontra dentro das propriedades rurais. O segmento rural brasileiro utiliza, em média, apenas a metade da superfície de seus imóveis - 50,1%.



A ideia que é vendida há anos, aos mais de cinco milhões de produtores rurais nacionais, é que o mercado de carbono será uma oportunidade como uma fonte de renda. Ocorre que, da maneira que está proposto, a regulamentação se viabiliza apenas como mais uma tributação ambiental, o que acarreta em um alto custo de produção e manutenção da atividade. O Estado não deveria criar mais instrumentos punitivistas à parcela da sociedade que alimenta o país e o mundo, assim tornando a causa do mercado de carbono discussão de matéria de segurança alimentar, uma vez que podemos influenciar na produtividade agropecuária instalando um limite de emissões para o setor.

Dado o exposto, se faz imprescindível a participação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA - em temas que permeiam regulamentação do mercado de carbono visto que, afeta diretamente a competência da CRA, conforme o Regimento Interno do Senado Federal em seu artigo 104-B, que assim prevê:

Art. 104-B. À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes temas:

.....

IV - agricultura familiar e segurança alimentar;

VIII - uso e conservação do solo na agricultura;

X - política de investimentos e financiamentos agropecuários, seguro rural e endividamento rural;

XXI - outros assuntos correlatos.

Desta forma, entendemos que os aspectos relacionados à atividade agropecuária e as considerações levantadas devem ser examinados pela CRA.



Por essas razões, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, 25 de setembro de 2023.

Senador Luis Carlos Heinze
(PP - RS)

SF/23205.93375-59 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 834, DE 2023

Requer a realização de Sessão Especial, no dia 17/10/2023, em homenagem aos 10 anos de criação da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal.

AUTORIA: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 834/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

REQUERIMENTO Nº DE 2023.

Requeremos nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a Sessão Especial em homenagem ao **aos 10 anos da criação da Procuradoria Especial da Mulher**, a ser realizada no dia **17 de outubro de 2023**.

Justificativa

A comemoração do transcurso da primeira década de existência da Procuradoria Especial da Mulher do Senado (ProMul) deve ser realizada com todo júbilo.

A ProMul foi criada no dia 25 de março de 2013, pela Resolução Nº 9, da Presidência do Senado e se transformou num dos órgãos de mais visibilidade do Legislativo brasileiro, no que se refere às políticas para as mulheres.

Quatro parlamentares desempenharam a função de procuradoras Especiais da Mulher: Vanessa Grazziotin, Rose de Freitas, Leila Barros e Zenaide Maia, cujo mandato vai até março de 2025.

Nestes 10 anos de existência, a ProMul se destacou em várias frentes: apoio à bancada feminina, acompanhamento legislativo, articulação interinstitucional, edição e publicação de material relevante e recebimento, análise e encaminhamento de denúncias.

Uma forma de ver o impacto da criação da ProMul na articulação legislativa das parlamentares é pelo número de leis aprovadas e sancionadas. A comparação entre os dez anos anteriores à criação da ProMul e os dez anos posteriores mostra que o número de leis criadas em torno da pauta das mulheres foi quase cinco vezes maior.

De 2003 a 2012, houve 16 leis sancionadas (média de 1,6 ao ano), entre elas a justamente célebre Lei Maria da Penha. Em 2013, ano da criação da ProMul, houve duas novas leis. Já de 2014 a maio de 2023, já foram mais de 73 leis sancionadas (média de 7,3 ao ano).

Desde março de 2021, as mulheres ganharam mais um ponto de apoio para seu trabalho parlamentar, com a criação da Liderança da Bancada Feminina, bancada que hoje é a segunda maior do Senado.

Senado Federal - Procuradoria Especial da Mulher - Anexo II, 1º andar – CEP 70165-900 – Brasília-DF

Fones: 3303-1710/1716 – procuradoria.mulher@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Zenaide Maia e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9312672695>

Avulso do RQS 834/2023 [2 de 3]





SENADO FEDERAL
PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

Tanto a Procuradoria quanto a liderança da Bancada Feminina são fruto da luta suprapartidária feminina por mais igualdade no Parlamento. O trabalho de ambas se complementa e converge.

Antes da criação da liderança da Bancada Feminina as mulheres não tinham assento no Colégio de Líderes, enquanto bancada feminina – e antes da criação da Procuradoria Especial da Mulher, não tinham sequer espaço institucional de referência.

Hoje a Procuradoria Especial da Mulher do Senado se transformou num dos órgãos de mais visibilidade do Legislativo brasileiro, no que se refere às políticas para as mulheres.

Desta forma, consideramos pertinente a realização da sessão especial no Senado Federal para celebrar esta data que representa um marco da grande conquista pelos direitos das mulheres no Brasil.

Senadora Zenaide Maia
Procuradora Especial da Mulher

Senado Federal - Procuradoria Especial da Mulher - Anexo II, 1º andar – CEP 70165-900 – Brasília-DF

Fones: 3303-1710/1716 – procuradoria.mulher@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Zenaide Maia e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9312672695>

Avulso do RQS 834/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 835, DE 2023

Requer a oitiva da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre o PL 412/2022.

AUTORIA: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 835/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 412/2022, que “regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei - PL - 412/2022, apresentado pelo Senador Chiquinho Feitosa, dispõe sobre a regulamentação do Mercado Brasileiro e de Redução de Emissões - MBRE. Desde que se começou a discutir a criação do mercado de carbono, os estudos apontam para necessidade de contratação de financiamentos e realização de investimentos na redução das emissões de gases do efeito estufa.

Em razão desta matéria de mercado de carbono, é imprescindível que a proposta apreciada seja analisada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - CTFC -, conforme dispõe o art. 102-A do Regimento Interno do Senado que prevê:

Art. 102-A. À Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, além da aplicação, no que couber, do



Assinado eletronicamente por Sen Luis Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5091965395>

Avulso do RQS 835/2023 [2 de 4]



disposto no art. 90 e sem prejuízo das atribuições das demais comissões, compete:

I - exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, podendo, para esse fim:

a) avaliar a eficácia, eficiência e economicidade dos projetos e programas de governo no plano nacional, no regional e no setorial de desenvolvimento, emitindo parecer conclusivo;

.....

g) promover a interação do Senado Federal com os órgãos do Poder Executivo que, pela natureza de suas atividades, possam dispor ou gerar dados de que necessite para o exercício de fiscalização e controle;

.....

III - opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor, especialmente:

a) estudar, elaborar e propor normas e medidas voltadas à melhoria contínua das relações de mercado, em especial as que envolvem fornecedores e consumidores;

.....

e) avaliar as relações entre custo e preço de produtos, bens e serviços, com vistas a estabelecer normas de repressão à usura, aos lucros excessivos, ao aumento indiscriminado de preços e à cartelização de segmentos do mercado;

.....

Dado o exposto, cabe a referida Comissão produzir e disponibilizar estudos, dados estatísticos e informações a respeito da pretendida proposta, visto que afeta diretamente a eficácia e eficiência da economia do Estado e as relações entre consumidores e fornecedores. Uma vez que se estipula um limite de emissões



Assinado eletronicamente por Sen. Luiz Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5091965395>

Avulso do RQS 835/2023 [3 de 4]



de gases, ocasionando uma tributação sobre a produção, aumentando custos e preços, no qual somente se mantem no mercado aqueles que conseguirem abarcar em seus caixas, as taxas do tributo em insumos e produtos, podendo causar desequilíbrio de mercado.

Dessa forma, entendemos que os aspetos relacionados ao desenvolvimento de políticas de mercado de carbono e as considerações levantadas devem ser examinados pela *CTFC*.

Por essas razões, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, 25 de setembro de 2023.

Senador Luis Carlos Heinze
(PP - RS)



Assinado eletronicamente por Sen Luis Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5091965395>

Avulso do RQS 835/2023 [4 de 4]



Término de Prazo



Encerrou-se em 22 de setembro o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 3.008, de 2020.

Não foi apresentado recurso.

A matéria, aprovada terminativamente pela CAS, vai à Câmara dos Deputados.



ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E ENERGIA





Senado Federal
Frente Parlamentar De Recursos Naturais E Energia

5ª REUNIÃO DE 2023

**29 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 19 DA
ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA**

Ata Circunstanciada da 5ª reunião de 2023 da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, realizada em 29 de agosto de 2023, terça-feira, às 14h, no Plenário nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, com o seguinte resultado:

ITEM 1 – Realizada Audiência Pública para debater Financiamento para Transição Energética;

ITEM 2 – Eleito o Deputado Eduardo Bandeira de Mello como Vice-Presidente de Eficiência Energética;

Nos termos dos documentos anexos. Publique-se.

Deputado Bohn Gass
Vice-Presidente





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 29 de agosto de 2023
(terça-feira)
às 14h

RESULTADO

5ª Reunião

FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E
ENERGIA - FPRNE

PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Vice-Presid. de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Senador Fabiano Contarato
Vice-Presidente de Assuntos Tributários: Deputado Reginaldo Lopes
Vice-Presidente de Combustíveis e Biocombustíveis: Deputado Luiz Fernando Faria
Vice-Presidente de Desenvolvimento Social: Deputado Carlos Veras
Vice-Presidente de Fontes Fósseis: Deputado Washington Quaquá
Vice-Presidente de Fontes Renováveis: Deputado Bohn Gass
Vice-Presidente de Infraestrutura Energética: Deputado Carlos Zarattini
Vice-Presidente de Minerais Energéticos: Senador Esperidião Amin
Vice-Presidente de Transição Energética: Senador Carlos Portinho
Vice-Presidente pela Câmara dos Deputados: Deputado Zé Vitor
Vice-Presidente pelo Senado Federal: Senador Fernando Dueire

	Reunião de Trabalho
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19



Resultado da 5ª Reunião da FPRNE, em 29 de agosto de 2023

2

Reunião de Trabalho

Assunto / Finalidade:

ITEM 1: Fomentar o debate com o seguinte tema: Financiamento para Transição Energética;

ITEM 2: Criar e eleger a Vice-Presidência de Eficiência Energética.

Participantes:

Sr. João Paulo Madruga

Gerente-Executivo de Relações Institucionais da Petrobras)

[Apresentação João Paulo Madruga - Petrobras](#)

Sr. Fabio Kono

Assessor da Diretoria de Infraestrutura e Mudança Climática do BNDES

[Apresentação Fabio Kono - BNDES](#)

Patrícia Nunes

Assessora da Presidência da Empresa de Pesquisa Energética

Sra. Ludmilla Cabral

Coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira de Biogás – ABIOGÁS

Sr. Sergio Massillon

Diretor Institucional da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e B combustíveis

[Apresentação Sérgio Massillon - BRASILCOM](#)

Sr. Marcelo Mendonça

Diretor Técnico Comercial da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado - ABEGÁS

Sr. Darlan Santos

Diretor-Presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia Cerne

Sr. Celso Pansera

Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

[Apresentação Celso Pansera - FINEP](#)

Resultado: ITEM 1: Realizado o debate com o tema: Financiamento para Transição Energética;

ITEM 2: Criada a Vice-Presidência de Eficiência Energética, e eleito o Deputado Bandeira de Mello para o cargo.





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**FPRNE, 29/08/2023 às 14h - 5ª, Reunião****Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia**

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
CARLOS PORTINHO	
CARLOS VIANA	
EDUARDO BRAGA	
EDUARDO GIRÃO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	
FERNANDO DUEIRE	
HUMBERTO COSTA	
IZALCI LUCAS	
JAQUES WAGNER	PRESENTE
JAYME CAMPOS	
PAULO PAIM	PRESENTE
RODRIGO CUNHA	PRESENTE
RODRIGO PACHECO	
ROGÉRIO CARVALHO	
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	
ELIZIANE GAMA	
SORAYA THRONICKE	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE
EFRAIM FILHO	PRESENTE
SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
FERNANDO FARIAS	PRESENTE
MARCELO CASTRO	PRESENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE
CLEITINHO	
GIORDANO	
CID GOMES	
RANDOLFE RODRIGUES	





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
FPRNE, 29/08/2023 às 14h - 5ª, Reunião

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTE
ARNALDO JARDIM	
BANDEIRA DE MELLO	
BENES LEOCÁDIO	
CARLOS HENRIQUE GAGUIM	
CARLOS ZARATTINI	
CLAUDIO CAJADO	
CLEBER VERDE	
COVATTI FILHO	
DANILO FORTE	PRESENTE
EDUARDO BISMARCK	
FELIPE CARRERAS	
FELIPE FRANCISCHINI	
FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR	
FERNANDO COELHO FILHO	
GERALDO MENDES	
JOÃO CARLOS BACELAR	
JOSÉ GUIMARÃES	
JOSEILDO RAMOS	
JULIO LOPES	
LAFAYETTE DE ANDRADA	
LEBRÃO	
LUCIO MOSQUINI	
LUIZ FERNANDO FARIA	
MARCIO ALVINO	
PAULINHO FREIRE	
NATÁLIA BONAVIDES	
PAULO FOLETTO	
PEDRO CAMPOS	
REGINALDO LOPES	
RODRIGO DE CASTRO	
ROSANA VALLE	
RUBENS OTONI	
SIDNEY LEITE	
VICENTINHO JÚNIOR	
VINICIUS CARVALHO	
ZÉ VITOR	
ZECA DIRCEU	
CARLOS VERAS	
BOHN GASS	
WASHINGTON QUAQUÁ	
DOMINGOS SÁVIO	
ALCEU MOREIRA	
PEDRO WESTPHALEN	
RICARDO GUIDI	
PAULO LITRO	
JOAQUIM PASSARINHO	





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**FPRNE, 29/08/2023 às 14h - 5ª, Reunião**

Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTE
MAX LEMOS	
LEÔNIDAS CRISTINO	
JULIO ARCOVERDE	
EDUARDO DA FONTE	
WELTER	
ENFERMEIRA ANA PAULA	
ORLANDO SILVA	
ANDREIA SIQUEIRA	
TIÃO MEDEIROS	
HUGO LEAL	
GABRIEL NUNES	
MÁRCIO MARINHO	
ZÉ SILVA	
PAULO GUEDES	
SILVIA WAIÃPI	
PAULÃO	
ICARO DE VALMIR	

Não Membros Presentes

PROFESSORA DORINHA SEABRA
WILDER MORAIS
AUGUSTA BRITO
ANGELO CORONEL



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO
29/08/2023 - 5ª - Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS. Fala da Presidência.) - Boa tarde. Nós vamos dar início.

Declaro aberta a 5ª Reunião da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 29 de agosto de 2023.

Eu inicio os trabalhos agradecendo a deferência do nosso querido Senador Veneziano Vital do Rêgo, que está presidindo a sessão - presidindo a sessão. Então ele, em instantes, vai se fazer presente, mas nós já estamos no nosso horário. Então eu sugiro que a gente inicie os trabalhos, já com a presença dos nossos painelistas para a tarde de hoje, cuja reunião se destina a fomentar o debate sobre financiamento para a transição energética e eleger a Vice-Presidência de Eficiência Energética, que nós também faremos nesta reunião de hoje à tarde.

Informo também que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo pela internet e aberta à participação dos interessados, por meio do portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Eu já solicito, já está conosco, a presença à mesa a Sra. Ludmilla Cabral, Coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira de Biogás (Abiogás).

Eu solicito também a presença à mesa... *(Pausa.)*

... já está conosco à mesa, Sr. Fabio Kono, assessor da Diretoria de Infraestrutura e Mudança Climática do BNDES, nosso Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Nós teremos também a presença à mesa do Sr. Celso Pansera, que é Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Ele está a caminho, vai estar presente em instantes aqui.

E nós também teremos, logo na sequência, já está conosco também, que eu convido para participar da composição da mesa, o Sr. João Paulo Madruga, que é Gerente-Executivo de Relações Institucionais da Petrobras.

Eu quero saudar as demais representações de entidades também, que vão fazer parte, inclusive, com suas manifestações, na sequência: a Ludmilla, que eu já anunciei; o Sérgio Massillon, que é Diretor Institucional da Federação Nacional dos Distribuidores de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis; o Marcelo Mendonça, que é Diretor Técnico e Comercial da Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás); o Darlan Santos, Diretor-Presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne).

Nós teremos, também, a interlocução com Senadores e Parlamentares que vierem a participar da nossa reunião da Frente Parlamentar no dia de hoje.

Quando nós sugerimos a realização deste evento é porque a pauta...Essa é a frente das energias, e eu sou o Vice-Presidente das energias renováveis. A propositura que eu fiz ao nosso querido Presidente, Senador Veneziano, foi pelo fato de nós termos como pauta central, em todos os fóruns, audiências, conferências mundiais, em todos os momentos, a transição energética, o tema da preocupação climática, pelas mudanças climáticas, e o necessário avanço nas energias elétricas renováveis e nos biocombustíveis, que é centralmente o debate aqui, caminhando principalmente na segunda geração da produção de transição energética sustentável. Essa é a palavra central aqui. Mas como é que nós vamos desenvolver esse aspecto? Que programas existem?

1/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O próprio Governo, em suas várias áreas, tanto na Petrobras, como no BNDES, no próprio Governo do Ministério, criou espaços e secretarias específicas para o tema da transição energética, que mostra a preocupação também do Governo do Presidente Lula em incentivar, estimular, de fato, o período de transição energética. Mas nada disso vai se resolver se não houver um aporte financeiro.

Então a ideia do dia de hoje, da nossa reunião, é sim, ouvindo os senhores e as senhoras, os programas, mas também como haverá o financiamento. Como haverá o financiamento para essas atividades? É por isso que nós propusemos e damos então início à nossa sessão, no dia de hoje, com esse objetivo.

A combinação inicial feita é a de que a fala inicial pudesse ser em torno de dez minutos, para cada um dos palestrantes aqui. E eu vou franquear aqui, não sei se o João Paulo quer começar, se o Fabio Kono quer começar. Vocês estejam com a palavra. João Paulo, acho que ficou para você fazer o início da primeira fala aqui.

João Paulo Madruga - estou apresentando mais uma vez e agradecendo a presença - é Gerente Executivo de Relações Institucionais da Petrobras.

Está contigo, a palavra.

O SR. JOÃO PAULO MADRUGA - Boa tarde, Presidente Bohn Gass. É uma honra estar ao seu lado. Quando eu estava no Gabinete do Senador Jean Paul, acompanhei a sua luta, junto com ele, na frente em defesa da Petrobras. Hoje a história me trouxe aqui, ao seu lado, como um empregado da empresa. Então, eu não poderia estar mais honrado e, por que não dizer, feliz.

Na pessoa da minha amiga Ludmilla, quero cumprimentar a todos os presentes e passar aqui à apresentação que vamos fazer sobre o dia de hoje.

Rochelle, é você quem está no comando? *(Pausa.)*

Bom, o tema transição energética é... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Só aguarde um instantezinho, até que... Felizmente, não tem... Se nossa amiga está bem, é o que importa. As demais questões materiais, a Casa...

Não tem nenhum problema isso. Que esteja bem! Fique tranquilo!

Quero agradecer também ao nosso Presidente Jean Paul Prates, a quem eu gostaria, João Paulo, que transmitisse o nosso reconhecimento, o nosso abraço e também a confiança total na condução da nossa Petrobras. Ele sempre foi... Eu tive a honra de integrar a Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras, de sua soberania, na gestão anterior, em que ele era o nosso Presidente, como Senador e, hoje, é o nosso Presidente da Petrobras.

Então, é uma honra muito grande poder acompanhar essa história linda, essa trajetória. E há plena confiança na sua gestão.

O SR. JOÃO PAULO MADRUGA - Transmitirei isso para ele.

Bom, eu não poderia, Presidente, deixar de cumprimentar aqui a Diretora Symone, da ANP, o Diretor Cláudio.

Aproveito, também, para cumprimentar Sobral, da Vibra Energia; Marcelo, que está aqui, da Abegás; Darlan, do Cerne; Sergio; Paula. Tudo bem?

Quero reconhecer a presença do meu colega Dean, da Petrobras, que veio dar um suporte para nós.

Bom, o tema transição energética está sendo uma das coqueluches no momento e vamos tentar aqui enriquecer um pouco o debate.

Eu, aqui na apresentação, fiz questão de trazer como abertura outras formas como a gente pode encarar a terminologia de transição energética, que, às vezes, é um pouco severa, principalmente para as empresas de óleo e gás, porque nos transmite uma ideia de que nós mudaremos, de uma forma rápida e permanente, para energias limpas, e não é isso o que vai acontecer. A previsão, a mais otimista, é de que ali, em 2050, a gente ainda continue consumindo 50 milhões de barris de petróleo por dia.

A transição energética é um conceito conhecido como a substituição de uma matriz energética baseada em combustíveis fósseis, carvão e petróleo, para outra baseada em fontes renováveis. Se a gente for para um outro conceito que nos parece mais interessante, a integração energética é o aproveitamento de vantagens logísticas, ou seja, a gente está diante de uma realidade que são as estruturas logísticas já existentes, o aproveitamento de sinergias, de sazonalidade, de complementariedade dos recursos energéticos e redução de perdas energéticas. E um outro conceito também usado na academia é o da diversificação energética, que é suprir a demanda energética com fontes variadas de energia. Assim, caso uma fonte de energia entre em crise por algum motivo, outras suprirão a demanda energética.

2/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Aqui é um panorama, sobre que eu acredito que o colega da EPE vai fazer comentários, mas é só para a gente fazer aqui uma história da nossa apresentação. A matriz energética brasileira, como todo mundo já sabe, é a mais limpa do mundo. Comparando com outros países, nós temos aí que metade de nossa matriz energética já é de renováveis.

Então, a transição energética no Brasil já começou há bastante tempo. Em relação a essa espada que colocam sobre nossas cabeças, de nos empurrar, de nos exigir uma maior proteção ambiental, uma maior sustentabilidade, nós, na verdade, já estamos ensinando isso ao mundo há 30, 40 anos.

Quando vamos para a matriz elétrica, a diferença é maior ainda: mais de 80% de nossa matriz elétrica é renovável. Quando a gente compara a energética com o mundo, enfim, nós somos a metade renovável; no mundo, só 15% é renovável. Quando vamos para a elétrica, a nossa é 83% renovável; o mundo não chegou a 30%.

Podemos passar para o outro eslaide.

Com esse eslaide aqui, a minha pretensão é começar a mostrar justamente isso: que a nossa transição energética já começou há muito tempo. O nosso petróleo é o petróleo que menos emite CO2 no mundo. A transição energética não é meramente a geração de energia puramente limpa ou solar, ou eólica, ou de biomassa; a transição energética é você emitir menos CO2 para gerar aquela energia. Então, nós temos essa vantagem competitiva e ela tem que ser alardeada ao mundo todo, repetida e não esquecida.

A gente já produz um petróleo com baixa emissão de CO2. O que isso significa, Presidente? Isso significa que, lá em 2050, quando o mundo estiver consumindo 50 milhões de barris/dia, é o petróleo brasileiro que vai ser o primeiro a ser procurado no mercado; os outros virão depois.

Tudo bem, Deputado? *(Pausa.)*

Bom; agora, falando um pouco da nossa empresa e ainda mostrando que a nossa transição já começou, no planejamento estratégico de 2023-2027, a previsão que a gente tem hoje é de que a gente use 6% de nossos recursos para investir em projetos de baixo carbono. No próximo planejamento, de 2024-2028, nossa pretensão é chegar até 15% na totalidade dos nossos recursos no investimento de atividades de baixo carbono.

Dessa totalidade, esse planejamento, que é 2023-2027, a gente divide em descarbonização das operações, conforme se pode ver no gráfico. São US\$3,7 bilhões; refinaria, US\$0,8 bilhão; soluções de baixo carbonos em E&P, US\$2,1 bilhões, e assim sucessivamente. No biorrefino, são US\$600 milhões; em projetos de pesquisa e desenvolvimento, a gente fala de US\$100 milhões. Total de US\$4,4 bilhões a serem investidos.

A diversificação que está por chegar. A Petrobras estuda agora, neste momento, com a liderança do Prof. Mauricio Tolmasquim, as melhores alternativas para colocarmos os recursos financeiros da Petrobras. Então, a gente tem como horizonte o hidrogênio, a eólica, a solar, a biomassa - não é verdade, Ludmilla? -, a bioenergia.

E temos algumas atividades, que estão mais ali abaixo...

Pode voltar um pouco, por favor?

Os biocombustíveis, que eu vou explicar um pouco mais, e o CCUS, que é uma atividade que a Petrobras já faz e é justamente o que nos credencia a ter o petróleo com a menor emissão de CO2 do mundo.

Podemos passar, Rochelle.

Isso aqui já é a vida real da gente, não é hipótese de futuro, é o que a gente já faz. Produtos como diesel renovável, conhecido como diesel R; combustível marítimo, que é o *bunker* verde; pesados investimentos em biorrefino; combustível de aviação, que é o SAF; e o asfalto verde são produtos que a Petrobras ou já entrega à sociedade, aos seus clientes, ou está numa fase muito próxima de início de produção.

O diesel R, que é o nosso diesel renovável, tem um conteúdo renovável e tem emissão até 60% menor em relação ao diesel fóssil. Como o senhor sabe, o Brasil é um dos maiores produtores de biocombustíveis do mundo...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO PAULO MADRUGA - ... perde apenas para os Estados Unidos.

Aqui eu trouxe um quadro para mostrar a diferença do nosso diesel coprocessado para o biodiesel.

Pode passar para a próxima ilustração.

O diesel coprocessado entra apenas em uma unidade e já sai pronto; a gente coloca o óleo vegetal, ao invés do óleo fóssil, e já sai o diesel.

Por favor, Rochelle.

3/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O diesel R tem estas características, Presidente: a mesma natureza química que o óleo diesel mineral, melhor estabilidade da oxidação, melhor filtrabilidade e estabilidade, não possui afinidade com a água, não contém contaminantes e maior eficiência nos motores. Estas são iniciativas que já são concretas: a Volvo já estabeleceu uma parceria com a Petrobras, temos o transporte público em Curitiba; tudo já funcionando com o nosso produto renovável.

Certificação do biodiesel,

Podemos seguir, Rochelle.

Combustível marítimo, como eu falei, o *bunker* verde.

Podemos ir à frente.

Do combustível de aviação, SAF, já temos plantas quase prontas para iniciar a produção dedicada.

Isso aqui é parte dos nossos investimentos, de que eu falei há pouco, melhor descritos: BioQAV; diesel R 100% verde, que vai ser produzido aqui na RBPC - eu ainda estou lidando com os nomes das refinarias -; e asfalto verde, conforme eu falei.

Podemos avançar, Rochelle.

Bom, agora falando um pouco do que a gente veio falar, mas mais como espectadores, porque a gente aguarda ainda as políticas públicas a serem desenvolvidas pelo Governo, aqui são as oportunidades que o Brasil tem fortemente em renováveis na transição energética: hidrelétrica, biomassa, solar, eólica *onshore*, eólica *offshore*. Claro que algumas aqui já são bem conhecidas por nós, como a solar, a *onshore*, a hidrelétrica, mas ainda temos muito potencial para essas atividades para geração de energia.

A Petrobras, hoje, está num momento de estabelecer parcerias. Já temos melhorado o entendimento com empresas como Shell e Equinor, assim como a Corio também.

Aqui é um projeto de lei que está na Câmara dos Deputados. Vamos até aproveitar a presença do senhor para dizer que estamos trabalhando arduamente nesse projeto e contamos com o apoio do senhor para a sua aprovação, o Relator é o Deputado Zé Vitor. Ele cria um arcabouço regulatório para a geração de energia *offshore*, eólica, solar ou qualquer uma outra que venha a ser descoberta e ainda não está sendo utilizada.

O hidrogênio de baixo carbono, nós já produzimos.

E aqui é uma ilustração, porque sempre temos uma dúvida de como começar algo tão novo, é o dilema do ovo e da galinha. Então, a gente tem o entendimento de que a melhor estratégia é criar um arcabouço regulatório confiável e seguro e criar políticas de incentivo, que é justamente o que a gente veio discutir aqui hoje e a gente vai ouvir a EPE e outros convidados que têm um maior conhecimento sobre o desenho das políticas públicas.

Esses são projetos de lei que tramitam no Congresso hoje: o 725 ainda está no Senado, o Relator é o nosso Presidente Veneziano; o 1.878 está sob a liderança do Senador Cid; e o 2.308 está na Câmara dos Deputados.

O CCUS, Presidente, é a captura de carbono. Às vezes tem o "u" e às vezes não tem, porque o "u" significa o uso, porque às vezes você faz essa atividade com o mero propósito de capturar e armazenar, que é o "s" de *storage*, mas você pode reusar aquele CO2 capturado. Então, a Petrobras é a líder mundial em captura de carbono.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO MADRUGA - E é por isso que o nosso petróleo é o que emite a menor quantidade de CO2 do mundo e é esse o valor que ele tem.

Então, aqui eu trouxe algumas explicações porque é uma atividade econômica que nós, Brasil, devemos investir.

Vamos andar um pouco.

O hub aqui no Rio de Janeiro. Como a gente tem o nosso parque industrial muito concentrado dentro de São Paulo e Rio, isso, na hora de fazer o hub do CCUS, é uma vantagem competitiva para nós, porque a gente pode dali mesmo, de toda aquela região, fazer infraestruturas para capturar e gerar valor na atividade de captura, porque hoje o valor que a Petrobras gera na captura é para o próprio petróleo.

Como eu falei, o polo no Rio de Janeiro, onde vai ser o nosso projeto piloto.

Aqui são as outras regiões em que a gente pretende construir HUBs.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO MADRUGA - Os reservatórios estão lá, ficam ali entre a bacia de Campos, Santos e no sul do Espírito Santo também.

Eu estou achando que é melhor acelerar um pouco, não é, Presidente?

4/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Isso aqui são as jornadas que nós acreditamos... os passos que têm que ser seguidos pelos estados para incentivar todas essas atividades: investimento em tecnologia, incentivos fiscais, incentivos fiscais para armazenar e a parceria público-privada.

Aqui, para encerrar realmente, não foi tão demorado assim, a gente trouxe para compartilhar com vocês as proposições legislativas que nos parecem mais importantes a serem observadas por todos nós, para a gente trabalhar, discutir nelas e encontrar a melhor forma de desenhar os arcabouços regulatórios que favoreçam essas novas atividades.

Obrigado pela oportunidade, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Nós que agradecemos ao Paulo Madruga, que está aqui pela nossa Petrobras, que é para nós fundamental. Eu tenho visto muitas vezes o próprio Jean Prates falar da retomada de um conjunto de programas que dialogam, que retomam a presença maior da exploração e do refino aqui e, ao mesmo tempo, nessa linha da transição. Então, é muito importante sua presença aqui hoje para nos auxiliar neste debate.

Nós temos também a participação que vai ser remota, e essa vai ser a próxima fala, da Sra. Patrícia Nunes, que é Assessora da Presidência da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Só antes de nós passarmos a palavra para a Sra. Patrícia Nunes, a quem eu agradeço muito pela presença, quero, com a presença do nosso querido Deputado Eduardo Bandeira de Mello, nós precisamos colocar, conforme o nosso Regimento, em deliberação a proposta da eleição do Deputado Eduardo Bandeira de Mello para exercer a Vice-Presidência de Eficiência Energética da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia.

Então, eu coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo ninguém que queira discutir, nós vamos colocar em votação. *(Pausa.)*

Está provada a sua indicação para Vice-Presidente.

Para nós é uma honra tê-lo como colega sob a gestão do nosso Senador Veneziano. *(Palmas.)*

Então, passa a palavra a V. Exa., se quiser fazer uma manifestação.

Deputado Eduardo Bandeira de Mello, a partir de agora, então, Vice-Presidente de Eficiência Energética da nossa frente parlamentar.

O SR. BANDEIRA DE MELLO (PSB - RJ. Pela ordem.) - Obrigado, Sr. Presidente. Não vou tomar tempo, não, porque eu quero ouvir aqui a Petrobras também.

Só queria agradecer muito ao Senador Veneziano e a todos os colegas aqui da frente. Tenho certeza de que nós vamos fazer um belíssimo trabalho juntos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Nós que agradecemos. Obrigado e parabéns.

Dando sequência, então, eu passo a palavra, via remota, para a Sra. Patrícia Nunes, que é assessora da Presidência da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Patrícia, está com a palavra.

A SRA. PATRÍCIA NUNES *(Por videoconferência.)* - Olá, boa tarde. Vocês conseguem me escutar bem?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Sim, conseguimos. Só vou pedir para elevar um pouquinho mais o volume aqui, mas estamos te ouvindo bem.

A SRA. PATRÍCIA NUNES *(Por videoconferência.)* - Está ótimo. Eu vou tentar também compartilhar alguns eslaides, mas eu começo aqui agradecendo, em nome da EPE, o convite da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia e cumprimento a todos os participantes do debate na figura do Presidente da Frente, o Sr. Veneziano Vital do Rêgo.

Peço desculpas também por não ter podido participar de forma presencial, mas mesmo à distância, é muito gratificante debater um tema de tão expressiva relevância para o país, e espero aqui conseguir agregar de alguma forma no debate.

O João Paulo Madruga facilitou um pouquinho a minha vida, então eu vou tentar também não me alongar em algumas questões que ele muito bem já endereçou.

Agora, eu vou tentar compartilhar com vocês a minha tela. Eu peço que me sinalizem quando já estiverem vendo, por favor.

Não sei se está habilitado?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Ainda não está. Agora, sim.

5/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

A SRA. PATRÍCIA NUNES (*Por videoconferência.*) - Está ótimo!

Vocês estão vendo passando também, agora, não é?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Sim, pode seguir.

Fica também na ideia dos dez minutos, por favor.

A SRA. PATRÍCIA NUNES (*Por videoconferência.*) - Perfeito.

Então, eu vou começar muito rapidamente falando da EPE. Nós somos uma empresa pública federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O nosso trabalho tem como foco desenvolver estudos e estatísticas energéticas para subsidiar a formulação, a implementação e também a avaliação da política energética nacional. Então, de uma forma bem geral, o nosso olhar e os nossos estudos prezam por uma visão integrada do setor energético.

E quando a gente fala de matriz energética brasileira - eu vou tentar já ir direto aqui a alguns pontos -, eu gosto de reforçar dois fatores: primeiro, é a perspectiva de que, de toda a energia consumida no país, 18% são na forma de eletricidade, e quando a gente faz o recorte por setor, os setores de indústria e transporte representam em torno de dois terços de todo o consumo final de energia.

E aí para fazer frente a todo esse consumo final de energia, do ponto de vista de oferta interna de energia, como já bem foi falado, do total da energia consumida em 2022, 50% no Brasil foram provenientes de renováveis ...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Patrícia, Patrícia, só uma observação. Está na primeira tela ainda da capa só. Não sei se você não está passando adiante as telas.

A SRA. PATRÍCIA NUNES (*Por videoconferência.*) - Eu estou... Deixe-me voltar aqui. (*Pausa.*)

E agora?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Agora, sim. Isso. Agora, segue.

A SRA. PATRÍCIA NUNES (*Por videoconferência.*) - Peço desculpas.

Então, retomando aqui, como já foi bem dito, quando a gente fala de consumo, de energia, de oferta interna de energia, o Brasil já se encontra muito bem posiciona frente a outras nações, e quando a gente faz o recorte da componente eletricidade, isso fica ainda mais exacerbado: em torno de 90% conseguimos alcançar ano passado de participação de renováveis na matriz elétrica, e a média mundo ainda gira em torno de um monta menor do que 30%.

E o que eu quero destacar muito rapidamente aqui, como já foi falado, é que nós temos, sim, vantagens comparativas bem significativas tanto considerando o vasto potencial energético quanto considerando também a renovabilidade da nossa matriz.

Indo agora para o tema de transição energética em si, ele, de fato, como também já foi bem explorado, é um processo histórico longo e bastante complexo, mas o estágio atual do processo de transição energética traz o desafio adicional de evidenciar mudanças climáticas globais em níveis danosos para o planeta e para a humanidade.

E aí, então, esse processo atual envolve transformações em direção a uma economia de baixo carbono e que tem múltiplas dimensões. As ambições de carbono neutralidade vêm se tornando um padrão em todo mundo como uma espécie de motor para uma transição mais acelerada e, apesar de as bases desse atual processo estarem muito pautadas em inovação tecnológica, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, digitalização, uso eficiente de recursos energéticos, fontes de baixo carbono e eletrificação, fato é que temos ainda que avançar em tecnologias que ainda não estão maduras, como biocombustíveis avançados, captura de carbono e soluções, de uma forma em geral, de baixo carbono.

E aí as perguntas que ficam é como que a gente faz para construir esse futuro e como que a gente chega lá. Então aqui eu vou explorar um pouquinho algumas indicações de planejamento, de forma bem breve.

Nos estudos de planejamento já há o apontamento de que a marca das renováveis se mantém presente, com elevada participação, em especial, graças aos recursos disponíveis que nós temos no país. Além disso, eu reforço aqui um importante papel dos recursos energéticos distribuídos nesse balanço entre oferta e demanda, na integração do sistema, assim como no aumento da confiabilidade, entre outros benefícios.

O futuro de fato se mostra mais complexo, sem dúvida nenhuma, mas ele também se mostra cheio de oportunidades para a ampliação dessa descarbonização e também para a maior competitividade do país. E é nesse contexto, considerando a grande quantidade de incertezas que ainda temos e das várias trajetórias possíveis quando a gente olha para o futuro, que o desenho da política energética se vale cada vez mais de uma avaliação de distintos cenários futuros.

6/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Em recente participação da EPE num estudo com o BID, Cebri e o Cenergia, ficou bem marcada essa inter-relação do setor de energia com outros setores. Seria importante destacar aqui que a NDC brasileira é definida para o conjunto da economia. Então os caminhos de fato são flexíveis e, portanto, é importante a gente ter sempre em mente que o orçamento de carbono para energia pode ser alterado por trajetórias de outros setores. Então essa flexibilidade para a nossa estratégia é importante.

Para finalizar essa parte da apresentação, de forma bem breve, de alguns estudos, eu destaco aqui também alguns estudos e frentes de trabalho que subsidiam a política energética e a estratégia do MME. E aí aqui eu cito o Combustível do Futuro, o Programa Nacional do Hidrogênio - eu vou tentar acelerar um pouquinho - e outros estudos que também vêm endereçando importantes frentes para a descarbonização, como biorrefinarias, combustíveis sustentáveis de aviação, eletromobilidade, o próprio papel do gás natural e a sua relevância nesse processo de transição energética.

Então, de uma forma geral, o que eu reforço aqui, rapidamente, com esse conjunto de estudos é que os estudos de um planejamento se retroalimentam com todas essas iniciativas e também subsidiam várias frentes relacionadas à transição energética, permeando desde novas tecnologias, novos modelos de negócio, quanto distintas formas de acelerar também essa mitigação de emissões, tirados de efeito estufa, como aqui eu cito o RenovaBio, e também as discussões de precificação de carbono.

Aqui também, rapidamente, eu coloco sinalizações recentes para a expansão da transmissão, destacando aí um investimento esperado, nos próximos anos, da ordem de 77 bilhões.

E aí, já falando aqui em investimento, entrando nos meus últimos minutos, os investimentos em energia elétrica, no período de 2010 a 2020, foram da ordem de R\$740 bilhões, considerando os segmentos de geração, transmissão, distribuição, MMGD, eficiência energética e P&D.

Quando a gente fala de inovação no período 2013 a 2020, a gente tem um mapeamento de mais de R\$30 milhões de investimento público e publicamente orientado no Brasil. Aqui vale reforçar também a decisão, em 2021, da orientação em relação à priorização da destinação dos recursos de P&D da Aneel e da ANP para temas específicos relacionados à transição energética.

Num horizonte decenal, para fazer frente ao crescimento econômico, o que a gente observa é que a expectativa é de investimentos da ordem de mais de R\$3 trilhões nos próximos dez anos. Desse total, R\$2,7 trilhões relacionados a petróleo, gás e biocombustíveis; e quase R\$530 bilhões relacionados a geração e transmissão de energia elétrica.

Não podia deixar de destacar aqui também os recentes investimentos previstos no novo PAC, R\$1,7 trilhão, apontados para nove eixos, dos quais transição energética e segurança energética se refletem no eixo específico, contando com uma previsão de investimentos da ordem de R\$540 bilhões, distribuídos em outros subeixos, em mais sete subeixos, entre eles geração, transmissão, Luz para Todos, eficiência, petróleo e gás, pesquisa mineral e combustíveis de baixo carbono. Destaco ainda a importância de fundos multilaterais como mais uma forma de viabilizar projetos e iniciativas em linhas com as bases da transição energética.

De fato, finalizo aqui os meus últimos segundos, colocando algumas mensagens-chave que eu acho importantes. Uma é que a transição energética, como toda mudança, traz, sim, desafios, mas também traz grandes oportunidades para o país. O aproveitamento das vantagens comparativas do Brasil para solidificar e construir vantagens competitivas do amanhã é uma parte central em toda essa discussão. E os mecanismos de financiamento desempenham um papel crítico no apoio aos caminhos da transição energética traçados pelo Governo. Então, a gente enxerga como muito relevantes diferentes estruturas de financiamento para uma maior adequação a cada estágio de maturidade das tecnologias e também para escalas de projetos e modelos de negócio.

De uma forma geral, as sinalizações dos estudos de planejamento possuem também um papel importante para a construção dessas estratégias sólidas e também de um aparato legal e regulatório que consiga suportar todo esse balanceamento necessário entre segurança energética, equidade energética e sustentabilidade, para construção também desses caminhos flexíveis para a transição energética, evitando trancamentos tecnológicos e atraindo investimentos, estimulando soluções que sejam aderentes com uma economia de baixo carbono e com todas as potencialidades que nós temos no país.

Acredito que eu tenha terminado aqui.

Peço desculpas por ter excedido um minutinho na minha apresentação e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Patrícia Nunes, nós agradecemos.

Está todo mundo ficando muito próximo do tempo para que todos possam falar e para que a gente o faça dentro da atividade. Nós agradecemos.

7/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Imediatamente, nós vamos convidar o Sr. Fabio Kono, para fazer sua apresentação, mas não sem antes deixar de anunciar aqui a presença da Sra. Symone Araújo, que é Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e também do Sr. Cláudio Jorge de Souza, que é Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Então, obrigado pela presença do senhor e da senhora aqui conosco.

Sr. Fabio Kono, que é Assessor da Diretoria de Infraestrutura e Mudança Climática do BNDES, com a palavra.

O SR. FABIO KONO - Obrigado, Deputado Bohn.

Quero saudar a todos aqui, na sua pessoa, e agradecer o convite da frente parlamentar. São vários rostos conhecidos e, na medida em que a gente começa a se encontrar em diversos fóruns públicos e privados, acho que é um reforço. Estou vendo aqui o Marcelo que a gente recebeu, recentemente, no banco, e uma série de outros rostos conhecidos.

Quero agradecer aqui a presença e a oportunidade de o banco apresentar um pouco da nossa visão e do histórico, ao longo dos últimos 71 anos de história.

Acho que, como o João Paulo Madruga comentou, o Brasil começou a transição energética na década de 70. Faz mais de 50 anos que a gente faz transição energética, seja investindo em hidroelétricas, eólicas, solares, seja com todo o programa de biocombustíveis que foi construído ao longo desses anos.

Queria deixar aqui uma mensagem para o Deputado Bandeira de Mello, que é um quadro nobre aqui do BNDES. Acho que vocês têm uma pessoa qualificadíssima para auxiliar na frente na medida do que for necessário. Acho que ele tem conhecimento histórico do banco.

Vou tentar fazer aqui uma apresentação breve e falar... Assim, dentro dos desafios que a Patrícia deixou sobre a questão de financiamento, a gente vai falar brevemente aqui sobre a atuação do BNDES, histórica, no setor de infraestrutura. Eu acho que é um questionamento grande de como a gente financia todos esses investimentos em energia, biocombustíveis, eletrificação de frota, biogás, biometano...

Então, se puder passar a primeira página...

Acho que o material vai ficar disponível para todo mundo acessar.

Rapidamente, sobre o BNDES, acho que a maior parte das pessoas conhece, mas o BNDES é um banco 100% controlado pela União Federal e o maior banco nacional de desenvolvimento da América Latina. O banco tem 71 anos de história e é o principal instrumento de investimentos e fomento da política industrial e de infraestrutura brasileira.

Acho que a gente pode seguir.

Só um pouco da história de como tanto o Brasil como o BNDES vêm conduzindo esse processo de transição energética há 70 anos. O BNDES é o maior financiador de infraestrutura e energia do Brasil, mas não só isso, nós somos os maiores financiadores de energia renovável do mundo. Isso de acordo, não com a nossa visão, mas com o *ranking* da BloombergNEF. Ao longo dos últimos 22 anos, o banco financiou quase R\$1 trilhão para projetos de infra e de energia.

Energia é a principal parcela da carteira do banco. Praticamente, 50% da carteira de crédito do banco, R\$257 bilhões, são associados a projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, e o banco, ao longo dos últimos 22 anos, nessa longa história de expansão da matriz, financiou 79 dos 110 gigas que foram adicionados de capacidade de geração brasileira e é o grande financiador de toda a expansão, principalmente da energia eólica e, em uma menor escala, da energia solar, ao longo de diversos programas bem-sucedidos, iniciados lá atrás, no Proinfa; mas, nos diversos leilões para fontes renováveis, o banco tem tido um papel fundamental ao longo desse período.

E aí colocando aqui já a ponte com as discussões de como a gente vai financiar os investimentos necessários para o Brasil conduzir o processo de transição energética, a gente enxerga o BNDES como um ator fundamental nesse processo. O banco está aberto e disponível para receber o setor público, investidores privados que tenham interesse de desenvolver seus projetos e seguir nessa longa trajetória de ser um parceiro no desenvolvimento econômico do Brasil, mas não só isso desse longo processo de transição energética.

Se puder passar...

Então, aqui um pouco das funções. O BNDES tem um papel de indutor, fomentador do mercado de financiamento. A gente é a principal fonte de financiamento no mercado brasileiro, comparando com bancos comerciais, agências multilaterais ou mercado de capitais. O banco tem tido uma atuação cada vez mais complementar com fontes de mercado e fontes internacionais. Então, em parcerias, seja com o Banco Interamericano de Desenvolvimento ou o IFC, que é o braço do Banco Mundial para o setor privado, seja em parcerias com o mercado local. E aí a gente teve dois exemplos recentes e nos quais o BNDES, em conjunto com bancos comerciais, financiou conjuntamente os dois principais projetos de saneamento no Rio de Janeiro, tanto o Iguaçu Rio, como o Águas do Rio, dois projetos que são as duas maiores emissões de debêntures já

8/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

feitas na história do Brasil. E o banco atua não só na estruturação e financiamento, mas também na participação da emissão, dando suporte e atuando como importante sinalizador para o mercado privado de que os projetos tenham capacidade de serem repagos ao longo do tempo.

Se puder passar...

Aqui um pouco do nosso portfólio de produtos. Acho que fica um material para a frente, para o público acessar. Mas o BNDES tem uma série de produtos distintos. Como eu falei, o BNDES tem uma atuação inovadora. A gente levantou ... Foi a primeira instituição brasileira a emitir *green bonds*, em 2017, primeira instituição financeira local a emitir letras financeiras verdes. O banco tem um *rating* A1, um *rating* ambiental que é o *rating* ambiental mais alto na escala da Moody's, e é o nº 1 em financiamento de energias renováveis globalmente, atuando só no Brasil, mas, comparado com todos os outros financiadores globais, o BNDES é o líder em financiamento desse tipo de tecnologia.

Então, isso aqui é um exercício que a gente tem feito recentemente dentro da nova gestão de determinar quanto que a carteira do banco e os processos contribuem para o processo de transição energética e mudança climática. De 2015 a 2022, os projetos financiados pelo banco evitaram 100 milhões de toneladas de carbono ao longo da vida útil; então, é um impacto bem grande. E a gente espera até o fim do ano poder divulgar um balanço mais completo de como a atuação do banco tem impacto ao longo das metas brasileiras, das NDCs e de todo o aspecto de mudança climática.

Aqui um pouco de destaque financeiro. Acho que a gente pode seguir e colocar um pouco da nossa visão sobre a transição energética. Então, acho que a questão do aquecimento global é uma não discussão. A gente viveu, em julho, o ano mais quente da história, dos últimos 120 mil anos. Acho que não tem mais discussão técnica e científica a respeito disso. E aí acho que a questão que se coloca é o que a gente pode fazer para endereçar e atender a todos os compromissos e metas estabelecidos no Acordo de Paris, de 2015.

Então, na nossa visão, o Brasil é provavelmente o país com as melhores condições para atingir a neutralidade de carbono entre as grandes economias, falando das economias do G20; e a gente oferece uma série de condições para atrair investimentos tanto locais, privados, públicos como internacionais, e endereçar essa oportunidade. É um país com estabilidade geopolítica, uma cultura de pacifismo, a gente é a principal plataforma de segurança alimentar do mundo, com uma abundância de recursos.

A Patrícia aqui da EPE... A gente vai usar um pouco dos dados da EPE para demonstrar isso, mas o Brasil tem a matriz energética e elétrica mais limpa do G20, das grandes economias globais, e, ao mesmo tempo, tem uma grande oportunidade de converter isso não só em uma economia que converge para a neutralidade de carbono, mas uma grande oportunidade para atrair investimentos privados e trazer desenvolvimento.

A gente costuma falar que a transição energética tem que ser justa, é uma transição que não pode deixar ninguém para trás.

Se puder seguir...

Então, conversando com o que o João Paulo comentou, transição energética e descarbonização são caminhos sem volta, mas um futuro de baixo carbono não significa um futuro sem hidrocarbonetos. E acho que, como o João Paulo colocou muito bem, os combustíveis...

(Soa a campanha.)

O SR. FABIO KONO - ... fósseis - seja petróleo, seja gás natural - têm um papel fundamental na transição, seja no papel propriamente dito da transição, de convergir para as tecnologias de baixo carbono e de neutralidade, seja para financiar boa parte dos investimentos que vão ser necessários. Não adianta a gente se iludir e achar que é uma revolução energética, que, do dia para a noite, a gente vai se converter em uma economia de baixo carbono. Então, a gente tem que enxergar o papel... O BNDES e Petrobras têm uma comissão de trabalho em conjunto. Transição energética é um dos principais temas que a gente vem discutindo. A gente vê uma parceria, e a Petrobras é um veículo fundamental para o Brasil completar essa estratégia de transição energética.

Se puder só voltar, porque acho que tem um ponto que é importante de a gente comentar...

Eu não vou entrar nos detalhes de números, acho que tanto o João Paulo como a Patrícia já colocaram, mas acho que é um aspecto que é extremamente relevante de a gente colocar aqui para os Deputados e Senadores, que é um tema que a gente enxerga como fundamental para a união do Brasil e para o posicionamento ante às ameaças globais que a gente tem.

Os Estados Unidos e a União Europeia lançaram os maiores pacotes de política industrial e subsídio da história. Os Estados Unidos lançaram o que eles chamam de *Inflation Reduction Act*. É um plano que, dependendo de com quem você conversa, varia de US\$300 bilhões a mais de US\$1 trilhão, e é uma grande ameaça, porque projetos de transição energética - sejam de geração de energia renováveis, biocombustíveis, combustíveis avançados - são intensivos em capital e demandam um horizonte de investimento de longuíssimo prazo.

9/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Então, a gente hoje não está competindo, única e exclusivamente, com colocar ou não um projeto aqui no Brasil. A competição é: um investidor internacional vai decidir se ele vai colocar o projeto dele nos Estados Unidos, na Europa, na Austrália ou na Arábia Saudita. A competição que a gente tem é com os recursos que esses países têm - nesse aspecto, o Brasil está extremamente bem posicionado -, mas, por outro lado, a gente está competindo com uma série de subsídios e programas de incentivo que podem, eventualmente, desvirtuar a vantagem comparativa, como a Patrícia bem colocou, que o país oferece, através de um subsídio que, eventualmente, paga 50%, 70%, 80% ou 100% do investimento.

Então, esse é um ponto que a gente gosta de colocar bastante, porque essas são ameaças que a gente tem que enfrentar e acho que há um esforço nacional aqui. A participação do Congresso é fundamental para a gente colocar os arcabouços legais e colocar os mecanismos que estiverem disponíveis, dentro da capacidade do Governo, para a gente poder competir com os nossos pares internacionais.

Eu vou correr, para não ultrapassar mais o tempo.

Então, aqui está um pouco da matriz de emissões brasileiras. Acho que a gente pode seguir. Esse é um tema conhecido: a matriz energética e elétrica, como a gente já falou. O Brasil, no ano passado, gerou 88% da energia, da eletricidade, a partir de fontes renováveis.

Se puder seguir...

A gente é disparado o lugar que mais gera energia limpa entre países do G20 ou OCDE. Este gráfico da esquerda inclui energia nuclear. Se excluirmos a energia nuclear, o Brasil está mais de 30 pontos percentuais à frente do segundo.

É o principal lugar para soluções de captura de carbono baseadas na natureza. Então, 15% das soluções globais e 33% das oportunidades de reflorestamento estão no Brasil.

Podemos prosseguir, por favor.

Aqui, dentro do contexto do que o Governo tem lançado, acho que isso aqui já é público e de conhecimento de todos.

Eu vou correr só para colocar um pouco como a gente enxerga a posição do BNDES. Também acho que a mensagem mais importante é que, com a redução dos investimentos públicos, o setor privado não preencheu a lacuna de investimentos que o país demanda em infraestrutura. Então, aqui é um chamado, porque os setores público e privado, em parceria, vão endereçar esse desafio. Não é algo que só o setor público nem só a iniciativa privada vai fazer. A gente precisa de um esforço conjunto.

Um pouco do PAC. A Patrícia já falou também do novo PAC.

A gente pode seguir.

Aí, falando um pouco das oportunidades que o BNDES enxerga e do que a gente tem visto de provocações. Então, os biocombustíveis e bios em gerais, o pessoal de biogás...

(Soa a campainha.)

O SR. FABIO KONO - ... biometano e toda parte de combustíveis avançados, SAF e diesel verde, acho que são pontos que a gente vê como avenidas de importantes frentes de investimento.

Acho que podemos seguir.

Geração de energia. O Brasil é assim, a gente tem que gerir a abundância de recurso, seja solar, eólico, biogás e eólico *offshore*, que a gente também enxerga como uma frente importante de trabalho.

Quanto ao hidrogênio verde, a gente sabe que vocês já discutiram, que a frente já discutiu, pois teve uma sessão específica para o hidrogênio verde. A gente deixa aqui um pouco dos materiais que a gente enxerga e vê como um vetor importante e que precisa de desenvolvimento.

O Banco tem desenvolvido junto com o Mdic e está participando do comitê gestor do Programa Nacional do Hidrogênio Verde. A gente vê mais como oportunidade o hidrogênio de baixo carbono. Acho que é importante destacar isto, não só o verde, mas o de baixo carbono.

(Soa a campainha.)

O SR. FABIO KONO - Só para concluir, a gente deixa, na última página, todos os setores em que o BNDES...

Pode seguir, por favor?

Os projetos de hidrogênio verde, minerais críticos...

Eu vou finalizar aqui, Presidente. Então, na última página, a gente coloca quais são os setores que o banco apoia.

10/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Só para concluir, na semana passada, o Governo anunciou o objetivo de ampliar o volume do Fundo Clima para algo em torno de R\$10 bilhões por ano.

Respondendo à pergunta inicial, de como a gente financia essa transição, eu acho que o BNDES tem os recursos ordinários do FAT, que é com base, atualmente, no *funding* em TLP, que é um custo de mercado, e o Fundo Clima vem como um importante complemento para a gente conseguir incentivar e fomentar essas diversas indústrias e cadeias associadas à transição.

Obrigado de novo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Nós que agradecemos, Sr. Fabio Kono, que representa aqui o BNDES.

Nós estamos aguardando ainda o Celso Pansera, do Finep, que, em minutos, estará conosco aqui. Depois, nós vamos ter as entidades para fazer suas manifestações. Já estão aqui presentes. Mas, antes disso, eu vou franquear a palavra aos nossos Parlamentares.

Anuncio a presença do Deputado Gabriel Mota, que pode fazer uso da palavra.

O SR. GABRIEL MOTA (REPUBLICANOS - RR) - Boa tarde a todos e a todas!

Este é o nosso primeiro dia nesta importante frente. A gente tem acompanhado um trabalho muito grande lá na Comissão de Minas e Energia. Eu sou Deputado do Estado de Roraima. Eu até perguntei ao Deputado Bandeira se não tinha ninguém aqui do Amapá, nessa frente, porque eles estão aí capitaneando uma luta lá no Amapá para a exploração de petróleo lá na foz do Amazonas, e, em contrapartida, nós estamos também encampando uma luta lá em Roraima, da Bacia Sedimentar do Tacutu. Aqui, eu vi vários amigos da Petrobras, da ANP. A gente tem conversado muito durante este ano.

E quero deixar aqui, Deputado Gass, que nós estamos à disposição para somar nessa luta. No que eu puder ajudar, a gente vai estar sempre aqui, sempre participando. Eu tenho certeza absoluta de que aqui a união faz a força. E a Câmara tem um papel fundamental nessa conquista. A gente sabe que o Brasil precisa evoluir nessa questão.

Roraima é um estado que tem sofrido bastante durante esses anos. Você sabe que a gente tinha um problema do garimpo ilegal, mas já está bem saneado esse problema. Mas parou o estado. Errado ou não, era o que mantinha o estado. Hoje, o nosso estado tem cerca de 500 mil venezuelanos morando em Roraima, e a gente não sabe o que fazer com essa demanda, e a migração hoje continua entrando pela Venezuela, cerca de 300 a 500 migrantes por dia. E nós temos que recebê-los, até porque são idosos, são crianças, a maioria vem doente, porque vem de um sofrimento terrível nessa viagem, um sofrimento. Então, a gente precisa criar uma matriz econômica para o estado.

E essa questão da Bacia Sedimentar do Tacutu, eu encampeei essa luta aqui na Câmara, na Casa. Tenho falado com a Petrobras e com a ANP semanalmente. Fui muito bem recebido, e eu preciso pedir o apoio desta Casa, porque lá nossa vantagem é, imagina só, ser vizinho da Venezuela e da Guiana Inglesa. Todos os estudiosos, todos os pesquisadores dizem que lá em Roraima tem petróleo, e ver o estado pobre do jeito que ele está, com 75% do seu território demarcado para área indígena...

(Soa a campanha.)

O SR. GABRIEL MOTA (REPUBLICANOS - RR) - ... área de parque nacional e área do Exército, e a gente não pode usufruir dessa riqueza nossa. É um estado que está pobre, parado, e a gente tem que lutar para isso.

Então, eu queria pedir o apoio. A Guiana Inglesa está crescendo aí 60% ao ano. Só a Petrobras, segundo informações da própria Petrobras, pagou, no ano passado, R\$5 bilhões de *royalties* para a Guiana; a previsão é pagar, até 2030, R\$37 bilhões. Então, se uma empresa brasileira pode explorar um país vizinho, porque a Petrobras está explorando a 500km do Estado de Roraima, eu acredito que, também, se a gente tiver uma sensibilidade, um esforço nosso aqui, a gente consegue explorar em Roraima, e aí conseguir fazer aquele estado alavancar.

Então, eu queria pedir o apoio, e que ele conte sempre com o nosso apoio também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Obrigado, Deputado Gabriel Mota, seja bem-vindo à nossa frente parlamentar. Aqui, todos os partidos e estados podem ter sua representação e participação. E esse com certeza é um tema que ficou muito em debate no país, não é? E, pelo que eu percebo e defendo, a gente pode ter, sim, a exploração do petróleo, contanto que ela seja feita com a máxima segurança e que dê total segurança e sustentabilidade ambiental, ambiental e social. Então, acho que é um debate que ainda está em curso e, com certeza, vai ser pauta também da frente, das Comissões, enfim, das políticas públicas como um todo no nosso país.

11/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Nós vamos, na sequência, agora... Não sei se o Deputado Bandeira... Quer fazer uso da palavra novamente? Este é o período agora para manifestação dos Parlamentares. Então, repetindo aqui, a quem não tinha acompanhado antes, o Deputado vai ser o nosso - já empossado agora - Vice-Presidente também da nossa frente parlamentar.

O SR. BANDEIRA DE MELLO (PSB - RJ) - Então, Presidente, é muito rapidamente, só para cumprimentar os palestrantes. Provavelmente a Ludmilla, da Abiogás, falou antes de eu chegar, não?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Vai falar agora.

O SR. BANDEIRA DE MELLO (PSB - RJ) - Ah, vai falar agora?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Vai ser a próxima.

O SR. BANDEIRA DE MELLO (PSB - RJ) - Então, ela já fica cumprimentada de antemão. Quero cumprimentar o representante da Petrobras, o João Paulo; a da EPE, de quem me esqueci do nome agora, mas que fez um excelente... Patrícia; e o meu colega Fabio, do BNDES. Acho que os Parlamentares aqui, destas Casas aqui, tanto da Câmara como do Senado, acho que vão entender que o BNDES é um excelente parceiro em todos os setores, porque o BNDES está presente em todos os setores da economia. Então, numa frente, aqui, de energia, eu tenho certeza de que o BNDES estará sempre presente - na nossa Vice-Presidência de eficiência energética com certeza também.

Em resumo, é só isso.

Vamos passar agora, vamos ouvir a Ludmilla. E quero agradecer mais uma vez, parabenizar todos os expositores.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Obrigado, Deputado Bandeira de Mello.

E nós vamos, então, passar para essa parte agora, de as entidades fazerem as suas manifestações. Nós vamos ouvir a Ludmilla, o Sergio Massillon, o Marcelo Mendonça e o Darlan Santos, iniciando pela Ludmilla Cabral, que é a Coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira de Biogás (Abiogás).

Nós combinamos com a equipe... Eu quero agradecer a toda a equipe de assessoria também, tanto do Senador, da frente, das entidades que apoiam, que nos auxiliaram também do nosso mandato, que nos auxiliaram na construção deste nosso seminário, que é tão importante para a gente difundir mais. Essa é ideia também, não é? A gente falar muito da transição energética, levantar questionamentos ainda e apontar financiamentos. Porque, como foi dito aqui, nós temos no Brasil vantagens comparativas em relação a outros países, pois nós já estamos na dianteira desse processo, mas isso pode nos dar vantagens competitivas também, para nós de fato pontearmos no mundo esse tema da transição energética, tão importante, com eficiência obviamente. Então, eu quero agradecer a todos que colaboraram também para a gente ter esse evento aqui.

E a combinação que foi feita é que é em torno de cinco minutos, para que cada um possa, das entidades também, fazer a sua manifestação. A primeira a usar a palavra é a Ludmilla.

A SRA. LUDMILLA CABRAL - Boa tarde a todos.

Primeiramente, quero pedir desculpas pela minha voz. Eu realmente, falando de transição energética, estamos aí sofrendo com chuvas em Brasília em pleno agosto. E aí, uma pessoa alérgica como eu, não passei incólume aí por esse processo de chuva no período seco.

Então, fazendo esse prefácio aí da minha voz, cumprimento o Deputado Bohn Gass pelo convite para compor a mesa, representando aqui as mulheres. Aproveito para cumprimentar a Diretora Symone, da ANP, em nome de todos aqui que estão presentes acompanhando esse encontro, esse bate-papo aqui sobre transição energética.

A Abiogás é uma entidade que está completando dez anos agora em 2023 e representa o setor de biogás e biometano no país. A gente costumava dizer, lá dentro da Abiogás, que, se o gás natural - cumprimento aqui o meu querido amigo Marcelo - é o gás da transição, o biogás é o futuro. Só que o biogás não é mais futuro. É uma realidade, está posta. O Brasil tem um enorme potencial, que ainda tem muito a desenvolver. Hoje a gente tem seis plantas de biometano aí já autorizadas pela ANP em produção. Essas seis plantas produzem aproximadamente 500 mil metros cúbicos de biometano por dia, mas temos aí um potencial no país de produção de 120 milhões de metros cúbicos. Isso é basicamente toda a produção de gás natural e todo o consumo que a gente precisa para desenvolver essa neointustrialização.

E, nesse sentido, a gente tem falado muito que o setor de biogás e biometano é estratégico para essa desfossilização, levando em consideração o que foi dito aqui pelo meu colega Madruga, que a gente não vai ficar livre dos fósseis. A gente precisa deles como um *backoffice* para fazer essa transição de maneira justa, inclusive.

E a Abiogás entende que, para esse desenvolvimento dessa transição energética e para o amadurecimento dos projetos de biogás e biometano, é preciso realmente que haja um investimento em polos e *hubs* regionais. Hoje basicamente toda a

12/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

produção de gás, esse potencial todo que eu citei aqui, está no interior do país. Ele não está conectado à malha de dutos de transmissão ou de distribuição de gás.

Então, essa possibilidade de investimentos em polos e *hubs* regionais vai ser uma excelente opção para alavancar aí e criar uma demanda, como bem colocou também o Madrugá aqui, é sempre a questão da galinha e do ovo, o que vem primeiro. Se o investidor não vai porque não tem oferta, o ofertante não oferta porque não tem demanda, e aí você nunca entra num consenso de por onde começar.

Há uma falta de infraestrutura no interior do país para esse escoamento, de todo esse potencial que a gente tem relacionado ao setor de biogás e biometano.

Ainda na transição energética, em maio, a gente assinou, em conjunto com a AHK, que é a Câmara de Comércio Brasil-Alemanha, a ABEEólica e a Absolar, um pacto pela produção do hidrogênio renovável, que tem sido um vetor importante nas discussões quando se fala em transição energética.

E entre um desses pontos que a gente elencou nesse pacto brasileiro está justamente...

(Soa a campanha.)

A SRA. LUDMILLA CABRAL - ... a ampliação do acesso ao Fundo Clima, como bem destacou o Fabio. Essa ampliação é importante. E, mais uma vez, eu reforço: o biometano e o biogás são energéticos que não são mais o futuro, eles são o presente e estão à disposição para ajudar a auxiliar nessa transição energética do país.

A Biogás se coloca à disposição para todos os debates e deixa à disposição também aqui o documento do Pacto Brasileiro pelo Hidrogênio Renovável, para quem quiser ter acesso, e se coloca à disposição.

Agradeço, mais uma vez, a participação, tentando cumprir o tempo.

Muito obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Ludmilla, muito obrigado. Obrigado pela compreensão também. Nós queremos que as entidades possam se manifestar, as que têm a ver diretamente com essa ideia dessa transição energética, não para o futuro... Eu gosto dessa palavra também, não é futuro, é presente. Nós já o estamos vivendo e é importante que a gente o puxe para o mais próximo possível. Essa é a ideia da sustentabilidade para o nosso tempo, nos preparando para o futuro, sim, mas para o nosso tempo.

Nós temos já a presença do Celso Pansera - e eu preciso dizer aqui que ele foi meu colega, hoje, está no Finep - para poder falar também. Eu sugiro... Temos mais três inscrições de entidades, e aí você faz a ponderação final do nosso evento, pode ser? *(Pausa.)*

Então, tá.

Obrigado pela presença também. Hoje de manhã eu já havia feito um contato telefônico, por outra razão, eu nem sabia que nós íamos nos encontrar aqui, em função também da nossa ciência e tecnologia, que é tão importante. Você sempre foi atuante nessa área, inclusive, no ministério e no Estado brasileiro.

Passo, então, ao Sergio Massillon, Diretor Institucional da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasilcom). Com a palavra.

O SR. SERGIO MASSILLON - Boa tarde, Deputado. E, pela pressa, na sua pessoa eu cumprimento o resto da turma toda.

A Brasilcom, hoje, com as suas 42 associadas, representa 20% do mercado de distribuição do Brasil, e eu trouxe aqui, para este programa, para esta reunião, um financiamento de transição energética que já existe, que é o financiamento da Lei 13.576, do RenovaBio, que todo mundo já conhece, o produtor já emite, e a distribuidora é obrigada a comprar. Mas nós estamos falando num programa que, desde o seu início, já resultou numa transferência de R\$16 bilhões das distribuidoras, dos consumidores, é claro, para a mão dos produtores, principalmente, de etanol. Esse é um programa muito bom, e o Brasilcom apoiou esse programa desde o primeiro minuto - nós somos os chamados "apoiadores de primeira hora" -, mas, mesmo sendo um programa inovador, como é o RenovaBio, ele não é um programa que tem que ser imutável. Então, é um programa que precisa ser revisto.

Como é que esse programa pode ser melhorado? Primeiro, hoje a gente observa que essa aplicação desses R\$16 bilhões não tem nenhuma transparência, não existe fiscalização, a CVM não é envolvida, o Banco Central não é envolvido. A PUC do Rio de Janeiro, em duas ocasiões, em 2020 e 2022, e o TCU fizeram relatórios em que eles apontavam graves distorções desse programa. Uma delas é a falta de fungibilidade. O CBIO, que é produzido pelo RenovaBio, não é fungível, não pode ser aplicado em nenhum outro programa de descarbonização. Essas distorções... Primeiro, existe uma assimetria de obrigação muito grande entre os emissores e os vendedores. Num mercado, um oferece e o outro compra. No mercado

13/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

do CBIO, o emissor não é obrigado a oferecer: ele registra e espera o melhor momento. E a distribuidora é obrigada a comprar e a aposentar em prazo fechado.

A segunda diferença - e eu vou me guiar pelo meu amigo João Paulo - é uma distorção. O único país do mundo onde empresas de logística, que são as distribuidoras, são obrigadas a comprar certificados de descarbonização é o Brasil. No mundo inteiro, quem tem essa obrigação são os produtores. Por quê? O João Paulo acabou de mostrar como é que a Petrobras pode diminuir a pegada de carbono dela.

Então, é uma forma de ela... Vamos supor, por exagero, que a Petrobras fosse a parte obrigada. Ela teria uma obrigação, mas diria: "Mas, olha, eu estou diminuindo a minha obrigação com uma série de ações que eu posso fazer". E a distribuidora, pelo fato de ser uma empresa exclusivamente de logística, não tem essa capacidade.

Então, a parte obrigada é uma parte distorcida.

E o que acontece no Brasil? O Brasil hoje tem empresas, três grandes empresas, que detêm 80% do mercado de distribuição, e cento e poucas empresas, das quais 42 são nossas associadas, que operam o restante do mercado. É óbvio que tem uma diferença significativa na capacidade financeira dessas empresas.

Então, uma outra coisa que são números... Eu tinha um quadro, mas não vai dar tempo de mostrar. O RenovaBio não funcionou até agora. Se pegarmos a matriz do etanol e da gasolina, do ciclo de Otto, a gente observa que o percentual de venda no mercado de etanol hidratado, em 2020, era de 35%. Hoje, ele é de 23%, ou seja, a mistura está caminhando no sentido contrário da participação do etanol, porque o recurso desse financiamento não está sendo utilizado para aumentar a venda do etanol. Ele está simplesmente sendo utilizado para tirar dinheiro do consumidor e botar no bolso do produtor.

Existe um PL...

(Soa a campanha.)

O SR. SERGIO MASSILLON - ... o PL 412, que trata do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa. E nós vemos, a Brasilcom vê, que este é o momento ideal para, dentro deste PL, se incluir o que é previsto no RenovaBio. Fazer um programa só, com certificados que sejam fungíveis, que possam ser transacionados com todas as entidades, com todos os geradores de certificados de descarbonização.

Alavanca o mercado de carbono, aumenta esse mercado e faz uma coisa muito importante, que é acabar com a assimetria concorrencial que existe hoje, que está gerando um peso enorme nas distribuidoras pequenas, que, apesar de reconhecidas pelo Cade como fundamentais para a competitividade do mercado de distribuição, vão acabar morrendo porque não vão aguentar carregar o custo dos CBIOs.

Eu depois vou passar às suas mãos os gráficos que eu preparei, que têm todas essas informações numéricas. É que não havia tempo hábil para, em cinco minutos, eu mostrar tudo o que eu tinha que mostrar.

Muito obrigado.

Obrigado pelo convite.

Eu estou à disposição se precisarem de mais alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Obrigado, Sr. Sergio. Com certeza não é o único momento em que a gente vai tratar desse ponto.

Tanto a nossa Frente como as próprias entidades estão à disposição para aprofundar esse tema, principalmente o tema do RenovaBio, que está sendo questionado neste momento mais fortemente.

Seguimos com a fala do Marcelo Mendonça, Diretor Técnico Comercial da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás).

O SR. MARCELO MENDONÇA - Deputado, obrigado pelo convite, por poder participar aqui da Frente Parlamentar.

Cumprimento também os participantes da mesa, João Paulo, Fabio... João Paulo e Fabio já me escutaram falar sobre o tema que eu vou trazer aqui.

Eu gostaria de falar, como primeiro ponto, da importância do que já foi colocado aqui, de vários conceitos que foram ditos aqui durante as apresentações, que é importante para a gente entender o cenário que a gente está colocando.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Você pode falar um pouquinho mais perto, porque esse microfone, parece que está um pouco baixo, para a gente ter uma boa audição da sua fala. Por favor. Obrigado.

O SR. MARCELO MENDONÇA - O João Paulo apresentou também, falando da eficiência da Petrobras na produção do petróleo e do gás natural aqui no Brasil e como essa eficiência reduz as emissões, comparando com os outros produtores.

14/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Então se denota a importância da continuidade da produção do petróleo e do gás no Brasil, contribuindo, assim, para você reduzir as emissões no âmbito mundial.

A Abegás representa as distribuidoras de gás. Logo, a gente não representa somente o gás canalizado; a gente também distribui o biometano. A exemplo, nós temos o Estado do Ceará, que já tem 15% do consumo de gás - no Estado do Ceará - proveniente de um aterro sanitário. Então essa multiplicidade e esses exemplos devem ser repetidos no país.

Muito foi colocado também aqui sobre a questão da importância da matriz energética. Hoje a matriz mundial energética é 15% renovável. No Brasil, ela já é em torno de 50%, mas ainda temos muito que fazer, não é?

Foi colocado pela Patrícia que dois terços da energia da nossa matriz energética é do setor industrial e do setor de transportes. Um terço é do setor de transportes. E desse um terço dessa energia, 44% é diesel. Então, hoje o diesel seria o grande combustível a ser substituído, combustível de substituição, tornando-se uma grande oportunidade de a gente avançar na substituição em veículos pesados, tanto para caminhões quanto para ônibus.

Se a gente pegar o exemplo, se vamos pensar numa política energética, uma política brasileira de substituição de diesel, e pensar na autossuficiência de diesel, hoje o Brasil importa cerca de 23% do diesel. Se eu transformar esse diesel importado para gás, eu falaria em cerca de 30 milhões de metros cúbicos por dia, o que seria equivalente à demanda industrial brasileira hoje. Se eu pegar somente esse diesel importado, que foi convertido para gás, e ver quanto a gente reduziu de emissões, eu reduziria 11,6 milhões de toneladas de carbono, se eu substituir com gás, e 46 milhões de toneladas de carbono, se eu substituir com biometano. Então nós temos uma oportunidade aqui de avançar nessa agenda e contribuir realmente para a redução da pegada de carbono.

E aí, Deputado, o senhor trouxe um ponto muito importante: é preciso ter urgência. E o ponto que está sendo abordado, de trazer financiamento, financiamento competitivo, é um ponto crucial para o sucesso desse programa. O programa de substituição da frota já vem avançando. Hoje nós já temos mais de mil caminhões circulando no Brasil. E para a gente entender...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO MENDONÇA - ... e aproveitar essa urgência e a importância da substituição do diesel em veículos pesados, se eu pegar os Estados Unidos, por exemplo, hoje existem cerca de 900 mil veículos pesados circulando a gás nos Estados Unidos e cerca de 900 postos.

No Brasil, nós já temos 1,7 mil postos instalados, devido ao programa de veículos leves, e temos cerca de... Desses 1,7 mil postos, 300 estão nas principais rodovias, já constituindo o primeiro corredor logístico para a utilização de gás.

Em 2014, eu estive visitando os Estados Unidos e tive a oportunidade de visitar uma garagem, em Los Angeles, que utilizava 2,8 mil ônibus a gás. Dois anos depois, esses 2,8 mil ônibus a gás - na época utilizavam gás natural - passaram a usar biometano. Então, é importante fazer esse *link*. É isso o que se chama transição, não existe salto tecnológico.

Nós temos a urgência nessa utilização, existe um mercado que está pronto para ser utilizado. Essa sinergia entre o gás natural e o biometano é que vai trazer esse ganho para o Brasil na redução da pegada de carbono. Então, é você trazer a utilização do gás natural, nesse momento, e permitir que essa demanda viabilize a construção de novas plantas e a interligação da infraestrutura. Então, esse é o nosso objetivo. É isso que eu tenho repetido. Já estive com o Fábio, já estive com a Petrobras, então, eu tenho repetido como um mantra essa utilização. Acho que esse é o ponto para a gente avançar e conseguir sucesso na nossa transição energética.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Obrigado, Marcelo. Bem-vindas, aqui, as suas explicações.

E nós passamos para o nosso último inscrito das entidades, que é o Sr. Darlan Santos, Diretor-Presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne).

O SR. DARLAN SANTOS - Muito obrigado.

Boa tarde a todos. Obrigado, Deputado Gass, a quem eu cumprimento e estendo o cumprimento a todos da mesa. O tempo é curto, temos que tentar qualificá-lo.

Fazendo uma pequena introdução à minha fala, Deputado, eu queria dizer que a questão da transição energética, evidentemente, não passa apenas por uma questão ambiental ou por uma preocupação em relação às emissões gasosas, mas também em relação a um certo descolamento da necessidade de aquisição de energia quando a gente olha, por exemplo, para o mercado europeu. Evidentemente, isso traz uma questão econômica importante para o Brasil, fundamental.

Eu queria citar aqui, como um exemplo - talvez respondendo a algo que o representante da Petrobras, o Sr. João Paulo, comentou, e que também foi comentado por outros - , em relação a isso, sobre quem vai vir primeiro se é o ovo ou a

15/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

galinha. E eu queria colocar uma situação em que eu acho muito importante o Governo, o Governo nacional, o Governo brasileiro, se colocar como um agente indutor de uma forma, talvez, um pouco mais agressiva.

Evidentemente, eu não estou dizendo que os aportes financeiros sejam responsáveis. Eu quero fazer aqui as aspas ao Fabio porque ele colocou a necessidade fundamental da parceria entre o público e o privado nesses investimentos. E eu queria trazer aqui um exemplo, que foi dado aqui para o setor eólico, nos últimos anos. É o exemplo de uma linha, que foi fornecida pelo BNDES, no Finame em que foi colocado que, por exemplo, para fins de financiamento, 60% da máquina deveria ter recurso nacional. Sabe qual foi o resultado disso, ao final de anos? Foi que 80% das máquinas hoje fabricadas no Brasil têm conteúdo nacional, ou seja, extrapolou o limite que foi colocado pelo Finame. Além de que nós temos hoje no Brasil diversos fabricantes de aerogeradores, fabricantes de pás, fabricantes de torres, fabricantes de suprimentos, ou seja, toda uma cadeia de suprimento, direta e indireta, que foi estimulada por uma linha de financiamento extremamente inteligente e de sucesso para esse setor.

Eu não preciso dizer aqui para os senhores o que representa a energia eólica hoje no país não só em termos econômicos, mas também em termos de segurança energética, dado que estão como uma premissa para a segurança energética a diversificação da matriz e a sua ampliação. E falar de transição energética eu acho que resume um pouco disso. Nós, além de ampliando, estamos diversificando.

Eu queria trazer um outro exemplo disso, que foi um documento feito pela Abimaq. Ora, se eu preciso fazer financiamento para desenvolver determinado setor, onde é? Quais são os submercados que precisam ser desenvolvidos? A Abimaq fez um trabalho muito interessante. Ela fez a identificação de toda a cadeia produtiva direta e indireta para o setor de energia eólica. E aí a gente identificou do que se precisava, por exemplo, desde fundentes, concreto, fios, sensores, mão de obra e por aí vai, ou seja, falar de energia, não importa se é energia eólica, se é petróleo, não é olhar para o cavalinho mecânico. Não é olhar para o elo gerador. É a cadeia que produz isso. Eu estou falando de tinta, fio, sensores, e por aí vai.

Falando aqui do nosso lado, falando pelo Cerne, em função das energias renováveis e, mais especificamente, da energia eólica *offshore*, esse é um levantamento que precisa ser feito de maneira urgente. Darlan, por quê? Estamos aqui, a poucos dias, a poucos meses, talvez, da aprovação do projeto de lei que regulamenta a exploração de energia em mar, também colocado pelo amigo João Paulo, que é o Projeto 576, que foi apensado, se eu não me engano, ao Projeto 11.246, de 2018. Estávamos aqui, debatendo-o, há duas semanas, aqui na Câmara dos Deputados.

Ao falar de níveis de investimento...

(*Soa a campanha.*)

O SR. DARLAN SANTOS - ... a gente pode listar vários, além dos investimentos em infraestrutura, que já têm gargalos identificados. Ao falar de *offshore*, por exemplo, eu estou falando de necessidade de investimento em portos, porque nós não temos no Brasil infraestrutura específica para isso. Falar sobre necessidade da ampliação de infraestrutura de conexão e transmissão não é nem algo para *offshore*, estamos falando de necessidades atuais para a própria geração e para a própria matriz que já se apresenta.

Podemos falar, por exemplo, em ativos de produção que estão ociosos hoje, mas que, se Deus quiser, vão ser colocados, como, por exemplo, estaleiros para a produção de navios, tão importante também para esse setor.

E eu queria deixar como última palavra - o meu tempo já chegou ao fim - que eu cheguei a comentar em um outro debate sobre a necessidade desse tripé regulatório que nós estamos prestes a aprovar, que a Câmara, que o Congresso está prestes a aprovar este ano aqui no Brasil, porque se refere à energia eólica *offshore*, ao hidrogênio verde, que é uma outra demanda de identificação também de cadeia produtiva para isso, e ao mercado de carbono. Eu acredito que esse tripé pode trazer a viabilidade, dados os custos ainda em estudo para energia eólica *offshore* e hidrogênio. O mercado e a possibilidade de captação de recursos com os créditos de carbono podem trazer certa viabilidade para esses projetos.

Então, senhores, esta é a minha pequena contribuição e o Cerne fica à disposição de todo debate para o qual, porventura, possa ser convidado a falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Nós é que agradecemos. E Darlan sempre estará presente, como esteve em outros momentos, o Cerne presente aqui, e continuará presente.

Nós vamos ter, então, a grata satisfação de ouvir, agora, o Celso Pansera.

O Celso Pansera é hoje o representante aqui... É o Presidente, na verdade, da Finep, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos, que tem muito a ver com essa área do desenvolvimento tecnológico e científico também dessa área.

Então, eu te passo, com muita satisfação, a palavra.

16/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. CELSO PANSERA - Obrigado, Bohn Gass.

Eu fiz uma apresentação, mas eu vou passá-la rapidinho se eu tiver como controlar daqui, porque ela está um pouco longa. *(Pausa.)*

Eu quero pedir desculpas ao Bohn Gass, a todos e todas porque, quando chegou o convite, eu já tinha um compromisso ali no Biotic, uma palestra. Eu saí de lá correndo e cheguei aqui agora, mas eu avisei à produção, mandei...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CELSO PANSERA - A minha palestra mais cedo, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CELSO PANSERA - Bom; então, eu vou te pedir só para passar rapidinho, só para situar...

Pode passar. Pode passar. Pode passar. Pode passar. Pode passar. Pode passar.

Isso aqui é o principal fundo que a Finep opera: o FNDCT. Graças à aprovação da Lei Complementar nº 177, em 2021 - e a gente derrubou, depois, um veto do então Presidente -, nós finalmente temos o FNDCT, depois de 2015, pela primeira vez, totalmente liberado para uso da ciência e da inovação brasileiras.

A linha verde é o que está projetado na LOA e a linha laranja é o que se está realizando de fato. Então, o FNDCT é composto por 13 CIDEs diferentes, inclusive algumas na área de energia, e ele compõe então isso tudo. A Finep administra o fundo. E nós, então, neste ano, estamos com o orçamento de R\$9,958 bilhões, dos quais, metade para projetos não retornáveis ou subvenção e metade para financiamento a empresas inovadoras.

Pode passar.

Essas aqui - isso é importante para a gente - são as 10 missões que foram aprovadas pelo Conselho Diretor do FNDCT neste ano. Está ali a Ministra Luciana, o Presidente do CNPq, o Presidente do Conselho e eu estou aí como Presidente da Finep. São 10 eixos. Alguns deles trabalham diretamente na questão de energia sustentável, base sustentável etc., mas todos eles têm a sustentabilidade como um tema transversal. Então, por exemplo, Programa de Recuperação e Expansão da Infraestrutura de Pesquisa Científica e Tecnológica em Universidades e ICTs - Pró-Infra. Dentro desse programa, nós temos diversas linhas para financiar estudos na área de energias renováveis. Depois eu vou falar dos valores sobre isso.

Dentro do Programa Inovação para a Industrialização em Bases Sustentáveis - Mais Inovação Brasil, também é em cima dos seis eixos aprovados pelo CNDI, também nós temos muita coisa nessa área aqui. E temos o Fundo Amazonas e uma série de outros projetos.

Então, nós lançaremos, nesses próximos quatro anos - agora, no segundo semestre deste ano, e nos próximos três anos -, um conjunto de editais para subvenção a empresa e para financiamento de ICTs para pesquisa com foco na área de energias renováveis.

Pode passar.

Essa aqui é a previsão de editais que nós temos para os próximos dois anos. Vamos lançar agora R\$1,25 bilhão de editais agora em setembro; R\$4 bilhões, em 2024; 2025, R\$7,4 bilhões. Aqui é tudo para desembolso não reembolsável. Isso aqui tudo vai para os projetos. E, aí dentro, nós sabemos que, na infraestrutura das universidades, tem muita unidade com empresa inovadora, tem muita coisa boa na área de energias renováveis, e nós temos conversado com a Petrobras também para ver se a gente consegue ampliar essas linhas aí de editais.

Pode passar.

Isso aqui são as infraestruturas que a gente financiou com o recurso do FNDCT. Aqui, no centro, está o Projeto Sirius, que é uma das luzes de síncrotron mais avançadas do mundo.

Pode passar.

E, agora, qual é a novidade agora, Bohn Gass? O Presidente Lula orientou e foi aprovada - a Câmara e o Senado aprovaram aqui - a mudança da taxa de juros da Finep, ela saiu da TJLP para TR. O que significa isso? Que agora a Finep empresta a 2% ao ano para empresas inovadoras, e os projetos que são na área de energias renováveis ou sustentáveis têm o que a gente chama de bônus Finep, que financia 100% do projeto, a carência é o prazo máximo de 48 meses, e o tempo de pagamento se estende até 192 meses. Então, eu diria aos senhores e às senhoras que têm empresas na área para preparar seus projetos. Estamos lançando-o quinta-feira, em São Paulo, ele vai ser anunciado lá, com a presença do Alckmin, mas o BNDES também está entrando, juntos, estamos entrando com a mesma plataforma, e o Gordon está acompanhando isso. São recursos num volume bem razoável que nós vamos colocar no mercado para financiar empresas inovadoras. E

17/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

aquelas que têm aderência à área de inovação e sustentabilidade, baixo carbono, etc. serão as que terão prioridade, menor taxa de administração e mais tempo de carência.

Pode passar, por favor.

Pode passar.

Pode passar.

Pode passar.

Aqui eu acho importante a fala do Lula. Existe uma preocupação do Governo, que se expressa na fala do Lula e do Ministro Haddad, de que nós temos que trabalhar bastante essa questão da infraestrutura e nós temos que trabalhar, preparar o país para a transição energética. Nós temos que, de fato, investir pesado, e tem sido uma das discussões muito fortes, que a gente leva na CNDI e nos outros fóruns que estão discutindo a neindustrialização brasileira, de projetos nessa área que vocês conhecem melhor do que eu obviamente, mas nós estamos trabalhando muito nisso.

Pode passar.

Aqui eu acho que foi o que o Marcelo falou, como se divide a produção de energia no Brasil; vocês sabem disso melhor do que eu.

Pode passar.

Pode passar.

Pode passar.

Aqui são alguns projetos que a gente tem de incentivos fiscais e econômicos para projetos da área. Então, nós temos aqui Finep, BNDES, Finame, Fundo Clima. Estamos discutindo agora o Fundo Clima mais de estar junto com o BNDES para trabalhar sobre isso. Temos conversado muito. A nossa ideia é ter uma plataforma única de entrada. Quando pedir financiamento ao BNDES ou para a Finep, há uma única porta de entrada e avalia junto, e aí você potencializa os recursos que tem ali dentro. O BNDES tem agora 1,5% do FAT à taxa TR também, que significa em torno de R\$5 bilhões por ano, e a Finep também tem de R\$5 bilhões a R\$6 bilhões por ano para emprestar à taxa TR. Então, nós temos muitos recursos para financiar empresas nessa área.

Pode passar.

Pode passar.

Então, essas são as nossas prioridades para a transição energética: atuar sobre as energias renováveis, melhorar a eficiência energética. Então, a gente financia muitos programas nas universidades, estamos retomando isso agora. Obviamente, eu não trouxe o gráfico de aplicação do FNDCT, de 2016 a 2022, que foi um desastre, mas agora, com os valores totalmente liberados, nós estamos com um volume enorme de recursos.

Nós vamos lançar, até o final do Governo Lula, em torno de R\$25 bilhões, Bohn Gass, de editais para projetos não retornáveis e subvenções de empresas - é um volume enorme. E, disso, as linhas das áreas que envolvem questões socioambientais, que envolvem eficiência energética e energia renovável serão prioridade em nossas linhas.

Então, esses são os eixos que a gente atua na Finep.

Pode passar.

Essas aqui são as nossas linhas de financiamento que temos até agora, estamos reestruturando todo o nosso GNO, que são as nossas regras internas, para a gente lançar mais programas. Nós temos bons programas de *startups* - temos bons programas de *startups*. Os programas de energia renovável nós estamos reativando agora no âmbito da neindustrialização.

Acho que vocês conhecem esse debate por que é neindustrialização e não reindustrialização, não é? Porque a neindustrialização é industrializar sobre novas bases e a reindustrialização é apenas reindustrializar o país.

As novas bases. Quais são as novas bases que o Governo tem exigido da gente? Que sejam sustentáveis do ponto de vista ambiental, que sejam justas do ponto de vista da equidade social, das relações de trabalho e das relações sociais e também que tenham aderência ao futuro do país, às principais linhas de ação do país.

Então, Bohn Gass, é mais ou menos essa a minha fala.

Eu queria falar um pouquinho mais, mas acho que deu para dar o recado aí rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Muito bem.

Eu acredito que a ideia aqui é antecipar ao máximo essa transição. Transição dá sempre aquela ideia de transitar longamente, não é de uma situação fácil, foi colocado aqui, porque tem um conjunto de elementos que entram nessa

18/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

transição, mas é respeitar, igual a subir uma escada. A gente quer subir rápido, mas precisa passar por todos os degraus, então, a gente pode se atropalhar.

Então, acho que acelerar isso...

Obrigado pela presença também do colega Deputado Danilo Forte, chegando nesse momento.

Que a gente possa acelerar, puxar, mas que isso não seja apenas um discurso de futuro, que isso seja atualizado para que, no presente, essa geração já possa usufruir como o Brasil se preparou efetivamente para essa competição, aproveitando os seus espaços, as suas realidades geográficas, humanas, o seu posicionamento em nível internacional e que esses financiamentos, efetivamente, possam ser, de fato, nesse conceito de neointustrialização, que é uma industrialização verde, com salários qualificados, vamos dizer assim, com justiça social e que seja numa rede construída entre todos os atores, que nós tentamos também puxar hoje à tarde para este debate, sempre com vínculos com as entidades da sociedade civil.

Deputado Danilo Forte, nós estamos encerrando.

O nosso querido Celso Pansera foi a última fala, mas, obviamente, que eu vou franquear para V. Exa. fazer também a sua saudação neste nosso debate de hoje sobre energias renováveis e, principalmente, financiamento nessa área.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) - Obrigado, Deputado Bohn Gass, sempre Deputado Celso Pansera, nosso Ministro e amigo, e demais participantes da mesa.

Desculpem-me, mas a audiência com o Ministro de Minas e Energia terminou praticamente agora e aí tive que atravessar todo esse oceano aqui verde e azul pelo meio do caminho, mas, para mim, é uma alegria muito grande, eu acho que essa é a agenda do Brasil.

A constatação que, inclusive, a gente teve lá na reunião, com a audiência pública do Ministro Alexandre Silveira, foi que essa é a agenda mais importante para a infraestrutura brasileira, que é a agenda da energia e as contradições que a vida nos impõe: produzimos a energia mais barata do mundo e entregamos uma das energias mais caras do mundo para o consumidor.

Dentro disso aí, há grande discussão sobre a questão da formatação do preço, principalmente com os encargos que são somados à conta da energia e também, paralela a isso, à questão tributária, que no Brasil precisa cada vez mais avançar no que diz respeito à reforma tributária.

A expectativa é a esperança, a esperança de um país com todas as condições de ser o grande propulsor da energia limpa, da energia renovável no mundo, e que, mais uma vez, o Brasil não perca essa oportunidade. Há uma expectativa muito grande, e eu sou um cobrador com relação a isso, porque, depois do ciclo da cana-de-açúcar, é a primeira vez que o Nordeste tem uma oportunidade real de ter desenvolvimento econômico sem dependência com relação às demais regiões do Brasil. O sol e o vento nós temos em abundância, e estamos também muito avançados no que diz respeito aos compromissos com relação à geração de hidrogênio verde.

Por outro lado, tem uma corrida em que o mundo está em uma celeridade muito grande, e a gente precisa fazer avançar, inclusive, a nossa pauta de regulamentação. Essa foi a cobrança maior em cima, inclusive, hoje do Ministério de Minas e Energia. Não adianta a gente ter uma energia barata... Inclusive, ele chegou a falar hoje de energia de R\$36 o megawatt. Isso é praticamente impossível em qualquer lugar do mundo. E a gente, de novo, deixa passar essa oportunidade.

Então, eu acho que esta Comissão se preenche de uma responsabilidade ainda maior, que é a de agilizar essa pauta. Nós temos esse compromisso do Presidente Arthur Lira, da semana verde, agora no início de outubro, quando todas as pautas pertinentes, desde a regulamentação do hidrogênio, da *offshore*, do crédito de carbono, do 414, estão elencadas, o que pode significar um avanço do ponto de vista da legislação para o Brasil. Mas temos também que, por outro lado, fazer com que o Governo e o Poder Executivo também tenham uma definição mais clara sobre essa transição energética. Transição energética essa que vai se dar por uma questão de sobrevivência da humanidade - não é por uma questão econômica muitas vezes. Apesar da dificuldade econômica que o Brasil está atravessando, que é paralela a isso, a gente tem que também ter uma harmonia com relação a esses investimentos, e o Governo Federal precisa ter uma agenda focada nisso.

Os Governadores do Nordeste têm pressionado muito o Governo Federal no que diz respeito a fazer um parâmetro entre a retomada dos investimentos dos parques eólicos e da energia remota, concentrada, com as transmissões. E esse apagão - que foi o que motivou, inclusive, a audiência de hoje - já ficou totalmente elucidado do ponto de vista da não responsabilização na parte da geração. O próprio representante do ONS, Luiz Carlos Ciochi - se eu não me engano, é o nome dele -, estava lá presente e disse que não foi problema na geração, foi problema no sistema. Então, ele admitiu que a gente precisa ter um sistema mais atualizado também do ponto de vista tecnológico. Falhas humanas podem acontecer. Também já foi tirada qualquer suspeição com relação a qualquer problema de sabotagem.

19/20



Reunião de: 29/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Também num primeiro momento de maior euforia, de busca de respostas, muitas vezes de forma até atabalhoada ou até leviana, tenta-se encontrar um culpado de qualquer forma. E isto ficou muito claro na audiência pública de hoje, ou seja, o sistema de geração do Nordeste está pronto e ávido para fortalecer a geração de energia limpa no Brasil. Agora, a gente precisa também avançar nos outros dois principais segmentos: por um lado, transmissão, porque esse é o problema do Nordeste - há mais de dois anos que eu venho falando disso, nós precisamos de linha de transmissão -, e, por outro, uma regulamentação do hidrogênio verde para dar vazão a essa energia que hoje está aí já consolidada no Nordeste, inclusive com um potencial de crescimento quase que incalculável. Nós temos aí, esperando, de investimentos prontos para serem iniciados, mais de R\$60 bilhões nos cinco estados do Nordeste de maior produção: Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. E eu acho que a gente precisa cada vez mais fortalecer essa agenda.

E fico feliz que um "bom gás" pode soprar tudo isso para frente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Isso se se tem um Danilo "forte"! *(Risos.)*

Meus amigos e amigas, eu quero agradecer muito a colaboração. Acho que tantas pessoas vieram aqui colaborar, outros acompanharam, porque, como foi dito aqui, isso é o centro da pauta, que não é nossa, do Brasil, pessoal, isso é mundial. O clima está sendo alterado no mundo, e a exigência da transição energética se impõe - se impõe! Então, é a nossa batalha aqui, e para isso tem que ter financiamento, para isso tem que ter rede, para isso tem que ter pesquisa, para isso tem que ter conjunto de atores que têm que integradamente ser bem coordenados e ir atuando.

Então, da nossa parte, nós queremos agradecer muito.

Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata, que será composta pela lista de presenças e pelas notas taquigráficas.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Ela está aprovada.

Cumprida, então, a finalidade do nosso encontro, agradeço mais uma vez a quem se deslocou, contribuiu, organizou, acompanhou, ficou até o final e a todos mais uma vez, Ludmila, João Paulo, Celso Pansera, Fabio, Sergio, Marcelo, Darlan, Patrícia, que esteve virtualmente conosco e também falou, colegas Deputados, Senadores e, de uma forma muito especial, Senador Veneziano, que é o nosso Presidente e que propôs a frente. Deixo um abraço para ele - ele está presidindo outra atividade aqui, esta Casa sempre está cheia de atividades a todo momento -, mas faço um agradecimento muito especial que eu quero que seja dirigido a ele por me ter dado a oportunidade de ser o Vice-Presidente, principalmente nesta área das energias renováveis.

Eu não via a hora de a gente fazer esse debate para que pudéssemos expandir e dizer: "Vão lá, preparem-se". Como diz o Pansera, preparem seus projetos porque vai ter dinheiro. Essa é a grande diferença, vai ter dinheiro, vai ter PAC. Nós votamos, no final do ano passado já, a PEC da transição - foi importante, porque senão nós não viabilizaríamos - e também os recursos para este ano. Tem um outro debate agora sobre a taxação de quem tem muito dinheiro, porque tem que também colaborar aqui. As reformas tributárias que são feitas não podem ser só sobre o consumo, a gente tem que fazer também sobre rendas, fortunas, *offshores*, grandes aplicações internacionais para que a gente tenha dinheiro, receita para financiar essa sustentabilidade que nós todos defendemos aqui.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada esta presente atividade.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 59 minutos.)



ATA DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS MOTOTAXISTAS E MOTOFRENTISTAS





Senado Federal
Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas

1ª REUNIÃO DE 2023

12 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Ata Circunstanciada da 2ª reunião de 2023 Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas, realizada em 12 de setembro de 2023, quarta-feira, às 14 horas, no Plenário nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, com o seguinte resultado: ITEM 1 – Realizado o debate sobre segurança e direitos para a atividade profissional de mototaxista e motofretista; ITEM 2 – Realizado o debate sobre novas legislações. Nos termos dos documentos anexos. Publique-se.



Senador **ZEQUINHA MARINHO**
Presidente





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 12 de setembro de 2023

(terça-feira)

às 14h

RESULTADO

2ª Reunião

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS
MOTOTAXISTAS E MOTOFRETISTAS - FPMDM

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho

1º SECRETÁRIO: Senador Carlos Viana

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Toninho Wandscheer

2º SECRETÁRIO: Senador Wellington Fagundes

2º VICE-PRESIDENTE: Senador Carlos Portinho

3º SECRETÁRIO: Senador Eduardo Girão

	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19



Resultado da 2ª Reunião da FPMDM, em 12 de setembro de 2023

2

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

1. Fomentar o debate sobre segurança e direitos para a atividade profissional de mototaxista e motofretista;
2. Conhecer e debater sobre novas legislações;
3. Convidados do Ministérios da Saúde, Sest/Senat, Ministério da Previdência e outros.

Participantes:

Luis Otávio Miranda

Consultor Técnico do Ministério da Saúde

[Motociclista: marco normativo e regulação da atividade profissional](#)

Benedito Adalberto Brunca

Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência

Christian Anderson Riger

Analista Sênior da Gerência Executiva de Desenvolvimento Profissional - SEST/SENAT

[Atuação e representação para o desenvolvimento do transporte](#)

Sandra Cristina Cardoso de Souza Luna

Representante de: Instituto Nacional do Seguro Social

[PEP](#)

Roberto Dal Col Filho

Coordenador-Geral de Cadastros do INSS

[Forma de Recolhimento dos Mototaxistas e Motofretistas](#)

Andrea Cavalcanti

Gerente-Executiva de Relações com o Poder Legislativo – CNT

Felipe Espíndola Carmona

Representante de: FENAMOTO (Federação Nacional dos Motociclistas Profissionais e Autônomos)

Resultado: 1. Realizado o debate sobre segurança e direitos para a atividade profissional de mototaxista e motofretista;

2. Realizado o debate sobre novas legislações;





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

FPMDM, 12/09/2023 às 14h - 2ª, Reunião

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTE
CARLOS PORTINHO	
CARLOS VIANA	
EDUARDO BRAGA	
EDUARDO GIRÃO	
FABIANO CONTARATO	
WELLINGTON FAGUNDES	
ZEQUINHA MARINHO	
LAÉRCIO OLIVEIRA	
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	
NELSINHO TRAD	
DAMARES ALVES	
ALAN RICK	PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE
FLÁVIO ARNS	

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTE
TONINHO WANDSCHEER	
PROF. PAULO FERNANDO	
CARLOS HENRIQUE GAGUIM	
ZÉ NETO	
ICARO DE VALMIR	
CABO GILBERTO SILVA	
CRISTIANE LOPES	
SÓSTENES CAVALCANTE	
ANDREIA SIQUEIRA	
CORONEL ASSIS	

Não Membros Presentes

RODRIGO CUNHA
 IZALCI LUCAS
 MARCOS DO VAL
 ZENAIDE MAIA
 PAULO PAIM
 PROFESSORA DORINHA SEABRA
 VANDERLAN CARDOSO
 AUGUSTA BRITO
 WILDER MORAIS
 ANGELO CORONEL



Reunião de: 12/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

12/09/2023 - 2ª - Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) - Boa tarde a todos. Obrigado pela presença de cada um.

Declaro aberta a 2ª Reunião, de 2023, da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas, que se realiza nesta data, 12 de setembro de 2023.

A presente reunião conta com a presença dos convidados do Ministério da Saúde, do Sest/Senat, do Ministério da Previdência Social e destina-se à realização de audiência pública com os seguintes objetivos: fomentar o debate sobre a segurança e direitos para a atividade profissional de mototaxista e motofretista, conhecer e debater sobre novas legislações, correto?

Eu quero aqui nominar os que já estão presentes, dos que foram convidados: Deputada Andreia Siqueira, lá do nosso Estado do Pará, cidade de Tucuruí. Lá tem um peixe no saco, tucunaré no saco. No dia em que vocês forem lá, por favor, peçam. É simplesmente extraordinário. Bem-vinda, Deputada.

Luis Otávio Miranda, Consultor Técnico do Ministério da Saúde. Quem é? *(Pausa.)*

Por favor, tome lugar aqui. Por gentileza.

Benedito Adalberto Brunca, Diretor do Departamento de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência. Quem é? *(Pausa.)*

Venha para cá também, por favor.

Roberto Dal Col Filho, Coordenador-Geral de Cadastro do INSS. Quem é? *(Pausa.)*

Por gentileza também, Roberto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Encheu já? Todo mundo? Maravilha.

Nós temos outros convidados: o Felipe Espindola Carmona, que representa a Fenamoto (Federação Nacional dos Mototaxistas Profissionais e Autônomos); temos também aqui, que foi convidada, a Adriana Bezerra Santos, Coordenadora-Geral de Legislação e Normas do Ministério da Previdência; também foi convidado Christian Anderson Riger, Analista Sênior da Gerência Executiva de Desenvolvimento Profissional Sest/Senat; e Andrea Cavalcanti, Gerente Executiva de Relações com o Poder Público da CNT. E essa estava, está aqui. Onde é que está a Andrea? *(Pausa.)*

Um, dois, três. Sente-se aqui na bancada, senão vão lhe dar um emprego de jornalista ali, assessora da Comissão.

Gostaria de registrar a presença aqui, com muita alegria, dos representantes do segmento: João Garcia de Souza. Quem é o João? *(Pausa.)*

Fique em pé, João. Bem-vindo. É de Rondonópolis, no Mato Grosso.

Marcelinho do Pátio, membro do Sindicato de Rondonópolis. Cadê o Marcelinho? *(Pausa.)*

1/13



Reunião de: 12/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Isso, Marcelinho, bem-vindo.

Valdson Coelho Pessoa, membro do Sindimotos, também de Rondonópolis. Muito obrigado, bem-vindo.

E Eliseu do Nascimento, também do Sindimotos, de Rondonópolis. É o cinegrafista, não é? *(Pausa.)*

Está bom. Essa turma representa todo mundo, Brasil afora. Está faltando aqui o Nonato, que deve ser seu amigo. O Nonato se enrolou, porque ele marca a audiência e não vem à audiência, não é?

Vamos lá. Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até cinco minutos.

Vamos baixar o som só um pouquinho? *(Pausa.)*

Por até cinco minutos.

Com a palavra... Inicialmente, quero convidar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Não chegou ainda, não é?

O Espíndola, o Felipe, não chegou. Nós vamos ouvir então, para trazer a sua palavra e economizar tempo... Porque, se aparecer todo mundo, a gente pode chegar à madrugada.

Vamos ouvir, então, o primeiro expositor, Sr. Luis Otávio Miranda, Consultor Técnico do Ministério da Saúde.

Por favor, Luis Otávio.

O SR. LUIS OTÁVIO MIRANDA - Obrigado, Senador. Boa tarde! Em nome da nossa Secretária de Vigilância e Saúde, Dra. Ethel, é um prazer, a gente agradece o convite.

Pelo Departamento de Análise Epidemiológica, nós vamos trazer aqui algumas reflexões para provocar a discussão. Agradeço, mais uma vez, Senador, em nome do nosso departamento, o convite. A nossa participação ativa vai ser muito boa. Podem contar com a gente nessa frente, nós vamos contribuir com o que for possível.

Bom, o nosso departamento, em linhas gerais, trata dos agravos não transmissíveis, onde estão os chamados sinistros de trânsito e outros agravos à saúde. Esse agravo à saúde, particularmente o de trânsito, representa um percentual significativo das chamadas causas externas. De quase 70% de todas as mortes por ano, dos mais de 1,6 milhão de brasileiros que morrem todos os anos, com exceção da pandemia do coronavírus, que foi atípica, 60% morrem de doença crônica não transmissível. O restante tem um percentual bem alto respondendo por três causas: homicídio, trânsito e suicídio. Esses são os três principais componentes. Nosso departamento cuida exatamente da vigilância desses fatores, então é uma área bem complexa.

As estratégias que nós utilizamos no departamento para o enfrentamento desses agravos são fundamentalmente essas três. O nosso plano de ação está disponível no *site* do Ministério da Saúde, por favor, e tem um componente específico, que é uma meta ousada e voltada para a redução da mortalidade de motociclistas, até 2030; a nossa Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência; a Política Nacional de Promoção da Saúde.

Quando do lançamento da frente, nós lançamos o primeiro boletim epidemiológico, está lá também disponível, que foi apresentado aqui no lançamento da frente, com o Cenário Brasileiro das Lesões de Motociclistas no trânsito de 2011 a 2021. E é esse cenário que a gente traz aqui para vocês com uma reflexão bem objetiva.

Esses são os óbitos declarados no período de 2011. Estou trazendo em primeira mão para vocês, foram disponibilizados semana passada, os dados preliminares para consulta pública. Estão lá no *site* do ministério, para consulta pública, os dados de 2022. São preliminares, mas estão disponíveis para o conhecimento público.

Então, o grupo motociclista, se você observar, ao longo desses anos, representa mais de 30% dos óbitos todos os anos, declarados, na Declaração de Óbito, em todo o país; os ocupantes de automóvel, que envolvem todos os veículos de quatro rodas; os pedestres, um número significativo; e os ciclistas.

E aqui eu vou deixar uma reflexão para vocês, que eu destaquei ali.

De acordo com a Lei 14.599, foi redefinido o marco de ação do Pnatrans (Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito), em que o ano de 2020 é o ano base. Então, nós já temos uma linha de base, 2020, e já temos dois anos para fazer uma reflexão importantíssima sobre esses óbitos declarados. Repito, aqueles 32 mil podem subir um pouquinho mais. É uma pena.

2/13



Reunião de: 12/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Com relação às internações, há um salto considerável ali, provavelmente com relação à pandemia - é o que pode explicar. Nós estamos investigando aquele salto absurdo ali de internações, de 187 mil para 210 mil. E, de novo...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS OTÁVIO MIRANDA - ... os motociclistas representam um percentual muito alto de internações. Em geral, essas internações pelo país ficam cinco, seis dias, e um terço, um quarto disso vai a óbito, assim, em linhas gerais.

Aqui, um componente que é estratégico, que a gente considera estratégico para a gente avaliar, para todos nós aqui avaliarmos, é a taxa de mortalidade e de internação, Senador e demais participantes, do segmento motociclista- isso aqui já está fechado, é dado final, 2021. Vejam que a taxa de mortalidade, que é de 5,7% no Brasil, no Estado do Piauí é quase três vezes, quase quatro vezes mais. Da mesma forma como a internação é 6,1%, de novo, no Estado do Piauí é quase seis vezes a mais na taxa de internação. Então, são lesões graves que ocupam um leito hospitalar e, depois de cinco, seis dias, vai a óbito um percentual muito alto dessas pessoas.

Então, é um raio X inédito que nós estamos apresentando da taxa de mortalidade, que é o indicador universal pactuado pelas Nações Unidas. E a taxa de internação é um dado pouco conhecido, mas é um dado que pesa muito no Sistema Único de Saúde.

Aqui, eu fiz um recorte das regiões para destacar, e eu vou falar sempre aqui da preocupação que todos nós devemos ter com as Regiões Norte e Nordeste, que são as que têm a maior média de permanência de internação, acima da média nacional. Veja o tempo de permanência em que essa pessoa fica lá. O número de internações é extremamente alto. E aqui um dado inédito, porque o ministério atualizou a base dele em uma outra plataforma...

Pois, não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Aquilo é dia?

O SR. LUIS OTÁVIO MIRANDA - É.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - O número 5,2?

O SR. LUIS OTÁVIO MIRANDA - Exatamente.

Vejam que, no Norte e Nordeste, o tempo de permanência é maior. Não sabemos quanto disso vai a óbito, repito. Com a palavra as secretarias de saúde dos estados... Srs. Deputados e Senadores, é importantíssimo obter esses dados, essas informações de mortalidade e mobilidade para subsidiar projetos e discussões aqui.

Aqui a gente fez um recorte dos óbitos e das internações por local de ocorrência e aqui tem uma novidade. Vejam: a gente apresenta pela primeira vez os óbitos que acontecem no local do evento. MUITÍSSIMO ALTO. Vejam que nas Regiões Norte e Nordeste, de novo, o número de óbitos de motociclistas é muito alto, segundo os dados do Ministério da Saúde.

Então, esse destaque de Norte e Nordeste... A gente vai mostrar mais à frente um dado importante a partir dos marcos normativos que a gente vem discutir aqui. Antes de entrar no marco normativo que vocês conhecem, a gente vai fazer uma breve introdução, Senador, Deputados e demais participantes, que a gente considera importante para fundamentar talvez argumentos na justificativa de projetos, de possíveis projetos.

O primeiro deles é a Convenção de Viena sobre Trânsito Viário, de que o Brasil é parte contratante - muita gente diz que é signatário, mas na verdade é parte contratante. São 88 países hoje. Pouca gente conhece o texto, e muito desse texto nós já implementamos. Uma das questões base lá é que nenhuma parte contratante irá admitir no seu território um motociclista sem usar o capacete. Olha que interessante, já se previa a questão do capacete. E a resolução mais atual das Nações Unidas é essa em que o foco, pela primeira vez, é a preocupação geral das Nações Unidas com os condutores de motocicletas e ciclomotores. Particularmente eles pedem que os países adotem políticas para reduzir acidentes relacionados com o trabalho. Olha que interessante! E eles estão aqui representando esses profissionais, não é?

E aqui é um desenho, só para ilustrar para quem não conhece. As Nações Unidas classificam os chamados motocicletas e ciclomotores no grupo dos veículos da Categoria L. Tem alguém aqui da Brasfilm que sabe muito bem. Então os veículos são classificados no âmbito das Categorias L, M, N e O. Então, veículos da categoria L são todos esses aí. Esses são os principais e fazem parte do nosso registro. Mas é o ciclomotor talvez o ponto de partida da discussão. Por que ele é um ponto polêmico? Porque ele foi pensado lá em 1968 como uma bicicleta motorizada, é esse o conceito. Está lá na definição. Todos os países que assinavam e ratificavam a convenção tinham que admitir uma coisa: "Você admite isso no seu território como bicicleta ou como motocicleta?". Todos os países tinham, por obrigação, de declarar isso. Todos os países, inclusive o Brasil, que declarou, em 1968, que o ciclomotor daquela época e o de hoje, moderno, equipara-se à motocicleta. Só que isso ficou muito mal colocado no Código de Trânsito de 1998 a 2015, que remetia a fazer o registro. Então, só a partir de 2015 que passou para o Detran.

3/13



Reunião de: 12/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Então, a primeira reflexão é: quantos ciclomotores não estão registrados nesse país? A segunda reflexão: será que o veículo não registrado, sem placa, impacta na mortalidade, na morbidade? Não sabemos. É uma preocupação assim comum de o Ministério Público cobrar dos órgãos de trânsito. Eles recolhem todas aquelas motos que estão sem placa. A culpa é das motos que estão sem placa. Retiram todas as motos que estão sem placa, e está todo resolvido o problema? Não. Então não existe uma relação disso com a mortalidade, com a morbidade. O que por trás disso é a habilidade do condutor, seja ele profissional ou não, de conduzir o veículo. Porém, tem uma responsabilidade do Estado de garantir a legalidade daquilo. É lógico.

Bom, e aqui é um dado de frota e habilitação.

Vejam esse, que é o dado de junho, que está na página da Senatran -, e de novo a preocupação: o Norte e o Nordeste. O Nordeste particularmente tem quase a metade da frota de ciclomotor registrada - registrada. Nos últimos meses, esse registro foi bem discreto. Então provavelmente há muito sub-registro pelo país. Vocês, que trabalham nisso lá no Mato Grosso, devem ver muitos veículos sem estarem registrados. Mas o que chama a atenção é que os veículos da categoria L, os três principais - motocicletas, bicicletas e ciclomotores -, representam quase 50% nas Regiões Norte e Nordeste, registrados. Nós fizemos um estudo no Pará - eu sou do Pará, viu, Deputado? Viu, Senador? -, no Detran, e constatamos que havia uma estimativa de sub-registro, que não era em Tucuruí, em Santarém, Breves e em mais uma cidade, Itaituba, em 2001, de cerca de 15% a 20%, tá?

Bom, e aqui, com relação à outra preocupação também, que remete à base de vocês. Vejam que, diferente do Sudeste, do Sul, do Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste, se somarmos tudo o que tem de categoria A, têm mais veículo do que gente habilitada. Está aí. Está declarado. Os sistemas declaram isso. Isso nunca foi discutido. Eu coloco aqui para discussão: tem mais veículo registrado do que condutor habilitado. Isso precisa ser considerado. Estou trazendo, pela primeira vez, esta discussão: o que pode representar 3 milhões e tanto de veículos na Região Nordeste e só 2 milhões e pouco condutores habilitados, segundo os dados dos departamentos de trânsito? Esse dado, Senadores e Deputados, demais, merece um olhar com mais carinho.

Outro aspecto importante foi o avanço da sinalização de trânsito para recepcionar motocicleta ou motociclista, seja ele o trabalhador profissional ou não, muito discriminado, mas se avançou muito pouco.

Há dois avanços que a gente considera importantes. Um, muito tímido, que está no art. 80 do CTB e que foi difícil avançar, o exemplo mais emblemático é a faixa azul de São Paulo - se tiver alguém aqui de São Paulo. Terminou agora, em agosto, mês passado, a experiência da faixa azul. Não sabemos se é importante que o Senado, o Congresso saiba qual foi o resultado dessa sinalização experimental.

Depois de muitos anos, uma alteração significativa, que vocês que trabalham vão avaliar melhor, é a chamada "área de espera". O que significa isso, na prática, vocês sabem melhor do que nós, vocês podem avaliar melhor do que nós. É uma mudança significativa. Foi a primeira vez que acontece na nossa lei.

Com relação ao uso do capacete, não tem nenhuma novidade.

A única novidade é que muita gente entende que o dispositivo retrorrefletivo na parte lateral e traseira tem que ser só para vocês profissionais. Bom, as evidências são muito robustas: não usar capacete impacta no óbito e nas lesões, de acordo com aquele percentual. A OMS ratifica, revisitou e confirma esses dados.

Uma das nossas pesquisas mostrou um outro dado preocupante, Senadores, Deputados e presentes. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2019, que a gente vai fazer novamente, constatou uma coisa interessante, na faixa etária de 13 a 17 anos, que é esse foco em que a gente faz a pesquisa: em média, verifiquem o percentual de escolares que declararam que conduziram algum tipo de veículo, motocicleta ou não. Mas eles declararam. Vejam de novo a Região Norte e Nordeste com uma alta prevalência.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS OTÁVIO MIRANDA - O que chama a atenção é que nós usamos uma pergunta nova: quantos desses usaram capacete? De novo, as Regiões Norte e Nordeste até que foram boas, mas foram abaixo das demais, à exceção do Rio de Janeiro, que saiu um pouco do corte ali, 74%. É uma reflexão que precisa ser feita.

Outro dado importante foi essa mudança que houve no art. 244, que dispensa comentário aqui.

Da atividade profissional, nós pontuamos as quatro principais normas: talvez a mais importante, que é uma das mais conhecidas, inclusive fora do país, a Lei 12.009; a Lei 12.436; a Lei 12.997; e a lei que perdeu o efeito depois do fim da pandemia, a 14.297. Essas, nós avaliamos como sendo os quatro marcos importantes.

Talvez a lei que proíbe a entrega rápida tenha passado despercebida por muitos.

4/13



E o que vai acontecer? Vocês sabem melhor do que nós o efeito disso. Se alguém fez estudo sobre ela, não sabemos.

Por último, esse dado da Pnad Contínua, que está na Carta de Conjuntura do Ipea, mostrou uma coisa preocupante, que vocês sabem, vocês profissionais sabem. Houve uma migração altíssima de pessoas, de determinadas atividades, para entregas de diversos tipos de produtos. Vejam que de 3,3%, em 2016, aumentou para 20,9% o percentual de pessoas que passou a usar a motocicleta para fazer entrega de alguma coisa. Não sabemos quanto isso representa, quantos profissionais temos trabalhando, que tipo de atividade, se vocês estão nesse meio. Não sabemos. Mas, de 25 mil, passou para 322 mil. Isso precisa ser investigado.

Por fim, os pontos de atenção que a gente colocou aqui para finalizar. A gente considera, Senador, Deputados e demais, para nós do ministério, duas, daquelas quatro políticas, talvez as mais importantes, ou assim, de prioridade. A Lei 12.009 - e não foi feita nenhuma avaliação dela até hoje -, e a Lei 12.997. E a gente destaca aqui o decreto que foi definido há pouco. Até, conversando com um colega lá do Ministério do Trabalho, ele disse assim: "Como é que vocês estão discutindo isso lá? Vocês devem saber, não é? O que está sendo discutido nesse grupo de trabalho? E a gente tem interesse em tentar acompanhar, junto com o Ministério do Trabalho, se tem alguma demanda que vai aparecer para o Ministério da Saúde?"

A segunda questão que eu vou destacar aqui talvez seja pouco conhecida, Senador, inclusive do Congresso. Como eu disse, todos os países declararam, no ato da ratificação da convenção, que assimilavam o ciclomotor à bicicleta. Sabe qual foi o país que mudou essa declaração? O Brasil. Está ali. Essa declaração foi feita em 1985 e está até hoje nas Nações Unidas. Nós estivemos lá no passado, e o Itamaraty não sabia. Não sabia. "Ah, mas a legislação de vocês mudou". Então caiu isso. Então nós já estamos providenciando, junto com a Ministra e com a Secretária de Vigilância, que o ministério proponha ao Contran que o Itamaraty encaminhe ao Secretário-Geral da ONU, que é o depositário da declaração, a retirada dessa declaração. Isso foi numa época em que muito se apelou para que o ciclomotor se equiparasse à bicicleta. Então, o ciclomotor hoje, para fins de circulação internacional, equivale à bicicleta.

Vou citar um exemplo bem prático. É pouco provável que aconteça. Temos uma ponte com a Guiana Francesa, território francês, parte contratante da mesma convenção. O francês que vier num ciclomotor de lá, pela convenção, sem capacete, sem habilitação, aquele veículo que está em circulação internacional é tratado como uma bicicleta. O pessoal que mora lá em Macapá deve saber disso.

Outro ponto é a revisão do Pntrans. São várias ações. Várias ações... Nós já fizemos esse movimento de trabalhar essa revisão, mas tem uma que chama a atenção, que ficou muito mal redigida, que é a da fiscalização, a Ação 6020. Ficou muito genérica. Não há, por exemplo, uma ação específica de fiscalização pelo não uso do capacete. Não tem no Pntrans. Nós corrigimos isso. Já fizemos essa correção.

Outra é a municipalização, Senador. E aqui uma novidade. Tem alguém do Mato Grosso do Sul aí? Primeira novidade, que poucos ainda perceberam. O Mato Grosso do Sul, na semana passada, foi o primeiro estado brasileiro em que todos os municípios têm um trânsito municipalizado; pelo menos, está ali.

O que isso significa, Senador, não sabemos. O que isso significa, para vocês, profissionais que são do Estado do Mato Grosso? Não sabemos também. Então, isso pode ser um indicador interessante, do ponto de vista político, mas 1.860 municípios pode ser algo significativo. E esses problemas todos que estão ocorrendo aí também se agrupam e se somam às outras questões.

O outro trata dos planos de mobilidade urbana, porque mais um adiamento foi feito. A Medida Provisória 179 adiou novamente. Já está aí no prazo dos 120 dias dela, que tem quase 70 dias.

E essa preocupação final com a revisão dos limites de potência e velocidade dos equipamentos de mobilidade autopropelidos.

O que chama atenção, hoje, com essa redefinição, que é uma preocupação das Nações Unidas, não tem um marco ou uma métrica internacional... Não tem. Nós estamos contribuindo, inclusive, nessa discussão global. O que chama atenção é esse veículo. Particularmente esse. Pode ser um brinquedinho, como dizem, mas pode estar, por trás, um ciclomotor com cara de motocicleta.

Quanto aos acordos bilaterais e regionais, Senador, acho que é importante vocês retomarem isso e revisarem esses acordos, particularmente esse com a França, que é recente. Nós não sabemos o impacto dos condutores do território francês para o Brasil, particularmente do Amapá, e do Amapá para lá.

Quanto ao reconhecimento de carteira de habilitação, tem gente que não sabe identificar ou reconhecer uma carteira de motorista. Tivemos que fazer três acordos. Passamos pelo Congresso três acordos com três países.

Não precisa fazer isso. Nós temos uma convenção que estabelece um padrão de carteira, mas chegou para vocês isso aqui.

Era isso.

5/13



Reunião de: 12/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Valeu. Extrapolou muito o tempo, mas foi uma aula e tanto.

Vamos ouvir o outro lado do Governo, o que trata da saúde. Quando tem um problema de saúde ligado à questão pública, está ali. Do outro lado, também ligado ao Governo e à sociedade, a Previdência, quando o cara escapa. Quando morre, já encerra ali.

O SR. LUIS OTÁVIO MIRANDA - Não, continua com a família.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Com a família.

Adalberto Brunca, vamos lá.

Vamos ver se a gente economiza tempo para correr.

O SR. BENEDITO ADALBERTO BRUNCA - Boa tarde.

Gostaria de saudar o Senador Zequinha Marinho, a Deputada Andreia Siqueira, meus colegas da Previdência que estão aqui e todos os representantes da Fenamato, que vou saudar, apesar de não estar presente, na figura do Nonato.

Nós tivemos, recentemente, com o Nonato, o Euclides e a Madalena, da assessoria do Senador Zequinha, debatendo essas questões a respeito da filiação à Previdência Social. A gravidade dos dados trazidos aqui pelo Ministério da Saúde dos riscos associados ao exercício de atividade profissional, além das questões do uso da moto e de todo o conjunto de veículos enquadrados dentro desse patamar, no transporte público, para realização das atividades, impõe que, no caso da Previdência Social... E esse era o intuito de estarmos aqui debatendo, e o meu colega vai complementar, o Roberto Dal Col, junto com a Sandra, que estará trazendo aqui um conjunto de informações, porque elas estão presentes, estão na nossa legislação, estão no site, estão no programa de educação previdenciária, e o intuito de estarmos aqui é colocarmos à disposição o Ministério da Previdência, o programa de educação previdenciária, no país inteiro, para esclarecer os procedimentos necessários para que os trabalhadores possam estar protegidos.

Aquele trabalhadores, no conjunto das atividades descritas pelo Luis Otávio, que sofrem acidentes e são filiados da Previdência Social têm um conjunto de proteções que, no início, nos casos de risco, são o benefício por incapacidade temporária, que a gente chamava de auxílio-doença até pouco tempo; têm a aposentadoria por invalidez, que agora é o benefício por incapacidade permanente... A pessoa que seja contribuinte, que esteja filiada, esteja regularmente contribuindo, estará amparada no momento em que estiver afastada para recuperação da sua capacidade de trabalho, se for temporário, ou passará a receber a incapacidade permanente, a chamada aposentadoria por invalidez, para prover sua subsistência na situação em que seja irreversível a sua condição.

O senhor comentava há pouco, se ocorre, infelizmente, o falecimento, se encerra a situação. Não, para a Previdência começa a questão do pagamento da pensão por morte aos dependentes, esposa e filhos até 21 anos ou maiores de 21 anos, se os dependentes forem incapazes para os atos ou pessoas com deficiência.

O que é importante? Na verdade, nós temos um grupo de trabalho, que foi mencionado, e agora, neste momento, está ocorrendo uma reunião lá no Ministério do Trabalho a respeito dos aplicativos, e isso em parte pode justificar um pouco da ausência de alguns representantes aqui, mas é importante que nós tenhamos em mente que a parte dos aplicativos está lá em debate, mas, para a maioria dos trabalhadores que executam suas atividades, sobretudo o mototaxista e o motofrentista...

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO ADALBERTO BRUNCA - ... que executa suas atividades, ele pode se inscrever, ele deve se inscrever, porque ele exerce uma atividade obrigatória, ele tem as formas de realização dessa inscrição e da contribuição mensal, e o meu colega vai detalhar a forma das inscrições que existem, porque, nesse momento em que ele está filiado, protegido, com qualidade de segurado, nós teremos a possibilidade de atuar, no sentido de proteger a ele e a sua família nesse momento de transição para recuperação. Agora, a ausência da filiação, a ausência da inscrição e da contribuição vai deixar esse trabalhador desassistido e desprotegido. Então, esse é um aspecto fundamental.

Nós estamos aqui nos colocando à disposição, deixando aqui as indicações - e nós vamos distribuir para os presentes -, as indicações de como acionar cada sindicato em alguma cidade brasileira ou em algum estado, seja capital ou não, para poder ter os esclarecimentos e as informações essenciais para que eles possam fazer esse processo de filiação, que alguns, com certeza, já fizeram, mas outros não fizeram ainda, e a ausência dessa filiação significa desproteção. E, aí, o Estado não tem como agir para poder fazer as coberturas nas situações de acidente, nas condições de infortúnio que a ele venham se oferecer, em virtude da gravidade e da quantidade de pessoas, como aqui foi mencionado pelo colega do Ministério da Saúde, que tem uma abrangência nacional, com algumas regiões mais graves do que as outras.

6/13



Reunião de: 12/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Então, nós estamos aqui para nos colocarmos à disposição - o Ministério da Previdência e o colega do INSS -, no sentido de que a gente possa estreitar esse caminho, diminuir essa distância e esclarecer às pessoas sobre quais são as atividades e os procedimentos que elas devem fazer para se proteger e - quando, infelizmente, não for possível se proteger, num caso de gravidade, como no caso de morte - para deixar a sua família protegida, porque é para isto que as pessoas trabalham, para se protegerem e à sua família. Na falta delas, se elas não estiverem filiadas, as suas famílias estarão absolutamente desprotegidas.

Então, é nesse aspecto que eu queria agradecer o convite e nos colocarmos à disposição, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Roberto Dal Col Filho, você tem alguma palavra também, para a gente poder fechar essa área da Previdência?

O SR. ROBERTO DAL COL FILHO - Bom, primeiro, agradeço aqui o convite.

Senador Zequinha, Deputada Andreia Siqueira, demais colegas e, principalmente, a categoria, que está representada pelos colegas ali de Rondônia, não é?

(Manifestação da galeria.)

O SR. ROBERTO DAL COL FILHO - De Rondonópolis - desculpe-me -, Mato Grosso. Perdoe-me.

Então, eu não vou me delongar muito aqui e respeitar o tempo que o Senador já solicitou, porque os dois colegas aqui, o Luis e o Brunca, foram bem felizes nas colocações. Então, eu vou pegar o gancho deles e dar sequência na parte de demonstração de como a categoria vai se filiar e como vai fazer a sua contribuição previdenciária, para que, na hora, no momento da aposentadoria, ele tenha a garantia dos seus direitos, ou, se for antes, por uma necessidade de enfermidade, para que ele possa se recuperar, como para a família garantir o sustento, como é que ele deve fazer.

É muito triste. Os números que o colega da saúde, o Luiz, trouxe mostram que é muito grave a situação do motociclista, porque não há uma pequena batida. Quando a gente bate o carro, raspa um para-choque, quebra uma lanterna, mas, assim como eu, que também sou motociclista, a gente sabe que o para-choque do motociclista é o peito. Então, se acontecer qualquer batidinha, qualquer queda, realmente não tem pequena monta; sempre é uma perna, um braço ou, pior ali: a morte.

Então, é muito triste a gente receber solicitação de informações da seguinte forma: "Olha, meu esposo, meu irmão, meu filho, ele é motociclista, ele se acidentou. Como que ele faz agora para garantir o direito ao benefício por incapacidade, porque ele está lá no hospital com a perna quebrada?". Ai, a primeira pergunta que a gente faz, Senador, é: "Ele estava contribuindo para a Previdência?". Infelizmente, a maioria das respostas é: "Não, não estava". E aí é que começa o problema: ele já está com a enfermidade, já está com a necessidade instaurada, mas a filiação e o recolhimento para ter o direito não foram feitos.

Então, este é o trabalho que a gente tem que buscar aqui, de levar a informação, para que, quando chegar a necessidade, a gente possa, o mais rápido possível, garantir o reconhecimento do direito, para garantir o pagamento e a sustentação tanto da pessoa quanto da família.

Vou pular esta parte aqui, porque os colegas já falaram, e vou focar na forma de filiação.

O mototaxista e o motofretista podem se filiar à Previdência de diversas formas: o empregado; o prestador de serviço; o contribuinte individual; e o microempreendedor individual, conhecido como MEI. Cada uma dessas categorias tem as suas particularidades. Eu vou focar mais na parte de contribuinte individual e vou passar rapidamente pelas demais categorias. É só para saber que tem vários formatos de contribuição.

O empregado é quem? É aquele que tem um CNPJ, que tem uma equipe de mototaxistas e aí faz a intermediação para as corridas. Então, tem a empresa, o mototaxista chega lá, e dizem: "Faça a entrega aqui em tal lugar". Ele fica o dia todo fazendo as suas entregas, já tem uma remuneração fixa com a empresa e pode ter até um adicional ali por número de corridas. Esse daqui não precisa recolher nada, porque ele é igual a qualquer outro empregado, como um empregado de uma loja de comércio, um garçom no restaurante, ou seja, ele vai trabalhar, e a própria empresa vai fazer o recolhimento, vai fazer o desconto em cima daquelas alíquotas, de acordo com o valor auferido. Esse não tem segredo, é o mais comum que todo mundo conhece.

O prestador de serviço vai ter um desconto de 11% da parte que ele vai receber pelo serviço prestado, e a empresa vai fazer um recolhimento de 20% sobre o valor pago a ele. Esse é quem? É aquela pessoa que presta serviço como entregador ou como mototaxista, e há o CNPJ que o contratou particularmente, ou seja, é um CNPJ contratando uma pessoa física, e aí vai fazer o recolhimento sobre o serviço prestado. Para a categoria, essa modalidade é um pouco...

7/13



Reunião de: 12/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO DAL COL FILHO - ... difícil de ser executada. Por quê? Um mototaxista e um motofretista fazem N corridas no dia; se ele fizer uma corrida para cada CNPJ, no final do dia, para a empresa tabular ali todo mundo que ela contratou, tudo o que ela fez de corrida, fica uma burocracia muito grande. Então, a gente, do lado do GT do Decreto 11.513, está tentando flexibilizar de uma forma que a gente não vá por esse caminho, porque ele vai ficar muito burocrático e não muito prático. A gente quer garantir direitos, mas também não jogar um trabalho que trave muito a atividade do motociclista.

O contribuinte individual, que, na prática, seria o mais indicado, tem duas modalidades. Uma é um recolhimento de 11% sobre o salário mínimo, e aí, nessa categoria, ele vai ter direito a benefícios até o salário mínimo. Então, se ele pagar esses 11%, que é uma alíquota menor, quando se aposentar, salário mínimo; se ele tiver um acidente e ficar incapacitado, vai ganhar uma contrapartida do Estado no valor de um salário mínimo. Agora, se ele for um profissional que já tem uma renda maior e quer garantir que a sustentabilidade fique equiparada ao período em que ele estava na ativa, aí ele tem que recolher sobre os 20%, e vão ser 20% sobre o valor auferido. Na prática, se ele ganha R\$2 mil por mês, recolhe 20% sobre R\$2 mil, R\$400, e, quando ele tiver o seu benefício, vai ser pago em cima desse valor, ou seja, se ele...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) - Em cima dos R\$2 mil?

O SR. ROBERTO DAL COL FILHO - Em cima dos R\$2 mil. Se ele trabalha e quer recolher sobre o salário mínimo, ele pode recolher os 11%, mas, se for um valor acima, aí são 20%, limitado até 20% de R\$7 mil lá, que é o teto previdenciário hoje. Então, esse é o detalhe em que, na prática, o cidadão chega ao final, Senador, da vida, à fase da aposentadoria, e fala: "Eu paguei a vida toda e só deu um salário mínimo?". Este é o detalhe: se você quer ter uma renda maior, você tem que contribuir proporcional à sua renda. Então, é legal a gente fazer o trabalho do PEP, de que a minha colega Sandra vai falar ali, para fazer essa diferenciação, para ele saber qual é o ganho de um, qual é o ganho do outro.

Este daqui é simples: entrando pelo aplicativo do Meu INSS, logando-se com o CPF, já vai ter o *card* ali de recolhimento para a Previdência; vai ter a categoria, e ele escolhe a categoria; gera o carnezinho e paga; todo mês pagando, ele já está protegido pela Previdência.

A gente aposta nessa linha, Senador, porque aqui não há intervenção com a empresa, ou com o aplicativo, ou com qualquer outra modalidade que disparou a necessidade daquela corrida que ele vai fazer. E aqui ele consegue cuidar do seu direito, porque já pensou você achar que a empresa está fazendo a parte dela, e daí, bem na hora em que você precisa, a empresa não lançou? E aí você está num momento em que você mais precisa e não tem o seu direito.

Por último, temos o microempreendedor individual, que aí a alíquota é de 5%, e também garante apenas o salário mínimo, podendo contribuir a mais para aumentar o valor, mas daí ele tem que converter para 20%, e aí é a mesma situação do contribuinte individual.

Eu trouxe aqui o Decreto 11.513, que é o que o meu colega Brunca já falou, de que está sendo discutida a regulamentação, para a melhor forma de atender os profissionais da categoria, para que eles tenham os seus direitos adquiridos.

O foco aqui na mensagem hoje da nossa explanação é: vamos levar a informação a todos os motociclistas, principalmente os que estão laborando com atividade na moto, seja com entregas, seja com transporte de pessoas, para que, no momento programado da aposentadoria ou na surpresa de um acidente ou de uma morte, que tanto ele quanto a família possam ser assistidos, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Muito bom. Esse negócio é (*Fora do microfone.*) mais sério do que se pensa, não é? Não pode vacilar.

Vamos lá. Nós já fechamos aqui.

Eu queria chamar agora, trocando de cadeiras, para vir para cá o Christian Anderson Riger, também a Andrea Cavalcanti e a Sandra Luna, para a outra rodada.

Querida fazer uma apresentação rápida aqui. O Felipe Espíndola Carmona está ali, o Dr. Felipe é advogado representando aqui a Fenamoto (Federação Nacional dos Motociclistas Profissionais e Autônomos).

E queria chamar para perto aqui o meu amigo Deputado Vanderlei Macris, que está ali quietinho, lá longe. Venha mais para perto, Vanderlei. Vamos chegar junto aqui.

Nós temos aqui, pela ordem, essa turma toda que vai trazer suas palestras, começando pelo Dr. Christian Anderson, que é analista sênior da Gerência Executiva de Desenvolvimento Profissional do Sest Senat. Por favor.

8/13



Reunião de: 12/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. CHRISTIAN ANDERSON RIGER - Senador Zequinha e Deputada Andreia, cumprimentando V. Exas., cumprimento todos aqui presentes.

Agradeço pela oportunidade, pelo convite de estar aqui para conversar sobre este tema tão relevante para a sociedade brasileira como um todo. Eu acho que a gente não precisa nem detalhar aqui o quanto os mototaxistas e os motofretistas são importantes. Eu acho que a pandemia demonstrou isso no momento em que esses profissionais estavam na rua enquanto estávamos, muitas vezes, em casa, aguardando as nossas necessidades chegarem à nossa casa.

Então, estou muito grato por poder estar aqui.

Hoje, estou aqui para falar um pouquinho sobre a atuação e a representação do Sest Senat no desenvolvimento do setor de transporte em si. Afinal, quando estamos falando de motofretista, de mototaxista, estamos falando de transporte, seja ele de pessoas, materiais, bens.

Então, rapidamente, a nossa estrutura.

Nota-se, nessa imagem, que a atuação da CNT, do Sest Senat e do ITL abrange vários níveis do setor de transporte desde a alta gestão, e também dos trabalhadores, que são o principal foco do Sest Senat em si.

Hoje, nós contamos com 163 unidades operacionais espalhadas em todo o território nacional. Então, nós estamos em todos os estados, nas capitais e principais centros logísticos, gerando impacto em mais de 4 mil municípios. Hoje, a gente pode dizer que o nosso atendimento chega aonde o setor de transporte chega. Esses atendimentos - Deputado, essa é uma questão interessante, e eu acho que é uma abordagem que não deve ser esquecida - são para quem comprova o vínculo com o setor de transporte. Isso nos remete à importância de que esses profissionais sejam regularizados. Assim como é importante que eles se filiem e façam a sua contribuição à Previdência Social, também é importante que eles regularizem a sua situação como transportadores, para terem acesso ao serviço que o Sest Senat oferece.

Nesse contexto, há um adendo aqui que eu faço: quando eu vejo aqueles profissionais representando uma classe, uniformizados e tudo o mais, eu posso afirmar que eles são regularizados. E quantos não o são e estão por aí? Como está o ingresso nesse setor? Eu decido agora e, daqui a cinco minutos, eu me torno um motofretista, um mototaxista. Quando eu preciso do serviço, muitas vezes, eu descubro que não consigo comprovar que estou exercendo aquela atividade. É um dilema com o qual a gente se depara todos os dias. A gente trabalha muito com a prevenção, a gente quer qualificar esse profissional para que ele não se envolva no acidente, no sinistro, aliás, desculpem, para que ele não entre naquele número estatístico. Porém, muitos deles acabam descobrindo a importância da regularização lá no nosso treinamento.

Falando sobre esse treinamento, hoje o Sest Senat tem essa oferta de cursos de motofretista e de mototaxista, que são obrigatórios, de acordo com a regulamentação do Contran, em nível nacional.

Eu não vou nem entrar aqui na regulamentação, porque eu acredito que ela foi muito bem abordada pelo Luis Otávio, do Ministério da Saúde, que extrapolou o que eu tinha preparado, inclusive, para trazer aqui. Eu só faço uma observação: embora essa regulamentação se aplique a todo o território nacional, acaba que a execução e a fiscalização são locais. E aí, é aquele número. Se o município ainda não se vinculou ao Sistema Nacional de Trânsito, como...

(Soa a campanha.)

O SR. CHRISTIAN ANDERSON RIGER - ... está a gestão desse trânsito lá?

Então, a gente tem clientes, pessoal, que nos procuram e querem usufruir dos nossos serviços, mas a gente não consegue atendê-los de forma gratuita e não é por falta de interesse deles, mas porque, no município em que eles desenvolvem as suas atividades, eles procuram o órgão para pegarem o alvará, para conseguirem se regularizar, e o município não tem essa regulamentação, não regulariza essa profissão. Então, é um cenário um tanto quanto complicado.

Esses são os cursos hoje, as opções que a gente tem, de acordo com a regulamentação do Contran. Então, todo profissional que desenvolve as atividades de motofretista ou mototaxista precisa passar por uma capacitação, que é periódica; depois desse período, ele passa por uma atualização. São aulas teóricas e práticas, que, hoje, são executadas de forma presencial. Isso por restrições, inclusive, da regulamentação. A gente acredita que isso poderia ser melhorado, facilitado. A gente acredita muito em facilitar, porque, às vezes, quando eu complico, eu afasto esse profissional; facilitando, talvez a gente consiga atrair-lo muito mais, fornecer informações para ele.

A gente também vê, como um possível plano de ação - e aí a divulgação disso é importante -, o apoio para que esse profissional busque o Sest Senat. A gente evidenciou aqui alguns treinamentos que são importantes, que a gente vê como importantes, mas hoje, na nossa plataforma EAD, por exemplo, a gente dispõe de mais de cem cursos que estão lá disponíveis para esses profissionais de forma gratuita, inclusive, cursos voltados à gestão, para que ele faça a sua gestão financeira e familiar, para que comece por aí aquilo que os colegas do INSS versaram muito bem: pensar nisso de forma

9/13



Reunião de: 12/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

prévia e não quando ele tem o problema. E a gente acredita muito nas campanhas de conscientização sobre a importância da capacitação desse profissional. A gente entende que levar informação é fundamental.

Eu acho que o grande desafio - e aí o Sest Senat é parceiro para isso - é a gente buscar estratégias de como chegar a esse profissional, sem afugentá-lo, sem que ele fique com medo, sem que ele veja isso como mais uma burocracia para ele conseguir desenvolver as suas atividades.

Para quem quiser saber mais sobre o Sest Senat, a gente está à disposição por diversos canais, cujos acessos eu compartilho. Agradeço.

Tentei ser bem breve aqui.

Para qualquer dúvida, estamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Andreia Siqueira. MDB - PA) - Obrigada, Christian.

Quero agora passar a palavra para a Sandra Luna.

Você tem cinco minutos.

A SRA. SANDRA CRISTINA CARDOSO DE SOUZA LUNA - Boa tarde a todos, Deputada, Senador, colegas da Mesa.

Os colegas que me antecederam do INSS já colocaram a importância da Previdência e os serviços que a Previdência pode trazer para cada um de vocês, para cada trabalhador. E o que eu venho trazer aqui é como fazer os trabalhadores conhecerem esses direitos e os seus deveres previdenciários.

Então, eu queria... *(Pausa.)*

Pode seguir com a apresentação. Tem o passador?

O INSS está em todo o Brasil, com uma administração central que funciona aqui em Brasília, seis superintendências, 97 gerências executivas e 1.586 agências da Previdência. Então, ele busca chegar perto do cidadão. Além disso, a gente também tem como missão, o INSS tem como missão garantir a proteção do cidadão por meio do reconhecimento de direitos e ser reconhecido na excelência do seu relacionamento com o cidadão.

Então, uma instituição desse porte, que tem essa missão tão nobre, tem diversos objetivos estratégicos; entre eles, um que foca em incentivar a educação previdenciária, ou seja, levar ao cidadão para que ele possa conhecer o seu direito, os seus deveres previdenciários, para que ele possa requerer sempre que necessário.

A educação previdenciária é um programa que está disponível para qualquer um, inclusive, pelo Meu INSS. Tem um íconezinho no próprio aplicativo em que, quando você clica, você vai cair dentro da escola da previdência.

A escola da previdência, o Programa de Educação Previdenciária é um programa social do Governo Federal que tem o objetivo de orientar e informar à sociedade os seus direitos e deveres relacionados à Previdência Social, fomentando a proteção social do cidadão e a inclusão e a permanência no regime geral.

Por que o INSS, além de prestar o serviço, tem essa preocupação de fazer essa divulgação? Porque é preciso que cada trabalhador conheça os seus direitos e os seus deveres, dos seus dependentes, de todas as pessoas que o cercam.

O Programa de Educação Previdenciária tem 23 anos e surgiu numa época em que as estatísticas colocavam que, de cada dez trabalhadores, apenas quatro eram inseridos no sistema previdenciário. Então, surge a preocupação do Governo de explicar para a população, de dar a orientação para a população para que ela entenda essa importância. Ele foi criado no ano 2000, com o nome de Programa de Estabilidade Social. Em 2003, ele passa a ser chamado de PEP (Programa de Educação Previdenciária), funcionando ainda no âmbito do Ministério da Previdência. A partir de 2010, ele passa a funcionar no INSS, usando toda essa capilaridade.

Qual é o objetivo do Programa de Educação Previdenciária? Disseminar para vocês, todos os trabalhadores, as orientações do que é necessário para que vocês tenham acesso aos benefícios previdenciários.

E a gente promove uma série de ações educativas; entre elas formar, junto a vocês, disseminadores. Então, a gente pode fazer um treinamento com vocês, para que vocês mesmo disseminem, entre os mototaxistas, os seus direitos e deveres. Então, cabe ao PEP fazer essa ação, além de promover ações, eventos e cursos que divulguem essa informação.

A gente usa várias estratégias. A gente usa orientação e informação através de panfletagem.

(Soa a campanha.)

A SRA. SANDRA CRISTINA CARDOSO DE SOUZA LUNA - Eu distribuí entre vocês dois panfletos. Um, que foi da campanha das mulheres, em que a gente foca, dá uma ênfase em relação aos direitos previdenciários e assistenciais

10/13



Reunião de: 12/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

da mulher; o outro explica tudo isso, faz um resumo de tudo isso que estou explicando para vocês sobre o Programa de Educação Previdenciária.

Além disso, vocês podem requerer palestras presenciais ou *online* ou participação em cursos. Nós promovemos também *lives* temáticas pelas redes sociais do INSS. Recentemente, a gente promoveu uma sobre a comunidade LGBT. Quais são os direitos previdenciários e quais são as peculiaridades da comunidade? O PEP faz essa ação. Estamos, agora, promovendo uma com a questão dos indígenas e também para pessoa com deficiência. A gente vai ter agora, no fim do mês, uma grande campanha sobre direitos e deveres previdenciários da pessoa com deficiência.

Além de cursos a distância, reuniões, tutoriais, *podcasts*, a nossa escola previdenciária tem uma série de materiais, de áudios, que podem ser divulgados por vocês sobre esses direitos.

O acesso à Escola PEP é por meio do CPF. Todos vocês podem participar. Hoje a gente se orgulha muito de que ela tenha um acesso mensal de 150 mil cidadãos. E lá a gente promove vários cursos, disponibiliza glossários previdenciários e *podcasts* em que a gente fala sobre os cursos para o segurado, sobre a questão da aposentadoria, sobre CTC, sobre a questão da reabilitação profissional, sobre os dependentes... Então, é uma série de cursos que a gente promove por meio da Escola PEP, de acesso gratuito, e que está à disposição de vocês neste momento na internet.

Além disso, a gente também promove ações temáticas. A gente tem, inclusive, um projeto que está para ser liberado, sobre a questão do mototáxi, dos trabalhadores autônomos e sobre o MEI.

Então, o Programa de Educação Previdenciária está disponível para vocês. Se vocês observarem o panfleto aqui, tem o passo a passo para requerer a ação, e o INSS tem todo o interesse do mundo de chegar até vocês e explicar, dar conhecimento a vocês do quanto é importante ser um segurado e conhecer seus direitos e deveres.

Então, estamos à disposição, enquanto Programa de Educação Previdenciária e enquanto INSS, para informar todos vocês. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Andreia Siqueira. MDB - PA) - Obrigada, Sandra.

Eu queria chamar o Felipe Carmona para sentar aqui à mesa, por favor.

Você tem a palavra, também por cinco minutos.

O SR. FELIPE ESPÍNDOLA CARMONA - Boa tarde.

Saúdo a Deputada, os membros desta Comissão Mista e os colegas profissionais que estão aqui representando os mototaxistas.

Gostaria de ressaltar que, no Brasil, nós temos 30 milhões de motos. É uma proporção de sete habitantes para cada moto. É uma imensidão de motocicletas, e surgem daí as atividades profissionais de motofretistas e de mototaxistas.

Só que são duas realidades diferentes. O mototaxista, como bem ressaltado aqui pelo colega, tem, na sua natureza, a regularização desde já, porque é uma concessão pública. Ele faz o curso de motofrete, faz o enquadramento na placa vermelha, paga o seu INSS e tem um trabalho totalmente diferenciado dos motofretistas.

Os motofretistas, no entanto... A gente vê uma realidade que, hoje, mais do que nunca... E talvez por isso a importância do grupo de trabalho que pretende a regulamentação dos trabalhadores em aplicativos. Nós vimos, nos anos 2000, 2010 e 2012, um número enorme de trabalhadores com vínculos de emprego, trabalhadores com carteira assinada, todos eles vinculados à Previdência Social.

Ali existiam também autônomos, e estes muitas vezes tinham essa consciência de pagar o seu INSS. Quando começam a surgir os aplicativos no Brasil, os aplicativos, infelizmente, trouxeram uma escalada muito forte para que muitos desempregados pudessem trabalhar, tivessem o seu alento, tivessem sua oportunidade de receber a sua remuneração. No entanto, não houve essa preocupação para a questão social deles, os direitos sociais do art. 7º da Constituição Federal e a previdência social. Isso é muito importante a gente discutir, porque, como eu falei no início, os mototaxistas, embora diferentes na sua forma quando se regularizam, hoje estão sofrendo também com este desamparo, porque os aplicativos passaram a trabalhar também com o sistema de mototáxi.

Isso é muito preocupante, porque tira o trabalhador da Previdência Social, desampara-o com relação a toda a regulamentação que ele tem, que é o marco divisor para os profissionais mototaxistas e motociclistas, que é a Lei 12.009, de 2009, que visa a todos os princípios do Código de Trânsito Brasileiro, que é a saúde viária, a segurança, a sociedade, de uma forma geral, e, depois, em 2011, quando veio a Lei 12.436, de 2011, que vedava o estímulo aos trabalhadores para trabalharem por entrega, aumentando o excesso de velocidade, e, por fim, a lei de 2014, que incluiu a atividade como perigosa, incluindo-a no art. 193 da CLT, esta situação hoje é totalmente retirada desses trabalhadores, esses direitos sociais, essas garantias. E para o Estado é muito preocupante...

11/13



Reunião de: 12/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

(Soa a campainha.)

O SR. FELIPE ESPÍNDOLA CARMONA - ... porque esses trabalhadores acabam se acidentando, aleijados, morte. E qual é a preocupação quando essas plataformas digitais incluíram esse trabalhador junto a esse sistema? Não se preocupam em verificar se eles estão com o curso de motofrete, se a moto é adequada, se a idade é adequada. A gente sabe - isso é notório - que quem se acidenta são os jovens de 18 a 21 anos. A Lei 12.009, de 2009, veda que o profissional tenha menos de dois anos de carteira e menos de 21 anos de idade, preocupando-se justamente com a questão da segurança desses trabalhadores.

Pois bem, os aplicativos não fazem nada disso. Eles não verificam isso. Também não se preocupam em momento algum com relação à previdência social. E o nosso SUS, 100% gratuito, tem que ser mantido pelos trabalhadores, a importância da contribuição social é nesse sentido.

Então, o grupo de trabalho... e hoje nós temos, inclusive, uma divergência muito grande. Vim de lá e estou um pouco rouco porque teve até um tumulto hoje, porque muitos trabalhadores não querem o vínculo de emprego; outros querem a autonomia. Há uma discussão com relação a isso. E esse grupo tripartite, de que hoje é a última reunião... Então, os trabalhadores talvez tenham um sucesso maior.

Já tive aqui uma informação de que não avançou com relação às propostas, uma das propostas, que é uma proposta econômica, que é o valor por hora trabalhada, mas, com relação às outras pautas, como segurança, como a questão da saúde do trabalhador, todas essas pautas avançaram.

Pois bem, a gente necessita urgentemente que se faça um enquadramento de todas as empresas que trabalham em plataformas, porque senão a sociedade terá um prejuízo imenso.

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Andreia Siqueira. MDB - PA) - Obrigada, Felipe.

Quero convidar, dos mototaxistas que estão aqui, um representante, por favor, de vocês que possa falar também.

Com a palavra.

Apresente-se, por favor.

O SR. JOÃO GARCIA DE SOUZA - Boa tarde a todos.

Meu nome é João Garcia de Souza. Eu sou Presidente do Sindicato dos Mototaxistas de Rondonópolis.

Tudo que foi falado aí não tem nada a ver com o mototáxi. Nós somos mototaxistas, nós não somos motoqueiros. Ele fez uma explanação sobre motoqueiro, ali falou sobre acidente de moto. Nós somos profissionais do trânsito, nós não somos motoqueiros; nós somos mototaxistas, aquele profissional que carrega vidas. Para isso, fazemos um curso para carregar vidas. Acho que vocês não sabem disso, porque ele explanou ali sobre acidentes com moto. No município onde nós moramos, acidente com mototaxista não chega a 1% dos acidentes de moto. Então, aqui nós estamos discutindo sobre mototaxista, aí veio falar sobre moto no Brasil em geral. Eu acho que não era o caso de discutir isso aqui agora, mas discutir numa plenária lá da saúde. Isso aí é questão de saúde. Acidente de moto, lógico, é gravíssimo, mas não sempre as motos estão erradas; na maioria das vezes, o carro está errado. Claro que, se a moto bateu no carro, vai machucar o motoqueiro mesmo, logicamente.

Sobre o INSS, nós o pagamos já. Nós pagamos o INSS. Os 11% já pagamos. Pela Lei 12.009, nós somos obrigados a pagar o INSS ou sermos MEIs. Nós já pagamos, só que não recebemos, demoram oito meses, dez meses para receber. No município onde nós moramos não tem nem médico. É uma vergonha! Nós moramos em Rondonópolis, uma cidade com 269 mil habitantes, e temos que ir para Cuiabá para passar por médico legista. Aí o mototáxi fica lá oito meses, até seis meses, sem receber o auxílio, e ele pagou o INSS para isso.

A questão do Sest Senat. No nosso município não tem o curso de 10 horas, só de 0 de 50 horas. Lá atualização não tem, porque nós fazemos curso de cinco em cinco anos. Só que, a cada cinco anos, nós fazemos atualização, e o Sest Senat do município não fornece; fornece só o curso de 50 horas.

Algumas coisas sobre o mototáxi. Nós somos profissionais que temos consciência de que carregamos vida. Se for puxar o número, é baixíssimo. Sobre o aplicativo mesmo, no nosso município, nesses dois últimos anos, 250 profissionais deixaram de ser mototaxistas, porque nós temos que pagar muito imposto para o município, pagar INSS, fazer curso, tirar certidões negativas, enquanto o aplicativo não tem nada disso. Então, o cara deixou de ser profissional do trânsito, fazer curso, pagar seus impostos, fazer suas contribuições para virar aplicativo, porque lá já tem mototáxi Uber. Entrou de qualquer jeito, qualquer um pode ser Uber Moto. Então, o cara que é irregular no mototáxi fala: "Vou pagar para quê, se lá eu posso trabalhar de graça?". Então, vai trabalhar no aplicativo. Eu acho que a Lei 13.640, dos APPs, foi uma sacanagem com

12/13



Reunião de: 12/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

a nossa categoria. Fizeram mal e mal e jogaram para os municípios regulamentar. Os municípios não vão entrar nessa queda de braço. Não vão entrar, de jeito nenhum. Eu fui Vereador da minha cidade por quatro anos. Lá foi o Prefeito que mandou quatro vezes a lei para regulamentar o aplicativo no município, mas a Câmara não vai votar, não vai ficar contra a população. O aplicativo, quando entra no município, cobra um preço barato. Aí depois vai aumentando, mas vai pegar a clientela. Então, quando vai a lei para a Câmara, a população é a favor do aplicativo por ser baixo o preço - baixo naquele momento. Depois aumenta, fica caro para caramba. Lá hoje é caro para caramba já. Qualquer um pode carregar passageiro por aplicativo. Nós temos que ter 21 anos, dois anos de categoria A, fazer curso. Agora inventaram uma tal de EAR, que nós agora somos obrigados a colocar na carteira, que exerce atividade remunerada.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO GARCIA DE SOUZA - Então, eu acho que foi legal ouvir vocês falarem sobre acidente, mas o que é o mais importante que é em defesa do mototaxista, não foi falado. Só o Dr. Carmona, que falou ali um pouco sobre o mototaxista. Vocês fizeram explanação no geral sobre todos os motoqueiros.

Nós estamos aqui para pedir para vocês, Deputada... Nós precisamos, nós estamos tão discriminados, que a nossa lei é de 2009. Foi feita pelo Presidente Lula. Até hoje não temos isenção de IPI para compra de moto. O aplicativo entrou ontem no Brasil, há quatro anos. Ninguém sabe quem é o dono do aplicativo e já tem isenção de IPI.

Nós ouvindo falar de moto ali, nós vemos como nós somos discriminados. Nós estamos jogados igual qualquer motoqueiro doido que coloca aquele roncar na moto, que sai barulhando e empinando. Nós não somos assim. Nós somos profissionais.

A SRA. PRESIDENTE (Andreia Siqueira. MDB - PA) - Obrigada pela sua palavra.

Por meio do e-Cidadania, recebemos algumas manifestações de cidadãos, que gostaria de compartilhar com vocês.

Orlando Feitosa, da Bahia: "Deveria haver incentivo à aquisição de motos novas e regulamentação da classe com cursos de qualificação em transporte".

Luiz Cláudio, do Rio de Janeiro: "Deveria haver um seguro obrigatório para adquirentes de moto, uma vez que há grandes gastos com acidentes".

Marcos Aurélio, de Minas Gerais: "O debate tem que ser sobre a segurança desses profissionais. Muitos trabalham em ambientes inseguros".

Obrigada a todos que comentaram.

Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata, que será composta pela lista de presença, pelas notas.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovaram permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Cumprida a finalidade, agradeço pela presença e declaro encerrada esta reunião.

Obrigada a todos.

(Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 35 minutos.)



ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL- BOLÍVIA





**SENADO FEDERAL
GRUPO PARLAMENTAR BRASIL – BOLÍVIA**

1ª REUNIÃO DE 2023

**ONZE DE SETEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 15HORAS, NO
PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA**

Ata Circunstanciada da 1ª reunião de 2023 do Grupo Parlamentar Brasil - Bolívia, realizada em onze de setembro de 2023, segunda-feira, às 15horas, no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, com o seguinte resultado: ITEM 1 – Instalado o Grupo Parlamentar Brasil - Bolívia na 57ª legislatura; ITEM 2 – Eleito o Senador Chico Rodrigues como Presidente, e Senador Nelsinho Trad como Vice-Presidente; e ITEM 3 – Aprovado Regulamento Interno.
Nos termos dos documentos anexos. Publique-se.

Senador **CHICO RODRIGUES**
Presidente





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 11 de setembro de 2023
(segunda-feira)
às 15h

RESULTADO

1ª Reunião

GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - BOLÍVIA - GPBOLIVIA

	Instalação e Eleição
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7



Resultado da 1ª Reunião da GPBOLÍVIA, em 11 de setembro de 2023

2

Instalação e Eleição

Assunto / Finalidade:

ITEM 1 - Instalação do Grupo Parlamentar;

ITEM 2 - Eleição da Comissão Executiva;

ITEM 3 - Deliberação do Regulamento Interno.

Participantes:**Embaixador Bruno de Risios Bath**Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos do
Ministério das Relações Exteriores**Horacio Villegas Pardo**Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios da Embaixada da Bolívia no
Brasil**Resultado:** ITEM 1 - Instalado o Grupo Parlamentar;ITEM 2 - Eleitos Presidente Senador Chico Rodrigues e Vice-Presidente Senador
Nelsinho Trad;

ITEM 3 - Aprovado o Regulamento Interno.





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
GPBOLIVIA, 11/09/2023 às 15h - 1ª, Reunião
Grupo Parlamentar Brasil - Bolívia

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTES
NELSINHO TRAD	
PAULO PAIM	
MAURO CARVALHO JUNIOR	
ROGÉRIO CARVALHO	
RENAN CALHEIROS	
ROGERIO MARINHO	
CHICO RODRIGUES	PRESENTE
MARGARETH BUZETTI	
SORAYA THRONICKE	
CLEITINHO	
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTES
CARLOS CHIODINI	



Reunião de: 11/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO
11/09/2023 - 1ª - Grupo Parlamentar Brasil - Bolívia

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. PSB - RR. Fala da Presidência.) - Boa tarde!

Declaro aberta a 1ª Reunião do Grupo Parlamentar Brasil-Bolívia da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de setembro de 2023.

Até o momento este grupo parlamentar conta com a adesão de 11 Srs. Senadores e 1 Deputado Federal.

Informo aos Parlamentares que desejarem compor o grupo parlamentar que os termos de adesão estão disponíveis junto à Secretaria e na página do grupo no *site* do Senado.

Esta reunião destina-se à:

Item 1 - instalação do grupo parlamentar;

Item 2 - eleição da comissão executiva;

Item 3 - deliberação do regulamento interno.

Compõe a mesa o Sr. Horacio Villegas Pardo, Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios da Embaixada da Bolívia no Brasil.

Gostaria de convidar também para compor a mesa o Embaixador Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, Bruno de Risios Bath.

Coloco em deliberação a proposta de composição da comissão executiva com os seguintes nomes: Presidente, Senador Chico Rodrigues; Vice-Presidente, Senador Nelsinho Trad.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Coloco em deliberação o regulamento interno, que está disponível para consulta.

Em discussão o regulamento interno. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

De forma protocolar, nós vamos conduzir já esta Comissão, composta e eleita. E, *a posteriori*, eu gostaria de franquear a palavra, mas antes eu gostaria de fazer um breve pronunciamento sobre este grupo e a importância dele para o Senado da República e para o Brasil.



Reunião de: 11/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Estimados colegas Senadoras e Senadores, estimado Sr. Horacio Villegas, representante da Embaixada da Bolívia em Brasília, Exmo. Sr. Embaixador Bruno de Risios Bath, minhas senhoras, meus senhores que ora prestigiam este momento histórico da instalação do Grupo Parlamentar Brasil-Bolívia.

A instalação do Grupo Parlamentar Brasil-Bolívia cria mais um laço que vai unir ainda mais os nossos povos e os nossos países, interligados no passado, no presente e no futuro por sua geografia, por suas estreitas relações diplomáticas e comerciais e, principalmente, pela profunda amizade entre seus povos.

Compartilhamos quase 3.500km de fronteira entre Floresta Amazônica e Pantanal, dois biomas os quais ambos os países têm a responsabilidade compartilhada de preservar e explorar de forma sustentável. Uma das nossas unidades federativas, não nos esqueçamos, já foi território boliviano: o Acre, nosso Estado mais ocidental, foi incorporado ao território brasileiro no início do século XX, como resultado de uma bem-sucedida negociação diplomática, marca definidora das excelentes relações entre os dois países desde então.

Nossos laços comerciais e econômicos também são fortes. Somos os principais parceiros comerciais dos nossos irmãos bolivianos e é nosso o principal destino do gás natural da Bolívia, numa parceria que estabelecemos há mais de 50 anos. Além de ser o principal destino das exportações bolivianas, o Brasil é a segunda origem em volume de importação para aquele país, para o qual vendemos manufaturados, que incluem ferro, aço e máquinas.

Compartilhamos milhares de quilômetros de fronteira amazônica, nos quais temos desafios enormes, que só com a colaboração entre nossos governos conseguiremos superar, sempre com respeito à soberania e à política antidrogas de cada país, como o combate ao tráfico de drogas e ao contrabando.

As perspectivas para o futuro são as melhores. Os projetos na área energética são destaque, haja vista a importância do comércio de gás natural entre os dois países. Entidades como o Comitê Técnico Binacional Brasil-Bolívia trabalham permanentemente pela consolidação dos projetos já existentes e a implementação de novas parcerias em energia e infraestrutura. A Bolívia é grande produtora de fertilizantes, importantíssimos para a nossa agricultura.

A partir de agora, o Grupo Parlamentar Brasil-Bolívia vem incrementar essa cooperação, estreitando os laços entre os Parlamentos dos dois países. Em sua qualidade de fóruns privilegiados de discussão de políticas públicas e de corpo representativo da vontade popular, as Casas Parlamentares brasileira e boliviana passam agora a contar com uma ponte através da qual trocaremos experiências, compartilharemos ideias, fomentaremos o diálogo e enriqueceremos ainda mais os laços já estreitos entre o Brasil e a Bolívia, esse país amigo.

É uma satisfação para todos nós do Senado brasileiro testemunhar o nascimento deste grupo parlamentar aprovado em 2021, mas que só agora é constituído de fato. E é uma honra poder contribuir com meu trabalho e meu esforço para os objetivos do grupo, incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os Poderes Legislativos de ambos os países, além de contribuir para a solução de nossos problemas comuns e para o aumento do bem-estar dos povos brasileiro e boliviano.

Com nosso empenho, dos nossos pares bolivianos e daqueles genuinamente interessados no estreitamento dos laços entre nossos países, teremos muito sucesso nessa empreitada que começa agora.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

Vou passar a palavra inicialmente ao Embaixador Bruno de Risios Bath, Chefe da Assessoria Especial do nosso Itamaraty. V. Exa. dispõe de cinco minutos.

O SR. BRUNO DE RISIOS BATH - Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer muito a oportunidade de estar aqui e cumprimentá-lo pela iniciativa tão importante. E também cumprimentar o Ministro Horacio Villegas Pardo, que representa a Embaixada e o Governo da Bolívia nesta cerimônia.

Como Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Itamaraty, eu tenho por obrigação acompanhar tudo que acontece no Congresso que diz respeito às relações externas do Brasil.

Poucas iniciativas são mais importantes no momento, poucas iniciativas têm mais importância do que esse reforço, essa valorização, esse avanço nas nossas relações com a Bolívia. Por isso mesmo, eu o cumprimento muito pela iniciativa de tomar a frente deste grupo, que pode nos dar um apoio muito importante em diversos aspectos da nossa relação com a Bolívia.

Eu queria destacar principalmente uma questão que está na ordem do dia com grande prioridade, que é o Protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul, que se encontra pronto para pauta na Câmara dos Deputados.

2/5



Reunião de: 11/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Estamos trabalhando intensamente para que o protocolo possa ser pautado. Estamos também, nessa empreitada, trabalhando em colaboração com alguns Parlamentares que são membros da Representação Brasileira no Mercosul, e, em especial, alguns Deputados, que estão nos ajudando na Câmara para que esse protocolo possa ser pautado mais prontamente.

E eu espero que, no Senado, eu possa ter como anjo da guarda o senhor mesmo, quem sabe, para que ele tenha uma passagem rápida pelo Senado. Que possamos, quem sabe, ainda durante a presidência brasileira do Mercosul, que ocorre neste semestre e vai até dezembro, dar a boa notícia de que o Brasil, o Governo brasileiro aprovou esse protocolo. Eu lembro que o Brasil é o único dos quatro países membros do Mercosul que ainda não aprovou esse protocolo.

Então, tendo feito o registro dessa importante iniciativa, eu, mais uma vez, agradeço muito o convite, que muito me honra.

Queria dizer que estamos na Assessoria de Relações Federativas e Parlamentares do Itamaraty, e o próprio Ministro Mauro Vieira está sempre à disposição para ajudar e colaborar em todos os interesses, em todos os assuntos de interesse comum.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. PSB - RR) - Quero agradecer ao Embaixador Bruno de Risios pela sua participação efetiva e didática sobre a importância deste grupo e, mais do que isso, sobre a transversalidade que nós temos que ter, via Senado Federal, com o Itamaraty primeiramente, e, depois, na expansão dessas relações com a Bolívia. Mais que isso, nesse protocolo de adesão ao Mercosul nós iremos nos debruçar, quando chegar aqui ao Senado - já está tramitando na Câmara dos Deputados - para que possamos, em um prazo extremamente rápido, curto, dar essa demonstração da importância que a Bolívia tem ao participar do Mercosul.

Então, esse vai ser um compromisso nosso, primeiro como Presidente do grupo, segundo como Senador da República, porque eu entendo que eu sou daqueles que defendem a unidade no essencial, que é, na verdade, essa relação de participação de todos os países da América do Sul, porque nós somos um continente. Esse continente tem que ser visto, deve ser respeitado, e nós, nos interesses comuns, devemos na verdade promover, de uma forma eficiente, essa integração para o desenvolvimento comum.

Dando continuidade aqui às manifestações, eu passo a palavra agora, como último orador convidado obviamente, a Horácio Villegas Pardo, que é o Ministro Conselheiro.

O SR. HORACIO VILLEGAS PARDO - Boa tarde a todos.

Quero agradecer, em primeiro lugar, ao Senador Chico Rodrigues por essa importante iniciativa com respeito à consolidação do Grupo Parlamentar Brasil-Bolívia. Eu acho que esta data, 11 de setembro de 2023, vai ficar na história de nossos países. Eu quero agradecer ao Senador e também agradecer aqui ao Embaixador Bruno de Risios por estar presente conosco.

E vou falar um pouco da história do relacionamento de nossos países. Há 160 anos que a gente tem um relacionamento com o Brasil. Somos países vizinhos, países irmãos. A fronteira maior que o Brasil tem com qualquer país é com a Bolívia. E o que acontece agora? Acho que estamos entrando em uma nova etapa muito importante, porque, além do tema do gás, que é muito importante para a Bolívia, porque é a principal exportação que tem, agora estamos entrando em uma nova etapa que tem que ver com um desenvolvimento maior, industrial, que tem que ver com o grande desenvolvimento do Brasil. Quase 40%, 50% do PIB do Brasil tem que ver com o tema do agronegócio. O Brasil é uma potência no tema do agronegócio. E eu acho que, nesse grande projeto que é o Brasil nesse sentido, o papel da Bolívia é por demais importante. E eu acho que poucas pessoas conhecem o tema do potencial da Bolívia nesse sentido.

O que acontece? Lá na Bolívia, como vocês sabem, a gente tem gás, e com gás vocês produzem ureia. O Brasil tem uma necessidade de 12 milhões de toneladas ao ano de ureia. Então, aí temos um grande projeto para consolidar com novas plantas da ureia, que vão ser feitas na Bolívia e no Brasil. Quanto à consolidação do UFN III, em Três Lagoas, essa planta que ficou parada, agora já estamos trabalhando para que essa planta comece outra vez a caminhar.

Além disso temos o tema do potássio, do cloreto de potássio, outro fertilizante muito importante, porque o Brasil precisa de 16 milhões de toneladas ao ano. E a Bolívia tem 42 salares. E o potássio em um desses salares é muito grande, que é o Salar de Coipasa. Daqui a pouco, eu acho que o Senador vai conhecê-lo. Então, temos o cloreto de potássio e temos que trabalhar nesse sentido, na construção de novas plantas. E temos o tema do fosfato, porque o Brasil precisa de algo da ordem de 9 milhões de toneladas ao ano. E a Bolívia, e poucas pessoas conhecem, tem uma das maiores reservas do mundo de fosfato.

Então, eu acho que a natureza foi muito boa com a Bolívia nesse sentido. E eu acho que o Brasil já não precisa comprar da Rússia, da Bielorrússia. Eu acho que aqui ao lado tem um grande parceiro. E a gente tem que trabalhar nesse sentido.

3/5



Reunião de: 11/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Então, temos esses fertilizantes, temos a venda do gás e, nessa época, nesse momento de transição energética, em que o mundo está mudando, temos o tema do lítio.

A Bolívia - eu acho também que poucas pessoas conhecem - tem a maior reserva do mundo de lítio. Então, eu acho que esse grande desenvolvimento do Brasil também nos tem que ajudar nesse sentido, e também vamos trabalhar nisso. O caminho é grande.

Também temos uma questão muito importante, que poucos brasileiros conhecem: é que a comunidade da Bolívia é uma das maiores aqui no Brasil. Temos 600 mil bolivianos vivendo aqui no Brasil, principalmente em São Paulo. Eu acho que poucas pessoas conhecem esse fato.

Então, não só temos a ordem econômica, também temos uma questão dos mirantes social e cultural; e a maior comunidade que tem na Bolívia é a brasileira, com uma questão de 70 mil brasileiros que moram lá, principalmente estudantes, muito novos eles.

Senador, eu acho que o caminho, o trabalho que a gente tem que fazer é muito grande. O Senado lá na Bolívia está muito agradecido com o senhor. Eu acho que o Senador em breve irá para a Bolívia, vai estar com os Senadores. Para a Bolívia, o Brasil é prioridade em todos os sentidos. Eu acho que um dos países mais importantes para a Bolívia é o Brasil.

Nesse sentido, o caminho, o trabalho, as coisas que têm que ser feitas são muitas. Essas iniciativas, como a que o Senador fez agora, eu acho que abrem o caminho para isso. Eu acho que, com nosso ingresso no Mercosul este ano, se possível com a ajuda do Brasil, também vão se abrir outras coisas mais.

Então, Senador, eu não quero estender-me muito. Eu quero agradecer. Agradecer também o pessoal da Embaixada que aqui está - não somos muitos, mas trabalhamos por dez cada um de nós. Então, quero agradecer a todos vocês.

É isso, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. PSB - RR) - Eu ouvi atentamente aqui...

Aliás, antes, eu quero cumprimentar cada um dos servidores da Embaixada da Bolívia que estão aqui presentes. Sejam bem-vindos. Aqui podem considerar agora a extensão da nossa Embaixada da Bolívia no Brasil. O Senado, este local, na verdade pode ficar aberto à presença de vocês, independentemente do convite. Agora nós já somos parceiros. Com a criação deste grupo aqui, o próprio Senado Federal já entende que, com essas relações, nós aproximamos mais ainda as relações fraternas.

Eu ouvia atentamente aqui as manifestações do Horacio Villegas, e a gente percebe nitidamente essa relação de transversalidade de interesses sociais, econômicos, políticos, etc. O Brasil agora está realmente trabalhando, vamos trabalhar o protocolo da adesão ao Mercosul. Tem a questão que é importante para nós, para o Brasil hoje, fortemente importante, que é a questão dos fertilizantes.

Na verdade, em função das crises internacionais que estamos vivendo, da Rússia, Ucrânia, etc., claro que desperta nos países... Eu diria que já deveríamos ter olhado pelo retrovisor há mais tempo e pensado nessas possibilidades do ser humano, no que acontece com o ser humano, nesses encontros e desencontros, mas, enfim...

E estamos vendo aqui a Bolívia no seu potencial gigantesco na produção de ureia, através do gás, do potássio, que é outro fertilizante importantíssimo para a agricultura brasileira, e não menos importante o fosfato também. Nós entendemos que, numa ótica de curto e médio prazo - não é de médio e longo prazo não, eu sou um pouco mais objetivo, eu acho que de curto e médio prazo -, essas relações, essas cadeias de acordos, de interesses comerciais, têm que realmente se fortalecerem, porque o Brasil hoje praticamente é um dos três maiores produtores de alimentos do planeta. Hoje, já batemos até os Estados Unidos em algumas culturas, como a soja, por exemplo, e já somos o maior banco de proteínas do mundo. O Brasil, sozinho, alimenta 800 milhões de pessoas, ou seja, 10% da população existente no planeta, que são oito bilhões de habitantes.

Nós temos condições importantíssimas de fazer essa relação de troca de conhecimentos também na própria produção interna da Bolívia. É fundamental, através dos institutos de pesquisas que nós temos aqui fortíssimos, como a Embrapa, que está se expandindo no mundo, com a sua tecnologia, com a sua história, com a sua técnica, com a sua ciência a serviço da humanidade, enfim...

Portanto, eu entendo que... Um dado que eu não conhecia ainda - sobre os outros eu tinha boas informações, mas recentemente o Horácio me falou - é com relação ao lítio, que é hoje o combustível, eu diria, da proteção do meio ambiente, porque os milhões e milhões de veículos que utilizam o CO² realmente começam num processo de desidratação natural, sendo diminuídos. E, obviamente, esses carros elétricos todos, que o mundo já está expandindo numa velocidade gigante,

4/5



Reunião de: 11/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

precisam fundamentalmente do lítio. E como a Bolívia é uma das maiores reservas conhecidas, tenho certeza de que há possibilidade também do fornecimento para a industrialização, tanto na Bolívia quanto no Brasil, porque certamente essas grandes montadoras não vão ficar circunscritas a uma produção a 20 mil quilômetros de distância do consumo, no caso da América Latina, principalmente.

Então, tudo isso é geração de emprego, geração de renda e bem-estar para as nossas populações. E, na verdade, o Parlamento tem essa visão mais cartesiana da importância de você olhar o conjunto, de olhar o todo.

É assim que nós nos aproximamos. Tenho certeza de que, com um encontro na Bolívia, com os nossos correspondentes Senadores, com o Governo também e vice-versa, nós haveremos de estreitar o mais rapidamente possível...

Uma das coisas que eu sempre comento em relação aos grupos parlamentares é exatamente um certo hiato que existe entre a formação desses grupos e a funcionalidade deles permanente. Eu estou, há muitos anos, no Parlamento. Estou, há 25 anos, no Parlamento. Passei 20 anos na Câmara dos Deputados, como Deputado Federal, e, agora, estou no quinto ano como Senador da República. Passei por muitas Comissões, presido outras Comissões e falta exatamente essa liga, essa aproximação, essa convivência, para que você possa dar dinamismo aos interesses entre os dois países.

Portanto, eu espero que, com os nossos correspondentes também, com a área econômica da Embaixada, na pessoa do Horacio Villegas, a gente possa fazer com que esses temas tomem forma, porque é importante para o Brasil e é importante para a Bolívia. É importante para a Bolívia, é importante para o Brasil.

Então, acho que vai ser de bom futuro essa composição e tenho certeza de que essas informações que nós tivemos aqui, hoje, da sua parte e do próprio Bruno, pela importância que tem o Itamaraty... O Itamaraty é fundamental nessas relações diplomáticas. Então, o desenho está feito, já está montado; é só, agora, juntarmos essas necessidades, essas demandas e começarmos a trabalhar para antecipar coisas que já deveriam ter sido executadas.

Então, peço a vocês, realmente, que divulguem, difundam a existência deste novo grupo. Principalmente, o Embaixador Bruno deve realmente ir lá ao Itamaraty fazer as comunicações devidas: as discussões que forem necessárias haverá de obviamente conduzir a termo, juntamente com o nosso Chanceler Mauro Vieira. Temos certeza de que, do lado da Bolívia, não será diferente.

Então, quero agradecer a presença de todos e dizer que hoje, realmente, é um dia de muita alegria, para o Senado e para mim especialmente, que vou presidir este grupo, para que nós possamos fortalecer e aperfeiçoar essas relações com esse país querido e irmão que é a Bolívia.

Muito obrigado.

Neste momento, proponho a despesa da leitura e aprovação da ata, que será composta pela lista de presença, pelas notas taquigráficas e pelo regulamento interno.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de encerrar esta reunião, informo que realizaremos em seguida, nesta mesma sala de reunião, a instalação da Frente Parlamentar da Cultura.

Cumprida a finalidade, agradeço pela presença e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 51 minutos.)





Senado Federal
Grupo Parlamentar Brasil-Bolívia

REGULAMENTO INTERNO

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º O Grupo Parlamentar Brasil-Bolívia, instituído pela Resolução do Senado Federal nº12, de 2021, do Senado Federal, é reconhecido como serviço de cooperação interparlamentar, destinado a exercer a diplomacia parlamentar, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas da República Federativa do Brasil e da Estado Plurinacional da Bolívia, e reger-se-á pelo presente Regulamento Interno.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar não tem objetivos político-partidários.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será composto por parlamentares do Congresso Nacional no exercício do mandato.

Art. 3º O Grupo Parlamentar, com sede e foro em Brasília - DF, é constituído por prazo indeterminado e funcionará em dependências do edifício do Congresso Nacional.

§ 1º O fim da Legislatura não desativa o Grupo Parlamentar.

§ 2º No início de cada nova Legislatura, os membros do Grupo Parlamentar que tiverem sido reeleitos dele continuam a fazer parte, salvo expressa manifestação em contrário, e os novos Parlamentares serão convidados a nele ingressar.

Art. 4º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I - intercâmbio de experiências parlamentares de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, comercial, e do desenvolvimento sustentável, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas visando ao desenvolvimento das relações entre os Legislativos do Brasil e da Estados Unidos da América;

II - realização de congressos, seminários, simpósios, conferências, debates, estudos e encontros, de natureza multidisciplinar;

III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV - visitas parlamentares;

V - outras atividades compatíveis com o objetivo do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II
DAS REUNIÕES DO GRUPO PARLAMENTAR

Art. 5º O Grupo Parlamentar reunir-se-á, no mínimo, duas vezes por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.





Senado Federal
Grupo Parlamentar Brasil-Bolívia

Parágrafo único. As reuniões do Grupo Parlamentar serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I
DOS MEMBROS

Art. 6º O Grupo Parlamentar será integrado pelos parlamentares do Congresso Nacional ou do Senado Federal que o fundarem e pelos que a ele aderirem livremente, subscrevendo o Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo

§ 1º Ao filiar-se o Parlamentar compromete-se a observar este Regulamento Interno.

§ 2º Qualquer membro pode desligar-se do Grupo Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria Executiva.

Art. 7º São direitos e deveres dos Membros:

I - Dos direitos:

- a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva, na forma prevista neste Regulamento Interno;
- b) intervir e votar nas reuniões do Grupo Parlamentar;
- c) participar dos subgrupos e missões do Grupo Parlamentar.

II - Dos deveres:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento Interno;
- b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;
- c) comparecer e votar nas reuniões do Grupo Parlamentar e dos órgãos de que for integrante.

SEÇÃO II
DOS ÓRGÃOS

Art. 8º O Grupo Parlamentar terá uma Comissão Executiva, nos seguintes termos:

§ 1º A Comissão Executiva poderá ser constituída por Senadores e Deputados, ou somente por Senadores, obedecendo, quando for o caso, sempre que possível, a paridade de representantes de cada Casa Parlamentar.

§ 2º Até dois meses após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros do Grupo Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva, em escrutínio secreto, sendo exigida a maioria de votos e a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou, pelo menos, um terço dos membros filiados, convocados por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.





Senado Federal
Grupo Parlamentar Brasil-Bolívia

§ 3º O mandato dos membros da Comissão Executiva será de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 4º Se qualquer membro da Comissão Executiva deixar de fazer parte do respectivo órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão Executiva, caso em que os cargos serão preenchidos pelos Membros do Grupo Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

SEÇÃO III
DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 9º A Comissão Executiva é o órgão dirigente do Grupo Parlamentar e será composta por:

- I - um ou dois Presidente de Honra;
- II - um Presidente; necessariamente membro do Senado Federal;
- III - dois Vice-Presidentes;
- IV - quatro Secretários.

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros do Grupo Parlamentar.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 3º Os Presidentes de Honra serão o Presidente do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados, ou apenas o Presidente do Senado Federal, no caso do Grupo Parlamentar ser constituído somente por Senadores, e a duração de seus mandatos coincidirá com a duração de seu termo na presidência da respectiva Casa.

Art. 10. Compete à Comissão Executiva:

- I - organizar o programa de atividades do Grupo Parlamentar;
- II - noticiar ao Grupo Parlamentar fatos recentes da política externa bilateral;
- III - coligar trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a outras Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, conforme a constituição do Grupo Parlamentar, ou em eventos nacionais ou internacionais;
- IV - constituir delegação em missões diplomáticas ou autônomas do Congresso Nacional, ou do Senado Federal, conforme a constituição do Grupo Parlamentar;
- V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, de acordo com a constituição do Grupo Parlamentar;





Senado Federal
Grupo Parlamentar Brasil-Bolívia

VI - comunicar à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, ou somente do Senado Federal, de acordo com a constituição do Grupo Parlamentar, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;

VII - propor e homologar a admissão de novos membros;

VIII - propor e homologar a alteração dos regulamentos internos;

IX - fixar a competência do Secretário Executivo;

X - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;

XI - divulgar os trabalhos do Grupo Parlamentar;

XII - resolver os casos omissos neste Regulamento Interno.

Art. 11. O Presidente da Comissão Executiva representa o Grupo Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro-Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo-Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso do Grupo Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Art. 12. São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

I - representar o Grupo em suas atividades;

II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;

III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;

IV - manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões do Grupo Parlamentar ou da Comissão Executiva;

V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;

VI - submeter à aprovação do Grupo Parlamentar a ata da reunião anterior;

VII - submeter à discussão matérias de interesse do Grupo Parlamentar;

VIII - dar conhecimento ao Grupo Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;

IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;

X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;

XI - distribuir aos membros do Grupo Parlamentar e às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Legislativas, ou somente do Senado Federal, em sintonia com a constituição do Grupo Parlamentar, todas as informações recebidas sobre as relações bilaterais, de caráter oficial e





Senado Federal
Grupo Parlamentar Brasil-Bolívia

não-oficial, bem como os trabalhos apresentados pelos membros do Grupo Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;

XII - trabalhar em cooperação e coordenação com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou somente com a Comissão do Senado Federal, de acordo com a constituição do Grupo Parlamentar, apresentando-lhes as conclusões das discussões havidas no Grupo Parlamentar;

XIII - propor a indicação de parlamentares para participarem de viagens internacionais;

XIV - designar o Secretário Executivo;

XV - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros do Grupo Parlamentar, bem como pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ou somente do Senado Federal, em sintonia com a constituição do Grupo Parlamentar.

Art. 13. Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto, cabendo ao Primeiro superintender, com o auxílio dos demais, os serviços administrativos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

Art. 14. O Presidente designará o Secretário Executivo do Grupo Parlamentar, escolhido dentre pessoas que detenham notório conhecimento a fim de viabilizar o relacionamento entre os países.

CAPÍTULO IV
DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS

Art. 17. As viagens e missões internacionais dos membros do Grupo Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades.

Parágrafo único. É proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões parlamentares estrangeiras que visitem o Congresso Nacional.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. Em caso de lacuna neste Regulamento Interno, aplicam-se as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional ou do Senado Federal, de acordo com a constituição do Grupo Parlamentar.

Art. 19. No fim de cada gestão, a documentação pertinente ao Grupo Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente do Grupo.

Art. 20. Este Regulamento Interno entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 11 de setembro de 2023.



ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA





Senado Federal
Grupo Parlamentar Brasil – Estados Unidos da América

1ª REUNIÃO DE 2023

**30 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 2
DA ALA SENADOR NILO COELHO**

Ata Circunstanciada da 1ª reunião de 2023 do Grupo Parlamentar Brasil – Estados Unidos da América, em 30 de agosto de 2023, terça-feira, às 14h30, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, com o seguinte resultado:

ITEM 1 - Instalado o Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América, coordenado pelo Senado Federal;

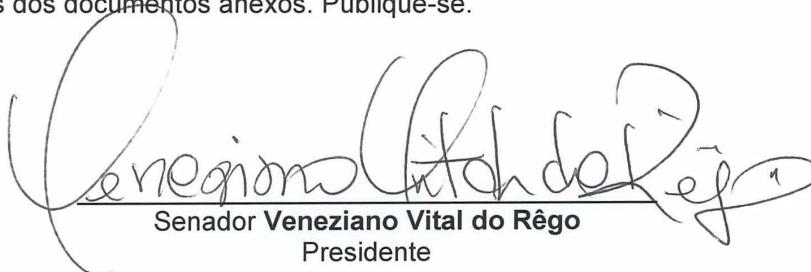
ITEM 2 - Eleita a Comissão Executiva;

ITEM 3 - Ratificado o Regulamento Interno;

ITEM 4 – Realizado o lançamento, em conjunto, da Frente Parlamentar Brasil-EUA, coordenado pela Câmara dos Deputados;

ITEM 5 – Realizado o lançamento, em conjunto, do Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos, coordenado pela Câmara dos Deputados.

Nos termos dos documentos anexos. Publique-se.


Senador **Veneziano Vital do Rêgo**
Presidente





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 30 de agosto de 2023
(quarta-feira)
às 14h30

RESULTADO

1ª Reunião

GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - ESTADOS UNIDOS DA
AMÉRICA - GPEUA

	Instalação e Eleição
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2



Resultado da 1ª Reunião da GPEUA, em 30 de agosto de 2023

2

Instalação e Eleição

Assunto / Finalidade:

ITEM 1. Instalação do Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América, coordenado pelo Senado Federal;

ITEM 2. Eleição da Comissão Executiva;

ITEM 3. Ratificação do Regulamento Interno;

ITEM 4. Lançamento, em conjunto, da Frente Parlamentar Brasil-EUA, coordenado pela Câmara dos Deputados e presidida pelo Deputado Eduardo da Fonte;

ITEM 5. Lançamento, em conjunto, do Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos, coordenado pela Câmara dos Deputados e presidido pela Deputada Rosângela Gomes.

Participantes:

Sra. Elizabeth Bagley

Embaixadora dos Estados Unidos da América no Brasil

Deputado Eduardo da Fonte

Coordenador da Frente Parlamentar Brasil-EUA na Câmara dos Deputados.

Resultado: ITEM 1 - Instalado o Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América, coordenado pelo Senado Federal;

ITEM 2 - Eleita a Comissão Executiva;

ITEM 3 - Ratificado o Regulamento Interno;

ITEM 4 – Realizado o lançamento, em conjunto, da Frente Parlamentar Brasil-EUA, coordenado pela Câmara dos Deputados;

ITEM 5 – Realizado o lançamento, em conjunto, do Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos, coordenado pela Câmara dos Deputados.





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

GPEUA, 30/08/2023 às 14h30 - 1ª, Reunião

Grupo Parlamentar Brasil - Estados Unidos da América

Senado Federal		
TITULARES		SUPLENTES
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	
JAIME BAGATTOLI		
DAMARES ALVES	PRESENTE	
JADER BARBALHO		
ELIZIANE GAMA		
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	
MARA GABRILLI		
EFRAIM FILHO	PRESENTE	
FABIANO CONTARATO		
CARLOS PORTINHO		
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	
ALAN RICK		
ANGELO CORONEL	PRESENTE	
DR. HIRAN		
CHICO RODRIGUES		
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	
JORGE SEIF	PRESENTE	

Câmara dos Deputados		
TITULARES		SUPLENTES
ÁTILA LINS		
CLAUDIO CAJADO		
DIEGO GARCIA	PRESENTE	
CELSO RUSSOMANNO		
FLÁVIO NOGUEIRA		
MARCEL VAN HATTEM	PRESENTE	
GENERAL GIRÃO	PRESENTE	
JOSENILDO		
BANDEIRA DE MELLO	PRESENTE	
AUGUSTO COUTINHO	PRESENTE	
EDUARDO DA FONTE	PRESENTE	
AJ ALBUQUERQUE		
DR. FERNANDO MÁXIMO	PRESENTE	
LAFAYETTE DE ANDRADA	PRESENTE	

Não Membros Presentes

CLODOALDO MAGALHÃES
 PROFESSORA DORINHA SEABRA
 WILDER MORAIS





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

AUGUSTA BRITO
RODRIGO CUNHA
LUIS TIBÉ
LULA DA FONTE
LUIS CARLOS HEINZE
IZALCI LUCAS
PAULO PAIM



Reunião de: 30/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

30/08/2023 - 1ª - Grupo Parlamentar Brasil - Estados Unidos da América

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB. Fala da Presidência.) - Minhas senhoras, meus senhores, Parlamentares federais, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, para quem tem a necessidade de acompanhar simultaneamente, a nossa assessoria, a nossa Secretaria informa, o que os senhores e as senhoras bem já divisam, que há aparelho que nos garante esse acompanhamento simultâneo.

Quero já agradecer a presença de todos, de forma especial a presença da Sra. Embaixadora Elizabeth Bagley, entre nós, para que nós instalemos o Grupo de Trabalho Brasil-Estados Unidos.

Declarando aberta a 1ª Reunião do Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 30 de agosto de 2023.

Esta reunião, como nós antecipávamos, destina-se à instalação do Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos, coordenado por esta Casa, Senado Federal, eleição da nossa Comissão Executiva, ratificação do Regulamento Interno, lançamento, em conjunto, da Frente Parlamentar Brasil-Estados Unidos, coordenado pela Câmara dos Deputados...

Quero aqui saudar a presença da nossa estimadíssima, querida Deputada, hoje licenciada, mas referência na Câmara, principalmente para quem teve, como eu e hoje o Senador Esperidião Amin, mas também colega seu de outrora, a Deputada Rosângela Gomes; quero saudar aqui a presença do Deputado Marcel Van Hattem; quero saudar a presença do Deputado Diego Garcia; saudar a presença do Deputado Tibé; do Deputado Eduardo da Fonte, que é o nosso Presidente, o Presidente da Frente na Câmara dos Deputados; do meu querido Lula da Fonte, o Deputado...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA (PSD - SP. *Fora do microfone.*) - Cezinha.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - ... Cezinha.

Perdoe-me, meu querido. Perdoe-me o lapso.

Faltei com alguma companheira ou algum companheiro Parlamentar?

Por gentileza, Deputado.

O SR. RODRIGO ESTACHO (PSD - PR. *Fora do microfone.*) - Rodrigo Estacho.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Deputado Rodrigo Estacho.

O SR. DAVID SOARES (UNIÃO - SP. *Fora do microfone.*) - David Soares.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Deputado David Soares.

O SR. DR. FERNANDO MÁXIMO (UNIÃO - RO. *Fora do microfone.*) - Fernando Máximo.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Fernando Máximo.

Perdoem-me, porque... Serei compreendido em razão de não termos tido a oportunidade de estarmos, muito mais para minha honra, com os senhores que estão nesta legislatura, porque estou na legislatura do Senado de 2018, apenas por essa razão, mas todos são muito bem-vindos a esse convívio.

1/14



Reunião de: 30/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Lançamento, em conjunto, da Frente Parlamentar Brasil-Estados Unidos, como disse, coordenado pela Câmara dos Deputados e presidida pelo nosso Deputado Eduardo da Fonte, à direita, e lançamento, em conjunto, do Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos, coordenado pela Câmara dos Deputados, que já foi presidido pela nossa estimada, querida companheira, hoje Secretária do Estado do Rio de Janeiro, Deputada Rosângela Gomes.

Até o momento, o nosso Grupo Parlamentar conta com a adesão de 19 Senadores e 9 Deputados Federais.

Tenho absoluta certeza de que, a partir deste instante, a partir da sua instalação oficial e formal, nós haveremos, meu querido Senador Marcos Pontes, de ampliá-la. Este é o nosso propósito, é este o desiderato à sua constituição, até justificando que, em face das próprias e naturais e conhecidas obrigações parlamentares e também da própria Embaixadora, não houve um momento em que pudéssemos dar convergência de datas.

Depois, no meio do ano, tivemos um período de recesso parlamentar, e só identificamos a data de hoje para que não deixássemos de instituí-la, senão com a presença da nossa queridíssima Embaixadora, que aqui representa os Estados Unidos da América.

Informamos aos senhores e senhoras que desejarem compor o grupo Parlamentar, e caberá muito a nós, presentes, os que já integram,³ também, chamar, convidar colegas Parlamentares, que os termos de adesão são termos disponíveis junto à nossa Secretaria, na página do grupo, no *site* do Senado Federal.

Compondo a mesa, a nossa Embaixadora, Sra. Elizabeth Bagley, Embaixadora dos Estados Unidos da América em nosso país; Deputado, querido conterrâneo nordestino, do vizinho Estado de Pernambuco, Eduardo da Fonte, Coordenador da Frente Parlamentar Brasil-Estados Unidos na Câmara dos Deputados; estimada Sra. Deputada, Secretária hoje, Rosângela Gomes, atualmente exercendo o cargo de Secretária de Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro, já foi Presidente do Grupo Brasil-Estados Unidos; e o Sr. Christiano Sávio Barros Figueirôa, Diretor do Departamento da América do Norte, do Itamaraty.

Coloco em deliberação, senhores e senhoras, a ratificação do regulamento interno, que está disponível para consulta.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não há Sr. ou Sra. Parlamentar que queira discutir.

Em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco em deliberação a proposta de composição da Comissão Executiva, com os seguintes nomes: Presidente, Senador Veneziano Vital do Rêgo; Vice-Presidente, Senador Astronauta Marcos Pontes; Primeiro-Secretário, Senador Esperidião Amin. E teremos as demais indicações outras para a composição de todo o quadro *a posteriori*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Desde já, quero agradecer aos senhores e às senhoras que nos distinguem com essa nova missão, além das próprias, Senador Marcos Pontes, que nós temos em nosso dia a dia, que é a de poder presidir, colaborar e de estar a discutir, bilateralmente, com as autoridades, com as instituições, órgãos, com Parlamentares, integrantes do Congresso norte-americano, essa relação que é bicentenária. Estamos prestes a comemorar a bilateralidade das relações Estados Unidos e Brasil.

Essa oportunidade é uma oportunidade, querida Embaixadora Elizabeth Bagley, não apenas de um singelo, mero formalismo, não! Há algo a mais, há algo que nos cobra exatamente com a responsabilidade que temos de poder fazer permanecer a histórica relação entre esses dois países que têm muito, que têm muito de identidades, guardando as suas próprias, mas mantendo-se, com base em princípios universais, princípios e postulados que nos unem e fortalecem esses laços. A constituição desse Grupo Parlamentar, assim como o Grupo Parlamentar que na Câmara dos Deputados é conduzido pelo Deputado Eduardo da Fonte, assim como também já o fez a Deputada Rosângela Gomes, tem como condão, como fulcro estreitar, conhecermo-nos mais, fazer com que as Casas Congressuais possam também ter esse fortalecimento de laços, fazer com que uma realidade, que é a que nos mantém em termos econômicos como grandes parceiros, prossiga. Os Estados Unidos são um extraordinário parceiro do Brasil.

2/14



Reunião de: 30/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

E por que não pensarmos e por que não pretendermos e por que não objetivarmos ampliar ainda mais as condições de parcerias, entendendo as realidades estratégicas, as ocupações geopolíticas tanto dos Estados Unidos como do Brasil? Afinal de contas, somos soberanias e, portanto, temos e devemos o respeito mútuo nas convergências das políticas comuns. Então, eu quero agradecer. Não devo me estender, afinal de contas abertas estarão as oportunidades para que os Parlamentares e evidentemente a Embaixadora Elizabeth Bagley possa fazer uso da palavra. Por essas razões, não é conveniente, não é oportuno que nós nos estendamos.

Aqui eu estou diante de um quase americano, nosso Senador Marcos Pontes, que viveu durante mais de 20 anos, precisamente 24 anos nos Estados Unidos e que será assim, evidentemente com a concordância dos demais outros pares, o próximo a presidir no período subsequente a Presidência desse grupo.

Foi dessa forma que nós acordamos e não haveria melhor sugestão senão de uma pessoa representando hoje o Estado de São Paulo, o maior estado, o mais rico estado da nossa Federação, mas que tem uma importância para nós muito cara, tendo sido aquele que, como brasileiro, o primeiro brasileiro a ir a órbita. Não é isso, meu querido Senador?

Então, eu encerro as minhas palavras. Agradeço a todos os senhores, pedindo encarecidamente para que os mesmos possam dar conhecimento aos pares nossos no Senado e aos pares nossos na Câmara Federal.

Pois bem. Passamos imediatamente ao pronunciamento da nossa Embaixadora, Sra. Elizabeth Bagley.

A SRA. ELIZABETH BAGLEY (*Tradução simultânea.*) - Obrigada, Senador Veneziano. Muito obrigada a todos. Está tudo certo aqui, vocês me ouvem?

Gostaria de agradecer todos os Senadores e Deputados Federais que reservaram um tempo de suas agendas lotadas para me receber tão calorosamente aqui no Congresso.

O fato de estarem lançando não um, dois, mas três grupos para tratar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos demonstra nossas ligações e como essa relação é importante para o futuro de nossos países.

Em título pessoal, recentemente me tornei avó de um adorável menino chamado Ryan, que já usou um macacão. Meu primeiro presente para ele foi um macacão verde e amarelo com a palavra Brasil estampada. Comprei para ele, ele já é um brasileiro. Comprei para ele porque eu amo e admiro o seu país e sou verdadeiramente privilegiada por servir como Embaixadora dos Estados Unidos no Brasil durante um tempo em que partilhamos tantos valores.

Quando me encontrei com o Presidente Biden e o Presidente Lula na Casa Branca, testemunhei seu interesse comum em fazer avançar a relação bilateral entre os Estados Unidos e o Brasil. Desde então, o relacionamento caloroso entre eles continuou.

E há apenas duas semanas nossos Presidentes conversaram novamente sobre vários assuntos importantes, inclusive uma iniciativa global trabalhista que pretendem lançar fora, à margem da Assembleia Geral da ONU, em duas semanas, que afirma nosso compromisso mútuo com os direitos dos trabalhadores e a promoção do trabalho digno.

Discutiram também questões ambientais levantadas na Cúpula da Amazônia, em Belém.

Celebramos um ambicioso compromisso, com o Presidente Lula, de acabar com o desflorestamento até 2030.

Gostaria de dar uma breve visão geral do escopo das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, que se baseiam em compromissos maduros, pragmáticos e institucionais entre nossos dois países.

Numa escala global, os Estados Unidos e o Brasil são vitais para a defesa da democracia, a promoção da igualdade, a inovação e o crescimento da economia e a proteção do nosso planeta e do nosso povo.

Para garantir nossa prosperidade contínua e compartilhada, os Estados Unidos estão expandindo o comércio e os investimentos, que já sustentam mais de 550 mil empregos em todo o Brasil.

Os Estados Unidos também são a maior fonte de investimento estrangeiro direto no Brasil, com quase 200 milhões em investimentos.

Entendemos que, para sermos fiéis aos nossos compromissos constitucionais, essa prosperidade precisa estender-se a todos, em todos os níveis de nossas sociedades. É por isso que juntos trabalhamos para fortalecer a democracia, defender os direitos humanos, promover a igualdade e a justiça racial e fazer avançar a inclusão social.

O Plano de Ação Conjunta Brasil-Estados Unidos para Eliminar a Discriminação Racial e Étnica e Promover a Igualdade é um mecanismo importante para fazer avançar esses objetivos. Foi lançado, há alguns meses atrás, já havia começado no Governo anterior de Lula, e agora estamos retomando essa questão.

A nossa cooperação também inclui questões legais, questões de segurança e de cooperações técnicas que ...

... crime transnacional, tráfico de drogas e o branqueamento de capitais.

3/14



Reunião de: 30/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Esse impacto vai além de nossas fronteiras. Os Estados Unidos e o Brasil são forças para a paz e a estabilidade internacional. Mantemos diálogos contínuos para fazer crescer as nossas empresas e desenvolver os nossos recursos energéticos. E, em nível interpessoal, estamos constantemente envolvidos em programas e políticas, nos domínios da educação, da saúde e da cultura, para mencionar alguns.

Estamos empenhados em prestar serviços consulares que apoiem os negócios e viagens e que aprofundem os já fortes laços entre os nossos povos. Os nossos compromissos conjuntos para com os nossos povos são de longa data e duradouros.

Acredito na importância da diplomacia parlamentar. Acredito na sua capacidade de fazer avançar a legislação crucial e de apoiarem acordos que beneficiem os nossos dois países mutuamente.

Acredito que apoiarão importantes debates sobre política externa. A minha equipe está pronta para trabalhar com os senhores, com a Câmara dos Deputados, o Senado e suas respectivas equipes.

Agradeço o amável convite e a atenção.

Como já disse, publicamente, as ações do Brasil são importantes para o mundo, porque o Brasil é um líder global, e o que vocês fazem é importante em escala global. Se quisermos garantir que os valores democráticos sejam mantidos e que a integridade territorial de todas as nações seja respeitada, devemos continuar a trabalhar juntos em termos bilaterais e também multilaterais.

Enquanto nações individuais, somos fortes, mas juntos ninguém poderá nos deter. Começemos, então, de novo. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Quero agradecer, em nome do Senado Federal, obviamente em nome da Câmara - mas teremos as exposições e as palavras dos nossos companheiros representantes.

Quero registrar o pedido de escusas do Líder do Governo no Senado Federal, o Senador Jaques Wagner, pela sua ausência em face a um compromisso que o mesmo assumira para as 14h, mas pediu-me para transmitir à senhora um abraço e ele integra este grupo parlamentar.

Passo a palavra ao nosso querido Senador Marcos Pontes, como nosso Vice-Presidente.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (PL - SP) - Obrigado, Presidente. É um prazer muito grande, uma honra fazer parte deste grupo. Sra. Embaixadora. Tenho certeza de que o trabalho conjunto dos nossos Senadores, Deputados, com a Embaixada americana aqui no Brasil vai trazer excelentes resultados para a cooperação dos dois países e para que essa cooperação sirva como um exemplo também para o restante do planeta.

Nós temos muitas pautas em comum, muitas ideias que são compartilhadas durante muito tempo e, sem dúvida nenhuma, esse trabalho vai se refletir na melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento econômico e social dos dois países.

Somos dois países grandes, com grandes possibilidades e, sem dúvida nenhuma, isso vai se refletir no resultado desses grupos parlamentares. Então, muito obrigado, obrigado pela oportunidade. Eu tenho certeza de que esse trabalho vai ser excelente agora e, durante a minha gestão, eu vou dar continuidade ao que nós fizemos agora durante esse primeiro período.

Muito obrigado. É um prazer e uma honra para mim estar aqui com a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Obrigado Senador Marcos Pontes. *(Palmas.)*

Devo, primeiro em nome desta Presidência e, em nome particular, agradecer o convite que nós formulamos para que nós pudéssemos, conosco, reinstaurar e reconstituir o nosso grupo de trabalho. Não teríamos uma melhor sugestão senão a que repousa sobre nossos ombros.

Senador, querido professor Esperidião Amin, V. Exa. tem tempo para exercer o direito à palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Serei brevíssimo. Eu prometo.

Eu quero saudar a prezada Embaixadora Elizabeth Bagley - nome que eu já debati com ela, porque no nosso vizinho país, a Argentina, Bagley é a primeira marca registrada naquele país. E, como nós somos vizinhos lá no Sul, já tive a oportunidade de colocar essa curiosidade perante S. Exa. e dizer da importância desta frente parlamentar, presidida com absoluta competência por V. Exa., secundado momentaneamente, apesar de trafegar em planos estratosféricos diferentes, pelo nosso querido Astronauta Marcos Pontes, nosso querido amigo Eduardo da Fonte, querida amiga Rosângela Gomes - querida, queridíssima amiga - e com a representação do nosso Itamaraty.



Reunião de: 30/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Particularmente, só quero acrescentar - e é uma particularidade - que, diferente da balança de pagamentos do Brasil, o meu estado tem como principal parceiro - apesar de vendermos muito para o Extremo Oriente, especialmente proteína animal -, o nosso principal parceiro são os Estados Unidos da América. Então, eu cumpro, além do dever de brasileiro, o dever de catarinense, como Senador por Santa Catarina, de perfilar, sob a sua liderança, para que esta frente parlamentar seja frutífera e corresponda aos interesses dessas duas grandes democracias do Ocidente.

Seja muito bem-vinda e sucesso para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Obrigado, queridíssimo Senador Esperidião Amin.

Eu quero fazer, e o faço de já, o registro da chegada da Exma. Sra. Deputada Daniela Reinehr - perdoe-me se a pronúncia não for a correta; seja muito bem-vinda -; do Exmo. Sr. Deputado Aj Albuquerque - seja bem-vindo -; do Deputado Rodrigo Valadares; do Deputado Tião Medeiros; e do Deputado General Girão - seja muito bem-vindo, General.

Eu passo a palavra ao estimado Deputado Eduardo da Fonte, como Presidente Frente Parlamentar Brasil-Estados Unidos na Câmara dos Deputados.

Deputado Eduardo.

O SR. EDUARDO DA FONTE (PP - PE) - Boa tarde a todas e a todos.

Eu gostaria aqui de cumprimentar todos os Senadores, nas pessoas do Senador Veneziano e do Senador Esperidião Amin, e dizer da alegria, Senador Marcos Pontes, de podermos estar aqui hoje, neste momento, fazendo a instalação destas duas frentes parlamentares, que irão trabalhar, Senador Vital, em conjunto, em defesa da união desses dois países, que são tão importantes para a economia mundial.

Quero aqui cumprimentar também todos os Deputados, na pessoa da minha amiga, Deputada Rosângela - honra-me muito poder fazer parte ao seu lado, na Câmara dos Deputados, desse assunto tão importante. Quero cumprimentar todos os Deputados aqui, na pessoa do Deputado Aj Albuquerque, que é Vice-Presidente da nossa frente, e também do meu filho, Deputado Lula da Fonte, que também nos acompanha nesta frente parlamentar.

E quero dizer, minha gente, da importância que é podermos dar uma demonstração de união da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para que possamos tratar de assuntos tão importantes para a economia dos nossos países.

Quero dizer, Embaixadora Elizabeth, da importância que tem o dia de hoje e que eu tenho a certeza de que iremos contribuir bastante para que a gente possa fortalecer a economia dos dois países.

Aqui, quero só registrar alguns pontos importantes que precisamos, Senador Vital, debater em conjunto para que a gente possa fazer uma agenda de trabalho permanente, para que possamos com isso dar a contribuição do Congresso Nacional, do nosso país para a relação entre esses dois países.

Precisamos aqui buscar questões importantes para o meio ambiente, soluções para que gente possa, Senador Esperidião Amin, fazer um consenso entre os dois países, para que a gente possa avançar também economicamente e também cuidar de temas que dizem respeito à segurança e à defesa dos dois países.

Não vou me alongar mais.

Tenho a certeza de que essas duas frentes parlamentares, juntamente com o grupo de trabalho da Deputada Rosângela, irão se reunir o mais breve possível para que a gente possa fazer uma agenda que seja convergente para as duas Casas e possamos com isso dar resultados importantes a essas duas nações, que são tão importantes em todo o mundo.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Agradecido, estimado companheiro Deputado Eduardo da Fonte.

De imediato, passo a palavra... Os microfones são seus, minha estimada Deputada Rosângela Gomes, tendo em vista compromissos que a senhora haverá de cumprir na sua agenda desta tarde.

Muito grato pela sua presença entre nós.

A SRA. ROSANGELA GOMES - Boa tarde a todos!

Cumprimento o Exmo. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Senador da República Federativa do Brasil, que muito me honra, porque tive a honra de servir ao meu país, na Câmara dos Deputados, com o nobre Senador e sei da dedicação, do empenho, do carinho e do trabalho que ele desenvolve. Com certeza, a Presidência desse grupo no Senado dará continuidade a tudo o que ele já vem desenvolvendo ao longo dos anos no nosso país.

5/14



Reunião de: 30/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Cumprimento a Embaixadora Elizabeth, com quem já pude conversar um pouco, assim que cheguei e a conheci. Falei com ela do meu amor, do meu carinho, da minha dedicação pelos Estados Unidos. E aqui eu confesso que é um país de que eu gosto e de que aprendi a gostar, sobretudo quando adolescente e hoje ainda, vendo filmes - eu adoro filme americano. E também adoro a América como um todo.

Cumprimento também o Dudu da Fonte, esse grande Líder do Nordeste, que vem fazendo um trabalho também diferenciado e o fará através da frente parlamentar, em que também juntos iremos trabalhar em prol das ações que são importantes, como ele bem colocou, para a nossa nação e para os Estados Unidos.

Aqui também o Itamaraty. Eu ressalto - e faço questão, Senador, de falar sempre que posso - que o Itamaraty faz um trabalho excepcional pelo mundo afora, de forma dedicada e abnegada. Todos os funcionários do nosso Itamaraty, quando nós Parlamentares chegamos a um país, sempre estão de bom coração para nos ajudar. É assim na Europa, é assim na África, é assim na América e no Mercosul. Leve as nossas considerações ao nosso Ministro Mauro, Sr. Diretor Cristiano.

Cumprimento todos os Deputados, na pessoa do meu querido Deputado Cezinha de Madureira, e estendo meus cumprimentos a todos os Deputados, por quem tenho carinho e respeito. Eu gostaria de nominá-los, mas iria tomar muito tempo.

E, com todo o respeito pela idade que tem esse baluarte da política brasileira, na pessoa do Senador Esperidião Amin, eu cumprimento o Senado.

Quero falar da minha alegria de fazer parte desse Grupo de Amizade Brasil-Estados Unidos, de que já faço parte desde o meu primeiro mandato.

Eu vou pedir desculpas e vou corrigir aqui também os meus cumprimentos.

Embaixadora Elizabeth, a senhora tem nos quadros da embaixada excelentes funcionários. Eu vou aqui destacar o trabalho que a Gabriela faz aqui nesta Casa ao longo dos anos. Eu gostaria de pedir aplausos para ela. *(Palmas.)*

É uma mulher incansável pelo Brasil e pelos Estados Unidos, sempre passando, correndo para cima, aqui no túnel, nas Comissões, defendendo os interesses dos nossos países.

E também ao nosso querido ali Conselheiro John... *(Palmas.)*

... assim como à Conselheira Simone também aqui, que fez um trabalho brilhante. Eu quero também estender meus cumprimentos ao Conselheiro John e aos demais funcionários do Congresso Nacional.

Quero dizer e finalizar minha fala, porque sou uma mulher que falo muito com o coração, com emoção: para além da nossa responsabilidade fiscal; para além da preocupação com a sustentabilidade hoje, com o Brasil enfrentando diversas alterações climáticas e também agora com a Flórida - a gente está acompanhando; minhas considerações à população da Flórida - atravessando um tornado; para além da economia, da balança comercial, que é extremamente importante para os nossos países - hoje, agora, o nosso Governador Cláudio Castro está em Harvard fazendo um convênio entre jovens do Rio de Janeiro e a universidade -; para além da educação - eu estive em Washington um ou dois anos atrás, conversando lá com a nossa Vice-Reitora Duília, e estamos estabelecendo um convênio, Senador Vital do Rêgo, para jovens fazerem um intercâmbio, jovens de comunidades, jovens periféricos, jovens negros, jovens da Baixada Fluminense fazerem um intercâmbio lá na Universidade Católica de Washington; eu estive diversas vezes visitando os brasileiros que às vezes, infelizmente, estão presos no sistema prisional, mulheres e homens -; para além disso, nós estamos trabalhando também no consulado brasileiro em Nova York, colocamos uma emenda parlamentar - e eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. e Sras. Deputados e Senadores: uma emenda parlamentar - e inauguramos lá o Espaço da Mulher Brasileira.

Para além dos acordos, nós temos o povo brasileiro nos Estados Unidos, que precisa de atenção. Visitei abrigos. Nós temos tráfico de pessoas, números alarmantes, assustadores, Senador Portinho, que nós precisamos trabalhar. Ora representantes do FBI, ora representantes da polícia americana vêm aqui com a Abin, conversam a respeito do tráfico de pessoas.

Então, nós temos um trabalho intenso a ser realizado, dar continuidade, em parceria com o Senado, em parceria com a frente parlamentar e agora com a sensibilidade de uma mulher Embaixadora dos Estados Unidos aqui no Brasil, que é a Sra. Elizabeth.

Espero que possamos fazer um trabalho brilhante para que quem realmente precisa, que é o nosso povo, a nossa gente, o brasileiro, possa ter apoio da parte do Congresso, porque muitos brasileiros que estão lá foram acham que nós os abandonamos.

Então, para além da parte oficial, balança comercial, educação, cultura, também possamos fazer um trabalho diferenciado com os brasileiros que estão lá fora, apoiando-os, ajudando-os e cuidando deles.

6/14



Reunião de: 30/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Sinto-me muito honrada de fazer parte deste grupo, como faço do grupo da África, de Angola, da CPLP, do Mercosul, porque entendo que a política internacional é extremamente importante não só para o Brasil - o Embaixador Bruno também é um grande apoiador dos nossos trabalhos aqui nesta Casa. Mas, para além de tudo isso, que possamos cuidar dos brasileiros que lá fora estão.

Boa tarde.

Parabéns, Senador! Conte comigo, como sempre, como parceiros, trabalhando para quem mais precisa, que é o nosso povo.

Boa tarde. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Eu agradeço, penhoradamente, em nome de todos os presentes, a fala da estimada companheira que nos cativa a todos exatamente por esses valores humanos que ela transborda e nos transmite.

Eu quero saudar a chegada do Senador Mauro Carvalho.

Cumprimento a chegada do conterrâneo do Senador Esperidião Amin, o Senador Jorge Seif, debutante aqui na Casa, mas muito querido de todos nós, com a capacidade de conquistar, em menos de sete meses, a simpatia, a consideração e o reconhecimento aos seus predicados.

Registro também...

Bem, nós temos dois inscritos. *(Pausa.)*

Meu querido flamenguista, Deputado Bandeira de Mello, saudações rubro-negras. No caso, os nossos cumprimentos à condição rubro-negra.

E saúdo os cem anos, sessão especial que o Senado celebrou em cumprimentos à grande nação do Avaí catarinense, Senador Esperidião Amin.

Seja muito bem-vindo, meu querido Deputado Bandeira de Mello!

A SRA. ROSANGELA GOMES *(Fora do microfone.)* - Poderia chamar o Senador Marcos Pontes, porque eu vou ter que ir embora?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Perfeito.

Senador Marcos, por gentileza, já para que nós comecemos essa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) - Gostaria que o senhor corrigisse...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) - Os cem anos são do Avaí Futebol Clube. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Sim, do Avaí Futebol Clube.

Senador Marcos, por gentileza, se o senhor puder fazer a especial...

A SRA. ROSANGELA GOMES *(Fora do microfone.)* - Eu vou ter que pegar um voo agora.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - A Deputada Rosangela Gomes atenciosamente veio, em atenção especial à nossa Embaixadora, mas tem voo marcado às 16h30.

A SRA. ROSANGELA GOMES *(Fora do microfone.)* - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Bem, vamos dar sequência.

Deputado Icaro, seja muito bem-vindo! Nossos cumprimentos.

Nós temos como primeiro inscrito o Senador Carlos Portinho, e, logo em seguida, o Deputado Diego Garcia.

Meu querido Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) - Uma boa tarde a todos os Parlamentares presentes, especialmente a ilustre presença da Embaixadora Elizabeth Bagley, ao nosso representante do Itamaraty e a todos que acompanham a instalação desta importante frente parlamentar.

Brasil e Estados Unidos, como países de origem americana, colonizados por europeus, têm, nas suas fronteiras, na sua proximidade de fronteira, uma grande relação, uma relação que é de troca comercial, e é um papel desta frente parlamentar, dada a importância dos investimentos americanos no nosso país, cuidar, cuidar bem do ambiente de negócio, estimulando ainda mais essas trocas.

7/14



Reunião de: 30/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu, nesta primeira intervenção, vou dar uma apimentada sobre um tema que eu gostaria, Deputado Eduardo da Fonte, que estivesse entre os primeiros.

Eu sou autor do Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2023, que visa - e eu acho que é desnecessário porque, com a convergência e com a liderança desta frente, nós podemos alcançar os mesmos resultados por caminhos mais diplomáticos - a revogar o decreto presidencial que estabeleceu a exigência de visto entre Brasil e Estados Unidos, dos americanos que vêm visitar o nosso país.

E não é só visitar, porque, quando a gente fala que é importante para o turismo, a gente esquece que o mais importante é para os negócios.

Se hoje Santa Catarina tem, na sua parceria com os Estados Unidos, o seu principal *player*, se tantos estados brasileiros, se nós estamos exaltando as nossas relações, o critério da reciprocidade, que é ou parece ser uma verdade absoluta, não pode prevalecer sobre os interesses comerciais, o interesse do turismo, dos nossos estados, Senador Veneziano, que recebem turistas americanos e também o turismo de negócio.

A verdade absoluta da reciprocidade me faz lembrar aquela velha brincadeira que diz: você quer ter razão ou você quer atrair investimento para o seu país? Eu quero atrair investimento para o meu país.

A situação das fronteiras americanas, na recepção de imigrantes, é completamente diferente da situação nossa ao receber imigrantes ou turistas, melhor dizendo, americanos. Os Estados Unidos têm que ter uma preocupação com as suas fronteiras pela sua própria história, pelo volume de imigração que recebe.

Agora, nós não podemos querer dizer que, por isso, nós temos que agir com reciprocidade da mesma maneira, criar dificuldades, criar burocracia para o ingresso de turistas e de homens de negócio e mulheres americanas no nosso país.

Se é necessário ao Itamaraty, eu falo com toda franqueza, porque este é um tema que nós temos discutir, este é um foro importante para levar essa discussão junto ao Presidente Lula, com sua habilidade, Presidente Veneziano, se nós devemos arrecadar, para ter o controle, não só arrecadação, mas o controle da entrada e da saída de turistas americanos e provenientes dos Estados Unidos, nós podemos fazer como agora a Europa vai fazer: vai nos exigir o pagamento de uma taxa de sete euros e o preenchimento eletrônico de um formulário; não o visto. O visto é algo *démodé* inclusive. Hoje, a gente vive a era da tecnologia.

Se nós queremos estimular esse ambiente de negócio, eu peço apoio da frente, dos nossos Deputados, dos nossos Senadores, mas na interlocução com o Governo Federal. Eu também não quero ter razão nesta discussão.

Eu gostaria que o Governo pudesse convergir com o Parlamento na busca de uma solução que, através da tecnologia, garanta o controle do ingresso, garanta os recursos ao Itamaraty, que precisa, mas que não seja uma dificuldade para o turista americano.

Aí, falando do turista, porque no Rio de Janeiro nós recebemos, Deputado Eduardo, muitos turistas americanos, se nós queremos estimular e promover isso, temos que derrubar essas barreiras, que são absolutamente necessárias, ou o turista americano vai para Bahamas, vai para a América Central, uma viagem mais curta, de praias talvez não tão bonitas quanto as nossas no Rio de Janeiro, mas que também é um destino - ou quanto às suas, na Paraíba, para fazer jus, Senador Veneziano, à Paraíba.

Então, que a gente possa aqui, em um ambiente fraterno, buscar, junto ao Governo Federal, até como primeiro ato - porque sei que conta com o apoio do Ministro Sabino; sei disso -, junto ao Itamaraty, numa conversa, achar um caminho, como a primeira ação que eu proponho para essa frente, para que a gente possa encurtar a distância entre brasileiros e americanos, nas visitas e no ambiente de negócios entre os dois países.

Muito obrigado.

E desculpa tocar logo num tema tão sensível, mas acho que essa deveria ser a nossa primeira missão.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Muito bem!

Senador Portinho, nós começamos já a pauta administrativa. E sempre é pertinente, sempre é oportuno, afinal de contas, com o seu pronunciamento, há a demonstração à nossa Embaixadora do desejo de podermos estabelecer essa reciprocidade de temas, e um desses, não há dúvidas, a ser enfrentado é o que V. Exa. traz.

Na oportunidade, quero agradecer-lo, porque, em tempo, V. Exa. fez a retificação no reconhecimento àquilo que, de fato, temos nós, enquanto cidades litorâneas no Nordeste, sem desconhecer também as aprazíveis praias fluminenses.

Logo em seguida, Deputado Diego Garcia, Deputado Girão, Deputado Cezinha, meu querido Deputado Duda da Fonte e Senador Jorge Seif.

8/14



Reunião de: 30/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Quero fazer aqui o registro da chegada do nosso Deputado Vinícius Carvalho, que é o Vice-Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos na Câmara dos Deputados e do Deputado Pedro Lupion. Recebam, ambos, os nossos calorosos cumprimentos e as nossas saudações, por participarem deste nosso grupo.

Deputado Diego Garcia, por gentileza.

O SR. DIEGO GARCIA (REPUBLICANOS - PR) - Obrigado, Presidente, Senador Veneziano.

É um prazer estar aqui. Quero agradecer-lo pelo convite e cumprimentar, também, o Senador Astronauta; o Cristiano, representando o Itamaraty; o meu amigo, Deputado Eduardo da Fonte e a querida Embaixadora Elizabeth.

É uma honra para nós aqui, do Parlamento brasileiro, recebê-la nesta Casa de leis, de decisões, e poder dialogar sobre estratégias e ações que possam, cada vez mais, mostrar essa interação, essa parceria, que existe entre as nossas nações.

A senhora falou um pouco do seu netinho, do presente que encaminhou a ele; na minha família, a minha esposa tem duas famílias de intercâmbio, famílias americanas. Com uma delas, a gente mantém forte laço de amizade, de amor e de carinho. E é assim, é essa troca de presentes, que acontece o tempo todo, de cartas, de mensagens, envios de fotos e de imagens, que fazem esse carinho, não tenho dúvida, crescer e aumentar, tanto o deles pelo Brasil quanto o nosso também pelos Estados Unidos.

Na Câmara dos Deputados, atuo muito na área da saúde e não poderia deixar, diante desta mesa, com o Senador Veneziano, com o meu amicíssimo Deputado Eduardo da Fonte, deixar de trazer um tema importante como uma sugestão, Presidente, Senador Veneziano, Presidente Deputado Eduardo da Fonte, para que a gente possa tratar, nas ações, as estratégias dentro desse grupo, que são as causas da mortalidade infantil.

Hoje, no Brasil, as principais causas de mortalidade infantil vêm caindo, fruto do avanço das políticas públicas. Mas uma delas que nos preocupa muito, que não vem caindo, a curva vem aumentando, é a que trata das crianças que nascem com alguma má-formação congênita. São as doenças raras.

Há poucos dias, aqui nesta Casa, no Senado, nós, a convite também do Senador Veneziano, participamos de uma sessão para tratar de uma das mais de 6 mil doenças raras existentes no mundo, que é a atrofia muscular espinhal. Em um trabalho feito na Comissão de Saúde, por nós, envolvendo vários Parlamentares, incluindo o Deputado Eduardo da Fonte, identificamos, em um estudo apresentado pelo CDC, em 2017, que essa é a maior causa de mortalidade infantil nos Estados Unidos também. E nós, aqui no Brasil, somos muito dependentes do acesso aos medicamentos que são desenvolvidos nos Estados Unidos, do acesso aos tratamentos e a novas tecnologias que o tempo todo vêm de lá. E, por isso, acreditamos que essa seja uma pauta muito importante para estreitarmos essas relações, porque, aqui no Brasil, essa ainda não é a maior causa de mortalidade infantil, mas já é a segunda maior. E, comparada à primeira, na primeira os casos vêm caindo, porque são doenças tratáveis. E, nesse caso das doenças raras, essa curva vem aumentando aqui também no Brasil. Por isso é importante podermos estreitar as relações, envolvendo os nossos especialistas, o trabalho. A Comissão de Saúde da Câmara iniciou esta semana um trabalho específico sobre essa pauta.

E gostaríamos muito que a Embaixadora levasse esse nosso apelo hoje, nesse momento de celebração, para que pudéssemos unir forças e atuar juntos para enfrentar essa que é a maior causa de mortalidade infantil nos Estados Unidos e que é a segunda maior causa de mortalidade infantil aqui no Brasil também.

Muito obrigado, Embaixadora.

Obrigado, Senador Veneziano.

Obrigado, Deputado Eduardo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Deputado Diego, nós nos sentimos muito felizes, muito agraciados todas as vezes em que V. Exa. participa de momentos como esse. É digo isso porque, na semana próxima passada, tivemos a honra de recepcioná-lo, da tribuna, em um pronunciamento de quem de fato compreende e vive e tem a profundidade de conhecer causas como essas que o senhor bem menciona, na perspectiva de poder ser também um tema que haverá de ser devidamente tratado nas relações bilaterais Estados Unidos-Brasil.

Muito obrigado, Deputado.

Deputado General Girão, por gentileza, V. Exa. tem a palavra. Em seguida, Deputado Cezinha.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN) - Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, parabéns pela iniciativa.

Sra. Embaixadora, eu sou Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Norte. Sou nascido no Ceará, um estado vizinho, um pouco ao norte, e, com todo o respeito ao Senador Portinho, que acabou de sair aqui, as praias mais belas

9/14



Reunião de: 30/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

do Brasil não estão no Rio de Janeiro; estão no Nordeste, especialmente entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, porque lá, nós esperamos...

A senhora já viu que, pelos comentários aqui, tem ponderações.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA (PSD - SP) - Em São Paulo, a ilha é bela. *(Risos.)*

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN) - Isso é normal também no seu país, eu sei. A gente sempre procura puxar a brasa para a nossa sardinha, a gente quer sempre valorizar aquilo que é nosso.

Eu queria dizer para a senhora que eu queria que a senhora se sentisse muito bem-vinda aqui, no nosso país. As nossas Forças Armadas, especialmente o Exército, a minha Força, nós somos muito irmãos, muito amigos e temos, sim, um passado, um passado glorioso. Fomos comandados pelo Exército americano na Segunda Guerra Mundial e tivemos um passado reconhecido e o presente também.

Então, é uma honra poder receber a senhora aqui, é uma honra podermos traçar algumas metas de trabalho para que esse intercâmbio, não somente o intercâmbio comercial, mas o intercâmbio de amizade, seja cada vez mais fortalecido.

Os nossos países enfrentam, sim, algumas situações que precisam de decisões. Eu, recentemente, fui contactado pela assessoria da embaixada também, em função do litoral no Atlântico Sul, onde temos que ter cuidado, vigiar e impedir, por exemplo, a pesca não autorizada, a pesca ilegal. Isso é uma das demandas que fazem parte do nosso mandato também. A assessoria da senhora já esteve conosco, e nós estamos tratando desse assunto junto à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, além do fato de que as Forças Armadas também já estão sendo notificadas a respeito disso.

Fora isso, Sra. Embaixadora, eu queria relembrar a todos os presentes que, daqui a dois dias, em 1º de setembro, nós teremos o início do que nós chamamos de Semana da Pátria, e, para mim, não existe país melhor que dignifique o sentimento de pátria que não seja os Estados Unidos da América.

Eu tive a oportunidade de visitar o seu país várias vezes. Nunca morei lá, mas já o visitei várias vezes, e temos a observação de que o sentimento de pátria para o americano, para os Estados Unidos da América, é muito forte - e isso é muito importante. Nós não vemos um americano falando mal do seu país lá fora. Aqui, infelizmente, no Brasil, a gente vê brasileiros falando mal do nosso país lá fora, como a Ministra que andou falando, agora, na África, mal do Brasil; mas o sentimento de patriotismo que nós temos recebido dos Estados Unidos da América é muito forte, e nós tivemos esse sentimento devidamente despertado entre nós.

Então, parabéns à senhora e seja muito bem-vinda. Eu espero que o Semiárido brasileiro e as belas praias do Nordeste possam lhe receber de braços abertos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Obrigado, Deputado Girão.

Eu pergunto - mas tenho uma compreensão, Deputado Cezinha -, o Deputado Vinicius pediu-me para levar ao senhor, em que pese não ser necessário, se há uma possibilidade de permutar em razão de um compromisso anterior, se V. Exa...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA (PSD - SP) - A minha fala é um minuto, ele vai me entender.

Sr. Presidente, Senador Veneziano, já gosto e respeito V. Exa. de tanto que o meu irmão, o Senador Vanderlan, fala de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - É um grande amigo, uma figura muito querida.

Duplo pedido de desculpas! Agora, também é uma responsabilidade dele próprio, Vanderlan, de não ter me apresentado a você, permita-me a liberdade. É uma alegria conhecê-lo.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA (PSD - SP) - A alegria é toda minha. Já gostava de V. Exa. e respeitava-o à distância.

Mas quero cumprimentar V. Exa. e cumprimentar o Senador do meu estado aqui, Astronauta Marcos Pontes, que eu brinco que é meu ex-amigo. Quando ele era Ministro, a gente era mais amigo. *(Risos.)*

Estou brincando com ele!

Bem, cumprimento os demais Deputados e colegas. Em especial, cumprimento o meu amigo querido, um amigo mais chegado do que um irmão, Dudu da Fonte. Dudu é um espetacular amigo, Deputado, uma pessoa fenomenal.

Agradeço o convite para fazer parte desta frente, deste grupo de trabalho e cumprimento aqui a Sra. Elizabeth Bagley, que é a Embaixadora americana no Brasil e é muito simpática.

10/14



Reunião de: 30/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

A minha fala é muito rápida. Eu presido a Frente Parlamentar Mista no Congresso Nacional, em defesa dos imigrantes, em especial nos países em que eles são maltratados. Eu queria fazer jus aqui à Gabriela, que nos atende muito bem, e queria pedir, mais uma vez, uma salva de palmas para ela, porque ela é muito querida. *(Palmas.)*

Entretanto, Presidente Dudu da Fonte, eu gostaria de clamar à senhora que, no momento oportuno de suas falas com os seus pares nos Estados Unidos, que fosse quebrada esta barreira que existe, nos Estados Unidos, com os brasileiros.

Se nós tivéssemos, Senador Astronauta Marcos Pontes, 10%, no tratamento aos brasileiros, daquilo que nós damos, brasileiros, para os americanos, nós já estaríamos muito felizes. Por quê?

Quando chega um americano no Brasil, a gente abre os braços, inclusive na fala do Deputado General aqui, ele engrandece o modelo dos Estados Unidos do patriotismo, e nós respeitamos isso e abrimos os braços para os americanos com tanto carinho. Às vezes, nós temos dificuldades, mesmo como Parlamentares, de criar um diálogo com os americanos. Então, eu gostaria de deixar aqui, com todo o respeito, Sra. Elizabeth, que a senhora analisasse, com carinho, não sei se criar um grupo de trabalho ou tratar de uma forma diferente com o seu país, para que dê um tratamento muito mais especial para os brasileiros, porque nós amamos os Estados Unidos. Às vezes, se nós, Parlamentares, temos grandes dificuldades de interlocução, imaginem o brasileiro comum?

Eu estive, recentemente, nos Estados Unidos, para tratar de algumas questões de imigrantes brasileiros em dificuldades lá. Confesso à senhora que fiquei muito decepcionado com o atendimento, em especial, dos americanos da Imigração americana.

Então, nós os respeitamos muito, temos carinho e gostamos desta amizade, mas deixo esse clamor aqui para que a senhora pontue isso aos seus pares lá e coloque, com certeza, isso em pauta para que nós possamos ter um diálogo melhor para essa relação melhorar um pouco mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Obrigado, querido Deputado Cezinha.

Sempre grato tê-lo entre nós.

Deputado Vinicius, nosso Vice-Presidente, por gentileza.

O SR. VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo, na pessoa de quem eu cumprimento todos os colegas que estão à mesa.

Seja bem-vinda, Embaixadora Elizabeth Bagley.

É uma alegria enorme estar aqui, nesta Comissão, representando, inclusive, a nossa Deputada Rosângela Gomes, que foi designada para ser Secretária de Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro. Como consequência, eu assumi na Câmara dos Deputados a Presidência do Grupo de Amizade Brasil-Estados Unidos.

Sinergia é a palavra chave para este nosso encontro. Tratarmos das questões que envolvam os assuntos bilaterais, os assuntos de interesse dos dois países é o nosso papel no Parlamento, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados.

Então, a minha fala é muito objetiva, até porque, e já peço licença, Presidente, porque tenho uma audiência agora com a Ministra da Saúde para tratar de assuntos referentes à Frente Parlamentar da Nefrologia, de que eu sou Presidente, mas deixo aqui esta fala de boas-vindas e me coloco à disposição para, juntos, Câmara e Senado, nós podermos trabalhar, Eduardo, para buscar os pontos em comum que venham ao interesse do nosso povo, dos Estados Unidos e Brasil.

Seja bem-vinda!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Querido Presidente Vinicius, muito gratificado pela sua presença. Efetivamente, faremos um profícuo trabalho de forma conjunta. Um abraço. Compreendo a necessidade da sua ausência.

Meu querido Deputado Lula da Fonte.

O SR. LULA DA FONTE (PP - PE) - Muito boa tarde a todos e a todas!

Quero cumprimentar o meu amigo Senador Presidente do grupo de trabalho, Senador Veneziano, do qual destaco a erudição e a diplomacia. Não tenho dúvida de que este grupo de trabalho está muito bem presidido pela sua pessoa.

Cumprimento também meu pai, Deputado Federal Eduardo da Fonte. Muito me honra ele, ao lado de V. Exa., presidir este grupo de trabalho e fortalecer essa relação bilateral importantíssima entre Brasil e Estados Unidos.

11/14



Reunião de: 30/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O Brasil e os Estados Unidos têm na sua balança comercial uma relação fortíssima, sendo um dos maiores parceiros entre ambos. Então, não tenho dúvida de que esta frente parlamentar será de fundamental importância para a gente fortificar cada vez mais essa relação e ter uma dosimetria justamente de temas importantes entre o meio ambiente, entre o crescimento econômico, e a gente fica muito feliz, Embaixadora Elizabeth, pela sua presteza, pela sua presença, pela sua paciência de ouvir todos com muita humildade para, sobretudo, a gente levar avanços tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos.

Eu ouvi V. Exa., no início da nossa reunião, falando do seu netinho. Eu também tenho um irmão de um ano, filho do Deputado Federal Eduardo da Fonte, que está aí ao lado da senhora, e, assim como, metaforicamente, Brasil e Estados Unidos terão uma boa relação, eu desejo que o netinho de V. Exa. e o meu irmão tenham uma boníssima relação como amigos irmãos, assim como Brasil e Estados Unidos.

Então, não vou me alongar mais, mas meu muitíssimo obrigado. E muito me honra, Senador Veneziano, Senador Astronauta Marcos Pontes, Deputados amigos AJ Albuquerque, Átila Lira, Icaro de Valmir e tantos outros que passaram aqui, nesta reunião, de, ao lado do meu pai, Deputado Federal Eduardo da Fonte, a gente discutir melhorias no fortalecimento dessa relação bilateral, bicentenária e importantíssima para o fortalecimento da nossa balança comercial entre Brasil e Estados Unidos.

Meu muito obrigado e que Deus abençoe a todos e a todas.

Muito obrigado, Embaixadora Elizabeth.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Nós agradecemos, querido amigo e desenvolto jovem Parlamentar pernambucano, Deputado Lula da Fonte.

Meu querido Senador Jorge Seif, faço um registro antes de V. Exa. iniciar sua fala: a passagem do ex-Ministro da República, ex-Ministro de Estado do Turismo, Deputado Marx Beltrão. Quero cumprimentar também a representação da Embratur, na figura do Diretor Gilson Lira, as nossas saudações, que representa o Presidente e ex-Deputado Marcelo Freixo.

Senador Jorge Seif, seja bem-vindo.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) - Sr. Presidente, muito obrigado, meu querido amigo e irmão Veneziano. Embaixadora, seja muito bem-vinda ao Congresso Nacional brasileiro. E, para que a senhora saiba, eu chamo o Senador Veneziano - e ele é testemunha - de "nosso embaixador", de "nosso chanceler", porque a educação dele, a cordialidade dele com todos nós, independentemente de questões políticas partidárias... É um *gentleman*, como vocês dizem nos Estados Unidos. E eu estou muito feliz por essa iniciativa não só do Veneziano, como do Deputado Eduardo Fonte e também do meu querido amigo Astronauta Marcos Pontes.

Embaixadora, nós temos muitas questões ainda por melhorar e resolver nas relações bilaterais, na questão de vistos, algumas manifestações foram feitas por alguns Parlamentares; mas eu queria fazer algumas observações que são um pouco mais graves no que tange à política - e por isso eu parablenizo, mais uma vez, o Senador Veneziano, que nesse momento tem instalado este grupo de trabalho e que aproxima o Parlamento brasileiro dos Estados Unidos da América.

Infelizmente, depois... A mudança de poder, a democracia vive de oxigenação, vive de transição de poder, e isso é salutar, e isso é democrático e nós respeitamos, e estamos aqui por conta dessa democracia. No entanto, nós não podemos deixar de lembrar que o atual Governo tem feito gestos que são muito hostis ao que representam os Estados Unidos da América. Nós recebemos, por exemplo - e eu falo com a senhora envergonhado -, recebemos com honras de Estado um ditador assassino, que tem, por exemplo, dos Estados Unidos, um mandado de prisão de US\$15 milhões: Nicolás Maduro. Um homem que atropela a sua própria população com tanques de guerra, massacra-a, mata-a, persegue-a, e isso não corresponde aos valores brasileiros, muito menos aos dos americanos.

Então, essa é uma preocupação que eu trago à senhora, para, junto dos nossos representantes aqui do Itamaraty e do Governo brasileiro, vocês também marcarem posição, não silenciarem diante disso. E não para no Maduro: nós temos amizades, comemorações, diálogos com Ortega, que é outro ditador; com Putin. Inclusive, fizemos recentemente elogios ao Putin por ter invadido a Ucrânia, o que nos parece impensável; nosso Governo fez esse gesto, que é lamentável, e eu me envergonho por isso.

E logicamente a união, a China enquanto parceiro comercial é o maior parceiro comercial do Brasil. E muito obrigado, China. No entanto, nós fornecemos alimentos para eles.

Mas essa união do Brasil, que é a maior potência na América do Sul - entre as Américas só perde para os Estados Unidos - está se juntando com esses países, que não possuem os nossos valores democráticos, para fazer moedas únicas, para tirar o dólar como referência de comércio internacional, falando em moeda própria nos Brics. Não me parece uma atitude

12/14



Reunião de: 30/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

de gratidão do atual Presidente da República, que inclusive foi apoiado pelo Presidente Biden, me parece inclusive uma ingratidão.

Então, são questões que a senhora, enquanto representante dos Estados Unidos da América, e eu peço para a senhora: posicione-se. Que Joe Biden se posicione. O Brasil não pode se aliar ao que é pior nesse mundo, Embaixadora.

O que a senhora representa, o que os Estados Unidos representam para nós? Para mim, especialmente, que conheço diversos estados americanos. Patriotismo, respeito à bandeira, respeito às instituições, liberdade de expressão, que aqui nós estamos perdendo, liberdade de imprensa, e eu aplaudo vocês de pé.

Independentemente do governo que esteja de plantão, seja Trump, seja Biden, seja Ronald Reagan, seja George W. Bush, vocês permitem que a imprensa de vocês faça um trabalho livre. E aqui no Brasil a imprensa está sendo censurada, calada, cerceada, inclusive tendo que buscar refúgio em outros países. E eu me envergonho disso.

Por último... a senhora representa um país de imigrantes. O Brasil também foi formado por imigrantes. E, por último, além da meritocracia, que é tão celebrada nos Estados Unidos, Embaixadora, a segunda emenda é o sonho americano. Tem o *american dream*, o *american way*, mas para mim o sonho brasileiro é que nós consigamos constituir uma segunda emenda para dar direito ao brasileiro o poder de legítima defesa porque, no atual Governo, bandidos infelizmente são protegidos e cidadãos de bem são desarmados.

Com essas palavras, eu agradeço a sua presença. Conte comigo. Estou muito feliz de ter recebido o convite. E tenha certeza, sou um admirador da sua nação, dos seus valores e carrego esses valores no meu coração. Conte com o Senador Jorge Seif.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Gratíssimo pela participação, estimado amigo Senador Jorge Seif.

Como último inscrito, Deputado Fernando Máximo, até em razão dos compromissos que nas duas Casas nós temos que atender, tanto na Câmara Federal como no Senado, e evidentemente a própria agenda da nossa estimada Embaixadora Elizabeth Bagley.

Deputado Fernando, por gentileza.

O SR. DR. FERNANDO MÁXIMO (UNIÃO - RO) - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Senador Veneziano Vital do Rêgo, na pessoa do qual eu cumprimento todos os Senadores aqui presentes. Quero cumprimentar o Deputado Eduardo da Fonte, na pessoa do qual eu cumprimento todos os colegas Deputados aqui presentes.

Cumprimentar a Sra. Embaixadora Elizabeth Bagley e dar as boas-vindas. Seja muito bem-vinda ao nosso país. Eu estou muito grato de fazer parte desse grupo aqui de Parlamentares nessa amizade com os Estados Unidos. Sou um admirador do seu país, dos seus costumes, do seu povo, da sua gente, da meritocracia que existe ali, do patriotismo, da tecnologia, da medicina. Gosto muito dos Estados Unidos. Viajo sempre para lá, tento me espelhar em muitas coisas e acho que o Brasil deve aprender muita coisa com os Estados Unidos.

Sou médico, moro na Região Norte do Brasil, no Estado de Rondônia, e nós temos muito o que aprender com vocês na medicina. Acho que também podemos compartilhar algumas informações, especialmente das nossas doenças ali no Norte e de como fazemos para atender os pacientes, para operar pacientes em condições difíceis, em condições precárias, às vezes. Acho que a gente pode trocar experiências e aprender algumas coisas, mas precisamos muito da tecnologia de vocês, tecnologia para equipamentos médicos, tecnologia para telemedicina, para telessaúde, e isto é muito importante: essa troca de experiências.

Eu me orgulho muito de ser instrutor de um curso americano, do *The American College of Surgeons*, de Chicago, que é o *Advanced Trauma Life Support*; e também de ser instrutor de um curso de trauma, de urgência e emergência intra-hospitalar. Sou instrutor de outro curso americano também, o *Prehospital Trauma Life Support*, que é para atendimento pré-hospitalar, aqui no Brasil, Samu, etc. Então, eu fico muito orgulhoso de ser instrutor desses núcleos americanos. São poucos instrutores no Brasil, a gente treina médicos do Brasil afora, viaja o Brasil inteiro dando aula e treinando médicos em urgência e em emergência, e isso eu aprendi... Americano tem uma facilidade muito grande de ter um *checklist* para atendimento, de ter uma otimização no atendimento, e isso faz salvar muitas vidas, então, essa troca de experiências é muito importante. Estou muito feliz de fazer parte disso.

Obrigado, Senador. O Senador, o nosso Astronauta Marcos Pontes, inclusive, convidei-o para dar um curso lá em Rondônia, temos um curso de transporte aeromédico baseado em várias diretrizes americanas, e ele está convidado, será agora no mês de setembro, estamos esperando a resposta dele, mas eu acredito que será positiva por ele ser astronauta e muito admirado no nosso estado.

13/14



Reunião de: 30/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Embaixadora, muito obrigado. Parabéns! E seja muito bem-vinda ao Brasil. Parabéns por toda a sua equipe, que é muito elogiada aqui, e estamos muito felizes de fazer parte desse grupo.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Deputado Fernando Máximo, estou muito impressionado com a sua versatilidade, com a sua verve, fico feliz em conhecê-lo. E queria até pedir desculpas, não tínhamos tido a oportunidade ainda, porque V. Exa., recém-chegado à Casa Legislativa, da qual eu já participei... Então, tenho por absoluta certeza de que esse primeiro encontro será responsável para que nós cultivemos uma relação não só política, mas, acima de tudo, pessoal. Parabéns e estou encantado com a sua capacidade.

Antes de encerrarmos, nós propomos, em meu nome e em nome do Vice-Presidente Senador Marcos Pontes, a dispensa da leitura e a aprovação da ata, que será composta pela lista de presença.

A mim me parece, não sei se é impressão, de início, Embaixadora, nós tínhamos nove Srs. e Sras. Senadores inscritos à nossa frente e nove Deputados, mas penso que aumentou de imediato, bastou que a sua presença se desse. E tenho certeza de que haveremos de ter outros tantos integrantes para que, ao compormos esta estabelecida parceria entre Câmara e Senado, o grupo parlamentar na Câmara e o grupo parlamentar no Senado Federal, tenhamos uma agenda que efetivamente produza os seus efeitos e interesses na reciprocidade dos Estados Unidos e do Brasil.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Eu quero, antes de definitivamente concluir, agradecer ao Dr. Cristiano Figueroa, e transmitir em seu nome o nosso abraço, o nosso respeito, a nossa consideração e o reconhecimento à Chancelaria brasileira, que é digna, em todas as partes, dos mais merecidos elogios. O Brasil também faz história pelo Itamaraty, por homens e mulheres que o compõem, ao longo da sua existência. E é isso que nos garante, em larga escala, a condição de sermos uma pátria que tem mantido a fácil relação entre todos os povos, entre todos os países. Todos nos recebem bem, todos nos veem bem. Isso tem uma participação decisiva, Dr. Cristiano, da nossa Chancelaria, do nosso Itamaraty. Portanto, o nosso agradecimento por prestigiarmos este ato, saudando ao nosso Chanceler.

Quero cumprimentar - mais aplaudida entre todos, inclusive mais aplaudida do que a nossa Embaixadora - a Gabriela. *(Palmas.)*

Figura muito querida, muito estimada, simpaticíssima, de uma presteza que nos chama atenção, tanto você quanto o John, que estava por aqui. Um grande abraço.

E a senhora que eu não tinha tido... Rebeca?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Os meus cumprimentos.

Eu não tinha sido apresentado à senhora, tinha sido à Gabriela e ao John.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Trabalha com o Eduardo, está certo.

Parabéns, Eduardo, pela felicíssima escolha de uma companheira distinta e competente.

Pois bem, estou muito feliz, Embaixadora. Penso que possa ter sido e ter tido o mesmo sentimento, ou seja, a calorosa receptividade que as duas Casas, através dos inúmeros representantes que aqui puderam estar. E transmito apreço, consideração, reconhecimento à sua simpatia, à sua competência, com as melhores das expectativas de que não tenhamos, como assim não haveremos de ter, uma mera formalização de um grupo ou de dois grupos, mas, acima de tudo, um engajamento para que Câmara e Senado, junto à Embaixada e junto aos Estados Unidos, possam produzir bons frutos nos interesses que são norte-americanos, como os nossos.

Muito grato.

A todos os nossos agradecimentos, em meu nome e em nome do meu estimado Vice-Presidente Senador Marcos Pontes. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas.)





Senado Federal
Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América

Regulamento Interno

O Regulamento Interno do Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América, instalado na 56ª Legislatura, passa a vigorar nos seguintes termos:

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º O Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América, criado pela Resolução nº 32, de 1º de novembro de 2019, do Senado Federal, é reconhecido como serviço de cooperação interparlamentar, destinado a exercer a diplomacia parlamentar, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos da América, e reger-se-á pelo presente Regulamento Interno.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar não tem objetivos político-partidários.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será composto por parlamentares do Congresso Nacional no exercício do mandato.

Art. 3º O Grupo Parlamentar, com sede e foro em Brasília - DF, é constituído por prazo indeterminado e funcionará em dependências do edifício do Congresso Nacional.

§ 1º O fim da Legislatura não desativa o Grupo Parlamentar.

§ 2º No início de cada nova Legislatura, os membros do Grupo Parlamentar que tiverem sido reeleitos dele continuam a fazer parte, salvo expressa manifestação em contrário, e os novos Parlamentares serão convidados a nele ingressar.

Art. 4º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I - intercâmbio de experiências parlamentares de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, comercial, e do desenvolvimento sustentável, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas visando ao desenvolvimento das relações entre os Legislativos do Brasil e da Estados Unidos da América;

II - realização de congressos, seminários, simpósios, conferências, debates, estudos e encontros, de natureza multidisciplinar;

III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV - visitas parlamentares;

V - outras atividades compatíveis com o objetivo do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II
DAS REUNIÕES DO GRUPO PARLAMENTAR

Art. 5º O Grupo Parlamentar reunir-se-á, no mínimo, duas vezes por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.





Senado Federal
Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América

Parágrafo único. As reuniões do Grupo Parlamentar serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I
DOS MEMBROS

Art. 6º O Grupo Parlamentar será integrado pelos parlamentares do Congresso Nacional ou do Senado Federal que o fundarem e pelos que a ele aderirem livremente, subscrevendo o Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo

§ 1º Ao filiar-se o Parlamentar compromete-se a observar este Regulamento Interno.

§ 2º Qualquer membro pode desligar-se do Grupo Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria Executiva.

Art. 7º São direitos e deveres dos Membros:

I - Dos direitos:

- a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, na forma prevista neste Regulamento Interno;
- b) intervir e votar nas reuniões do Grupo Parlamentar;
- c) participar dos subgrupos e missões do Grupo Parlamentar.

II - Dos deveres:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento Interno;
- b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;
- c) comparecer e votar nas reuniões do Grupo Parlamentar e dos órgãos de que for integrante.

SEÇÃO II
DOS ÓRGÃOS

Art. 8º O Grupo Parlamentar terá os seguintes órgãos:

I - Comissão Executiva;

II - Conselho Consultivo.

§ 1º O Grupo Parlamentar poderá ser constituído por Senadores e Deputados, ou somente por Senadores, tanto na Comissão Executiva como no Conselho Consultivo, obedecendo, quando for o caso, sempre que possível, a paridade de representantes de cada Casa Parlamentar.

§ 2º Até dois meses após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros do Grupo Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, em escrutínio secreto, sendo exigida a maioria de votos e a presença





Senado Federal
Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América

da maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou, pelo menos, um terço dos membros filiados, convocados por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º O mandato dos membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo será de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 4º Se qualquer membro da Comissão Executiva ou do Conselho Consultivo deixar de fazer parte do respectivo órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão ou do Conselho, caso em que os cargos serão preenchidos pelos Membros do Grupo Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

SEÇÃO III
DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 9º A Comissão Executiva é o órgão dirigente do Grupo Parlamentar e será composta por:

- a) um ou dois Presidente de Honra;
- b) um Presidente;
- c) dois Vice-Presidentes;
- d) quatro Secretários.

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros do Grupo Parlamentar.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 3º Os Presidentes de Honra serão o Presidente do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados, ou apenas o Presidente do Senado Federal, no caso do Grupo Parlamentar ser constituído somente por Senadores, e a duração de seus mandatos coincidirá com a duração de seu termo na presidência da respectiva Casa.

Art. 10. Compete à Comissão Executiva:

- I - organizar o programa de atividades do Grupo Parlamentar;
- II - noticiar ao Grupo Parlamentar fatos recentes da política externa bilateral;
- III - coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a outras Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, conforme a constituição do Grupo Parlamentar, ou em eventos nacionais ou internacionais;
- IV - constituir delegação em missões diplomáticas ou autônomas do Congresso Nacional, ou do Senado Federal, conforme a constituição do Grupo Parlamentar;





Senado Federal
Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América

V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, de acordo com a constituição do Grupo Parlamentar;

VI - comunicar à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, ou somente do Senado Federal, de acordo com a constituição do Grupo Parlamentar, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;

VII - propor e homologar a admissão de novos membros;

VIII - propor e homologar a alteração dos regulamentos internos;

IX - fixar a competência do Secretário Executivo;

X - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;

XI - divulgar os trabalhos do Grupo Parlamentar;

XII - resolver os casos omissos neste Regulamento Interno.

Art. 11. O Presidente da Comissão Executiva representa o Grupo Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro-Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo-Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso do Grupo Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Art. 12. São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

I - representar o Grupo em suas atividades;

II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;

III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;

IV - manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões do Grupo Parlamentar ou da Comissão Executiva;

V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;

VI - submeter à aprovação do Grupo Parlamentar a ata da reunião anterior;

VII - submeter à discussão matérias de interesse do Grupo Parlamentar;

VIII - dar conhecimento ao Grupo Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;

IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;

X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;





Senado Federal
Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América

XI - distribuir aos membros do Grupo Parlamentar e às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Legislativas, ou somente do Senado Federal, em sintonia com a constituição do Grupo Parlamentar, todas as informações recebidas sobre as relações bilaterais, de caráter oficial e não-oficial, bem como os trabalhos apresentados pelos membros do Grupo Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;

XII - trabalhar em cooperação e coordenação com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou somente com a Comissão do Senado Federal, de acordo com a constituição do Grupo Parlamentar, apresentando-lhes as conclusões das discussões havidas no Grupo Parlamentar;

XIII - acionar o Conselho Consultivo para procedimentos de sua competência;

XIV - sugerir nomes para o Conselho Consultivo;

XV - propor a indicação de parlamentares para participarem de viagens internacionais;

XVI - designar o Secretário Executivo;

XVII - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros do Grupo Parlamentar, bem como pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ou somente do Senado Federal, em sintonia com a constituição do Grupo Parlamentar.

Art. 13. Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto, cabendo ao Primeiro superintender, com o auxílio dos demais, os serviços administrativos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

Art. 14. O Presidente designará o Secretário Executivo do Grupo Parlamentar, escolhido dentre pessoas que detenham notório conhecimento a fim de viabilizar o relacionamento entre os países.

SEÇÃO IV
DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 15. O Conselho Consultivo será composto por:

- a) um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos entre os Membros do Grupo Parlamentar;
- b) pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Parlamentares, ou somente do Senado Federal, de acordo com a constituição do Grupo Parlamentar.

§ 1º Todos os conselheiros terão, igualmente, direito a voz e a voto no âmbito das decisões do Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo não terá poder deliberativo, somente poder de voto.

§ 3º O Conselho Consultivo poderá levar à consideração do Grupo Parlamentar qualquer assunto de interesse bilateral, cabendo aos seus membros avaliá-lo previamente à apreciação do colegiado.





Senado Federal
Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América

§ 4º O Conselho Consultivo poderá ser acionado pelo Presidente da Comissão Executiva, por sua iniciativa, ou por solicitação de qualquer membro do Grupo Parlamentar, a critério do Presidente, para fornecer opiniões, estudos, bem como outras informações de interesse do Grupo.

Art. 16. Compete ao Conselho Consultivo:

I - auxiliar o Presidente na formulação de ações e políticas a serem executadas pelo Grupo Parlamentar ou sugeridas a órgãos públicos ou privados;

II - participar da promoção de programas, pesquisas, conferências, seminários e outras atividades de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, comercial, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III - discutir as questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar;

IV - difundir novas ideias, resultantes do convívio, do confronto e da interação entre as diversas áreas de atividades;

V - exercer competências e cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pela Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV
DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS

Art. 17. As viagens e missões internacionais dos membros do Grupo Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades.

Parágrafo único. É proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões parlamentares estrangeiras que visitem o Congresso Nacional.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. Em caso de lacuna neste Regulamento Interno, aplicam-se as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional ou do Senado Federal, de acordo com a constituição do Grupo Parlamentar.

Art. 19. No fim de cada gestão, a documentação pertinente ao Grupo Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente do Grupo.

Art. 20. Este Regulamento Interno entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 04 de dezembro de 2019.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Ceará

PDT - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
PODEMOS - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
REDE - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
UNIÃO - Mauro Carvalho Junior** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 31 MDB-11 / UNIÃO-8 / PODEMOS-7 / PDT-3 PSDB-2

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Cid Gomes.	PDT / CE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Leila Barros.	PDT / DF
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Mauro Carvalho Junior.	UNIÃO / MT
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rodrigo Cunha.	PODEMOS / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Weverton.	PDT / MA
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28

PSD-15 / PT-8 / PSB-4 / REDE-1

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP

Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 12

PL-11 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wilder Moraes.	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 10

PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia.	31
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	28
Bloco Parlamentar Vanguarda.	12
Bloco Parlamentar Aliança.	10
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Giordano* (MDB-SP)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Humberto Costa* (PT-PE)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Irajá* (PSD-TO)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Izalci Lucas* (PSDB-DF)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PDT-CE)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Seif** (PL-SC)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Damara Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Romário** (PL-RJ)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Leila Barros* (PDT-DF)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luís Carlos Heinze* (PP-RS)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Weverton* (PDT-MA)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Farias** (MDB-AL)	Mauro Carvalho Junior** (UNIÃO-MT)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º Dr. Hiran - (PP-RR)

4º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO
LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB) - 31</p> <p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,17) Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (20,26,36)</p> <p>Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (6) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (43) Confúcio Moura (34,42) Giordano (44)</p> <p>Líder do UNIÃO - 8 Efraim Filho (4,17) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Davi Alcolumbre (25) Alan Rick (27)</p> <p>Líder do PODEMOS - 7 Oriovisto Guimarães (9) Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (23)</p> <p>Líder do PDT - 3 Cid Gomes (14)</p> <p>Líder do PSDB - 2 Izalci Lucas (5)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE) - 28</p> <p>Líder Eliziane Gama - PSD (28)</p> <p>Líder do PSD - 15 Otto Alencar (7) Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (30) Lucas Barreto (50)</p> <p>Líder do PT - 8 Fabiano Contarato (10) Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (48) Augusta Brito (51)</p> <p>Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (8,39) Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (19)</p> <p>Líder do REDE - 1</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 12</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (49)</p> <p>Líder do PL - 11 Carlos Portinho (21) Vice-Líder do PL Jorge Seif (45)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (18,24)</p>
<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,33)</p> <p>Líder do PP - 6 Tereza Cristina (12)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (11) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (32)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Confúcio Moura (34,42) Daniella Ribeiro (40,41) Jorge Kajuru (8,39) Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Randolfe Rodrigues (35) Weverton (37) Zenaide Maia (38)</p>	<p>Oposição</p> <p>Líder Rogério Marinho - PL (15) Vice-Líderes Eduardo Girão (18,24) Magno Malta (22) Eduardo Gomes (31)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,33)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Renan Calheiros - MDB (16)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Daniella Ribeiro - PSD (40,41) Vice-Líderes Margareth Buzetti (46) Jussara Lima (47)</p>

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
4. Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador **Izalci Lucas** foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
6. Em 01.02.2023, o Senador **Eduardo Braga** foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
7. Em 01.02.2023, o Senador **Otto Alencar** foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
8. Em 01.02.2023, o Senador **Jorge Kajuru** foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).



9. Em 01.02.2023, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).
10. Em 01.02.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
16. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
17. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
19. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB).
20. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
21. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
22. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
23. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
24. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
25. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
26. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
29. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
30. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
31. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
32. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
33. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
34. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
35. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
36. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
37. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
38. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
39. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
40. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
41. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
42. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
43. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
44. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB).
45. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
46. Em 17.05.2023 a Senadora Margareth Buzetti foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
47. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
48. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
49. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
50. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).
51. Em 22.09.2023 a Senadora Augusta Brito foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 129/2023-GSFCONTA).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: Debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS.

Finalidade: Destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	6. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	8. VAGO ^(1,2)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.
- Em 30.08.2023, a Presidência do Senado Federal destituiu o Senador Laércio Oliveira, a pedido, como membro suplente desta comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | Secretária-Adjunta: Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: rprado@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Finalidade: examinar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria.

Requerimento nº 722, de 2023

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,3)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	6. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	7. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	8. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	9. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	11. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	12. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	13. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 15.08.2023, os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Alan Rick, Cid Gomes, Angelo Coronel, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Mecias de Jesus, membros suplentes, para compor a comissão.
- Em 17.08.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 001/2023-SACTIA). O Presidente designa como Relator o Senador Eduardo Gomes.
- Em 17.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira para compor, como membro suplente, a Comissão Temporária sobre a Inteligência Artificial no Brasil, na vaga ocupada pelo Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a Comissão.



6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL

Finalidade: apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, anteprojeto de Lei para revisão e atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Ato do Presidente do Senado Federal nº 11, de 2023

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Marco Aurélio Belizze ⁽¹⁾

RELATOR: Flavio Tartuce ⁽¹⁾

RELATORA: Rosa Maria de Andrade Nery ⁽¹⁾

MEMBROS

Luis Felipe Salomão ⁽²⁾
Marco Aurélio Belizze ⁽²⁾
Flavio Tartuce ⁽²⁾
Rosa Maria de Andrade Nery ⁽²⁾
Marco Buzzi ⁽²⁾
Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues ⁽²⁾
Cesar Asfor Rocha ⁽²⁾
João Otávio de Noronha ⁽²⁾
Angelica Lucia Carlini ⁽²⁾
Carlos Eduardo Elias de Oliveira ⁽²⁾
Claudia Lima Marques ⁽²⁾
Daniel Carnio ⁽²⁾
Edvaldo Brito ⁽²⁾
Flavio Galdino ⁽²⁾
Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka ⁽²⁾
Gustavo José Mendes Tepedino ⁽²⁾
José Fernando Simão ⁽²⁾
VAGO ^(2,4)
Laura Porto ⁽²⁾
Marcelo de Oliveira Milagres ⁽²⁾
Marco Aurélio Bezerra de Melo ⁽²⁾
Marcus Vinicius Furtado Coêlho ⁽²⁾
Mario Luiz Delgado Régis ⁽²⁾
Maria Berenice Dias ⁽²⁾
Moacyr Lobato de Campos Filho ⁽²⁾
Nelson Rosenvald ⁽²⁾
Pablo Stolze Gagliano ⁽²⁾
Patrícia Carrijo ⁽²⁾
Paula Andrea Forgioni ⁽²⁾
Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch ⁽²⁾
Ricardo Campos ⁽²⁾
Rolf Madaleno ⁽²⁾
Rogério Marrone Castro Sampaio ⁽²⁾
Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho ⁽²⁾
Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk ⁽³⁾
Laura Schertel Mendes ⁽³⁾
Maria Cristina Paiva Santiago ⁽⁴⁾
Estela Aranha ⁽⁴⁾

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Notas:

1. Em 25.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze, Flavio Tartuce e Rosa Maria de Andrade Nery a Presidente, Vice-Presidente, Relator e Relatora, respectivamente, deste colegiado (ATO nº 11/2023)
2. Em 25.08.2023, os Senhores Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze, Flavio Tartuce, Rosa Maria de Andrade Nery, Marco Buzzi, Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, Cesar Asfor Rocha, João Otávio de Noronha, Angelica Lucia Carlini, Carlos Eduardo Elias de Oliveira, Cláudia Lima Marques, Daniel Carnio, Edvaldo Brito, Flavio Galdino, Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Gustavo José Mendes Tepedino, José Fernando Simão, Judith Martins-Costa, Laura Porto, Marcelo de Oliveira Milagres, Marco Aurélio Bezerra de Melo, Marcus Vinícius Furtado Coelho, Mario Luiz Delgado Régis, Maria Berenice Dias, Moacyr Lobato de Campos Filho, Nelson Rosenvald, Pablo Stolze Gagliano, Patrícia Carrijo, Paula Andrea Forgioni, Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Ricardo Campos, Rolf Madaleno, Rogério Marrone Castro Sampaio e Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho foram designados membros desta comissão (ATO nº 11, de 2023).
3. Em 06.09.2023, o Senhor Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk e a Senhora Laura Schertel Mendes foram designados membros desta comissão (ATO nº 12, de 2023).
4. Em 19.09.2023, a Senhora Judith Martins-Costa deixa de compor a comissão, e as Senhoras Maria Cristina Paiva Santiago e Estela Aranha foram designadas membros desta comissão (ATO nº 13, de 2023).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Secretário-Adjunto: Gabriel Udelsmann

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: codcivil@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS ONGS

Finalidade: Investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Requerimento nº 292, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽⁹⁾

Leitura: 05/04/2023

Instalação: 14/06/2023

Prazo final: 23/10/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,2)	1. VAGO ^(1,2,10)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(1,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(7,8)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁷⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁷⁾	
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(4,11)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(3,5)

Notas:

2. Em 31.05.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 53/2023-BLDEM).

1. Em 31.05.2023, os Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Orioivisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 41/2023-BLDEM, foi retificado pelo Of. nº 45/2023-BLDEM).

3. Em 31.05.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e a Senadora Tereza Cristina, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 17/2023-GABLID/BLALIAN).

4. Em 31.05.2023, os Senadores Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 91/2023-BLVANG).

5. Em 31.05.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição à Senadora Tereza Cristina, para compor a Comissão (Of. 24/2023-GABLID/BLALIAN).

6. Em 1º.06.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 107/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 13.06.2023, os Senadores Zenaide Maia, Lucas Barreto, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e as Senadoras Mara Gabrilli e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 62/2023-BLREDEM)

8. Em 13.06.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 67/2023-BLREDEM).

9. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Plínio Valério, Jaime Bagattolli e Márcio Bittar, Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2023-CPIONGS).

10. Em 20.06.2023, o Senador Marcelo Castro deixou de compor a Comissão (Of. 97/2023 - BLDEM).

11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 130/2023-BLVANG).

12. Em 22.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 131/2023-BLDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | Secretária-Adjunta: Renata Felix Perez

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cpiongs@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5,13)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(2,5,13)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5,11,12,13)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	8. Senador Weverton (PDT-MA) ^(2,13)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(2,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(2,16)	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,13)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(4,9,10)
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(4,15,19)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁷⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(18,20)	10. ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(1,17)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	4. Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,14)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi

Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.

4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.

7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLREDEM).

8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).

9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLREDEM).

10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLREDEM).

11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).

12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM).

13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN).

15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM).

17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).

18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB).

19. Em 08.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 82/2023-BLREDEM).

20. Em 14.09.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 100/2023-BLREDEM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19
Telefone(s): 6133033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,6)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(3,6)
Senadora Ivete da Silva (MDB-SC) ⁽³⁾	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	6. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	8. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(10,14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,9)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,9,11,12)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,9)	2. ^(5,9,13)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,9)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silva, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).

6. Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

8. Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDM).

9. Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLD/BLPPREP).



10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM).
11. Em 15.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 40/2023-GABLD/BLALIAN).
12. Em 15.08.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Aliança, na Comissão (Of. nº 137/2023-BLVANG).
13. Em 30.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Partido União Brasil (Of. nº 44/2023-GABLD/BLALIAN).
14. Em 13.09.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 139/2023-BLDEM).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS
Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁴⁾

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁵⁾
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 11.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
2. Em 11.08.2023, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular e o Senador Flávio Arns, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
3. Em 11.08.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
4. Em 30.08.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 161/2023-SACAS).
5. Em 31.08.2023, os Senadores Alan Rick e Efraim Filho foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 162/2023-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(2,5)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5,27,29)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(2,27,29)	3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5,8)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5,8,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,8)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽²⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(2,5,8,18)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,5,8)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(2,15,19)	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,7,8)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	9. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(2,8,12,16,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾	10. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(2,8,28)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(17,18)	11. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(17,18)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽³⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽³⁾	2. Senador Irajá (PSD-TO) ^(3,9,20,22)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(3,23)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽³⁾
Senadora Margaret Buzetti (PSD-MT) ^(3,24)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽³⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(3,5)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽³⁾	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,14)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,14)	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,10,11)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,21,26)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10,11)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 126](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 252](#); [DSF de 11/05/2023, p. 252](#))
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 253](#))
10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN).
11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN). ([DSF de 20/06/2023, p. 51](#))
12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 12](#))
13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM). ([DSF de 27/06/2023, p. 51](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG). ([DSF de 07/07/2023, p. 48](#))
15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 49](#))
16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 51](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 112](#))
19. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 124/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 102](#))
20. Em 08.08.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 81/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 100](#))
21. Em 15.08.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 39/2023-GABLID-BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 196](#))
22. Em 17.08.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 88/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/08/2023, p. 61](#))
23. Em 30.08.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2023-BLRESDEM).
24. Em 12.09.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 99/2023-BLRESDEM).
25. Em 13.09.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 119/2023-PRESIDÊNCIA/CCJ).
26. Em 13.09.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 48/2023-GABLID-BLALIAN).
27. Em 13.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 143/2023-BLDEM).
28. Em 13.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 142/2023-BLDEM).
29. Em 14.09.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 144/2023-BLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	7. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,13)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(1,11,16)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(1,11)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(1,11)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹²⁾
⁽¹⁷⁾	5. ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,10)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLI/BLPPREP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG).
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: debater e avaliar, no prazo de cento e oitenta dias, o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:
1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).
2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares
E-mail: ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(2,15)	5. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(2,15)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).
- Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLREDEM).
- Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLREDEM).
- Em 09.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLREDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC).
- Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP).
- Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM).

14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM).

15. Em 14.08.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,6,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,12)	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,8)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. VAGO ^(2,10)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹¹⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,13)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾

- Notas:**
- Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
 - Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
 - Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
 - Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
 - Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
 - Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
 - Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
 - Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLREDEM).
 - Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM).
 - Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023- BLREDEM).
 - Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG).
 - Em 29.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 133/2023-BLDEM).
 - Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(3,14,16)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14,16)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,8)	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(3,8)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(1,11,15)	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,5,11)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ^(5,10,11,13)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP).
- Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM).

15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).

16. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)****Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7**Telefone(s):** 3303-5919**E-mail:** cre@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽²⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽²⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,10)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,6,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,10)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(2,10,14)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	7. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,10)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(2,10)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	9. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,11,13)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,8)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,12)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLREDEM).
- Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG).

13. Em 15.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 87/2023-BLREDEM).

14. Em 21.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 145/2023-BLDEM).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ^(2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(2,5,10)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,8)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
4. Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
5. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLREDEM).
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).
8. Em 17.08.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2023-BLVANG).
9. Em 31.08.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 95/2023-BLREDEM).
10. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 135/2023-BLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(4,13,16)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,5)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,12)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽³⁾	4. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(3,5,15)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,14)	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(11,12,15,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,18)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,7,9)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,19)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
7. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).
8. Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM).
9. Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG).
10. Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA).
11. Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM).
12. Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).
13. Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronicke deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).
14. Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM).

15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM).
16. Em 09.08.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Alan Rick Presidente deste colegiado (Of. 38/2023-CRA).
17. Em 15.08.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 128/2023-BLDEM).
18. Em 15.08.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2023-BLREDEM).
19. Em 29.08.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2023-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ⁽¹⁰⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽⁸⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,11)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

3. Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).

5. Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

7. Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP).

8. Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLREDEM).

9. Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLREDEM).

10. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).

11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽²⁾	1. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁵⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁷⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁶⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁶⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁶⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(6,13,14)	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,13,14)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(6,9)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽⁴⁾	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁸⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁸⁾

Notas:

1. Em 13.03.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG).
2. Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM).
3. Em 14.06.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.
4. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG).
5. Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM).
6. Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLREDEM).
7. Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM).
8. Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN).
9. Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLREDEM).
10. Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
11. Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG).
12. Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG).
13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLREDEM).
14. Em 14.08.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM).
15. Em 20.09.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 07/2023-CDD).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldles

Telefone(s): 3303-3491

E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,14)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,14,20,21)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,14)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(6,14)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(9,14,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(2,5,15,18)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	4. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	6. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(1,16)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,17)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,11,12)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLREDEM).
6. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
9. Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).
10. Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN).
11. Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN).
12. Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLD/BLALIAN).
13. Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLREDEM).



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 25.08.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2023-BLVANG).
17. Em 29.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2023-BLVANG).
18. Em 30.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 93/2023-BLREDEM).
19. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 136/2023-BLDEM).
20. Em 20.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 144/2023-BLDEM).
21. Em 21.09.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 150/2023-BLDEM).

Secretário(a): Airtón Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS

Finalidade: discutir e analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

(Requerimento 53, de 2023 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3)	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,6)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (3)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (3)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3)	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (3)	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (14)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3)	7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (15)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2)
VAGO (2,16)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (2)	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (5)	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) (7)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	2. Senador Magno Malta (PL-ES) (11)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (9)	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (12)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDM).

6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

8. Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDM).

9. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG).

10. Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM).

11. Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG).

12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG).



13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP).
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM).
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM).
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,10,11)	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (7)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (7)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (7)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (7)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)
Senador Giordano (MDB-SP) (8)	4. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8)	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (8)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8)	6. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (1)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (1)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (1)	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (1)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (1)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	4. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4,13,18)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,13,18)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,13,19)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	6. Senador Beto Faro (PT-PA) (20)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	1. Senador Magno Malta (PL-ES) (6)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2,17)	2. VAGO (12,17)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (15)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (9,14)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (9)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (9)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (9)

Notas:

4. Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLREDEM).

3. Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM).

2. Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG).

1. Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLREDEM).

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG).

7. Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).

8. Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).

9. Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLI/BLALIAN).

10. Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM).

11. Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).

12. Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG).

13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLREDEM).

14. Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLI/BLALIAN).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG).
16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
17. Em 10.08.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 136/2023-BLVANG).
18. Em 14.08.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM).
19. Em 29.08.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 92/2023-BLREDEM).
20. Em 12.09.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 98/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

E-mail: ccdd@senado.leg.br



**15.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS
ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS**

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio
E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(6,12)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁷⁾	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽⁷⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(3,11)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(3,11)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(10,13)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁸⁾	1. VAGO ^(8,14)

- Notas:**
- 1. Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLREDEM).
 - 2. Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG).
 - 3. Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLREDEM).
 - 4. Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM).
 - 5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
 - 6. Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).
 - 7. Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).
 - 8. Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN).
 - 9. Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
 - 10. Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG).
 - 11. Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLREDEM).
 - 12. Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM).
 - 13. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
 - 14. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)			
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)		2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)		3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)		4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)		5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)	
Senador Weverton (PDT-MA)		6. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)			
Senador Otto Alencar (PSD-BA)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM)		2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)	
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)		3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)		4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)		5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
Senador Magno Malta (PL-ES)		1.	
Senador Jorge Seif (PL-SC)		2.	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
Senador Dr. Hiran (PP-RR)		1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)		2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)			

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



4) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA
Atualização: 30/03/2023	



6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023**Notas:**

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



9) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



10) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



11) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



12) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

